

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Vol. VI

Novembro. 1945

N.º 17

SUMARIO

	PÁGS.
<i>Editorial</i>	181
<i>Idéias e debates :</i>	
LOURENÇO FILHO, A psicologia ao serviço da organização	183
MOISÉS GICOVATE, A geopolítica no estudo da geografia e da história,	213
SALVADOR FUENTES VEGA, A educação pública no Chile.	232
GIORGIO MORTARA, Alfabetização e instrução no Município de São Paulo	243
A. CÉSAR VEIGA, Comprovação e aplicação de conhecimentos	257
<i>Documentação :</i>	
Posse do Professor Raul Leitão da Cunha na Pasta da Educação	269
Inauguração do edifício do Ministério da Educação	273
Exposição de arquitetura escolar	280
O ensino secundário no Brasil, em 1945	283
<i>Vida educacional :</i>	
A educação brasileira no mês de agosto de 1945	311
Informação do país.	323
Informação do estrangeiro.	324
BIBLIOGRAFIA : <i>Bureau International d'Education</i> , L'enseignement de l'hygiène dans les écoles primaires et secondaires; <i>Departamento de Educação de Pernambuco</i> , Revista de Educação; Formação; <i>Associação Brasileira de Educação</i> , Educação	327
ATRAVÉS DE REVISTAS E JORNAIS: <i>Ernest Backer</i> , Velhas e novas universidades; O canto orfeônico como fator de educação; <i>Fernando Tude de Sousa</i> , O Palácio da Educação; Bibliotecas e museus no interior; <i>A. Gavião Gonzaga</i> , O século da educação e da saúde;	

- O I Congresso de Ensino Rural; O rádio e a educação; Escola Superior de Agricultura de Viçosa; Paulo A. Gonçalves Universidade de Kentucky: Berilo Neves português no mundo; Sólton Borges dos Reis, Escola e disciplina. 331

Atos oficiais :

- ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL: Decreto-lei n.º 7.958, de 17-9-945 — *Institui o Conservatório Nacioial de Teatro*; Decreto-lei número 7.976, de 20-9-945 — *Concede isenção de tributos incidentes sobre estabelecimentos de ensino*; Decreto-lei n.º 7.988, de 22-9-945 — *Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais*; Decreto-lei n.º 8.019, de 29-9-945 — *Dispõe sobre a vida escolar do estudante expedicionário e dá outras providências*; Decreto-lei n.º 8.029, de 2-10-945 — *Isenta de imposto do selo os estabelecimentos de ensino, sob inspeção oficial*; Portaria Ministerial n.º 458, de 6-9-945 — *Expede instruções para organização dos cursos de continuação de ensino industrial*; Portaria n.º 377, de 1-10-945, do Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação — *Baixa instruções para regular a adaptação dos alunos matriculados, no corrente ano, em qualquer das series do curso de contabilidade. 344*
- ATOS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL: Decreto-lei n.º 15.040, de 19-9-945, do Governo do Estado de São Paulo — *Dispõe sobre rcorganização do ensino profissional e transferência de cargos*; Decreto-lei n.º 935, de 12-10-945, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul — *Reúne os professores primários do Estado cm uma categoria única e fixa novo critério para o aumento de seus vencimentos. 351*

EXPOSIÇÃO DE ARQUITETURA ESCOLAR

Pela primeira vez, realizou-se em nosso país uma exposição de arquitetura escolar, com caráter de documentação nacional. Mais de quinhentas fotografias, todas de excelente aspecto, algumas centenas de plantas, dezenas de maquetes e estudos de orçamento dispuseram-se no Museu Pedagógico do I. N. E. P., e aí estiveram franqueados ao exame dos estudiosos do assunto, administradores, arquitetos, engenheiros e professores. O mostruário foi, realmente, muito expressivo, testemunhando, a um tempo, o grande progresso realizado nos últimos anos, e as dificuldades ainda existentes para pronta e boa solução do problema da construção escolar, no país. O progresso verificado evidencia-se, sobretudo, por dois importantes aspectos : o do apuro técnico das construções e o da preocupação de se fazer levantar prédios escolares que vão apenas servir ao trabalho escolar, mas atendam também às funções educativas da escola, como centro social e cultural de cada pequena comunidade. Rapidamente passamos, com efeito, dos primeiros ensaios de aplicação do cimento armado, em edifícios frios e soturnos, para linhas sóbrias, mas elegantes, de verdadeiras casas escolares. Neste particular, algumas construções do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Estado do Rio de Janeiro, apresentaram-se já como exemplares. O estudo da planta baixa de numerosas edificações, e já em unidades do Sul ou do Norte, evidenciou, por outro lado, o enorme progresso de compreensão, por parte dos administradores, em fazer do edifício escolar um centro educativo de toda a população, com a inclusão de dependências para biblioteca, acessível ao público, de serviço médico e dentário, e de auditório, destinado não só aos alunos, como também a reuniões de pais e festas cívicas de caráter popular. A anatomia prefigura a fisiologia. Assim construídas as escolas, certo é que elas tenderão a exercer mais benéfica e proveitosa atuação sobre a coletividade, em iniciativas de educação de adultos. Mas, mesmo sobre as crianças, a sua atuação se alarga, ensinando-lhes atividades que não só as de classe, e fazendo-as viver uma nova concepção educativa. Tornados adultos, será

essa. a compreensão da escola, que terão, e não mais a do trabalho formal de outros tempos. Ao lado desses índices otimistas, revelou a exposição, porém, como longe ainda estamos de possuir o "parque escolar" de que o país necessita. De 1930 a esta parte, cerca de mil e quinhentos novos edifícios escolares foram levantados pelos poderes estaduais e mais de duas centenas pelas municipalidades. O contingente de entidades particulares, sobretudo no ensino secundário, foi, também, muito apreciável. Tudo somado, porém, aos pomos milhares de casas, dantes expressamente construídas para fins escolares, verifica-se que mais de metade de unidades de ensino ainda se abrigam em construções adaptadas, a maioria das quais desprovidas dos recursos de higiene pedagógica, como seria de desejar. Mais sacrificadas, em geral, são as escolas rurais justamente aquelas que, pelas condições de sua localização, poderiam exercer ação educativa mais profunda, se viessem a dispor de instalações que sugerissem a higiene moderna e o progresso técnico atual. Fartos encômios merecem, sem dúvida, os poucos Estados que, de modo sistemático, têm cuidado de planos de construções para escolas rurais, como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Estado do Rio de Janeiro. As maiores dificuldades, segundo se apura da documentação reunida pelo I. N. E. P., são as de ordem econômica, irremovíveis, algumas das unidades federadas, pela situação decorrente da própria distribuição de tributos, no orçamento federal, estadual e municipal. O exame dessa situação levou a União a regular a distribuição do "Fundo de Ensino Primário", de forma a que maior quota de seus recursos venha a ser empregada em construções escolares. A medida é das mais auspiciosas para a educação nacional, e leva a crer que um grande progresso possa ser logo alcançado.

A PSICOLOGIA AO SERVIÇO DA ORGANIZAÇÃO (*)

LOURENÇO FILHO

Do Instituto Nacional de Estudos
Pedagógicos

ORGANIZAÇÃO, EM SENTIDO AMPLO

Não será exagerado dizer que a *organização* é a mais antiga das artes; também parece certo que, no debate atual de seus problemas, encontramos-nos em domínio que a aplicação científica só recentemente penetrou.

E' a mais velha das artes, se a tomarmos no sentido amplo em que o termo pode ser empregado: ordenar, arranjar, dispor para um fim. Nesse caráter, já não é ela apenas a mais velha, mas, por igual, a mais comum, a mais generalizada. Pois, desde que o homem tenha entrevisto fins, e escolhido recursos para atingi-los, não estaria empregando esforços para organizar?... (1). Assim como o homem criou, a pouco e pouco, uma técnica geral de pensamento, a *lógica formal*, assim também, pela experiência e pela reflexão, teria ensaiado uma técnica geral da atividade, a *lógica da ação*. (2)

Essa maneira de ver é esclarecida pela origem mesma do termo. *Orgão* vem do grego, e significa instrumento, utensílio, aparelho para

(*) Conferência na abertura da Exposição de Atividades de Organização do Governo Federal, promovido pelo Departamento Administrativo do Serviço Público.

(1) Cf. DUTTON, H., *Principies of Organization*, 1931 Mc Graw-Hill New York.

(2) A expressão é legítima; o problema lógico é proposto, na filosofia moderna, como um aspecto do problema da ação. V. por ex. BLONDEL, H., ao **fim** do II tomo de *L'Action*: "A lógica da ação, não é, portanto, uma disciplina particular; é a verdadeira lógica geral, aquela em que todas as outras disciplina? científicas encontram mútua concordância e fundamento.

produzir certo resultado. As línguas modernas aceitam: a palavra para indicar a parte de uma máquina, de um corpo vivo, de um grupo social, desde que caracterizada pelo preenchimento de certo trabalho, ou de função determinada. *Organizar será, pois, dispor instrumentos, quer no sentido próprio (coisas), quer no figurado (pessoas, grupos, relações) para a obtenção de determinado objetivo, ou rendimento certo.*

Assim julgada, a organização se confunde com o processo mesmo da evolução humana. Nela, há a percepção de necessidade — *fins*; a compreensão de relações simples ou complexas — *meios*; a verificação causai — *meios para fins*; o sentido de previsão — *meios aos serviços dos fins*. Temos aí todos os passos de um comportamento *com um fim em vista*, de um *ato inteligente*. Mais do que isso, a coordenação de atos sucessivos ou simultâneos. A organização tende, com efeito, a imprimir nos atos esse duplo caráter de *série* e de *sistema*. Donde, seríamos tentados a definir o homem, não mais como o ser racional, ou animal que ri, mas, sim, e talvez mais expressivamente, o animal que organiza...

Poderíamos ir além. Dando à organização toda a latitude que o termo admite, não a encontramos só no homem, mas em toda a matéria viva. A vida é, na verdade, inseparável da organização, processo vital por excelência, recurso mediante o qual a matéria atinge o plano do biológico. Empregamos a expressão *matéria organizada*, para aquela que tem ou já teve vida. Compreendemos uma química orgânica, quando fazemos referência ao estudo das substâncias mais ou menos próximas da vida. E, afinal, onde encontremos um ser vivo, aí reconhecemos um *organismo*.

Não só a vida humana, portanto, mas a vida, em si mesma, repousa na organização. Outro não é o pensamento de BERGSON, nas páginas que escreveu em *L'évolution créatrice*, a propósito da diferenciação que estabelece entre fabricar e organizar. Aí tem origem, precisamente, o longo debate do filósofo sobre o valor e a significação da inteligência e do instinto. (3)

(3) *L'évolution créatrice*, 35^{eme} ed., 1930, Alcan, Paris, p. 100 e seg. E' certo que, em sua tese, Bergson empresta, preferentemente, ao que chama instinto, a força ou poder de organização. Para ele, a inteligência serve ao descontínuo. Mas, como quer que seja, ainda que aceita a tese, a vida exigiria organização.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

E' claro que estas cogitações, tão sedutoras, excedem os quadros do tema que nos foi proposto. Neste, a palavra restringe a extensão para aplicar-se tão somente ao trabalho.

Mas, bem consideradas as coisas, a expressão organização do trabalho é redundante. Trabalho é a operação humana com vista a um fim, a um resultado. Sem a exata definição de um objetivo, e a disposição de órgãos que a ele conduzam satisfatoriamente, não haverá ainda trabalho, no sentido rigoroso do termo Tem-se, por isso, juntado um qualificativo : organização racional, organização científica do trabalho. Com o que, evidentemente, quer-se demonstrar também a força do pensamento sobre a ação, a disciplina, a segurança e a eficiência de que esta pode revestir-se, desde que submetida a normas e princípios, a regra e sanção.

A organização se nos apresenta, assim, não mais como a arte primeira, mas sob a forma de aplicação científica às atividades de produção. Será esse, pelo menos, o aspecto distintivo a considerar no que agora chamamos de *organização racional*. Convenhamos, porém, no seguinte: não se pode traçar uma separação linear entre a técnica da produção de hoje e a técnica das artes e dos ofícios tradicionais. Uma e outra sempre tenderam à aplicação das forças naturais ao trabalho. E diverso também não é o sentido da palavra técnica, que, na sua origem, significa simplesmente arte, ação dirigida para um resultado.

Mas a verdade, convenhamos, também, é que o pensamento organizado do homem, aquilo que chamamos de ciência, só muito recentemente se veio a desenvolver. A admissão de um método e de uma atitude experimental em face das coisas e dos fatos, de modo mais generalizado, data de pouco. Só a partir do século XYIII é que a ciência começou a ser extensiva e deliberadamente aplicada à produção. Vários autores têm salientado, que, de 1750 até os nossos dias, maiores transformações nos métodos de trabalho se têm operado, que as assinaladas desde o tempo dos faraós até então {4}. Comparai, diz um deies, os modos pelos quais Napoleão se comunicava com os seus generais, e os processos, para fim idêntico, utilizados por Cesar. São os mesmos, embora entre ambos tenham medeado cerca de dois mil anos(5).

(4) RUSSEL. B., *Panorama científico, 1931*. Rev. Ocidente, Madrid.

(5) KILPATRICK, W. H., *Education for a Changing Civilization*, New York, 1926, Macmillan, p. 23.

Comparai agora as técnicas de comunicação de Napoleão com as que foram empregadas na guerra de 14, ou foram empregadas na última guerra... Um século, apenas. E, no entanto, dir-se-ia que vivemos num outro mundo.. .

E, realmente, vivemos. As transformações operadas pela técnica científica, não só alteraram o curso da produção mas os quadros e as condições da própria existência humana. Repercutiram na vida familiar, na distribuição demográfica, na própria vida política, acarretando, por sua vez, pelo que podíamos chamar de reversão do processo, consideráveis mudanças, de ordem material e social, na técnica da produção, e, enfim, nos problemas da organização.

Não nos cabe tratar aqui da história dessas transformações. Recordemos, apenas, o que mais diretamente possa interessar ao nosso tema. Primeiro, a deslocação dos centros de produção, do meio da família, para as fábricas e as oficinas. Daí, o crescimento das entidades de produção. O simples aumento do número de trabalhadores havia de levar, por uma lei natural, não só à divisão elementar do trabalho, mas à sua crescente subdivisão e especialização. Donde, maior complexidade dos grupos em produção. Tal complexidade, resultante de maior aglomeração de homens, e da especialização, cada vez mais intensa, das atividades, exigiu, pela sua própria massa e variedade, a alteração dos processos de coordenação da autoridade...

Tem-se atribuído, de modo especial, ao aperfeiçoamento da máquina, a gênese dos problemas atuais da organização. Esta afirmação pode ser discutida. A máquina multiplicou, por certo, as dificuldades do problema, pois fez multiplicar também o número dos agentes de produção, em cada grupo que agisse de concerto, impondo, numa primeira fase, especialização técnica muito apurada. Mas, o que parece certo é que, antes mesmo da complicação mecânica de nossos dias, o problema se propunha como resultante das dificuldades de coordenação dos homens, em grandes grupos, para os propósitos comuns do trabalho.

Quereis ver?... Num dos primeiros ensaios, que é comum citar em estudos deste gênero, publicado em 1680 pelo engenheiro militar VAUBAN, aparece esta observação, que hoje nos faz sorrir, mas, na época, se apresentava como muito profunda: "Tenho a certeza (escrevia ele no opúsculo *Le directeur générale des jortifications*) que quatro homens bem fiscalizados trabalham mais que seis outros abandonados à sua própria vigilância". Outro engenheiro militar, BELIDOR, sentenciava em 1729: "A fiscalização é menos dispendiosa

que a diminuição resultante daquele que é retirado do trabalho para fiscalizar" (6).

A observação dos fatos levava a considerar, antes de tudo, um princípio da *coordenação*, pela extensão dos agentes da autoridade, problema que se punha em face das variações pessoais do trabalhador, de seus interesses, de sua compreensão de dever, de seu senso de responsabilidade, de sua psicologia, enfim. Funcionalmente, a revisão da organização tradicional já aí aparecia sob a forma de problema de *relações humanas*, problema de ordem psicológica e social, mais que propriamente da técnica operatória, restritamente considerada.

ORGANIZAÇÃO, COMO PROBLEMA AUTÔNOMO

Uma pesquisa curiosa, que recomendaríamos aos estudiosos do assunto, seria a de verificar quando, e como, a palavra organização, no sentido de *ato de organizar*, passou a ser empregada para designar não mais o ato, mas o resultado mesmo dessa operação. Isto é, quando uma corporação, grupo ou núcleo de trabalho passou a admitir o substantivo *organização* para designar a coisa organizada. Assim como dizemos, hoje, por exemplo, que o Exército, a Imprensa Nacional, o Instituto de Resseguros do Brasil, ou outras instituições, representam modelares organizações.

Nesse momento, o da translação do sentido do ato de organizar, para a coisa que ficou organizada, podemos assinalar o instante de *tomada de consciência do processo*, que deixava de ser objeto mal definido, preso às condições objetivas de cada técnica ou de cada ramo de atividade, para tornar-se, por si mesmo, objeto de estudo geral, permitindo a compreensão de princípios, a constituição de doutrinas, a construção de sistemas. E, então, a crítica teria logrado um ponto de mira do qual se pudesse ter a perspectiva de todos os fatos a serem observados.

Tanto quanto pudemos verificar, essa tomada de consciência ou seja a definição autônoma do problema da organização veio a dar-se nas corporações, em que, antes de outro, se tivesse definido o problema de *coordenação por níveis de autoridade* — isto é, por pessoas, por

(6) WALÍIER, L., *Tecno-psicologia do trabalho industrial*, trad. de Lourenço Filho, São Paulo, 1929, Cia. Melhoramentos, p. 20.

elementos humanos, e não, como alguns doutrinadores querem fazer acreditar, por influência da complexidade mesma da técnica operatória, resultante, em especial, dos efeitos da mecanização do trabalho. Nas grandes organizações históricas — o Estado, a Igreja, as Forças Armadas — o esquema fundamental é o da *hierarquia*, o da *autoridade delegada*, fundamento da organização, pois que, antes de tudo, ela nos aparece como problema da adequação da vontade dos agentes do trabalho aos fins do próprio trabalho.

E tanto é assim que as consequências advindas da complicação crescente da organização, em cada momento, são expressas em termos sociais ou humanos, não em termos estritamente técnicos. E' inegável que o aperfeiçoamento técnico resulta tanto de mais alta compreensão de propósitos humanos quanto de consequência de ordem social a *concorrência*, conflito de vontades ao serviço de fins idênticos. Dela nascem, com efeito, as razões para a produção com menor dispendio de material, tempo e energia, ou seja, para a *eficiência econômica*, sustentada por meios técnicos mais seguros e rápidos.

E' em virtude da concorrência — fenômeno social, convém insistir — que se fecha o movimento circular, implícito no processo da organização do trabalho. A exigência do melhor produto (*eficiência técnica*), pelo menor preço (*eficiência econômica*), faz ainda crescer as organizações de produção, levando-as a se integrarem em frustes e cartéis, em concentrações horizontais e verticais, na procura de mais acabada eficiência financeira. Já não bastam, então, as oficinas e fábricas, onde se agrupem trabalhadores, cada vez mais numerosos, e onde se reünam os elementos da produção, máquinas e matérias primas. Já não basta a produção em massa, servida pela padronização rigorosa, a normalização das condições de trabalho e das operações de produção. A luta pelo baixo preço de custo leva à fusão das entidades em grandes consórcios, em concentrações nas quais se articulem, ora pela própria natureza da produção, ora pelo controle de recursos financeiros. E as concentrações de âmbito nacional podem não bastar ainda. Surgem organizações internacionais, terrivelmente amplas e poderosas, porque armadas para gigantesca competição...

Nos vários passos desse processo, sempre o mesmo, podem buscar-se valores técnicos, econômicos, financeiros, os valores da *eficiência material* — postos ao serviço de pessoas ou de pequenos grupos. Para a sua obtenção, o homem explora o homem; grupos sociais, a outros; povos e nações, a outros povos. .. Mas a organização, cujo processo

não se completou, por essa forma, desatende ao seu sentido profundo de integração e de harmonia. Em consequência, a ordem pública está constantemente ameaçada, ou perece... E para que isso não aconteça, novos esforços de organização ocorrem no plano social: intervenção do Estado, primeiramente com a regulamentação do trabalho; depois, com a limitação da propriedade individual ou, ao menos, do emprego arbitrário dos instrumentos de produção; enfim, com a concepção de mais amplos planos de economia dirigida...

A ORGANIZAÇÃO E O ESTADO

A história das instituições humanas, que não é, afinal, senão a história da organização, evidencia-nos que, em função de mais altos valores, tem a própria vida social criado instituições retificadoras ou integradoras dos esforços dispensados no sentido da organização. Em vários passos da história, tem preponderado, nessa função, a Igreja; nos tempos modernos, vem o Estado chamando a si a tarefa. Já, por alguns aspectos, como os do direito do trabalho, instituições de caráter internacional têm atuado também. O futuro lhes reserva importante papel.

Como quer que seja, os novos deveres do Estado, do ponto de vista da organização, não podem ser obscurecidos. Mas, como é fácil compreender também, vem, ele próprio, a sofrer as consequências do processo que descrevemos: aumento do número de agentes, complexidade de tarefas, especialização de funções, problemas de coordenação... O Estado se transforma numa grande empresa, a empresa dos interesses comuns da vida social. Para combater a organização dos interesses não comuns, só lhe resta adotar os mesmos recursos utilizados pelas demais empresas, os princípios e os métodos da organização racional.

O processo deve voltar, assim, ao seu ponto de origem: o de servir ao homem e ao destino humano. Aos conceitos de eficiência técnica, econômica e financeira — meios que tomaram o lugar dos fins — sobrepõem-se os de *eficiência social e moral*, que são os que o Estado moderno tenta ensaiar sob várias formas. A organização racional do trabalho chega, por seus efeitos, diretos e indiretos, a pretender a *eficiência política*, em outras eras tentada por formas diversas, que não podiam substituir, porque menos apoiadas nos valores substanciais da personalidade humana.

Do ponto de vista rigorosamente técnico, com efeito, nenhuma instituição mais bela, nem mais perfeita do que a escravidão. Está em ARISTÓTELES... Do ponto de vista político estrito, nada mais completo que a submissão e a disciplina obtidas pela audácia apoiada na força. Está em MACHIAVEL... Do ponto de vista lógico, nada mais brilhante do que a construção jurídica abstrata. Está em MONTESQUIEU... Mas, admitido que a humanidade não deva ser dividida entre os que produzam e os que devam consumir; nem entre os que submetam e os que sejam submetidos; nem ainda entre os que governem e os que sejam governados — a organização havia de evoluir para novas formas, em que viesse a respeitar o sentido de mais completa integração humana. Nessa compreensão é que reside, verdadeiramente, o *racional*, que não significa oposição à natureza humana, mas, ordem, proporção, conciliação dos impulsos e necessidades do homem, vividas em formas de mais elevada cooperação. (7)

O fator humano é, assim alfa e ômega nos problemas da organização. Porque, afinal, o homem não foi feito para ela; mas, a organização, sim, é que foi feita para o homem.

A ORGANIZAÇÃO E O HOMEM

Ao conhecimento do homem, direta ou indiretamente, muitos estudos se dedicam, e por isso, de variados ramos da ciência devem ser colhidos elementos para o estudo da organização e de sua constante reconstrução.

Na organização do trabalho, em particular, ninguém o desconhece, são considerados três elementos capitais: a matéria prima; o equipamento, em que ela seja trabalhada; os seres humanos que operem nesse equipamento, que o conduzam, articulem e lhe controlem os efeitos. Sem o homem, o trabalho não se realiza. Sem ele, portanto, a organização não tem maior sentido.

Em dois autores, H. DRURY e FRANK WATTS, vamos encontrar, a propósito, expressiva apreciação das diferentes fases por que tem passado a organização racional do trabalho e que, para ambos, são as seguintes: numa primeira fase, houve a tentativa de motivar o trabalha-

(7) Cf. DEWEY, J., *Human Nature and Conduct*, p. 194, 196 e 211; não é outro o pensamento de SANTAYANA, em *Reascm and Comutou Sense*, p. 267; ainda também o de BLONDEL, ob. cit.

dor, para produção ou rendimento mais elevado, graças à reforma dos salários (pagamento por peça, bonificação por alta produção). Em outra, houve o abandono desse primeiro ponto de vista, para concentração de todas as forças no estudo do modo pelo qual o operário empreende o próprio trabalho. Enfim, na terceira e atual, aparece mais acurada consideração da divisão e da coordenação de trabalho, tanto nas oficinas como nos escritórios, inclinando-se os pesquisadores ao estudo das relações humanas, aí sempre presentes (8).

Outro especialista da psicologia industrial. J. DREVER, estudando, já agora, em particular, os problemas das relações humanas na indústria, nos últimos cinquenta anos, salienta que igualmente três períodos podem ser assinalados. No primeiro, preso às teorias da economia clássica, que supõem a sociedade uma reunião de indivíduos diferentes na capacidade de produção, mas uniformes quanto aos motivos de ação, existiu uma compreensão por assim dizer mecânica; a organização ideal deveria ser comparável a uma grande máquina, funcionando de acordo com leis mecânicas ou quase mecânicas.

A esse período, sucedeu outro, a que o autor chama de orgânico, e em que (DREVER observa o fenômeno na Inglaterra) teria preponderado a filosofia social de SPENCER mais que os princípios da política econômica ortodoxa. Para SPENCER, a vida social seria análogo à de um organismo vivo; as relações no trabalho deveriam, pois, participar do caráter de leis biológicas, não simplesmente do de leis mecânicas. A época presente, DREVER a assinala como o período de *intervenção psicológica*. A complexidade resultante de uma organização de trabalho não é apenas a de um complexo mecanismo nem só a de um corpo vivo. Os elementos postos em contacto são personalidades, e há a considerar, por isso, algo mais que mecânico ou biológico. Alguma coisa, diz ele, que, à falta de melhor palavra, pode ser caracterizada pelo adjetivo "espiritual". Na verdade, acrescenta, as relações no trabalho dependem dos interesses, impulsos, sentimentos e paixões dos seres humanos; e a compreensão desse fato está modificando profundamente a situação das organizações de produção (9).

Numa e noutra dessas divisões, pode-se apreciar a importância crescente do aspecto psicológico. No entanto, poderíamos dizer que a

(8) DRURY, H., *Scientific Management, a History and Criticism*; WATTS, F., *Psychological problems*, cit. por Leon Walther, ob. cit., p. 33.

(9) DREVER, J., *The human factor industrial relations*, in *Industrial Psychology*, ed. Charles Myers, Londres, 1929, Butterworth, p. 16.

organização do trabalho *sempre foi psicológica*, pois tendo de tratar com seres humanos, deveria ter aplicado sempre o que fosse conhecido de seu comportamento. E isso não teria sido, e não é, senão psicologia.

O que também se pode afirmar é que os estudos da psicologia, na concepção, que guardou, por tanto tempo, de ramo de filosofia, não apresentava elementos susceptíveis de fácil e segura aplicação. A psicologia teórica, racional, ou baseada simplesmente no que se convencionou chamar de introspecção, não permitia, por sua própria natureza, a fundamentação de normas para utilização prática conveniente. Só depois das tentativas da psicologia objetiva, baseada nos fatos, em casos concretos, de observação idêntica para todos os observadores, é que, a rigor, se admitiram aplicações menos incertas. Como muito bem diz HENRI WALLON, a psicologia aplicada aparece, sobretudo, como "a negação da psicologia tradicional", concebida como era, esta, para a proposição de problemas de natureza muito diversa (10).

A ORGANIZAÇÃO E A PSICOLOGIA

Na verdade, a psicologia aplicada ao trabalho, nesta acepção, é obra de nossos dias. Curioso é assinalar, que, se a organização já tem algum débito para com a psicologia moderna — entendida como o estudo do comportamento humano e de suas leis — também não é menos verdade que o débito dessa psicologia, para com a organização de trabalho, é enorme.

Para mostrar que não exageramos, bastará relembrar alguns fatos de todos conhecidos. Tomemos, por exemplo, os primeiros ensaios de organização de trabalho industrial em FREDERICO TAYLOR, nascido em 1856, morto em 1915, e os seus discípulos e seguidores — GANTT, COOKE, THOMSON, GILBERTH. Que fez TAYLOR, e que pretendia ele?... Seu fito não era, evidentemente, o de contribuir para a psicologia, nem era êle psicólogo de ofício. Era engenheiro, e seus esforços visavam imprimir maior eficiência técnica ao trabalho: maior precisão, maior segurança, maior rendimento. Imaginou, então, três recursos de ordem prática: 1) adaptar os instrumentos de trabalho ao operário,

(10) WALLON, H., *Principes de Psychologie appliquée*, Paris, 1930, Collin, p. 7. Não se quer afirmar, com isto que os problemas da filosofia não importem ao trabalho como em todas as demais atividades humanas. Pelo contrário. A adoção de um sentido objetivo no estudo do comportamento humano importa, por si mesma, também, numa filosofia.

de maneira a evitar movimentos inúteis; 2) impor ao operário movimentos reconhecidos como os mais econômicos, na conformidade da decomposição minuciosa da tarefa a executar, em cada caso; 3) regular o ritmo do trabalho, verificado, pelo que apresentavam os operários mais hábeis, por cronometragem rigorosa.

Tudo tão simples, tão elementar, à primeira impressão! Mas de conseqüências profundas, como vamos vêr, na proposição de problemas à psicologia, e na aplicação de seus princípios à coordenação do trabalho.

Com efeito, rejeitando, desde logo, os operários sem capacidade para o regime estabelecido, TAYLOR fazia ressaltar esta coisa tão claramente sentida por todos, mas, até aí, não considerada a fundo: a existência de profundas *diferenças individuais* quanto às aptidões, à reparação, à inclinação para diferentes gêneros de trabalho. Êle não mostrava apenas as diferenças, mas as aplicava, estabelecendo, um pouco grosseiramente, talvez, mas de modo efetivo, a *seleção profissional*.

Havendo decomposto as operações, o engenheiro norte-americano salientava também a importância da *análise metódica do trabalho*, de tão importantes conseqüências teóricas e práticas; e, submetendo, enfim, o trabalho a um *ritmo determinado*, punha a claro, a extraordinária importância dessa condição da atividade humana na moderna indústria. Com tudo isso, ou mais que tudo isso. TAYLOR demonstrava pela prática a existência de um determinismo psicológico a ser estudado, a ser regulado, a ser aplicado- para efeitos imediatos, como as suas realizações o comprovaram (11).

Os primeiros estudos de TAYLOR foram publicados em 1903. Os de GILBERTH, seu colaborador, com a análise do trabalho mediante a cronofotografia, tornaram-se conhecidos pouco depois. Não se deve obscurecer, porque estudos deste mesmo caráter já haviam sido levados a cabo, ou estavam em curso, no momento, por vários fisiologistas e psicólogos europeus. Já em 1895, FRÉMONT analisava, em França, os movimentos habituais alguns ofícios, em especial, o de ferreiro... Numa obra publicada em 1904. MAKEY apresentava resultados de estudos do mesmo gênero, com registro cronofotográfico...

(11) WAU.ON, H., ob. cit., p. 13. E' certo que a causalidade, ou melhor, as relações de dependência, entre os fenômenos estudados pela psicologia, não são de natureza simples, como poderia supor Taylor. O assunto será analisado a seu tempo, na parte final deste trabalho.

Um pouco mais tarde, em 1911, eram publicados os notáveis trabalhos de IMBERT e AMAR.

A idéia estava, pois, em marcha. Mas as primeiras realizações práticas são de TAYLOR que, nestes seus conhecidos princípios, resumiu todo um largo programa de aplicação científica e, particularmente, psicológica: "Ciência, ao invés de empirismo; harmonia, ao invés de discórdia; cooperação, ao invés de individualismo; rendimento máximo, ao invés de produção reduzida".

Os mesmos critérios e a mesma penetração psicológica, agora aplicados de ponto de vista diverso, vamos encontrar em HENRI FAYOL. TAYLOR caminhou de baixo para cima, isto é, do operário para os chefes, havendo demonstrado também a importância da divisão das atividades de controle e orientação técnica. FAYOL, começou de cima, do diretor para as oficinas, traçando todo um plano de administração racional. Repetindo LÉON WALTHER, pode-se dizer que o trabalho *'Administração experimental e geral'*, de FAYOL, é complemento da obra *"A direção das oficinas"*, de TAYLOR. A definição de organização, que FAYOL nos apresenta, é também psicológica, numa parte, ao menos: "organizar é constituir o duplo organismo material e social da empresa". *Social* tem aqui o sentido de coordenação entre os homens, aplicação da psicologia, portanto.

Outras concepções partidas de industriais e engenheiros, como as WALTER DILL SCOTT, insistem no mesmo ponto de vista. O seu livro de 1914, *Increasing Human Efficiency in Business*, tem mesmo este sub-título: "Contribuição para a psicologia do trabalho".

O PROGRESSO DA INVESTIGAÇÃO PSICOLÓGICA E AS APLICAÇÕES

Enquanto isso ocorria da parte de organizadores práticos, não ficavam os psicólogos de ofício indiferentes à aplicação dos novos conhecimentos de sua especialidade. Já então, haviam eles forjado novos instrumentos, para atender com eficiência à cooperação que lhes estava sendo solicitada.

O primeiro era o método dos testes, que não só vinham situar, de modo mais claro e preciso, o problema das *diferenças individuais*, mas levá-lo, no terreno da teoria e da prática, à análise de sentido objetivo. Desde longo tempo percebido pelo homem, esse problema foi, enfim, proposto, com maior rigor, nos trabalhos de GALTON e CHARCOT, em 1884. Dez anos depois, ou seja, a partir dos trabalhos de CATTELL,

tornava-se objeto de numerosas investigações. O que é importante para nós, escrevia este mestre americano, num dos números da *Psychological Review*, em 1896, não é conhecer no que os homens sejam iguais, mas naquilo em que eles diferem... Para isso seriam necessárias provas simples, de fácil manejo. CATTELL mostrava como, com papel e lápis, seria possível realizar verificações do mais alto alcance para compreensão das diferenças mentais, setor de estudos a que especialmente se dedicou.

A contribuição decisiva devia vir, no entanto, de ALFRED BINET e TEODTJLO SIMON. Em 1905, publicavam estes psicólogos franceses uma escala para a *medida do nível de desenvolvimento mental*, que vinha, a um tempo, mostrar a praticabilidade da idéia de CATTELL, introduzir na medida psicológica a idéia de normas de idade, mediante comparação estatística, e levantar o problema das aptidões especiais... (12). Depois disto, a psicologia aplicada toma enorme impulso, e os nomes de seus trabalhadores são sem conta. STERN lança a idéia do cociente de inteligência, e estabelece as bases de uma psicologia diferencial, ou individual; MOEDE, GIESE, CLAPARÈDE e STENQUIST, para não citar outros, aprofundam o estudo das aptidões, que passam a ser definidas de um ponto de vista claramente ligado ao da organização do trabalho: "aptidão é a diferença individual considerada do ponto de vista de rendimento"...

O desenvolvimento dos processos de medida, sob a base de normas estatísticas definidas, torna os estudos comparáveis entre si, vindo a admitir, com SPKARMAN, inglês, e THORNDIKE, americano, estudos de ordem metodológica de maior alcance como a análise dos fatores da personalidade.

E' de 1904, a primeira edição do livro de THORNDIKE, *Medidas na vida mental e social*. E' de 1910, a fundação da primeira corporação de psicologia aplicada, a *Psychological Corporation*, com sede em Nova York. E' de 1913, a publicação da obra de HUGO MÜNSTERBERGER, alemão de nascimento, mas já então professor na Universidade de Harvard, Estados Unidos, sob o título *Psicologia e Eficiência Industrial*.

(12) BINET, A., e SIMON, Th., *Sur la necessite d'etablir un diagwstic seientifique des états inferieus de Vintelligncce*, Paris, 1905. "L'Année Psychologique". Tb. *Testes para a medida do desenvolvimento da inteligência*, trad. de Lourenço Filho, São Paulo, 1929, Cia. Melhoramentos.

Pouco depois, o mesmo autor publicava o primeiro tratado de psicotécnica. Convém salientar, neste ponto, que o termo *psicotécnica* não significa, simplesmente, psicologia aplicada ao trabalho, como vulgarmente se supõe, mas, tão somente, *psicologia aplicada*. E' o que esclarece a Associação Internacional de Psicotécnica, fundada em Paris, em 1920. Há, assim, uma psicotécnica do ensino, ou pedagógica; uma psicotécnica médica; outra, jurídica; outra, industrial; tantas psicotécnicas quantos forem os objetos de possível aplicação psicológica (13).

O movimento da psicologia aplicada ao trabalho começou a ter notável desenvolvimento com o estabelecimento de institutos e laboratórios especializados, especialmente a partir de 1921. Nesse ano, graças à iniciativa de MYERS, funda-se em Londres o Instituto Nacional de Psicologia Industrial, mantido por várias empresas; a seguir, outros se abrem, na Bélgica, na Alemanha, na França, na Itália, nos Estados Unidos, na Espanha, no Japão...

Os reflexos desse movimento chegam auspiciosamente até nós. Em 1924, por iniciativa de ROBERTO MANGE e com a cooperação do Instituto de Higiene de São Paulo, dirigido por GERALDO PAULA SOUZA.. aí se realizam as primeiras tentativas de seleção e orientação profissional, para alunos da Escola Profissional Mecânica, anexa ao Liceu de Artes e Ofícios. Esse movimento, que teve a participação de alguns estudiosos, deu nascimento, de uma parte, ao Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional; de outra ao Instituto de Organização Racional do Trabalho (I.D.O.R.T.), este fundado em 1931, depois de trabalhos preparatórios desde os fins de 1929 (14).

Em 1928, na Capital Federal, WACLAW RADECKI e seus colaboradores, que vinham trabalhando desde alguns anos, no Laboratório de Psicologia, instalado na Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, realizam, na Aviação Militar, os primeiros ensaios de seleção de avia-

(13) MÜNSTERBERGER denominou *psicotécnica* à disciplina prática por ele criada, aproveitando, aliás, o termo que, já no começo do século, W. Stern havia lançado para distinguir, na psicologia experimental, certos processos que chamou de *psicotécnicos*, de outros, a que deu o nome de *psicognósticos*, cf. CHLEU-SEBASTIÃO, A., *Psicologia del trabajo profesional*, Barcelona, 1934, Col. Labor, p. 16.

(14) Relatório do vice-presidente, em exercício, Dr. A. C. Pacheco e Silva, apresentado à Assembléia Geral do I.D.O.R.T., em 27 de junho de 1934.

dores, no país (15). CARLOS PORTO CARRERO inicia, logo a seguir, idêntico trabalho na Aviação Naval. Em 1931, o Laboratório do Engenho de Dentro é convertido em Instituto de Psicologia, com a função, entre outras, dos estudos do problemas de psicologia aplicada.

No mesmo ano, realiza-se, no antigo Instituto Pedagógico, de São Paulo, a primeira seleção de alunos de cursos superiores no país, por métodos psicotécnicos. De 1932 a 1936, provas do mesmo gênero são realizadas no Instituto de Educação do Distrito Federal. Trabalhos semelhantes vinham sendo realizados em Pernambuco, por ULYSSES PERNAMBUCO e outros e, em Belo Horizonte, pela Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico, sobretudo por iniciativa de HELENA ANTIPOFF (16).

E, já agora, a história é de nossos dias. Em 1937, projeta-se e realiza-se, não só nesta capital, mas em várias capitais do país, a seleção de pessoal, para o Instituto dos Industriários, graças à iniciativa de JOÃO CARLOS VITAL e à operosidade de MURILO BRAGA-

Foi essa a primeira grande realização, que incluiu provas psicotécnicas para seleção de pessoal em nosso país. E, salvo os trabalhos do Exército Americano, por ocasião da grande guerra, pode-se afirmar tenha sido a maior realização conjunta já efetuada em toda a América.

No mesmo ano, o antigo Conselho Federal do Serviço Público Civil realiza, sob moldes idênticos, o primeiro concurso para preenchimento de cargos de datilógrafos, instaurando, assim, o sistema nos domínios do funcionalismo (17). Transformado esse Conselho no atual D. A. S. P., cria-se, neste novo órgão, uma Divisão de Seleção, que, sob a direção sucessiva de MARIO BRITO, MURILO BRAGA e

(15) RADECKI, W, *O listado aluai da Psicotécnica*, Rio de Janeiro, 1928. Tb. BRETAS, A., *Observações sobre um segmento (parte sensorial) do perfil psicológico do aviador*. Rio de Janeiro, 1929.

(16) Com referência à psicologia aplicada à organização escolar, devem ser citados ainda os trabalhos de Isaias Alves, na Baía, relatados no livro *Os testes e a reorganização escolar*, Bahia, 1930. A Nova Gráfica; e a grande experimentação realizada pela Diretoria Geral do Ensino, em São Paulo, em 1931, para a homogeneização de classes de 1.º ano, dirigida pela professora NOEMY SILVEIRA. A primeira referência aos testes, na bibliografia pedagógica brasileira, aparece em um trabalho de A. Sampaio Doria. *Pedagogia*, publicado em São Paulo, em 1915. A primeira obra de exposição geral em língua portuguesa se deve a MEDEIROS E ALBUQUERQUE, *Testes*, publicado em 1924, Liv. Alves.

(17)- V. "Revista do Serviço Público", *Monografia da profissão do dactilógrafo*, por LOURENÇO FILHO e MURILO BKAGA; também o relatório do presidente da comissão examinadora do referido concurso.

DARDEAU VIEIRA, vem realizando notável obra no gênero, de todos conhecida.

Em 1939, o Instituto de Resseguros do Brasil efetua, para a sua organização, um concurso sob bases ainda mais perfeitas que aquele realizado pelo Instituto dos Industriados; os resultados desse trabalho estão publicados no relatório do primeiro ano de atividades dessa instituição.

OS PRINCÍPIOS DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E OS SUBSÍDIOS DA PSICOLOGIA

Em todas essas referências e exemplos, muito especialmente em relação aos de nosso país, sobressaem as aplicações da psicologia à *seleção de pessoal*.

Não se imagine seja este, porém, o único aspecto pelo qual a psicologia se põe ao serviço da organização do trabalho. Não se conclua também, daí que, em todos os casos referidos, a seleção profissional tenha sido feita exclusivamente por processos de aplicação psicológica. Salvo os trabalhos de seleção de aviadores, um só exemplo conhecemos, em nosso país, de seleção realizada por prova psicológica exclusiva: a do recente concurso para codificadores, no Serviço Nacional de Recenseamento. Dois meses depois da admissão do pessoal, recrutado por um processo simplíssimo — um *teste análogo* ao do próprio trabalho, e que não ocupava mais que cinco folhas de papel — declaram os chefes de serviço, que os servidores assim admitidos apresentam condições mais satisfatórias que os de outro grupo, selecionado antes por várias provas de conhecimentos, como português, matemática, geografia e história...

Não se entusiasmem, porém, os adeptos da psicologia aplicada... Os casos de seleção deste tipo, isto é, de seleção por uma prova de aptidão específica, são de aplicação limitada. A seleção para as carreiras do funcionalismo, em geral, não o admite. Como quer que seja, os elementos que, em qualquer caso, a psicologia pode oferecer à seleção, são inestimáveis. E, portanto, à organização do trabalho, que, do ponto de vista humano, por aí pode e deve começar.

O primeiro princípio de organização, é o da *divisão do trabalho*. Por que dividir o trabalho? Responde, numa fórmula singela e precisa, o professor LUTERO GULICK: "Porque o homem difere em na-

tureza, capacidade e aptidões, e ganha sensível eficiência operatória pela especialização".

À psicologia diferencial, que se preocupa em determinar capacidade e aptidões, caberia fornecer, como já fornece, os elementos com que de antemão se possa respeitar a esse princípio. Atende, assim, ao problema prática da adaptação *do homem ao trabalho*.

Essa adaptação não se verifica só pela seleção. Dá-se também pela *orientação profissional* que, em última análise, é uma pré-seleção, ou seleção precoce (18); pela sistematização psicológica dos métodos de aprendizagem, no próprio trabalho, a ser depois executado; enfim, por crescente especialização dos tipos de atividades, mediante estudo das condições ótimas de produção.

A psicologia intervém para preparar os subsídios necessários em qualquer desses passos da organização. E a sua intervenção se dá pela análise psico-fisiológica do ofício ou mister; pelo exame dos candidatos à seleção, à aprendizagem ou à especialização. A análise do trabalho emprega notadamente estes recursos: estudo da psicologia do ofício, no seu conjunto; exame psicológico de um grupo de trabalhadores considerados excelentes, nesse mister, e de outro grupo de deficientes nele; inquérito entre chefes de serviço e mesmo entre profissionais. E' o que, em parte, para muitas carreiras do funcionalismo, já tem feito o Serviço de Seleção do D.A.S.P., com a cooperação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

O exame dos candidatos, para ser completo, deveria exigir o seguinte: entrevista, com especialista em seleção, e na qual se anotasse, particularmente, as contra-indicações de comportamento emocional e de ordem social; provas ou testes, para verificação de qualidades positivas; estágio no serviço, sob o controle de um chefe de serviço experimentado. Os dois últimos passos já se realizam, no recrutamento de pessoal civil, pelo D. A. S. P.: provas e estágio probatório, este, no entanto, não ainda regulado. A entrevista requer pessoal realmente especializado, para que não seja uma burla. Com pessoal habilitado, chega

(18) São bem diversos os objetivos sociais da *orientação* e os da *seleção profissional*. Aquela visa, em especial o indivíduo; esta, o rendimento. No entanto, os meios de que se servem têm, até certo ponto, a mesma base. A seleção escolhe os indivíduos pela *presença* de aptidões, níveis de aprendizagem, capacidades atuais, enfim; a orientação os dirige, especialmente, pela *ausência* que revelem, nos seus atributos físicos, ou mentais. Uma age por indicações; a outra, na verdade, só se justifica quando apure contra-indicações positivas.

a representar, no entanto, elemento indicativo de primeira ordem, permitindo, por vezes, diagnóstico caractereológico de valor.

Mas, assim como a psicologia se põe ao serviço da organização, para adaptar o homem ao trabalho, assim também presta os seus subsídios para *a adaptação do trabalho ao homem*.

Se voltarmos aos princípios de organização, lá encontraremos os da *transferencia*, isto é, o da passagem do trabalho, ou parte do trabalho, para a ação da máquina; o de *cooperação*, isto é, de relações de trabalhador a trabalhador, numa mesma operação; e ainda o de *funcionalização*, isto é, de separação de atividades, embora complexas, por grupos determinados de trabalhadores. Em qualquer estudo dos problemas referentes à aplicação desses princípios, a psicologia presta os seus recursos, por vezes decisivos.

Problema de caráter geral é o da adaptação dos próprios locais de trabalho, que podem apresentar contra-indicações de ordem psicológica absoluta (exceso de luz, ruído, cor das paredes, disposição dos móveis e dos utensílios empregados no trabalho). São particularmente interessantes, por este aspecto, os estudos de LEON WALTHER, descritos no livro *Técnico-psicologia do trabalho industrial*. Ele aí nos mostra como, em operações em que não se empregam máquinas, pela simples mudança de disposição dos móveis, sua adaptação ao trabalhador e aos fins do trabalho, o rendimento pode aumentar, por vezes, de cinco a seis vezes. (19)

O estudo psicológico dos movimentos profissionais, e sua organização, é por igual providência de grande resultado em certos casos. Igualmente, o da adaptação do instrumental ao operário, ou seja, dos utensílios e das máquinas. Quanto ao primeiro desses pontos, concordam fisiologistas e psicólogos que um terço das energias humanas, em média, são consumidas em trabalho inútil, desajeitado ou inábil. Se analisarmos os movimentos; se normalizarmos os.,-que realmente

(19) Os estudos relativos à iluminação têm sido realizados, entre nós, por DULCIDIO PEREIRA, PAULO SA e outros. Quanto à importância dos *deficits* da capacidade visual e suas causas, estudadas em particular, nas crianças, devem ser citados os trabalhos de METON DE ALENCAR, resumidos numa comunicação ao IV Congresso Brasileiro de Oftalmologia. Ao mesmo Congresso, foi apresentado um trabalho de J. BARROS AZEVEDO, sob o título *Capacidade visual nas carteiras c funções do serviço público*, organizado no Serviço de Biometria Médica, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

podem ser úteis e produtivos; se, enfim, determinarmos a velocidade ótima com a qual devem ser executados — chegaremos a economizar grande parte das forças humanas hoje inutilmente consumidas.

Não se pense que isto só se dá com o trabalho manual. O mesmo ocorre com o trabalho intelectual. E, em relação ao trabalho de repartições, há movimentos de funcionários e de papéis, muitas vezes inúteis, senão até prejudiciais. PAULO ASSIS RIBEIRO conta, em relatório de repartição que dirigiu, que determinada operação se dava em 26 fases, ou estações, quando poderia ser feita, com igual ou maior segurança, e com uma economia fácil de compreender, em 6 fases apenas.

Em relação ao instrumental, utensílios ou máquinas, os problemas psicológicos são diversos e cada qual mais interessante. O trabalho muscular pode ser organizado de maneira econômica, do ponto de vista energético, desde que se tenham em conta os fatores fisiológicos e psicológicos que intervêm em toda a atividade humana. Tanto a posição do trabalhador, quanto a adaptação dos instrumentos, têm grande importância.

A associação do homem à máquina, em grande número de casos, toma o caráter de verdadeira assimilação. Esta se dá por força de adaptação de movimentos, com base na propriedade de extensão, variação e ritmo — isto é, propriedade de valor psicológico. Já num velho estudo de ABRAMOW, *Arbeit und Rhythmus*, publicado em 1902, salienta-se a importância dessa condição do trabalho. Ela é tão natural que muitas operações profissionais criam canções com que o ritmo seja marcado — canções tristes, e deprimentes, como o do trabalho de puchadores de barcos, como no *Barqiteiro do Volga*; canções alegres, como a dos apanhadores de café...

Neste ponto, TAYLOR se equivocava quando dizia que seria preciso impor ritmo certo ao trabalhador. Não impor, certamente; mas estudar o ritmo mais conveniente e propô-lo. A questão do ritmo em operações complexas é personalíssima, e a sua variação, para mais, ou para menos, acrescenta, não raro, condições de monotonia, com profundo reflexo na sensibilidade do operador, e na sensação de fadiga que ele pode experimentar. São clássicos, a este respeito, entre outros, os trabalhos de LAHY, sobre o ritmo da escrita a máquina; os de SACHSEMBERG, relativo a empacotamento de cigarros; os de AMAR, sobre os trabalhos em oficinas mecânicas...

Cada músculo, cada órgão do corpo humano, tem um ritmo próprio, que lhe é peculiar. O coração, por exemplo, é infatigável, com 70 pulsações por minutos. O ante-braço, dobrando-se sobre o braço só dá de 30 a 35 movimentos por minuto, como ritmo ótimo; já os dedos podem levar o rendimento a 150 movimentos, no mesmo prazo. MÜNSTERBERGER estudou pacientemente o ritmo ótimo de cada grupo muscular, chegando a conclusões de valor prático. Assim, para o pé direito, o trabalho que oferece mais exatidão é o de 80 movimento rítmicos, por minuto; o da cabeça, 20. Para as mãos, 120 movimentos, com dez centímetros de amplitude cada um, representavam velocidade ótima. Mas se a amplitude for de pouco mais de 1 centímetro, o ótimo cai para 60, ou seja, metade. ..

A questão do ritmo leva, naturalmente, à questão da fadiga e da monotonia. A primeira é tanto de ordem fisiológica quanto psicológica. A última pertence especialmente à psicologia. Mas a verdade é que as relações do trabalho com o psiquismo se traduzem pela variação do rendimento, podendo-se, assim, não somente verificar esta variação, para aplicações práticas, mas, também o estudo da fadiga em geral. Pesquisas desta espécie são especialmente importantes para a prevenção de acidentes no trabalho mecânico, pois, ao contrário do que se poderia supor, em certos níveis, a fadiga não diminui ou suprime os movimentos, mas os exalta e descoordena, conduzindo o operário a um passo em falso, ou a colocar as mãos numa engrenagem. (20)

A tolerância do trabalho monótono, por outro lado, é extremamente variável de indivíduo para indivíduo, e está relacionada, aliás, com o nível mental. ISABEE BENETT relata uma experiência com quatro indivíduos, de nível mental diverso, em que os de maior inteligência podiam fornecer o trabalho monótono pedido, mas sem manter bom rendimento. (21)

Ao inverso, os de mais baixo nível forneciam atividade constante, bem regulada, e com menor esforço de adaptação. Em observações nossas, com estudantes, chegamos a conclusões idênticas. E verificamos também o seguinte: uma vez adquirido certo ritmo, em determinado trabalho, os menos inteligentes dificilmente se adaptam a outro ritmo, na mesma atividade, ou em outra de mesmo tipo. A observação confirma, aliás,

(20) Mosso, A., *La fatica*, Milão, 1911, Treves; YOTEYKO, J., *La Fatiguc*, Paris, 1920, Flammarion.

(21) Cf. WALLOX ob. cit.

o princípio geral de que as capacidades que chamamos de *inteligência* são, especialmente, capacidades de pronta adaptação a novas situações.

Outro problema bastante curioso é o das curvas de rendimento e do efeito dos intervalos, ou pausas, no trabalho. As pausas, bem proporcionadas, evitam os acidentes e o desperdício de material, elevando a produção. As pausas demasiadas, ao contrário, fazem decrescer o rendimento e, em certos trabalhadores, chegam a influir negativamente na perfeição das operações.

Isto é explicado pela fisionomia geral da curva de trabalho, que ascende lentamente, nos primeiros instantes, para crescer depois (*fase da adaptação*) e manter-se estável, por algum tempo, caindo, afinal, por efeito da fadiga e da monotonia do trabalho. Se o trabalho é interrompido, na fase da adaptação, a produção será fatalmente prejudicada. Uma investigação do "National Industrial Board", dos Estados Unidos, citada por WATKINS e DODD, conclui por aconselhar pausas de 5 a 10 minutos, sempre que a atividade seja monótona, requeira prolongado esforço de atenção, posição incômoda, ou submeta o trabalhador a atmosfera desagradável (22).

Mas só o estudo psicológico, em cada caso, poderá determinar o número e o prazo dos períodos de descanso, ou pausas. A observação do rendimento, em período alongado, e o traçado da curva da produção, facilitam esse estudo.

A extensão do período de trabalho diário pode ser, muitas vezes, também reduzida, com paradoxal aumento do rendimento. MYERS cita vários casos muito interessantes a este respeito, observados em fábrica inglesas. Assim, o caso de operários em fábrica de vidro, que passaram a trabalhar 8 horas diárias ao invés de 10, com aumento da produção em 10 %, logo a partir da primeira semana (23)...

A psicologia, como se vê por estes exemplos, põe-se ao serviço da organização, já no sentido da divisão do trabalho, no de sua coordenação, transferência e profissionalização, como também, no sentido de aumentar o bem estar do trabalhador.

Neste último capítulo, há a considerar medidas diretas, no sentido de despertar o interesse e o gosto pelo trabalho, segundo princípios psicológicos. E' o domínio ainda erichado de problemas, da *motivação*

(22) *The Management of Labor Relations*, N. York, 1938, Mac Graw Hill, p. 526.

(23) *Industrial Psychology*, **cit.**

do comportamento humano. Conhecer, de modo completo, os motivos, seria governar os homens... Mas os motivos que nos levam a agir não são, apenas, os que se passam em nós próprios, mas em nosso meio social. A motivação do comportamento do trabalhador complica-se, portanto, pois que ele age num meio social, sob estímulos também sociais, e a psicologia social, ou a *inter-psicologia*, é estudo recente, mal delimitado ainda.

Isto não significa, porém, que nenhum resultado advenha do seu estudo. Neste domínio, a par de alguns princípios bem estabelecidos, há o exercício de qualidades pessoais dos chefes, de sua capacidade de liderança, do prestígio individual, do valor do exemplo, da sugestão. As razões de justiça no trabalho, de remuneração, de interesse pela pessoa do trabalhador, tudo isso importa. Há condições individuais, e condições de ordem social, que levam ao estabelecimento de um clima, em cada núcleo ou ambiente de trabalho, e que imprime ao trabalhador a boa ou má atitude, disposição negativa, ou positiva, de cooperação, já num pequeno estudo tivemos ocasião de estudar o fenômeno da cooperação ativa dos trabalhadores, procurando demonstrar que essa boa disposição se origina tanto de uma atitude individual, quanto de uma situação, que exista no ambiente geral de trabalho. A atitude individual favorável é produzida pela adaptação natural das aptidões e preparo do trabalhador ao seu próprio trabalho. Por isso, uma seleção bem feita já muito representará, neste particular. Gostos e preferências, em pleno desenvolvimento no trabalho, transformam a este, de atividade imposta ou trabalho forçado, em atividade espontânea, fácil, agradável, produzida quase sem esforço (24).

O preparo devido, para a tarefa que a cada um se distribua, apresenta também importância considerável. Já lá dizia o Camões "que quem, sabe a arte não na estima"... Há numerosos trabalhadores que trabalham mal e de má vontade, pela simples razão de que não conhecem, os modos e formas do próprio serviço de que se achem incumbidos; ou, no caso de atividades intelectuais, que não posuam o preparo básico indispensável. Há, também, os casos temperamentais, os casos de saúde, de desajustamento doméstico, social, de conflito conflito mesmo...

Já se apresentam tentativas para o exame do temperamento e qualidades fundamentais do caráter, por meio de provas objetivas. E, al-

(24) *Cooperação e serviço público*, in Revista do Serviço Público.

gumas, como o teste de JUNE DOWNEY, quando bem interpretado, fornecem elementos valiosos. A técnica desses testes, como a de outros do mesmo gênero, apresenta, no entanto, problemas não ainda de todo resolvidos.

Certos esquemas, como os de JUNG (extroversão, introversão, ambiversão) podem ser utilizados pelos chefes de serviço, segundo a expressão dominante do trabalhador, e sua adequação a um trabalho conveniente a essa expressão. Colocar em contato com o público, num serviço de informações, por exemplo, um tipo fechado, reservado, pouco amigo de falar, desconfiado — não será, naturalmente, concorrer para a organização do trabalho.

Outro esquema, de algum valor, não pelo que possa explicar cientificamente, mas como elemento de diagnóstico, ou da feição típica de cada trabalhador, é o que nos permite a chamada *psicologia individual*, de ALFREDO ADLER, com a sua noção do complexo de inferioridade. Acentuamos o valor relativo do fundamento teórico ou doutrinário, porque é essa mesma a afirmação do autor, quando diz, em vários passos de sua obra, que tudo se pode passar "de outra maneira"...

O esquema de ADLER pode ser assim explicado, em poucas palavras: as condições do crescimento e educação imprimem, a todo ser humano, um *sentimento de inferioridade*. Desse sentimento parte o estímulo que cada um apresenta para maior ou menor aspiração de perfeição, de ultrapassar, compensar, dissimular ou vingar essa inferioridade. Daí, firmar-se, em cada um, o que ADLER chama um "estilo de vida", uma direção mais ou menos constante da dinâmica sentimental da motivação de seus atos, enfim, do caráter. O estilo de vida seria determinado pela seguinte relação: sentimento de comunidade (de cooperação ou de serviço), com o sentimento de inferioridade individual. E esse estilo se revela claramente em três direções capitais: vida social, trabalho e amor... De tal forma os mecanismos são constantes, nesses setores, diz ADLER, que, conhecido o comportamento social e profissional pode-se, com segurança, afirmar o que se deva passar com o amor. . .

Lutando contra o sentimento de inferioridade, o indivíduo procurará compensá-lo. E' esta, aliás, uma lei biológica geral, uma lei de equilíbrio e, podíamos dizer, de organização. CLAPARÈDE, que aceitou o esquema, classifica os tipos de compensação em dois grupos:

1) a *compensação heróica*, ou triunfadora, que vence objetivamente a insuficiência física, mental ou emocional, donde tem origem a inferio-

ridade. São exemplos clássicos o de Beethoven, surdo e músico genial; o de Demóstenes, gago e orador... A ambição de vencer a inferioridade seria a própria causa do talento;

2) *compensações protetoras*, em que o indivíduo, ao invés de enfrentar o obstáculo, procura contorná-lo. Este tipo apresenta, por sua vez, três modalidades de resolução: a *simuladora*; a *consoladora*; e a *vingativa* ou *agressora*. A compensação simuladora se apresenta, comumente, no tagarela, no parlapatão, que, não podendo brilhar pela inteligência, tenta mistificar. A consoladora leva ao sonho e à ficção. E' o caso de muitos artistas, que representam o que desejariam ser, em caracteres bons ou maus. Frequentemente, leva a abandonar a realidade e a enveredar para a neurose. A compensação agressiva ou vingadora leva a usar de processos anti-sociais. Assume as formas da intriga, do atrito constante, da calúnia hábil ou rasteira. . .

O fenômeno descrito seria o mesmo, no plano mental, daquilo que FREUD chamou de *racionalização* (não a racionalização do trabalho, é claro), mas o de explicação intelectual com base falsa, o que não deixa de ser uma forma de compensação afetiva. Assim, o chefe de serviço que não se sente em perfeitas condições para dirigir, e que, a qualquer pretexto, pensa em fazer valer a sua autoridade... Ou o funcionário incapaz que, para explicar a incapacidade ou desdia, inventa os casos de doença em família, intermináveis.. .

A aplicação do esquema de ADLER pode ter aplicação da parte de pessoas com alguma experiência psicológica, servindo, como temos verificado, em muitos casos para o aconselhamento e ação educativa, junto ao trabalhador. Pode operar, assim, como recurso de higiene mental. Mas, isso, seria para corrigir ou reformar. E o melhor é evitar. A boa seleção, como já vimos; o treinamento em serviço, com aproveitamento das melhores qualidades do trabalhador; a readaptação, quando necessário; o aconselhamento, enfim, é que são, no caso, os meios diretos de organização, baseados em fundamentos psicológicos seguros.

A formação dos chefes, eis outro ponto da maior relevância. A formação e o regime de seu próprio trabalho, confessemos. Se um chefe está sempre assoberbado de tarefas, que só ele deve, ou só ele pode realizar, como interessar-se pelas minúcias da organização, entrar em contato pessoal e afetuoso com os trabalhadores, interessar-se, pessoalmente, por eles?...

Há, pois, condições da própria estrutura da organização que muito interessam o sentido do trabalho. Aqui entraria o princípio do *limite*

do controle e poderíamos dizer, do *limite da liderança*. Neste ponto, a psicologia ainda se põe ao serviço da organização, para a fixação de normas do alcance da direção e da ação pessoal, nos cargos de chefia. E' o capítulo da psicologia das relações humanas no trabalho.

A APLICAÇÃO PSICOLÓGICA E SEUS LIMITES

Podemos dizer agora, de modo geral, que a aplicação psicológica na organização, visa adequar a atividade do trabalhador aos fins do trabalho; por outro lado, pretende adequar os fins do trabalho às aptidões, gostos, interesses e capacidades do trabalhador.

Em relação ao primeiro aspecto, a psicologia se nos apresenta, de modo especial, como instrumento de análise. Estuda, discriminadamente, as profissões, ou, ainda, atividades específicas nas diferentes profissões; estuda, nos candidatos à preparação para o trabalho, os requisitos que pareçam fundamentais ao exercício das atividades que assim tenha caracterizado.

Empresta, por essa forma, os seus subsídios à *orientação* e à *formação profissional*, ou, ainda, analisa os indivíduos que já se candidatam a espécies certas de trabalho, dando-lhe à *seleção profissional*. Num e noutro caso, aceita o lema de KEPLER; de que *saber é medir: scire est mensurare*. Para isso, estabelece padrões, perfis, normas e índices, recorrendo ao método estatístico; e a esses padrões compara os indivíduos, para guiar, no primeiro caso; aceitar ou rejeitar, no outro. Ai se aplicam os recursos da *psicologia industrial*, da *psicologia diferencial*, e da *psicologia genética*, esta, quanto à caracterização das capacidades nos vários períodos de desenvolvimento humano. E' o domínio da "psicotécnica das profissões" da "psicoergologia", e da "psicomетria profissional", a aceitarmos as denominações, um pouco bárbaras, propostas por alguns autores (25).

Em relação ao segundo aspecto pelo qual a organização recorre à psicologia — o da adequação do trabalho à vontade do trabalhador — haveria a encarar, de modo especial, a motivação do comportamento

(25) CHLEUSEBAIRGUE (ob. cit.) propõe o nome de "professologia", para o estudo das atividades profissionais; nela haveria a considerar a "professio-grafia", estudo psicotécnico das profissões, e a "psicomетria profissional", estudo das capacidades profissionais e de seu diagnóstico; e "ergologia" para o estudo dos processos de trabalho e suas condições. SOIXIER preferiu a denominação de "ergologia", (de *era.*, unidade física de trabalho) para o estudo

humano em todas as suas modalidades, no ambiente físico e no ambiente social, em que, de modo mais ou menos permanente, viva o trabalhador. Na parte referente ao ambiente físico, as aplicações terão de basear-se num determinismo de ordem físico-psicológica; na outra, haveriam de buscar, mais profundamente, os conhecimentos relativos à personalidade integral do trabalhador e às condições que a influenciam — na caractereologia, enfim, e na psicologia social. Ao invés da análise, a síntese, portanto... Ao invés da medida, o estudo das condições gerais do comportamento... (26)

Quer em relação a um desses aspectos, quer em relação a outro, devemos declarar com franqueza que os princípios da psicologia devem ser aplicados com extremo cuidado, tal o número de variáveis sobre que assentam. E' possível afirmar certos princípios exatos, absolutamente exatos, para grandes grupos; não é possível, nó entanto, de modo sempre perfeito, afirmar alguma coisa para um só e determinado indivíduo.

"O problema é, para a psicologia, como para qualquer outra ciência", diz Wallon, "o de reconhecer a que condições constantes estão relacionadas as semelhanças, e que modificações acompanham as desse-melhanças. Mas a psicologia apresenta ainda em maior grau, o que já manifesta a biologia: isto é, a dependência da reação, sujeita, ao mesmo tempo, às condições do indivíduo e do meio social. A esta conjunção de fatores, tão variáveis, está ligada uma parte de acaso. O acontecimento, a situação a que o indivíduo deverá reagir, e que são suscetíveis de mudança, permanecem, até certo ponto, imprevisíveis. Inversamente,

geral da atividade profissional e de seus problemas. Assim também o faz GIESE, que o divide em duas partes: a "ergologia do objeto" e a "ergologia do sujeito". Alguns autores têm aceito o nome de "praxeologia", para a teoria do trabalho humano e de seu progresso técnico. Outros lembram também as denominações de "mesoergologia", para o estudo dos ambientes de trabalho; de "luminoergologia", para o estudo especial da iluminação; e o "organoergologia". para o estudo dos instrumentos de trabalho e de sua adaptação ao homem.. Pode parecer estranho, mas apesar disto tudo, os conhecimentos relativos ao assunto têm progredido.

(26) A psicotécnica profissional tem sofrido uma série de desvios, que a tem desacreditado, especialmente porque vinha insistindo na idéia de discriminação do comportamento humano em elementos psíquicos criados por abstração, processo através do qual o homem aparece como um mosaico de funções separadas, independentes, sem qualquer conexão entre si. Çf. CHLEUSEBAIRGUE, ob. cit., p. 41.

este acontecimento, esta situação, podem encontrar nos diferentes indivíduos, fórmulas diversas de reação. A causalidade toma, assim, em psicologia, o caráter de probabilidade; e o grau de probabilidade não pode ser estabelecido senão com o auxílio do método estatístico. Extremamente variável, ela pode aproximar-se da unidade, isto é, da certeza; e, na verdade, em certos fenômenos de ordem menos complexa, na psicologia experimental, a parte do fortuito pode ser quase reduzida a zero. No entanto, jamais uma só observação ou uma só medida poderá bastar. E este é o caso, em particular, quando se entra nos domínios da psicologia social. As leis do cálculo de probabilidades nos podem, então, fornecer algumas indicações; mas a última palavra só pela experiência nos poderá ser fornecida" (27).

Para reforçar estas considerações, dignas de serem meditadas pelos que facilmente se enlevem pelo estudo superficial das questões psicológicas e, em especial, da psicologia aplicada ao trabalho queremos relatar, por fim, uma investigação que nos parece muito ilustrativa, de uma parte, a respeito do cuidado a que nos referimos; de outra, quanto à importância da atitude geral, criada pelas influências no trabalhador, para a boa disposição no trabalho. A investigação vem exposta na obra de F. ROETHLISBERGER, da Universidade de Harvard, e WILLIAM DICKSON, da Divisão de Pesquisas da Western Electric Co., e pode ser assim resumida: (28)

Numa das fábricas da Western, em Hawthorne, perto de Chicago, tomou-se um grupo de operárias que se ocupavam em montar determinado acessório de aparelhos telefônicos. Tinham essas operárias largo tirocínio no trabalho já perfeitamente normalizado, e a sua produção semanal anterior era sensivelmente constante. Deu-se, então, início a uma longa, mas perfeitamente controlada experimentação, em 12 períodos, com a duração de várias semanas, cada um.

1.º e 2.º períodos — Condições comuns de trabalho; semana de 48 horas, com trabalho aos sábados; ausência de intervalos de descanso. Resultado: cada operária produziu 2.400 peças por semana;

(27) WALLON, H., *introduction à l'étude de la vie mentale*, in *Encyclopedie Française*, tomo VIII, p. 17.

(28) *Management and the Worker, 1939*; um resumo desta experimentação, como de outras, é apresentado em "Reader's Digest", nov. 1941.

3.º período — Declarou-se às operárias que o trabalho iria ser pago, daí por diante, a tanto por peça produzida. Como seria de esperar, a produção aumentou;

4.º período — Dois intervalos de descanso de 5 minutos cada um. A produção ainda cresceu;

5.º período — Os intervalos de descanso foram aumentados para 10 minutos, cada um. A produção subiu ainda muito acentuadamente;

6.º período — Em cada dia deram-se 6 descansos de 5 minutos cada um. As operárias se queixaram de tão repetidos descansos, que interrompiam a regularidade do trabalho. A produção baixou ligeiramente;

7.º período — Dois intervalos de descanso, num dos quais a empresa fornecia a cada operária uma refeição quente, gratuitamente. A produção subiu;

8.º período — Como no período anterior, encurtando-se, porém, o dia de trabalho de meia hora. A produção aumentou consideravelmente;

9.º período — Como no 8.º, encurtando-se, porém, o dia de trabalho, de 1 hora. Não houve sensível alteração na produção;

10.º período — As mesmas condições, mas o trabalho voltou a ser de 8 horas por dia. A produção semanal aumentou consideravelmente.

11.º período — O mesmo regime do período anterior dando-se, porém, descanso integral nos sábados. A produção se manteve;

12.º e último período — Suprimiram-se todas as vantagens concedidas durante todo o decurso da investigação. Voltou-se ao regime do 3.º período, isto é, de 48 horas por semana, sem pausa, trabalho aos sábados, ausência da refeição quente.

Que deveria ter acontecido? Tudo indica que a produção devia baixar. Pois, ao contrário, subiu para 3.000 peças por semana, para cada operária, o que nunca havia acontecido antes!...

Como explicar esse fato?... Os planejadores da experiência, e que a dirigiram, declaram que nela operava, agora, um fator X, que não estava na fábrica, na duração das horas de trabalho, nem na refeição. Não era um fator físico: era um fator humano, era uma atitude, um sentimento! Desde o momento em que aqueles pesquisadores pediram às operárias que ajudassem a resolver o problema que tinha diante de si,

alegando dificuldades de organização, apoderou-se delas um sentimento de seu próprio valor, de sua importância como seres de pensamento e de sentimento.

A experiência demonstra, de sobejo, como outra, mais ou menos nas mesmas condições e relatada no mesmo livro, que os fatores externos de organização são importantes: *mas que eles são importantes, na medida em que criem no trabalhador uma atitude favorável ao trabalho*. Como observa JAMES MOONEY, "a expressão de qualquer organização é a força moral dos homens que a compõem", a força que os ligue ao propósito comum a que tenham aderido entusiasticamente. Outro grande especialista de organização, já aqui lembrado, GULICK, salienta que "a maior tarefa dos chefes não é a de comandar, mas a de *liderar*, isto é, desenvolver o desejo, e dirigir a vontade dos que com ele trabalham, para um propósito solidário". E acrescenta, em outro ponto: "Os seres humanos são formados de pensamento e emoções, e não se ajustam quando sejam tratados como meros dentes de uma engrenagem... Sua capacidade para grande e produtivo esforço, trabalho em cooperação e leal sacrifício, não conhece limites, no entanto, quando o homem integral esteja realmente considerado no programa que a organização tenha em vista" (29).

Estas palavras, de grandes especialistas no assunto, confirmam, portanto, as observações anteriores, do que chamamos o ambiente ou situação de trabalho em cooperação, e que não pode ser estabelecida, afinal, sem a compreensão ou a intuição psicológica dos chefes... Porque temos o prazer de conhecer a obra do D.A.S.P., bem sabemos que é esse também o seu elevado critério, como se verifica, aliás, objetivamente, por suas iniciativas e resoluções (30).

PARA CONCLUIR

Para concluir, digamos que há os que maldizem a técnica moderna e as suas conseqüências. Uns, como LOTHROP STODDARD, chegam a acreditar que o homem tenha criado uma superestrutura superior à de suas capacidades biológicas; e pregam, sem hesitação, o retorno a uma vida simples, o abandono da organização... Outros pretendem demonstrar

(29) *Papers on the Science of Administration*, Edit. por LUTHER GUUCK e L. URWICK, Institut. of Public. Administration. New York, 1937.

(30) Cfr. o relatório "*A Divisão de Organização e Coordenação e suas atividades em 1941*", Rio, 1942, Imprensa Nacional".

que a técnica foi gerada por verdades práticas dá ciência, desprovidas do calor da inspiração humana, e que o homem terá de solver o problema, preenchendo o vácuo existente entre o que chamam de natural e de cultural... E' a tese de WINDELBAND e RICKERT. Há ainda os que hesitam, como BERTRAND RUSSEL, e levantam a dúvida de que o pensamento técnico, ou baseado na ciência, possa ser a forma natural do pensamento humano. Para esses, a organização seria apenas aplicável a alguns eleitos... Há os que crêem, por fim, como já o queria Renan, que os males da ciência devem ser curados com mais e melhor ciência; e, conseqüentemente, que os males da técnica devem ser curados também com mais apurada e aperfeiçoada técnica.

Entre os líderes deste pensamento, figura JOHN DEWEY, que acredita na capacidade de progresso indefinido, desde que o homem tome uma deliberada atitude de basear o pensamento na experimentação, e de aperfeiçoá-la pela educação. Sua filosofia se condensa no *experimentalismo*: uma verdade é o instrumento de uma nova verdade; uma técnica, o instrumento de outra técnica; uma organização, o instrumento de mais aperfeiçoada organização... A ela pertence também MAURÍCIO BLONDEL, embora de ponto de vista diverso, quando afirma que há uma "lógica da ação", a ser estudada, a ser propagada e a ser praticada, para fins da elevação moral do homem, cuja categoria é a da ação, e da ação conjunta e solidária, na vida social..

Esta parece ser, de fato, a atitude conveniente ao que deva organizar, obra incessante, que tenta emprestar à atividade do homem, precária por natureza, os caracteres de uma obra supra-humana: a de reunir a multiplicidade, na unidade; o vário e o disperso, no coordenado; o contraditório, na afirmação solidária do progresso e da harmonia social — *summa mundum et. compendium...*

A GEOPOLÍTICA NO ESTUDO DA GEOGRAFIA E DA HISTÓRIA

MOISÉS GICOVATE

Do Colégio Bandeirantes,
S. Paulo.

EXPLICAÇÃO PRELIMINAR

Para muitos, a simples expressão GEOPOLÍTICA desperta sentimento de repulsa. Ela está, de fato, associada à vida do partido nazista e aos feitos militares germânicos. Está impregnada, para a maioria, de misticismo; confunde-se com raça "superior"; é sinônimo de "imperialismo"; identifica-se com vertiginosas transformações mundiais. A idéia nela contida "teve sem dúvida repercussão espantosa nos acontecimentos históricos contemporâneos.

O presente estudo destina-se a professores do curso secundário. E pareceu-nos de utilidade fazê-lo, em virtude de serem poucos numerosos os ensaios deste gênero entre nós. No entanto, a GEOPOLÍTICA está em moda. Exporemos aqui a elaboração e a constituição de seus princípios; sua aplicação na compreensão das transformações do cenário mundial; notas críticas sobre as diretrizes políticas do passado. Veremos como a doutrina resultante é da maior importância nos períodos de paz como durante a guerra, na interpretação da história e na previsão do mundo de amanhã.

Este estudo pretende realçar a importância cada vez maior da GEOPOLÍTICA nos estudos da geografia e da história. A sua luz, o próprio conceito dessas disciplinas se modifica. A enumeração cede lugar à explicação. O ponto de vista estreito é substituído por visão mais ampla. Os conhecimentos, que nos pareciam individualizados e isolados, passarão a esclarecer "processos". Da compreensão do passado e do exame do presente, será possível antever o futuro.

ELABORAÇÃO DA GEOPOLÍTICA

Os princípios da GEOPOLÍTICA só modernamente foram consubstanciados em corpo de doutrina. Mas esse corpo não surgiu de um só jacto. Não saiu também do cérebro de um só homem. Idéias esparsas são encontradas em escritos que muito recuam no tempo. Elementos geopolíticos existem nas obras de filósofos políticos e geógrafos profissionais de qualquer nacionalidade e em todas as épocas. ARISTÓTELES (384-322 a. C.) salientou freqüentemente a dependência da ciência política para com a geografia. ERATÓSTENES (276-196 a. C.), natural de Cirene, dirigiu a Biblioteca de Alexandria e deixou uma obra notável: "Exposição do Sistema do Mundo" (1). ESTRABÃO (63 a. C. — 21 d. C.), geógrafo grego, cuja obra ocupa posição de relevo na antigüidade, escreveu para os homens de estado e para os políticos. Durante a idade-média, ALBERTO MAGNO (1206-1280) impõe-se pelos conhecimentos geográficos, tendo previsto o Canal de Suez. MONTESQUIEU (1689-1755) dedicou o Livro XIV do seu "Espírito das Leis" às influências da geografia sobre as variações políticas e a conduta humana. Estas observações deram aos políticos, historiadores e geógrafos visão nova sobre muitos problemas. EMMANUEL KANT (1724-1804), espírito polimorfo, emitiu conceitos substanciais sobre a geografia, esteio e alicerce da história. KARL RITTER (1779-1859) considerou a geografia de importância capital no desenrolar da civilização.

Fácil seria multiplicarmos as citações e os exemplos. O professor E. BACKHEUSER lembra uma frase de NAPOLEÃO BONAPARTE, de sabor geopolítico: "A política de um Estado está na sua geografia". FREDERICO RATZEL (1844-1904) desenvolveu extraordinariamente a Geografia Política (2). E' incontestável que RATZEL foi o último e o maior dos precursores da GEOPOLÍTICA. Para ele, o "espaço" representa força política de importância capital. As suas concepções sobre a Geografia Política formam a parte nuclear da GEOPOLÍTICA. Criou ele o "sentido geográfico", que deve lançar raízes em todas as almas, a fim de que a Nação se torne forte e sobreviva. Esta concepção leva diretamente ao "desejo de expansão", que é tanto maior quanto mais intensa a "capacidade colonizadora". A sua concepção de Estado é a de um "organismo vivo", que necessita de "espaço". Começa aí a história do "espaço vital", alavanca potente, capaz de mover nações inteiras. Desenvolveu as suas idéias em uma obra publicada em 1896.

intitulada: "As leis do crescimento territorial dos Estados". Este trabalho, se já não era de GEOPOLÍTICA, permitiu, no entanto, a eclosão desta disciplina. Nele figuram as suas famosas sete leis do "espaço" (3).

O maior desenvolvimento dos estudos geopolíticos foi alcançado na Alemanha (4). mas a irrupção da guerra fez que se desenvolvessem rapidamente também em outros países. Nestes, a Geografia Política possuía cultores. Na França, bastará lembrar JEAN BRUNHES e CAMILLE VAMLAUX (5); ALBERT DEMANGEON, que severamente critica a GEOPOLÍTICA alemã; JACQUES ANGEL, que assimilou os métodos da GEOPOLÍTICA e publicou trabalhos de real valor (6). Nas obras de ANDRÉ SIEGFRIED fácil será notar todo um sistema de geografia política (7). Na Grã-Bretanha citaremos GORDON EAST (8); na Espanha, GONZALO DE REPARAZ (9). O Japão possuía o seu plano geopolítico (10). Entre os autores dos Estados-Unidos, há a citar especialmente ISIAH BOWMAN (11), e, mais modernamente, NICHOLA SPYKMAN, que se tem ocupado especialmente do hemisfério ocidental (12).

No Brasil, é o professor EVERARDO BACKHEUSER o pioneiro da GEOPOLÍTICA. O seu primeiro trabalho data de 1926 (13). Rege atualmente o curso de "GEOPOLÍTICA" do "Instituto Rio Branco", no Itamarati. Trabalho de carácter geopolítico é o de TEÓFILO DE ANDRADE, sobre o rio Paraná (14). O autor destas linhas tem publicado uma série de artigos sobre a matéria (15), e o interesse por ela tem levado também à divulgação de traduções (16).

Na verdade, as traduções de trabalhos de conteúdo geopolítico são atualmente muito numerosas (17).

HALFORD MACKINDER

Só neste século a GEOPOLÍTICA tornou-se disciplina independente. Pode-se dizer que sua doutrina foi consubstanciada por HALFORD J. MACKINDER, na Grã-Bretanha; mas o termo GEOPOLÍTICA foi criado na Suécia, por RUDOLF KJELLEN: e, depois, vulgarizado na Alemanha, por KARL HAUSHOFER.

Os primeiros escritos de MACKINDER datam de 1904. Nesse ano perante a Real Sociedade de Geografia de Londres, leu a sua memória: "O pivô geográfico da história", que apesar de conter idéias geopolí-

ticas, de interesse vital para o Império Britânico, passou despercebida. Ainda se ouvia o eco dos canhões da primeira guerra mundial e a Conferência de Paz estava reunida em Paris, quando este eminente geógrafo e geopolítico lançou novo grito de alarma. Foi em 1919, quando publicou notável trabalho intitulado "Idéias Democráticas e Realidade". Ninguém prestou ainda atenção a essa nova advertência, que apontava o perigo latente contido na "posição geopolítica" da Alemanha, nem às medidas que indicava para afastar uma nova pugna de proporções gigantescas. Suas idéias, continuando as de RATZEL, referem-se aos problemas políticos e estratégicos internacionais, e procuravam examinar o mundo como uma unidade.

O geógrafo inglês observava que nove doze avos da superfície do globo terrestre eram ocupados pela água e que apenas três doze avos pertenciam às terras; que dois terços das terras formavam o grande continente Euro-Asiático-Africano; que o último terço das terras era integrado pelas Américas e pela Austrália. Tudo, concluía, deve levar os homens a pensar em "termos continentais".

O continente tríplice foi denominado por MACKINDER de "Ilha-mundial". Pequenos grupos de ilhas existem nas proximidades da costa desta grande massa de terra: a leste, o arquipélago Japonês; a oeste, o arquipélago Britânico. Além dos oceanos, massas de terras marginais, ilhas gigantescas: a oeste, as Américas; a leste, a Austrália. Verificou igualmente que quatorze dezesseis avos da população do planeta estava concentrada na "Ilha-mundial", enquanto um dezesseis avos vivia nas ilhas periféricas, e o último dezesseis avos da população pertencia às Américas e à Austrália.

Nada de novo nesta concepção de "ilha-mundial" e de "oceanomundial". Nada de novo quanto à importância atribuída ao grupo Eurásia-África- O novo e original residia nas conclusões geopolíticas, nas concepções de uma "área-pivô" e de uma "terra-coração". Esta última se representa, segundo MACKINDER, por imensa zona formada pela Rússia asiática, Mongólia, parte da China até as montanhas do Tibé, e parte da Rússia européia até o Volga. Esta "terra-coração" tornou-se parte nuclear das concepções de MACKINDER. pois a sua importância é imensa (18). Mostra-nos a história que daí partiram os invasores da Europa, sempre do oriente para o ocidente. Verificava, MACKINDER, por sua vez, que a Alemanha possuía condições especiais,

em virtude de sua posição excepcional, a ponto de poder inverter a direção das invasões, tornando-se, assim, detentora da "terra-coração".

Formulou MACKINDER as suas concepções nas três proposições seguintes: 1) — Quem domina a Europa ocidental, controla a "terra-coração"; 2) — Quem domina a "terra-coração", controla a "ilha-mundial"; 3) — Quem domina a "ilha-mundial", controla o mundo.

A validade dessas proposições foi contestada por muitos, porque a maior parte da "terra-coração" é deserto. Foram, no entanto, confirmadas pela instalação das indústrias russas além do Volga e pelo desenrolar dos acontecimentos da segunda guerra mundial. O eminente geopolítico norte-americano professor SPVKMAN propôs, aliás, o seguinte substitutivo para a primeira proposição: Quem domina as terras periféricas, controla a "ilha-mundial".

Em 1943, HALFORD MACKINDER (19), procedendo a uma revisão de suas idéias geopolítica, achou-as mais válidas do que nunca. Verificou, todavia, ter havido um deslocamento de poderes. De fato, os Estados-Unidos agigantaram-se. O geógrafo inglês salientou, então, que o fulcro do "poder mundial" estendia-se do rio Missouri ao rio Volga, dos Estados-Unidos da América do Norte à Rússia, compreendendo 1.000.000.000 de habitantes. Igual número existe nas "terras das monções asiáticas" da Índia e da China. Prevê-se a mesma possibilidade em população para a América do Sul e para a África-

RUDOLF KJELLEN

O professor RUDÚLF KJELLEN (1864-1922), sucessor e continuador das idéias ratzelianas, é, como já dissemos, o criador do neologismo GEOPOLÍTICA, agora de uso universal. O termo apareceu, pela primeira vez, na obra "O Estado como Organismo Vivo", publicado em Estocolmo, em 1916 e, pouco depois, traduzido para o alemão. Nesse trabalho, considerou o Estado como organismo vivo, cujo principal atributo é a "força". No trabalho publicado em 1920, "Fundamentos para um Sistema de Política", continuou a desenvolver as mesmas teorias examinando a situação internacional daqueles dias. Considerado o Estado como um organismo vivo, o "território" seria o seu corpo; a "capital" e os "centros administrativos", o coração e os pulmões; os "rios", "estradas de rodagem¹ e de ferro", as veias e artérias; e as "áreas produtoras de matérias primas e produtos alimentícios",

que contribuem para o seu engrandecimento, os seus membros. Cinco seriam os aspectos do Estado: território, população, economia, sociologia e governo. Donde cinco ramos:

GEOPOLÍTICA — a geografia e o Estado.

DEMOPOLÍTICA — a população e o Estado.

ECOPOLÍTICA — os recursos econômicos do Estado.

SOCIOPOLÍTICA — a estrutura social do Estado.

CRATOPOLÍTICA — a organização governamental (20).

KARL HAUSHOFER

KARL HAUSHOFER nasceu em 1869. Serviu no Japão durante os anos de 1908-1909, tendo oportunidade de conhecer não só esse país mas quase todo o oceano Pacífico. Posteriormente, um de seus mais famosos trabalhos seria "A Geopolítica do Oceano Pacífico".

Durante a primeira guerra mundial serviu no exército, conquistando o posto de major-general. Terminada a luta, entregou-se ao estudo das causas que levam a Alemanha à derrota, trabalhando, pode-se dizer, em silêncio. O mundo só teve conhecimento de sua existência em 1935, quando se descobriu que era um dos inspiradores de Adolfo Hitler.

Depois de ter lecionado geografia e história militar durante dois anos, foi nomeado, em 1920, professor de Geografia Política da Universidade de Munich, onde se havia doutorado nove anos antes. Aí desenvolveu suas idéias, no "Instituto Geopolítico de Munich" e na "Revista de Geopolítica", cuja publicação foi iniciada em 1924.

Com base na obra de RATZEL, de MACKINDER, de KJELLEN.. de FAIRGRIEVE (21), de SPENGLER (22), começou a elaboração de seu gigantesco plano geopolítico, cujo fito primordial era a reconstrução alemã e a conquista para a Alemanha de uma posição de eminência entre todas as demais nações. Conheceu HITLER por intermédio de RUDOLF HESS, tendo influído na elaboração de partes de "Minha Luta" (23).

Aceitou a idéia de "Estado orgânico", desenvolvida por F. RATZEL e R. KJLLEN. Como qualquer organismo vivo, nasce, desenvolve-se

declina e morre, se atingido profunda e mortalmente, em qualquer de seus órgãos vitais. Será necessário, pois, defender ou conquistar, manter ou ampliar esses órgãos vitais, como "grandes espaços", "segurança de fronteiras", com o emprego da força, mesmo em detrimento ou a custa de Estados menores e mais débeis... Fiel às i leis de MACKINDER, era de opinião ser necessário o controle da "terra-coração", antes de lançar-se contra a Europa ocidental.

Estudou a Alemanha sob o duplo aspecto do "espaço" e da "posição". Meditou sobre a situação dos "povos sem espaço", e examinou o problema do "espaço vital", para o povo alemão. Concluiu ser preciso conquistá-lo a qualquer preço, com qualquer sacrifício e entregou-se de corpo e alma à elaboração do plano necessário. Enveredou, deste modo, pela política da "Terra e Sangue", na expressão amargamente significativa de LIN YUTANG.

A atividade do "Instituto de Munich", a cuja frente estava HAUSHOFER, foi enorme durante todo o período que medeia entre 1925 e 1935, como se vê de inúmeras publicações. Ademais, eram enviadas expedições científicas, que penetraram todos os recantos do mundo. Ao serem interrogados, declaravam seus membros que estudavam a vida dos pássaros e que acompanhavam o crescimento das plantas. Na realidade, eram historiadores, naturalistas, geógrafos, sociólogos, economistas, educadores, cartógrafos, agrônomos, oceanógrafos, enfim, especialistas que faziam observações e estudos sobre clima, habitantes, política, indústria, agricultura, ou de outros aspectos de interesse geopolítico. Conseguiu desse modo dados que, classificados e estudados, analisados e elaborados por especialistas, fundamentaram uma "geopolítica bélica e militar". Estudou elementos, tais como os da economia, psicologia, antropologia, biologia, medicina, em função do "espaço", que seria a única fonte do poder político do Mundo (24). Verificou que as pequenas áreas facilitam o ataque, ao passo que as grandes áreas facilitam a defesa. Desprezou, no entanto, o poderio naval, e não previu suficientemente o poderio aéreo.

Autor de grande número de trabalhos (25), que lhe deram prestígio extraordinário (26), HAUSHOFER foi a mola intelectual da guerra. Não considerou, porém, devidamente o poderio dos Estados Unidos, e, por ironia da história, está hoje prisioneiro das tropas norte-americanas.

CONCEITUAÇÃO DA GEOPOLÍTICA

As definições de geopolítica são numerosas. Para uns, a Geopolítica "é a ciência geográfica do Estado". A definição da Escola Geopolítica de Munich era esta: "a ciência que trata da dependência entre os fatos políticos e o solo". Pessoalmente, HAUSHOFER definiu a Geopolítica como "a base científica da arte da atuação política na luta de vida ou de morte dos organismos estatais pelo "espaço vital". KJELLEN considerava a Geopolítica "como a política feita em decorrência das considerações do Estado".

HAUSHOFER, aliás, salientava: — "Não é acidentalmente que 2 palavra "política" é aqui precedida pelo prefixo "ge". Este prefixo significa muito e requiere muito. Ele liga a "politica" ao "solo". Arranca a política das teorias áridas e frases vazias de sentido que podem arrastar os líderes políticos a utopias irrealizáveis. Proporciona fundamentos sólidos à "política". A Geopolítica relaciona todo o desenvolvimento político à permanente realidade do solo"-

Para ele, as idéias fundamentais eram, pois: "solo", "poder", "política". Outras definições o confirmam: "Geopolítica é a doutrina do poder do Estado sobre a Terra". "Geopolítica é a doutrina das relações terrestres do desenvolvimento político". "Geopolítica é a ciência que estuda o organismo político do espaço e sua estrutura".

Preferimos dizer que a Geopolítica é um corpo de doutrina, com base científica, para a finalidade de proporcionar às nações, na aspiração de atingir o fim político visado, uma orientação lógica e racional. *Internamente*, pretende estabelecer ordem e progresso, bem estar e felicidade de seu povo;- *externamente*, visai estabilizar as suas "fronteiras naturais", conseguir posição de relevo e de respeito no concerto das demais nações. E' a geografia utilizada para fins políticos; o estudo de uma nação como ser vivo; a orientação dos grandes empreendimentos e realizações no campo da política interna — conquista do "espaço" — e no campo da política internacional — conquista das "fronteiras".

Certamente que seus estudos tanto podem servir à paz como à guerra. O que é de desejar-se é que tenha com escopo principal garantir a "ordem" interna e a "paz" com as outras nações.

GEOGRAFIA, HISTORIA, POLÍTICA

Todos aqueles que se entregam aos estudos das ciências sociais sabem das estreitas relações existentes entre a geografia e a história. Seus contactos são tão numerosos e tão íntimos que ousamos afirmar que em certos momentos estas duas disciplinas se tornam inseparáveis.

Podemos afirmar que todo fato histórico é determinado em função de suas coordenadas: o "lugar" e o "momento". O primeiro nos é dado pelo "mapa"; o segundo, pelo "calendário".

HORRABIN afirma: "O estudo da geografia nos permite conhecer a história, e inversamente" (27). HERDER dizia que a história deve ser considerada como a geografia posta em movimento. O mesmo conceito é repetido em 1944: "A história é a geografia posta em movimento" (28).

Os trabalhos de GORDON EAST e de JAMES FAIRGRIEVE (29) indicam as mesmas relações. O segundo desses autores preceitua: "A história é controlada pela geografia", querendo dizer que todos os fatos históricos sucedem em determinado "ambiente" geográfico.

Não é, pois, desprezível a concepção de DESMOLINS (30) quando afirma que o "caminho" é o forjador dos homens e o construtor dos povos e das nações. Caminhos não são apenas as regiões percorridas; são igualmente as regiões ocupadas. Corresponde ao *meio geográfico* e, deste modo, refere-se precisamente aos fundamentos da "marcha da civilização".

Por outro lado, a política é a arte de governar, e sua atuação se dá necessariamente através da geografia e da história, e tanto no domínio interno como no internacional. Só, assim, poderá a política ser previdente e realista. MACKINDER afirmou que "o homem de Estado do futuro deve conhecer alguma coisa das regiões naturais geográficas se for um construtor de estabilidade". LUIGI DI MARCHI preceitua: "A história política tem, pois, de acomodar-se às condições do seu ambiente físico, deve obedecer às condições naturais que dão ao povo e ao Estado uma direção e evolução política" (31).

GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA

Para alguns autores essas expressões são sinônimas; para outros, a diferença entre esses dois termos é muito pequena; para um terceiro grupo, as duas denominações nada têm de comum. No estado

atual dos conhecimentos, fácil será estabelecer a diferença entre elas, e fácil o emprego preciso de cada qual.

Rápida visão retrospectiva nos facilita a tarefa. Os trabalhos que trazem como título "Geografia Política" nos mostram que a matéria aí contida se refere à organização política do Estado e que estudam igualmente a formação e expansão das Nações, bem como os seus problemas políticos atuais (32). Conclui-se que as obras de Geografia Política são ao mesmo tempo trabalhos de Geopolítica (33).

Em dado momento, porém, a Geopolítica se destacou da Geografia Política, para constituir-se como corpo de doutrina independente (34). Convirá, pois, aos autores, designar suas obras de acordo com o conteúdo (34).

Afirmam autores que a diferença entre Geografia Política e Geopolítica é apenas questão de intensidade (35). Segundo um professor da Escola de Munich, a Geografia Política estuda o *Estado* do ponto de vista do *espaço*; a Geopolítica estuda o *espaço* do ponto de vista do *Estado*. A Geografia Política considera o Estado em seu ambiente material, do ponto de vista de sua análise subjetiva; a Geopolítica considera o Estado em sua situação física, do ponto de vista de suas necessidades de política externa. Para OTTO MAULL, **que** pertence ao grupo da Escola de Munich, a Geopolítica está relacionada com as necessidades especiais de um Estado, enquanto a Geografia Política examina apenas as condições de seu espaço (36).

A diferença entre Geografia Política e Geopolítica está na maneira de encarar os temas. A primeira considera os Estados como organizações estáticas, firmemente assentadas sobre bases geográficas. O domínio da segunda abrange o conflito e a troca, a evolução e a revolução, o ataque e a defesa, a dinâmica dos espaços terrestres e das forças políticas que neles lutam para sobreviver. A Geografia Política ocupa-se da descrição do espaço-estado, isto é, a sua situação e extensão, enquanto no campo da Geopolítica, cabem as circunstâncias vitais dentro de um Estado e, entre Estados, em suas "relações espaciais". A Geografia Política é apenas a investigação das condições: a Geopolítica apresenta a questão dinâmica de seu desenvolvimento (37).

As duas, expressões, embora sempre se refiram ao Estado, não se confundem. Compete à Geografia Política o estudo do aspecto "estático", isto é, a organização política do Estado; enquanto à Geopolítica cabe o estudo do aspecto "dinâmico", isto é, a força de expansão das nações (38).

GEOPOLÍTICA OU POLÍTICA

Segundo as idéias expostas, chega-se a concluir que a Geopolítica é o estudo da política interna e externa das nações, estabelecido em bases geográficas (39). Mais ainda, que a Política orientadora dos planos internos e dos procedimentos internacionais, só recentemente veio a aceitar fundamentos geográficos.

A Política, independente da geografia, é responsável por erros incontáveis na vida interna e nas relações internacionais, em todas as épocas; tem sido a causadora das guerras por esquecer a realidade (40).

Os estudos de Geopolítica, isto é, da política do "espaço", são necessários para, internamente, estabelecer o bem estar e o progresso; e para, externamente, manter a paz e os entendimentos sinceros entre as nações. Se a base desses estudos é a "geografia", claro se torna que a geopolítica deve ser incluída entre as divisões dessa disciplina. *A Geopolítica c, pois, um ramo da Geografia* e não da Política. A Geopolítica fornece os fundamentos da política, isto é, a política de uma nação que tenha por base suas condições geográficas. A política adquire, assim, sentido humano e pode ser aplicada à solução dos problemas internos e internacionais, com probabilidade de êxito que, até há pouco, não possuía (41).

Muito convirá que cada nação tenha o seu plano geopolítico, relacionado com a realidade geográfica e histórica, com as necessidades de defesa, e em função das forças mundiais. A natureza dinâmica da geopolítica é fundada, como vimos, no ajustamento do Estado ao ambiente natural, interno e externo-

Os fatores que devem ser considerados e examinados na organização de um plano geopolítico são: a situação, forma e extensão do país; clima e energia climática; população; recursos naturais, capacidade industrial, organização social e política. A vida das nações pode ser considerada como a sucessão de acontecimentos geográficos — históricos — políticos.

Se aceitarmos a idéia de que os Estados têm a sua infância, a sua juventude, a sua maturidade e a sua velhice, verificaremos que a elaboração de um "plano geopolítico" pertence à segunda fase, e a sua execução cabe à terceira.

Deve-se notar que, como ciência, não existe uma geopolítica alemã, outra francesa, inglesa, americana ou brasileira. Os elementos

científicos são universais. O que existem são planos geopolíticos, estabelecidos de acordo com as realidades de cada nação, para guiá-las na sua vida interna e nas suas relações internacionais, e que sofrem as influências da própria filosofia de vida de cada povo. Aliás, a universalidade das concepções da geopolítica há de levar os povos a pensar não só em termos "nacionais", mas em termos "continentais", e mesmo "mundiais". Cada plano deverá ser arquitetado, de futuro, em função do resto do planeta. Esses foram os ensinamentos da primeira guerra, só compreendidos e aprendidos depois do segundo conflito mundial.

Na verdade, o estudioso das ciências sociais — sociologia, história, geografia — defronta-se na época presente com um panorama complexo e intrincado. Sente necessidade de refazer os seus raciocínios, de rever as suas concepções. Verifica a necessidade de aplicar os princípios da geopolítica à geografia, à história, à sociologia. Deve usar a "geopolítica" como um método de investigação, de análise e de interpretação dos mais amplos fatos sociais. Se os responsáveis pelo destino das Nações o tivessem feito em 1918, talvez tivessem evitado a segunda guerra mundial.

O exame da vida das nações e de suas necessidades mostra, que a estabilidade delas tem que ser baseada sobre a satisfação das necessidades internas de suas populações e que a paz do mundo deve ter por base a doutrina da justiça, dos direitos dos mais diversos povos para a sua auto-determinação e auto-satisfação. Esta posição pode ser conquistada pela organização de um plano geopolítico, próprio e particular, condizente com as realidades totais de cada nação.

Cada nação tem, por certo, a sua "expressão" geopolítica. A dos Estados-Unidos pode ser representada pela frase de ROOSEVELT: "A nossa fronteira está no Reno". Não é uma figura de retórica, mas uma frase plena de significação geopolítica. Esta frase, por si só, poderia levar uma nação à guerra. Mostrou a intenção de abandonar a política isolacionista do hemisfério ocidental, divorciada da realidade, para intervir nos negócios europeus.

A expressão geopolítica da Grã-Bretanha foi sintetizada por CHURCHILL também numa frase: "Não aceitei o cargo de primeiro Ministro de sua Majestade para liquidar o Império Britânico". Mostrou, assim, a firme decisão de defender, a qualquer preço, a Comunidade Britânica de Nações. O utópico plano geopolítico alemão poderia ser expresso por três palavras: "Domínio do mundo". O sonho

imperialista era concretizado no canto dos soldados nazistas: "Hoje pertence-nos a Alemanha, amanhã o mundo inteiro". Duas eram, no entanto, as correntes teóricas da Alemanha, donde os conflitos e contradições: a teoria do "espaço", de HAUSHOFER, e a teoria da "raça", de ROSENBERG.

O plano geopolítico brasileiro pode ser exposto num lema: "Marcha para oeste". Mas bastariam duas palavras: "espaço" — "população", pois os nossos problemas fundamentais são a conquista do espaço que já é nosso, e o aumento demográfico.

PANORAMA GEOPOLÍTICO DO MUNDO EM 1918 E EM 1945

A comparação dos problemas geopolíticos, depois das duas guerras mundiais, deixa uma impressão desconcertante. Realmente, em 1945, as nações defrontam os mesmos problemas geopolíticos de 1918, agravados ainda pela incompreensão e desentendimentos sobre- vindos no período de intervalo dos dois primeiros conflitos.

Terminada a primeira guerra mundial, numerosos e difíceis eram os problemas geopolíticos. Os vencedores não estavam preparados para implantar uma paz justa e duradoura. A tarefa era grande demais. Os quatorze pontos do Tratado de Versalhes, não eram suficientes para solver os graves e complexos problemas da Europa, Ásia e África (42). As Américas figuravam, à parte, no hemisfério ocidental. As colônias do império alemão e as do império otomano foram distribuídas entre diversos países, sob a rubrica de "mandatos internacionais" (43).

Foram fixadas reparações. Criado o "corredor polonês" e reerguida a Polônia. Desmembrado o Império Austro-Húngaro. A Rússia fez a sua revolução socialista e ficou à margem dos acontecimentos europeus. Foi criada a "Liga das Nações", que jamais pôde representar o importante papel que lhe fora destinado. A Grã-Bretanha, país extra-continental e cabeça do maior império colonial do mundo, continuou fiel à sua política tradicional. O equilíbrio europeu, iniciado pelo Tratado de Westfália, em 1648, continuado pelo Congresso de Viena, de 1815, era ainda a sua diretriz política. Não podia haver confiança e entendimento entre as nações. Equilíbrio de força, equilíbrio de poder significavam alimentar a desconfiança e a discórdia entre os diversos povos.

Durante o interregno de vinte e um anos, que medeia entre o fim da primeira guerra mundial e o início da segunda, muita coisa aconteceu (44). Realizaram-se numerosos congressos e conferências internacionais, que primaram pela ausência de historiadores, geógrafos e geopolíticos. Nenhum dos problemas discutidos foi submetido a um exame e estudo histórico-geográfico-geopolítico e o resultado foi sempre o mesmo: a "estabilidade" da paz, cada vez mais difícil de ser mantida. A questão da Abissínia permitiu a união da Itália com a Alemanha. A experiência espanhola foi propositadamente ignorada. A formação do "Anti-Kominrern", união para combater o comunismo, foi bem recebida. Os problemas coloniais se agravaram. A promessa de Lord Balfour jamais foi cumprida.

A voz prudente e previdente de MACKINDER não foi ouvida em seu país. No entanto, encontrou eco do outro lado da Mancha. O ponto culminante da crise foi atingido no ano terrível de 1939, quando Alemanha e Rússia assinaram o pacto de não agressão. Nessa ocasião concretizou-se, ainda que temporariamente, o perigo de uma só potência no ocidente, ocupando a "terra-coração". Munich foi o ponto final dessa desorientação política. A Europa mergulhou durante mais de cinco anos na mais sangrenta e cruel das pugnas (45), e arrastou consigo o resto do mundo. Os erros de 1918 e dos vinte e um anos, que se seguiram, custaram muito.

Os mesmos problemas, agravados, apresentam-se ao mundo em 1945 (46). Terminada a guerra, cada nação está procurando seguir o seu caminho isolado. Os interesses geopolíticos são opostos e de difícil conciliação. A leitura dos documentos firmados pelos mais eminentes políticos, como CHURCHILL, SUMMER WELLES, ATIEE, mostra divergências profundas (47).

As nações podem, na hora atual, ser divididas em quatro grupos: vencedoras, vencidas, libertadas e marginais. Estas últimas são integradas pelas que, por sua situação geográfica, ficaram à margem do conflito e dos acontecimentos, pelo menos teoricamente, e às quais cabem grandes e pesadas responsabilidades na duração do conflito.

Para a organização do mundo-novo é necessário que todos os problemas sejam examinados sob um tríplice aspecto: histórico-geográfico-geopolítico. Deverá ser feita uma revisão geral das "fronteiras". Cada nação, cada país, cada povo deverá ser colocado dentro de um "espaço" suficiente. Se estas medidas forem tomadas, se se fizer uma revisão justa e imparcial, se o interesse geral predominar sobre o interesse

individual, com base nos conhecimentos científicos, surgirá um mundo melhor.

O passado deve guiar-nos no futuro. Na mesa da paz deverão sentar-se políticos esclarecidos pela história, pela geografia e pela geopolítica (48). Evitar-se-ão assim erros futuros. Evitar-se-á a repetição dos erros passados. Devemos procurar a explicação dos acontecimentos ao invés de justificá-los. Será sempre encontrada uma solução justa, por mais complexos que se apresentem os problemas, e isso só será possível ser estabelecido com um *plano geopolítico mundial* (49).

CONCLUSÕES PEDAGÓGICAS

Da rápida visão histórica e atual dos problemas da geopolítica, torna-se possível tirar algumas conclusões de ordem pedagógica, úteis à reflexão dos professores de geografia e história, em nossos cursos secundários, e mais acentuadamente, nos de nível superior. São elas as seguintes:

- 1) No estudo dos fatos e fenômenos 'sociais, os métodos de interpretação que já nos fornece a geopolítica não devem ser desprezados;
- 2) O estudo da geografia política deve ser completado com as noções gerais de geopolítica;
- 3) Os estudos de história devem fundamentar-se nas realidades geográficas;
- 4) No ensino superior, especialmente, a geografia e a história devem apresentar as realidades da evolução dos povos de modo a permitir a mais ampla crítica, fundamentada em conhecimentos científicos;
- 5) Convirá sempre que o estudo da geografia e da história seja feito pelo método comparado;
- 6) O ensino da geografia em qualquer nível não deverá esquecer os problemas de "espaço" e de "fronteiras";
- 7) O ensino da história deve ser desenvolvido especialmente conv relação à época contemporânea, na qual apareceram e se desenvolveram as grandes nações coloniais;
- 8) O ensino da geografia e da história deve tender a elevar o pensamento dos estudantes à consideração não só dos grandes problemas nacionais como dos problemas continentais e mundiais;
- 9) Aos professores de geografia e de história cabe grande soma de responsabilidade na formação de uma mentalidade pacifista, fundada em razões de justiça internacional,

NOTAS

(1) — Segundo relato de ESTRABÃO, esse trabalho era dividido em quatro partes: 1.^a Preâmbulo e preliminares; crítica da geografia mitológica (contra os arqueólogos partidários da autoridade geográfica de HÔMERO); 2.^a Exposição da geografia física (forma da Terra; distribuição dos continentes; meteorologia); 3.^a Geografia matemática: determinação das longitudes e latitudes; 4.^a Estatística; geografia política; — cartas; — corografia. MARCEL DUBOIS — "Géographie Générale" — 2.^a ed. — Paris — 1907 — pág. 130.

(2) — As concepções ratzelianas foram formuladas nesta obra, cuja primeira edição data de 1897. A segunda edição, publicada em Munich, em 1903, trazia como sub-título: "A Geografia dos Estados, do Tráfego e da Guerra".

(3) — 1.^a lei: O espaço dos Estados cresce com a cultura; 2.^a lei O crescimento dos Estados segue outras manifestações do crescimento dos povos que vêm, necessariamente, preceder o crescimento dos Estados; 3.^a lei: O crescimento dos Estados prossegue para o grau de unificação, pela junção de unidades menores; 4.^a lei: A fronteira é o órgão periférico do Estado; 5.^a lei: No seu crescimento, os Estados tendem para a absorção das áreas de valor político; 6.^a lei: O primeiro ímpeto para o crescimento territorial vêm aos Estados primitivos de fora; 7.^a lei: A tendência geral para a anexação territorial e unificação se transmite de Estado para Estado e aumenta a intensidade.

(4) — Neste país foi grande o desenvolvimento da Geografia Política. Citaremos: H. WAGNER — "Tratatto di Geografia" - 3.^o vol. — Trad. — Turim — 1911; OTTO MAJLL — "Geografia dei Mediterraneo Griego" — Trad. — 1928 e a "Geografia Política" do mesmo autor; lembraremos, ainda A. SUPAN, de que a 2.^a edição da "Geografia Política" data de 1922.

(5) — JEAN BRUNHES e CAMILLE VALLAUX — "La Geographie de l'Histoire" — Geographie de la Paix et de la Guerre sur Terre et sur Mer" — 2.^a edição — Paris, 1921; CAMILLE VALLAUX — "Le Sol et l'État" — Paris, 1911 e "L'Entrée de l'Océan Pacifique dans le cadre de l'Histoire"

(6) — JACQUES ANCEL — "Geographie des Frontières" — 8.^a ed. — Paris, 1939; "Peuples et Nations des Balkans" (Geographie Politique) 2.^a ed. — Paris, 1930; "Géopolitique" — Paris, 1936.

(7) — ANDRE SIEGFRIED — "Les États-Unis d'Aujourd'hui" — 11.^a ed. — Paris — 1936; "Amerique Latine" — 2.^a ed. — Paris, 1934; "Le Canada — Puissance Internationale" — 3.^a ed. — Paris 1939; "Suez et Panama et les rottes Maritimes Mondiales" — Paris, 1940.

(8) — GORDON EAST — "Mediterranean Problems" — New-York, 1940; "Geographie Historique de l'Europe" — 8.^a ed. — Trad. — Paris, 1939.

(9) — GONZALO DE REPARAZ — "Geografia y Política" (Los fundamentos naturales de la Historia Humana) — Buenos-Aires, 1943.

(10) — "El Plan Tanaka — El Sueño Imperialista del Japon" — Trad Buenos-Aires. 1941.

(11) — ISIAIAH BOWMAN — "Le Monde Nouveau" (Tableau General de Geographie Politique Universal) — Trad. — Paris, 1928.

(12) — "Estados-Unidos frente al Mundo" — Trad. México, 1944. O título desta obra em inglês é: "A Estratégia dos Estados-Unidos na Política Mundial" — New-York, 1942. Traz um sub-título muito expressivo: "Os Estados-Unidos e o equilíbrio de Poderes". O mesmo autor publicou: "Geography of the Peace", 1944.

(13) — "A Estrutura Geopolítica do Brasil" (Notas Prévias) — Rio de Janeiro, 1926; "Problemas do Brasil" (Estrutura Geopolítica) — O "espaço" —

Rio de Janeiro, 1933; "Geopolítica e Geografia Política" — in "Revista Brasileira de Geografia e Estatística" — ano IV — n.º 1 — janeiro-março, 1942; "Função Geopolítica do Engenheiro", — in "Boletim do Círculo de Técnicos Militares" — n.º 20 — ano 6 — junho de 1944; Cel. LEOPOLDO NERY DA FON SECA JR. "Geopolítica" — Rio de Janeiro, 1940.

(14) — "O Rio Paraná, no roteiro da marcha para o Oeste" — Rio de Janeiro, 1941.

(15) — No jornal "Mocidade Paulista", São Paulo — 1945.

(16) — "Geopolítica: a luta por espaço e poder" de ROBERT STRASZ-HUPÉ. in "R. B. G. E." n.º 4 — ano IV — outubro-dezembro, 1942; "Geografia Política na Geopolítica" — (Recentes tendências na Alemanha), idem, idem; "Atlas de Geopolítica de FR. BRAUN e de A. H. ZIEGFELD por DELGADO DE CARVALHO, in "R. B. G. E." — n.º 1 — ano V — janeiro-março, 1943; "Geopolítica" por JOSEPH J. TFIORNDIKE JR. — in "Boletim Geográfico" — ano 1 — n.º 6 — setembro de 1943.

(17) — JOSEPH E. DAVIES — "Missão em Moscou" — trad. 1942: PIERRE VAN PAASEN — "Estes Dias Tumultuosos" — trad., 1941, e "O Aliado Esquecido" — trad. 1944: WENDELL WILLKIE — "Um Mundo Só" — trad. 1943: EARJ. BROWDER — "Teheran — nuestra senda en la guerra y en la paz" — trad. 1945; — L. MANTSO — "Tempestade sobre a Ásia" — (A luta pela Mandchúria) trad. s. data; WALTER LIPPMAN — "Objetivos da guerra dos E.E. Ú.U." — trad. 1945; SUMMER WELLES — "Dias Decisivos" — trad. 1945. Referência especial merecem as "Publicações Oxford sobre Assuntos Mundiais".

(18) — O território russo é equivalente à "terra-coração", em sua compreensão geral.

(19) — "The Round World and the Winning of the Peace" — in "Foreing Affairs", julho de 1943.

(20) — Veja-se, além das publicações do prof. BACKHEUSER; RUSSEL H. FIFIELD e G. ETZEL PEARCY — "Geopolitics — in principle and practice" — New-York, 1944; e HAKS W. WEIGERT e VIHTALMUR STEFANSSON — "Com pass of the World" (Symposium on Political Geography) — New-York, 1944.

(21) — JAMES FAIRGRIEVE — "Geography and World Power" — 8.ª ed. New-York — 1941. Esta obra foi traduzida pela esposa de HAUSHOFER, tendo ele escrito um prefácio para a mesma.

(22) — OSWALD SPENGLER é autor de numerosas e importantes obras. Lembraremos "6 Ensayos", trad. 1937; "Anos Decisivos" — Trad., 1937; "La Decadência de Occidente".

(23) — Veja-se especialmente o Capítulo XIV, que alguns atribuem integralmente a HAUSHOFER. ADOLF HITLER — "Minha Luta" — Trad. — 3.ª ed., 1940.

(24) — O termo "espaço", em sentido geopolítico, não é apenas a posse em si mesma. E' necessário o domínio total e a exploração efetiva do território. Só o "espaço dominado" representa "poder". Daí a vantagem dos países altamente agrários, que dominam realmente o "espaço".

(25) — Entre os seus trabalhos citaremos: "Geopolítica da auto-detenninação" — 1923; "Geopolítica Militar", 1932; "Fronteiras", 1922; "A Política Mundial de Hoje", 1934; "Oceano Mundial e Poder Mundial", 1934.

(26) — Sua esposa, judia, e seus dois filhos foram nomeados "arianos honorários" por decreto de HITLER.

(27) — J. F. HORRABIN — Manual de Geografia Econômica" — Trad., s. data. Apresenta este trabalho um sub-título expressivo: "Los Factores Geográficos en la Historia de la Civilización". E o autor, no prefácio, diz: "O objeto-

principal de nosso pequeno livro não é, pois, o estudo da geografia "pura", mas o das relações entre a geografia e a história..."

(28) — WEIGERT e STEFANSSON — op. cit. pg. IX. E acrescenta: "Nunca na história da humanidade o movimento foi tão rápido e turbulento como em nossos dias".

(29) — GORPON EAST — "The Geography behind History" — New-York, 1940; JAMES FAIRURIEVE — op. cit., Na introdução, pág. 1 a 16, conceitua as diversas categorias e significados de "história", "geografia" e especialmente o que se deve entender por "controle".

(30) — EDMOND DESMOLINS — "Comment la Route crée le Type Social" Paris — s. data. — 2 vols.

(31) — LUIOI DI MARCHI — "Fondamenti di Geografia Política" — Pádua, 1938 — Traz como sub-título: "Base geográfica da formação e do desenvolvimento do Estado e dos problemas políticos atuais"; GONZALO DE REPARAZ — op. cit., JOSÉ DE OLIVEIRA BOLÉO — "Causas Determinantes da Autonomia de Portugal" — Lisboa, 1939; DAMIAO PERES — "Como nasceu Portugal" — Baeceles, 1938; A. A. MENDES CORRÊA — "Raízes de Portugal" — Lisboa, 1944; SILVIO/ BRAGA E COSTA — "Os estreitos de Mar Negro" (estudo antropológico) — Rio de Janeiro, 1941.

(32) — Veja-se por exemplo: ARTHUR DIX — "Geografia Política" — Trad. — Barcelona, 1929; SAMUEL VAN VAI.KENBURG — "Elements of Political Geography" — New-York, 1940; GORDON EAST — "Mediterranean Problems" — Londres, 1940; ERNEST H. SHORT — "Esquisse de Géopolitique" — Trad. — Paris, — 1936; BERNARD NEWMAN — "La Nueva Europa" — Trad. — México, 1944; DERWENT WHITTLESEY — "The Earth and the State" (A study of Political Geography) — New-York — 1944.

(33) — JACQUES ANCEL — "Géopolitique" — Paris, 1936 — escreve no Prefácio (pág. 5): "Se a este ensaio doutrinário de geografia política dei por título um neologismo, o leitor me excusará o pedantismo aparente". E adiante: "Na hora presente, o hitlerismo pangermanista tomou de empréstimo suas razões e seu vocabulário à *Geopolítica* dos professores alemães. Aplico esta palavra a uma geografia política externa, dinâmica".

(34) — Não é raro encontrar expressões como as que seguem! "A geopolítica saiu da geografia política, ou ainda "A geopolítica evoluiu da geografia política".

(35) — Cumpre não confundir a geografia política ou a geopolítica com a "teoria política", isto é, o fundamento jurídico do Estado. Cabe à teoria política "investigar e determinar a origem, a natureza e as formas do Estado". Leia-se: R. KRANKNBLTRG — "Teoria Política" — Trad. — México, 1941.

(36) — FIFIELD PIERCY — op. cit.

(37) — WEIGERT — op. cit.

(38) — Veja-se nosso trabalho: "Estudo e ensino da Antropogeografia ou Geografia Humana (Geografia Antrópica)", publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos — vol. III — março, 1945 — n.º 9 — págs. 327-360. Estas mesmas idéias são entrevistas em outros autores, como por exemplo: LIN YUTANG — "Entre Lágrimas e Risos" — Trad. — Pongetti — Rio de Janeiro, 1945 — pág. 194: "A *Geopolitik* refere-se ao Estado não como a um conceito estático, mas como a um ser vivo". REX CRAWFORD — "Panorama da Cultura Norte-americana" — São Paulo, 1945 — pág. 64: "Como se sabe, a *Geopoliti*; é uma Geografia Política aplicada e dinâmica, com elementos de misticismo"... Cabe aqui pequeno reparo, pois, o misticismo não é parte integrante da geopolítica científica. Na própria Alemanha estiveram em choque a "teoria do espaço" — geopolítica científica; e a "teoria da raça" — geopolítica mística.

(39) — E' necessário não esquecer que o "Estado é um ente geográfico em um ambiente geográfico". I.CIGI DI MARCHI — op. cit.

(40) — Leia-se EMIL LUDWIG — "Juillet, 1914" — Paris, 1931. Merece leitura o livro de AXPRE MAUKOIS — "A vida de Disraeli" — Trad. — São Paulo, 1933, especialmente o capítulo: "O Congresso de Berlim" — págs. 312-321. Ilustraremos com o seguinte trecho: "Nem Gortchakoff, nem Beaconsfield eram geógrafos. Gortchakoff gostava, consoante o dizia, de fazer planos e "traçar linhas mestras", iste é, sabia fazer fiases. mas, pondo-se-lhe à frente um mapa, não saberia mostrar onde ficava Batum. Por isso SCHAVALOFF entrou-se de terror quando seu chefe lhe disse que reservava para si a questão da fronteira asiática, entrando em negociações diretas com Beaconsfield!

"Como! admirou-se lord Salisbury quando Schuvaloff lhe deu esta noticia. Lord Beaconsfield. meu caro conde, não pode entrar em tais negociações, pois ele nunca viu um mapa da Ásia Menor", (pág. 319).

(41) — "A história nos ensina que a ignorância da geografia no século XX A um crime" — WEIGEUT — op. cit. pág. 17. De fato, as Nações têm pago bem caro o descmhcimento ou o não reconhecimento da importância da geografia nos últimos quarenta e cinco anos.

(42) — Veja-se: G. M. GATHORNE — HARDY — "The Fourteen Points and the Treaty of Versailles" — Oxford, 1939 — do "Oxford Pamphlets ou World Affairs" — n.º 6; J. F. HORRABIN — "Atlas de Política Mundial" — Trad. Chile, 1937.

(43) — F. A. RAJA-GABAGLTA, "Dos Mandatos Internacionais" — Rio de Janeiro, 1930.

(44) — Além da bibliografia já citada, lembraremos: LENINE — "O Imperialismo, última etapa do capitalismo" — Trad. — São Paulo, 1934; MARC BERNARU — "La conquete de la Mediterranée" — 4.ª edição — Paris, 1939; CLIFFORD H. MAC FAJLDEX — "An Atlas of World. Rcvive" New York, 1940; A. BOGDANOFF "Economia Política" — Trad. — São Paulo, 1935; JACQUES ANCEI. — "Kistoire Contemporaine" (1848-1930) — Paris, 1930; P. RFNOUVIN, E. PRÉCLIN e G. HARDY, "L'Époque Contemporaine" (1871-1919) — Coleção "Clio" — Paris — 1939.

(45) — EDGARD MC INNIS — "História da II Guerra Mundial" — 2 vol. — Trad. — Porto-Alegre, 1944-1945.

(46) — J. F. HORRABIN — "An Atlas of Post-War Problems" — 1943; RRANCISCO BULNES — "El porvenir de las Naciones Latinoamericanas ante las recientes conquistas de Europa y Norteamérica" (Estructura y evolución de un continente) — México, s. data.

(47) — "Diário de São Paulo" — 17 — agosto — 1945; e o artigo de SUMMER WELLES — "Organização Mundial ou Equilíbrio de Poder" — 29 de agosto, 1945.

(48) — Em artigos publicados na revista "São Paulo Ilustrado" temos desenvolvido as idéias af expostas e analisado momentos geopolíticos do mundo atual.

(49) — Para a interpretação geopolítica do mundo apontam-se os seguintes princípios a discutir: 1) que o poder geopolítico depende da situação, forma e extensão, clima e energia climática, população, recursos naturais e capacidade industrial, organização social e política; 2) que o estudo da história deve ser feito em bases geográficas; 3) que deve ser considerada a idéia fundamental da "terra-coração"; 4) que a política externa das Nações, na paz ou na guerra, deve ser condicionada pelos fatores geográficos; 5) que o "eixo" interpretou a geografia, considerando os continentes envolvidos pelos oceanos; 6) que os "aliados" interpretaram a geografia, considerando os oceanos envolvendo os continentes; 7) que a geopolítica é construída sobre a importância estratégica de bases terrestres, navais e poder aéreo.

A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO CHILE (*)

SALVADOR FUENTES VEGA

Da Direção Geral de Educação Primária
e Normal do Chile

A República do Chile, com população homogênea e de, aproximadamente, cinco milhões de habitantes, estende-se no litoral do Pacífico, apresentando conformação geográfica peculiar e relevo montanhoso. O seu desenvolvimento econômico é crescente. Possui regime democrático estável e organização político-jurídica unitária, sendo todas as atividades públicas orientadas e dirigidas pelo governo central. As províncias são governadas por Intendentes, representantes diretos do Presidente da República. A este cabe constitucionalmente administrar o país e promover o cumprimento das leis, por intermédio de seus Ministros ou Secretários de Estado.

OBJETIVOS GERAIS DA EDUCAÇÃO CHILENA

Uma das obrigações fundamentais do Estado é a educação do povo. Ao Poder Executivo cabe distribuir e fomentar a educação e administrar os serviços escolares.

A educação chilena, em seu sentido mais amplo, tende a favorecer e aumentar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das novas gerações em diversos aspectos, com o fim de melhor prepará-las para um regime de vida democrática. Por isso a Constituição estabelece que a educação é uma das primeiras obrigações do Estado. Este deve, portanto, dispor dos recursos necessários à sua manutenção e ao seu crescente desenvolvimento.

(*) Tradução do Assistente de Educação Darcy Damasceno.

OS DIVERSOS GRAUS E RAMOS DO ENSINO

A *educação primária* destina-se a dar uma educação integral à infância, proporcionando-lhe as técnicas instrumentais da aprendizagem e esse mínimo de cultura geral que exige a nação para sua conservação e progresso.

A Lei de Educação Primária Obrigatória, que estrutura este ensino, data de 1929. A anterior, de 1920, suscitou memoráveis campanhas na opinião pública antes de ser sancionada pelo parlamento. As disposições da legislação vigente não mais satisfazem, porém, às necessidades culturais do país, razão pela qual está sendo discutida uma nova lei que, a par de atualizar e reformar a educação primária, visa codificar, num todo orgânico, o sistema educacional do país. É uma iniciativa do ex-ministro da Educação, Sr. Claro Velasco.

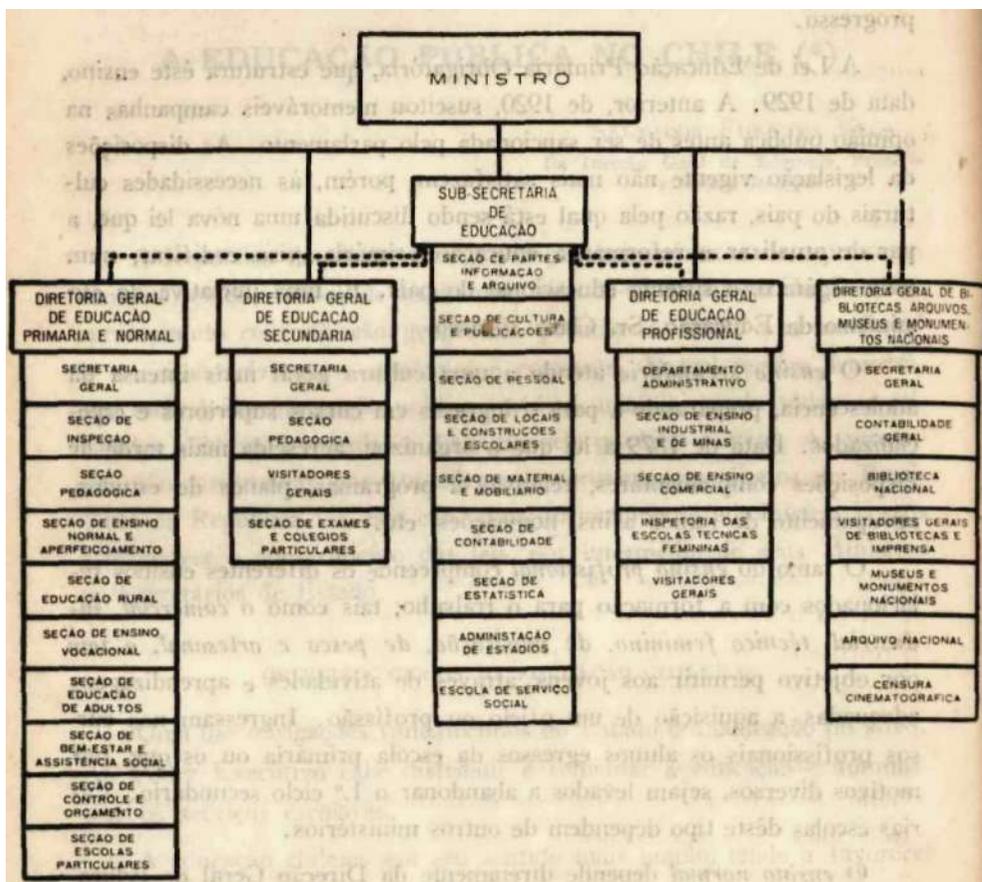
O *ensino secundário* atende a uma cultura geral mais intensa da adolescência, preparando-a para o ingresso em cursos superiores e especializados. Data de 1879 a lei que o organizou, acrescida mais tarde de disposições complementares, relativas a programas, planos de estudos, agrupamento de ramos afins, nomeações, etc.

O ramo do *ensino profissional* compreende os diferentes ensinos relacionados com a formação para o trabalho, tais como o *comercial, industrial, técnico feminino, de mineração, de pesca e artesanal*, e tem por objetivo permitir aos jovens, através de atividades e aprendizagens adequadas, a aquisição de um ofício ou profissão. Ingressam nos cursos profissionais os alunos egressos da escola primária ou os que, por motivos diversos, sejam levados a abandonar o 1.º ciclo secundário. Várias escolas deste tipo dependem de outros ministérios.

O *ensino normal* depende diretamente da Direção Geral de Educação Primária, achando-se as escolas normais, que dele fazem parte, regidas por disposições especiais.

A *educação extra-escolar* se realiza por meio de vários organismos de direção e controle que se empenham em difundir a cultura na massa popular. Esta atividade compete, especialmente, à Direção Geral de Bibliotecas, Arquivos, Museus e Monumentos Nacionais, cabendo à Direção Geral de Educação Primária o trabalho de alfabetização, por meio das escolas para adultos.

O ensino superior ou universitário tem organização autônoma e dispõe de recursos próprios. Para ingresso nesse curso, deve o aluno possuir o diploma de *bacharel*, obtido em exame de Estado, depois de lhe ter sido concedida pela Diretoria de Educação Secundária a *licença secundária*.



Órgãos centrais de administração do ensino no Chile.

Todos os graus e ramos acima enumerados, salvo o último, dependem diretamente do Ministério da Educação, estando sob sua orientação, direção, administração e controle.

Faz-se necessária, sem dúvida, a promulgação de uma lei orgânica que coordene e sistematize todos os ramos e graus da educação pública e que crie, ao mesmo tempo, um órgão como a Superintendência de

Educação, a fim de conjugar e harmonizar a educação universitária com as demais. O projeto de tal lei está atualmente em discussão nas câmaras, devendo tornar-se lei da República, em futuro próximo.

ORIENTAÇÃO, DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL

Todo o serviço educacional, mantido pelo Estado é administrado e dirigido por um Ministério da Educação.

São órgãos de administração, desse Ministério: o Gabinete do Ministro e a Subsecretária de Educação.

O trabalho de *orientação e direção*, e de *administração especial* de cada grau e ramo da educação, realiza-o o Ministério através das Diretorias Gerais. Estas são quatro: Diretoria Geral de Educação Primária e Normal, Diretoria Geral de Educação Secundária, Diretoria Geral de Educação Profissional e Diretoria Geral de Bibliotecas, Arquivos, Museus e Monumentos Nacionais.

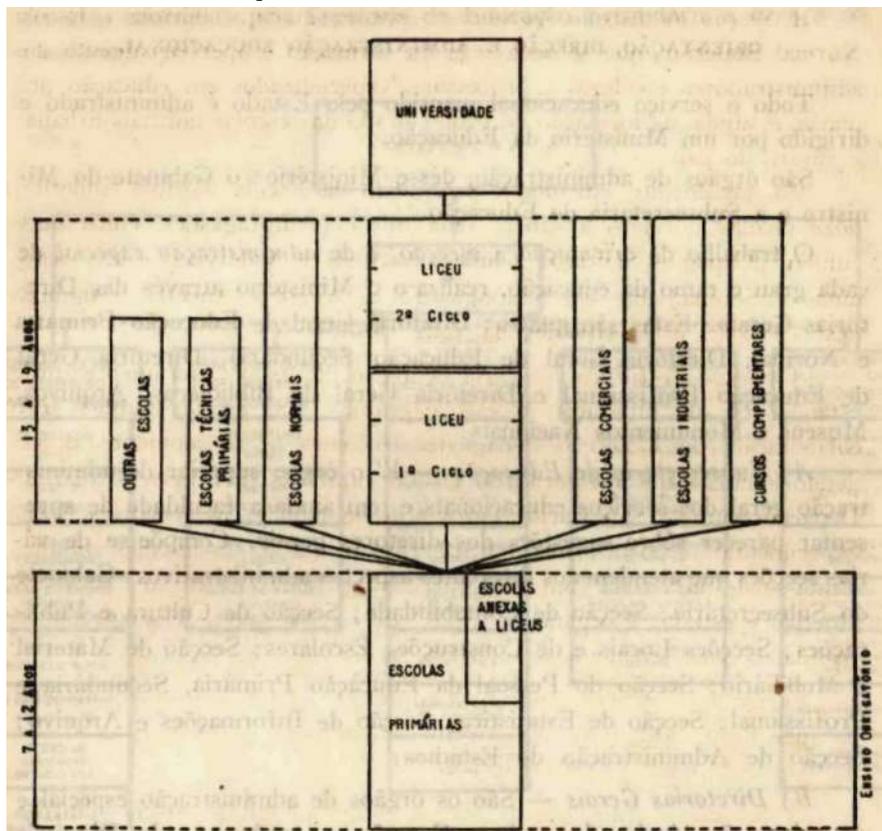
A) *Subsecretária de Educação* — É o órgão superior de administração geral dos serviços educacionais e tem ainda a faculdade de apresentar parecer sobre sugestões dos diretores gerais. Compõe-se de várias secções que atendem aos diferentes aspectos administrativos: Gabinete do Subsecretário; Secção de Contabilidade; Secção de Cultura e Publicações; Secções Locais e de Construções Escolares; Secção de Material e Mobiliário; Secção do Pessoal da Educação Primária, Secundária e Profissional; Secção de Estatística; Secção de Informações e Arquivo; Secção de Administração de Estádios.

B) *Diretorias Gerais* — São os órgãos de administração especial e de orientação técnica do ensino. Compõe-se, também, cada Diretoria Geral, de várias secções e serviços, encontrando-se sob sua direção e controle todos os estabelecimentos escolares e as repartições que atendem a funções específicas de cada grau e ramo da educação pública.

DIRETORIA GERAL DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E NORMAL

Esta Diretoria compõe-se de: Gabinete do Diretor Geral; Secretaria Geral; Secção de Inspeção; Secção Pedagógica; Secção de Ensino Normal e Aperfeiçoamento; Secção de Ensino Rural; Secção de Ensino Vocacional; Secção de Educação de Adultos, Secção de Ensino Particular; Secção de Controle e Orçamento; Secção de Bem-Estar e Assistência Social.

Cada uma destas Secções tem um trabalho específico a realizar e são os órgãos por meio dos quais o Diretor Geral orienta e controla a tarefa educativa que lhe incumbe.



Articulação dos diversos graus e ramos do ensino, no Chile.

A Secção de Inspeção, por exemplo, coordena todo o trabalho de inspeção dos estabelecimentos educacionais primários e complementares, trabalho este executado pelos *Inspetores Provinciais e Locais*, distribuídos por todo o país. Dela dependem, também, os *Visitadores Gerais*, diretamente subordinados ao Diretor Geral, e os *Inspetores Especiais* de certas matérias, como Desenho, Trabalhos Femininos e Economia Doméstica, Trabalho Manual, Educação Física, e Música e Canto.

A *Secção Pedagógica* trata de todos os assuntos e problemas essenciais de técnica pedagógica: programas, métodos, organização escolar, experimentação pedagógica, pesquisas educacionais, textos escolares.

Dependem dela diretamente o Instituto de Investigações Pedagógicas, as Escolas Experimentais, a Rádio-Escola e algumas instituições de educação especial.

A *Secção de Ensino Normal e Aperfeiçoamento* controla a Escola Normal Superior, que se encarrega da formação e aperfeiçoamento dos administradores escolares e professores especializados em educação primária, e, ainda, da formação do professorado das escolas normais urbanas e rurais, do país.

Há, atualmente, em todo o país, além da Escola Normal Superior, doze escolas normais, a saber: uma mista (Antofagasta), cinco masculinas (Capiapó, Santiago, Chillao, Victoria e Valdivia) e seis femininas ((Serena, duas em Santiago, Talea, Angol e Ancud). Algumas destas escolas estão situadas na zona rural.

A *Secção de Educação Rural* ocupa-se do ensino tipicamente rural, estando sob sua jurisdição as escolas-granjas e as escolas-quintas. Em colaboração com a Secção Pedagógica, encontra-se, no momento, procedendo a uma experimentação do ensino rural, na jurisdição escolar do Departamento de San Carlos (província de Nube), já declarada "zona experimental" e posta à margem da regulamentação das escolas comuns. Trata-se de uma zona com 45 escolas, quase todas de caráter rural. O objetivo é estudar e organizar "tipos" de escolas que se enquadrem nas realidades social-econômicas da zona rural.

Dirige esta experimentação o educador Víctor Troncoso, inspetor da jurisdição local, líder da reforma educacional de 1928 e ex-diretor da Escola Normal de Santiago.

A *Secção de Educação de Adultos* superintende as escolas diurnas, noturnas e dominicais para adultos, e mantém "cursos ambulantes" destinados às populações rurais de pequena densidade.

A *Secção de Ensino Vocacional* controla os estabelecimentos e organiza os cursos de continuação, onde se dá à adolescência orientação profissional de acordo com suas aptidões e aspirações. A ela estão subordinadas as escolas profissionais.

A *Secção de Bem-Estar e Assistência Social* atende ao amparo e à assistência social de professores e alunos dos serviços de educação primária. Secção relativamente nova, organiza e controla as Colônias Escolares e de Professores, a Junta de Auxílio Escolar, etc, dispondo, para os seus fins, de internatos, colônias de férias e serviços para alimentação e vestuário dos escolares.

A *Secção de Controle e Orçamento* elabora o orçamento geral da educação primária, salvo os vencimentos, gratificações e pensões do professorado, e controla os gastos e suas inversões. Superintende, também, as despesas das Juntas de Auxílio Escolar.

A *Secção de Escolas Particulares* registra e fiscaliza as escolas particulares declaradas "cooperadoras na função educacional" do Estado. Distribui e fiscaliza as subvenções concedidas às escolas particulares reconhecidas, para admissão de alunos gratuitos.

A *Secretaria Geral* é o órgão centralizador de todo o serviço de expediente, documentação e arquivo da Direção Geral.

INSPETORIAS DE EDUCAÇÃO PRIMARIA

Existem no país, aproximadamente, 5.000 escolas primárias de diferentes tipos, distribuídas pelas 25 províncias. Sua fiscalização é feita pelas Inspetorias Provinciais e Locais de Educação. Em geral, há uma Inspetoria Local em cada departamento em que se subdivide a província, sendo maior o seu número nas regiões densamente povoadas, como as de Santiago e Valparaíso.

Aos inspetores cabe, não só a superintendência e administração do serviço escolar em sua jurisdição, como, também, o apreciar e dar a conhecer os resultados técnicos da educação.

Em cada escola há um diretor responsável pelos resultados dos trabalhos do estabelecimento, o qual, nas escolas de 1.^a classe, é assessorado por um Conselho de Professores.

Conforme foi dito anteriormente, compete à Escola Normal Superior a formação de Inspetores Locais, sendo os Provinciais escolhidos dentre estes. O cargo de Inspetor Provincial é o término da carreira docente, após 20 a 25 anos de serviços dedicados ao magistério.

ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA

Dependem da Diretoria Geral de Educação Primária:

- a) os estabelecimentos de educação pré-escolar;
- b) as escolas primárias masculinas, femininas e mistas (1);
- c) as escolas experimentais;
- d) as escolas primárias especiais, para anormais, em geral;

(1) As escolas primárias podem ser: *completas*, ou de 1.^a classe, cujos cursos são do 6 anos; e *incompletas*, ou de 2.^a e 3.^a classes, conforme tenham 4 ou 2 anos de estudos. Em toda povoação importante há, pelo menos, uma *escola completa* para cada sexo.

- c) as escolas normais, urbanas e rurais, e as de aplicação;
- l) a Rádio-Escola;
- g) os internatos, ou "escolas-lares";
- h) as escolas-granjas e escolas-quintas;
- i) as escolas profissionais;
- j) as escolas de adultos e os cursos ambulantes;
- l) o Instituto de Investigações Pedagógicas;
- m) a Escola Normal Superior e o Instituto Central de Aperfeiçoamento.

Em 1944 havia um total de 4.714 estabelecimentos de educação primária registrados, além de 43 jardins de infância, 52 escolas profissionais, 20 escolas-lares, 7 escolas experimentais, 10 escolas-granjas, 56 escolas-quintas, 11 escolas normais com as respectivas escolas de aplicação e mais de 260 escolas para adultos.

OS EDUCANDOS

Toda criança de 7 a 15 anos deve freqüentar a escola primária, onde realiza um curso mínimo de 6 ou 4 anos, conforme o estabelecimento seja urbano ou rural. Somente a falta de escola no local, ou havendo impedimento de caráter físico ou mental, se exime a criança desta obrigação. E-lhe, porém, facultada a prestação de exames perante bancas oficiais, independente da freqüência escolar. O ensino secundário e o especial não são de natureza obrigatória. Em geral, são iniciados aos 12 anos, recebendo o aluno, ao término do 6.º ano de humanidades, um certificado de licença secundária.

Todos os ramos do ensino são gratuitos, sendo paga, porém, anualmente, uma taxa de matrícula, salvo no ensino primário. Neste ramo, a gratuidade é, não apenas nos colégios oficiais, mas, também, nos particulares, para o que recebem eles subvenção do governo.

A taxa de matrícula anual importa em 50 pesos, enquanto que as subvenções são no valor de 150 pesos mensais *per capita*. O Estado gasta atualmente mais de 10 milhões de pesos por ano com subvenções a colégios particulares.

O ensino secundário particular, por sua vez, é pago, e pelo seu alto custo, só o podem freqüentar os filhos de famílias abastadas.

Embora não exista, ainda, uma lei que determine a correlação entre os diferentes graus e ramos do ensino, há certa ligação entre o curso primário e o secundário; entre o primário e as escolas profissionais, e entre o secundário e estas últimas.

Um aluno que termine o 6.º ano da escola primária pode prosseguir seus estudos nos liceus (curso secundário), nos institutos comerciais, nas escolas industriais ou nas normais. Pode fazê-lo, também, em outras escolas como as agrícolas, as de minas, e as técnicas femininas.

Perduram, ainda, as "escolas preparatórias" ou "escolas primárias anexas aos liceus", as quais dependem da Direção Geral de Educação Secundária e educam os filhos da classe média, desejosos de fazer estudos de cultura geral no liceu. A Lei de Educação Primária Obrigatória estabelecia sua supressão, mas elas continuam existindo, não obstante ter a educação primária melhores escolas, melhores programas e pessoal bastante idôneo.

OS PROFESSORES DE ENSINO PRIMÁRIO

O número de professores primários é de, aproximadamente, 15 mil, distribuídos por diferentes categorias.

Atendendo aos cargos e aos vencimentos, podem agrupar-se da seguinte maneira:

o) professores de escolas comuns; diretores de escolas de 3.ª classe; professores de ramos especiais, e professores de escolas de adultos, que podem ser, também, professores de escolas comuns.

b) diretores de escolas de 2.ª classe; professores de escolas experimentais, e professores de escolas anexas às normais.

c) diretores de escolas de 1.ª classe, e diretores de escolas-lares e de escolas-granjas.

d) inspetores de educação; diretores de escolas experimentais, e professores de escolas normais.

Os professores se dividem em 3 classes: *interinos* (2 mil, aproximadamente); *proprietários* (interinos que após dois anos de exercício são chamados a fazer, um curso de aperfeiçoamento e a prestar exame de *propriedade* do cargo; orçam em 5 mil); e *normalistas*, que são os que dispõem de todos os direitos outorgados pelos regulamentos. Estes professores são em número superior a 7 mil. Os professores *interinos* podem passar à categoria de *normalistas*, submetendo-se a exames.

Qualquer que seja a classe a que pertença, tem sempre o professor um ordenado básico uniforme, o qual aumenta automaticamente de 20%, cada cinco anos. Cada categoria tem, também, um ordenado especial básico, segundo sua importância e natureza.

O ordenado inicial de um professor recém-saído de escola normal, ou de um licenciado de humanidades, que ingresse como interino em escola rural é, atualmente, de 144,00 pesos (poucos mais de 800 cruzeiros). Foi, já, determinado o aumento desta remuneração.

O professorado primário chileno está entre os mais equitativamente pagos do continente, o que se deve à constante luta sustentada por suas organizações, as quais mantêm latente o interesse da opinião pela educação popular. Conseguiram, assim, impor um conceito de condigna remuneração.

São organizações de maior prestígio a União de Professores do Chile, que congrega especialmente o professorado primário, e a Sociedade Nacional de Professores, que agrupa o secundário e o especial. A Federação de Educadores do Chile unifica ambas as instituições e está' filiada à Confederação Americana de Professores, com sede em Montevidéu.

Embora o homem fuja às profissões mal remuneradas, a cota de professores homens é de 20 a 25 %. O fato de haver cinco escolas normais para homens, num total de 11, mostra que esse elemento é desejado.

O magistério defende tal fato baseado em razões de ordem não só econômica mas, também, psicológica e de ética social. Um escolar primário que finaliza sua escolaridade precisa da orientação e da atenção de um professor de seu sexo. Os governantes e as autoridades costumam esquecer tais razões, por aceitarem as professoras menor remuneração.

Os altos cargos da Diretoria de Educação Primária são desempenhados por professores normalistas que hajam realizado carreira docente regular, ou se tenham destacado em sua profissão. O atual Diretor Geral, Senhor Oscar Bustos, é professor pela Escola Normal de Vi-tória, tendo, já, desempenhado o cargo de Ministro da Educação.

SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PROFESSOR

a) Vencimentos do professor primário

Todo professor primário comum, de qualquer categoria — interino, proprietário ou normalista — tem um ordenado inicial, que aumenta em cada 5 anos de 20 %, de tal maneira que atos 25. anos de serviço se duplica. Também os diretores de escolas têm *ordenados básicos*, sobre os quais se contam os aumentos quinquênis.

Há grupos de professores qualificados ou especializados, cuja remuneração inicial é superior à do professor comum; tal é o caso dos professores das escolas experimentais, das anexas às normais, e ainda outros. O mesmo sucede com os inspetores escolares locais e provinciais.

A remuneração inicial do professor primário comum é de 144,00 pesos.

b) Gratificações e Pensões

Há províncias distantes que não podem, naturalmente, atrair os professores. Para despertar essa atração e como estímulo, o Estado paga uma *gratificação de zona*, sobre o ordenado total. Assim, por exemplo, nas províncias austrais de Alsen e Magallanes dão-se 75 % de gratificação; nas províncias do Norte, como em Tarapacá e Antofogasta, 30%; em Atacama e Coquino, 15%. Tais gratificações são extensivas aos funcionários públicos, em geral.

Todos os professores, sem exceção, recebem, ainda, um abono familiar de 60 % por filho menor, esposa ou mãe. No caso dos pais serem professores, apenas um gozará de tal vantagem. O mesmo se dá com o pessoal administrativo e de serviços subalternos dependente do Ministério da Educação.

c) Previdência social

Aos trinta anos de serviço, pode o professor aposentar-se, com vencimentos integrais, e, em caso de impossibilidade definitiva para o exercício de suas funções, isto se fará com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. Lei recentemente aprovada permite ao professor aposentado, ou renunciante, receber uma soma equivalente a um mês de vencimentos por ano de serviço, até um máximo de 15 meses, sem que perca o direito à aposentadoria.

O pagamento de aposentadoria, montepios e seguros de vida do professorado está a cargo da Caixa Nacional de Empregados Públicos e Periodistas, a qual realiza, também, operações para aquisição de residências, pagas a longo prazo; empréstimos em dinheiro; construções e reparações de casas de habitação etc. Ao retirar-se o funcionário, recebe da Caixa importância equivalente a 10 % das contribuições que haja feito.

ALFABETIZAÇÃO E INSTRUÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (*)

GIORGIO MORTARA

Do Serviço Nacional de Recenseamento

A ALFABETIZAÇÃO

*

O presente estudo sobre a alfabetização e instrução na segunda grande cidade do Brasil é paralelo ao que foi efetuado para a Capital Federal.

No conjunto da população de 6 anos e mais, a proporção dos que sabem ler e escrever ascende a 81,67% na Capital de São Paulo, excedendo um pouco a correspondente proporção da Capital Federal, que é de 78,87%.

A população alfabetizada de São Paulo está discriminada por grupos de idade, segundo o sexo, na tabela I, que indica também a cota de alfabetização (percentagem dos que sabem ler e escrever) para cada grupo (1).

No conjunto das idades de 6 anos e mais a cota de alfabetização masculina é de 86,97% (em comparação com 83,19% na Capital Federal); a feminina, de 76,52% (em comparação com 74,61%).

Em relação à idade, a cota de alfabetização cresce na infância e na adolescência, atingindo o nível mais elevado no grupo de 15 a 19 anos, em que os alfabetizados representam 93,56% do total dos presentes; desce, depois, com rapidez crescente ao crescer da idade, caindo para 45,91% no grupo de 80 anos e mais.

(*) Análise procedida pelo Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento.

(1) As tabelas incluídas no presente estudo foram elaboradas por Pedro de Salles Georges e Alfredo Coutinho de Medeiros Falcão.

Até 14 anos a cota de alfabetização é aproximadamente igual nos dois sexos; nos grupos de idade sucessivos, a cota feminina é constantemente inferior à masculina, acentuando-se esta inferioridade com o aumentar da idade. A cota de alfabetização mais elevada encontra-se no grupo de 15 a 19 anos para os homens; no de 10 a 14 para as mulheres.

TABELA I-MUNICIPIO DE SÃO PAULO

DISTRIBUIÇÃO DOS QUE SABEM LER E ESCREVER, DE 6 ANOS E MAIS (*), POR SEXO E GRUPOS DE IDADE, E SUA PROPORÇÃO SOBRE 100 PRESENTES EM CADA GRUPO DE SEXO E IDADE

IDADE ANOS COMPLETOS	CIFRAS ABSOLUTAS			PROPORÇÃO POR 100 PRESENTES EM CADA GRUPO		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
	6 a 9.....	26 423	25 688	52 UI	49,67	49,83
10 a 14.....	67 878	08 943	136 819	93,79	92,85	113,31
16 a 19.....	65 042	68 092	133 134	95,32	91,94	93,56
20 a 29.....	121 657	118 291	239 948	94,03	85,54	89,64
30 a 39.....	99 228	80 443	179 671	92,04	76,91	81,59
40 a 49.....	64 087	46 997	111 084	88,27	87,88	78,17
50 a 59.....	33 714	24 942	58 656	82,51	59,31	70,74
60 a 69.....	14 932	12 484	27 416	74,34	53,49	63,14
70 a 79.....	5 188	4 688	9 876	67,68	48,12	56,73
80 o mais...	931	1 162	2 093	57,50	39,52	46,91
6 e mais(.)	499 078	451 730	950 808	86,97	76,52	81,07

E' interessante a comparação das cotas de alfabetização por grupos de idade calculadas para a capital de São Paulo com as da Capital Federal,

COTA PERCENTUAL DE
ALFABETIZAÇÃO

IDADE	COTA PERCENTUAL DE ALFABETIZAÇÃO	
	São Paulo	Capital Federal
6 a 9.....	49,75	46,62
10 a 14.....	93,31	85,24
15 a 19.....	63,56	87,58
20 a 29.....	89,64	85,32
30 a 39.....	84,59	82,78
40 a 49.....	78,17	77,97
50 a 69.....	70,74	73,57
60 a 69.....	63,14	69,58
70 a 79.....	56,73	64,87
80 e mais	45,91	50,56

Na Capital de São Paulo a alfabetização é muito elevada e nitidamente maior do que na Capital Federal nas idades adolescentes e moças; inverte-se a situação nas idades senis, que apresentam cotas de alfabetização nitidamente menores na Capital de São Paulo.

(*). Excluídos de idade ignorada.

O maior crescimento imigratório da metrópole paulista é o fator principal desse contraste; afluem a essa cidade, em maior número de que à Capital Federal, adultos analfabetos; enquanto as gerações novas, nascidas ou pelo menos criadas, na maior parte, na própria cidade, aproveitam as vantagens da instrução bem organizada.

ALFABETIZAÇÃO POR IDADES

A *composição por idade* da parte alfabetizada da população de 20 anos e mais difere fortemente daquela da parte não alfabetizada, como consta da tabela II, em que essas duas composições estão comparadas, para cada sexo.

Nota-se uma predominância das idades mais moças entre os alfabetizados e das mais velhas entre os não alfabetizados. A proporção das idades de 20 a 39 anos, que ascende a 65,02% para os homens e 68,77% para as mulheres, desce para 40,48% para os homens e 43,53% para as mulheres, entre os não alfabetizados.

TABELA II-MUNICÍPIO DE SAO PAULO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL COMPARADA, POR GRUPOS DE IDADE, DAS PESSOAS DE 20 ANOS E MAIS QUE SABEM LER E ESCREVER, E DAS QUE NÃO SABEM, SEGUNDO O SEXO

IDADE ANOS COMPLETOS	PROPORÇÃO DE CADA GRUPO DE IDADE SOBRE 100 HOMENS DE 20 ANOS E MAIS		PROPORÇÃO DE CADA GRUPO DE IDADE SOBRE 100 MULHERES DE 20 ANOS E MAIS	
	que sabem ler e escrever	que não sabem ler e escrever	que sabem ler e escrever	que não sabem ler e escrever
20 a 29	36,81	19,17	40,93	19,71
30 a 39	29,21	21,31	27,84	23,82
40 a 49	18,86	21,13	16,26	22,17
50 a 59	9,92	17,74	8,53	16,87
60 a 69	4,40	12,79	4,32	10,70
70 a 79	1,63	6,15	1,62	4,95
	r,27	1,71	6,40	1,75
20 e mais (*)	100,00	100,00	100,00	100,00

A *comparação dos resultados do censo de 1920 com os de censos precedentes* torna-se difícil em consequência das numerosas e importantes modificações ocorridas nas fronteiras do Município de São Paulo.

(*) Exclusive as pessoas de idade ignorada.

Considerando-se em 1920 o conjunto dos Municípios de São Paulo e Santo Amaro (este, agora, incorporado no primeiro), a cota de alfabetização da população de 7 anos e mais resulta igual a 74,59%, em comparação com 83,17% em 1940.

Na tabela III a comparação entre a situação de 1920 e à de 1940 é feita com a discriminação combinada do sexo e da idade, ficando limitada a discriminação segundo a idade aos grupos de 7 a 14 anos e 15 anos e mais, conforme o agrupamento, muito sumário, adotado no censo de 1920.

Mesmo assim limitada, a comparação é instrutiva, porque põe em relevo o sensível progresso ocorrido na alfabetização, apesar da enorme afluência de imigrantes. A proporção dos alfabetizados na população de 7 anos e mais aumentou de 79,64% em 1920 para 88,62%, no sexo masculino, e de 69,77% para 77,88% no feminino.

O progresso da alfabetização foi especialmente notável no grupo de idade de 7 a 14 anos, em que a proporção dos alfabetizados subiu de 65,73% para 82,33%. Nas idades de 15 anos e mais o progresso foi menor; entretanto, a respectiva cota de alfabetização subiu de 78,83% em 1920, para 83,47% em 1940. Em virtude da aumentada eficiência da instrução primária, a cota de alfabetização do grupo de idade de 7 a 14 anos, que em 1920 estava muito abaixo da do grupo de 15 anos e mais, em 1940 se lhe aproxima (antes, a excede no sexo feminino: mantém-se, porém, ainda sensivelmente inferior no masculino).

O crescimento da Capital de São Paulo nos últimos decênios foi tão rápido que tem escassa significação toda comparação entre o nível da cultura da grande cidade hodierna, de importância mundial, e o da modesta cidade provincial de há 50 ou 60 anos.

Entretanto os resultados do censo de 1872 apresentam certo interesse, justamente porque revelam como estava ainda atrasada no caminho da instrução, naquela época relativamente próxima, a cidade que hoje está em primeira linha entre os centros intelectuais do Brasil.

Se for considerado o Município de São Paulo nas fronteiras de 1872, com uma população de apenas 31.385 habitantes (exígua em comparação com a de 1.326.261, do Município de 1940), verifica-se que apenas 7.729 dos 26.229 habitantes de 7 anos e mais sabiam ler e es-

crever (2), representando 29,47% deste total. Para os homens a cota de alfabetização ascendia a 38,51%, mas para as mulheres era apenas de 20,40% (3).

TABELA III-MUNICÍPIO DE SÃO PAULO(*)

COMPARAÇÃO DAS CIFRAS ABSOLUTAS E RELATIVAS DOS QUE SABEM LER E ESCREVER, POR SEXO E GRANDES GRUPOS DE IDADE, EM 1920 E EM 1940

IDADE ANOS COMPLETOS	1920			1940		
	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
a) Cifras absolutas						
7 a 14...	30 306	30 566	60 873	92 634	92 986	185 620
15 e mais (*)..	81 617	71 608	152 625	404 770	357 099	761 878
7 e mais(*)..	111 333	102 174	213 407	497 413	450 085	947 498
b) Proporções dos alfabetizados por 100 presentes em cada grupo						
7 a 14.....	66,07	65,40	65,73	82,38	82,28	
15 e mais(*)..	86,28	51,82	78,83	90,30	76,88	
7 e mais(*)..	79,64	69,77	74,59	88,62	77,88	

Levando-se em conta os desmembramentos e as incorporações que alteraram as fronteiras do Município depois de 1872, pode-se considerar, conforme um critério aproximativo, que as fronteiras atuais abrangem 6 da 9 paróquias do Município de então, mais a de Santo Amaro. Este território contava em 1872 com 28.843 habitantes, dos quais 24.754 de 7 anos e mais; destes, sabiam ler e escrever 7.753, ou sejam 31,32%, sendo de 40,44% a respectiva cota na população masculina e de 22,12% na feminina (4). O cálculo conforme esse critério dá proporções um pouco mais favoráveis do que o precedente, mas a diferença é pequena.

(*) Nas fronteiras de 1940. Os dados de 1920 referem-se ao conjunto dos Municípios de São Paulo e Santo Amaro. Nas fronteiras de 1920, as cotas de alfabetização da população do Município de São Paulo são as seguintes: H. 80,83%, M. 71,23%, H. e M.

(**) Inclusive em 1920, e exclusive em 1940, as pessoas de idade ignorada, de que em 1920 não foi apurada separadamente a alfabetização.

(2) Não sendo discriminados por idade os alfabetizados, supôs-se que estivessem todos em idade de 7 anos e mais; o erro por excesso determinado pela inclusão de algumas crianças de 5 ou 6 anos é de certo muito pequeno.

(3) As cifras absolutas são as seguintes: População de 7 anos e mais, H. 13.129, M. 13.200; Alfabetizados, H. 5.056, M. 2.673.

(4) Cifras absolutas: População de 7 anos e mais, H. 12.432, M. 12.322; Alfabetizados, H. 5.027, M. 2.726.

Deve-se notar que entre os escravos (em número de 3.828 nas fronteiras de 1872 e de 3.657 nas de 1940) nenhum sabia ler e escrever. Logo, calculando-se à parte cotas de alfabetização para a população livre obter-se-iam cifras sensivelmente superiores às expostas acima; mas para a comparação com as épocas posteriores deve-se eliminar essa discriminação entre livres e escravos.

ALFABETIZAÇÃO EM RELAÇÃO A COR

A análise da *alfabetização em relação à cor*, por grupos de sexo e idade, torna-se possível pelos dados da tabela IV, em que, ao lado das cifras absolutas, figuram as cotas de alfabetização dos diferentes grupos. A tabela divide-se em 5 seções, referentes respectivamente aos brancos, aos pretos, aos pardos, aos amarelos e à população total, em idade de 5 anos e mais.

Limitando-se a comparação às idades de 10 anos e mais, em que todos deveriam saber ler e escrever, obtêm-se os resultados de conjunto que se comparam abaixo com as cifras correspondentes para a Capital Federal.

GRUPOS DE COR	PRESENTES EM IDADE DE 10 ANOS E MAIS(5)				COTA PERCENTUAL DE ALFABETIZAÇÃO	
	Total		Alfabetizados		S.F.	D.F.
	S. P.	D.F.	S. P.	D.F.		
Branco	963 418	1 009 501	829 187	886 844	86,67	87,84
Pretos	51 126	159 106	34 601	85 346	67,81	53,64
Amarelos	10 436	1 254	3 901	948	85,29	76,60
Outros	35 789	236 555	26 918	177 573	75,21	75,07
TOTAL	1 060 669	1 406 476	899 667	1 150 711	84,82	81,81

A cota de alfabetização da população branca de 10 anos e mais é um pouco menor na Capital de São Paulo do que na Capital Federal, em compensação, são mais elevadas as cotas paulistas nos grupos dos pretos e dos amarelos; no grupo dos pardos ("outros"), as cotas das duas Capitais são aproximadamente iguais.

A maior cota média de alfabetização de São Paulo depende principalmente da menor proporção em que os grupos menos alfabetizados — preto e pardo — contribuem para a sua população-

(5) Inclusive os de idade ignorada.

Considerando-se separadamente os dois sexos, obtêm-se, para São Paulo, os seguintes dados:

GRUPOS DE COR	PRSENTES EM IDADES DE 10 ANOS E MAIS				COTA PERCENTUAL DE ALFABETIZAÇÃO	
	Total		Alfabetizados		H.	M.
	H.	M.	H.	M.		
Brancos..	477 861	485 557	437 393	391 794	91,53-	80,69
Pretos...	21 397	29 629	16 842	17 759	78,71	59,94
Amarelos	5 844	4 592	5 269	3 632	90,16	79,09
Outros...	16 036	19 753	13 561	13 357	84,57	67,62
TOTAL	521 138	539 531	473 065	426 542	90,78	79,00

A inferioridade da alfabetização feminina é sensível em todos os grupos, sendo, entretanto, mais acentuada nos preto e pardo do que nos branco e amarelo.

Examinando as cotas de alfabetização segundo a cor, o sexo e a idade, constantes da tabela IV, verifica-se que a cota de alfabetização masculina atinge o seu máximo no grupo de idade de 10 a 19 anos, entre os brancos, no de 20 a 29 nos demais grupos de cor; em todos os grupos de cor as cotas desses grupos de idade diferem pouco. A cota de alfabetização feminina, pelo contrário, em todos os grupos de cor atinge o seu máximo no grupo de idade de 10 a 19 anos, ficando nitidamente menor no de 20 a 29. Com o crescer da idade, a cota de alfabetização diminui em todos os grupos de cor, mais rapidamente entre os pretos do que entre os demais, e mais rapidamente entre as mulheres do que entre os homens.

A INSTRUÇÃO

O levantamento dos que *estão recebendo instrução* foi estendido às idades de 6 a 39 anos.

O número total apurado dos que *estão recebendo instrução*, nessas idades, é de 213.628, correspondendo a pouco mais de 16% da população total presente do Município (em comparação com 18% na Capital Federal),

A tabela V indica o número e a proporção dos que estão recebendo instrução, segundo o sexo e por anos de idade, de 6 a 39 anos.

TABELA IV—MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
 DISCRIMINAÇÃO, SEGUNDO A COR, POR SEXO E GRUPOS DE IDADE, DOS QUE SABEM LER E ESCREVER, E SUA PROPORÇÃO
 SOBRE 100 PRESENTES EM CADA GRUPO DE COR, SEXO E IDADE

IDADE ANOS COMPLETOS	HOMENS			MULHERES		
	TOTAL DOS PRESENTES	SABEM LER E ESCREVER		TOTAL DAS PRESENTES	SA EM LER E ESCREVER	
		Cifra absoluta	% do total		Cifra absoluta	% do total
		a) BRANCOS				
5 a 9.....	60 390	25 176	41,69	58 421	24 432	41,82
10 a 19.....	128 568	122 701	95,44	133 379	125 132	93,82
20 a 29.....	116 641	110 688	94,90	122 316	107 081	87,54
30 a 39.....	98 814	91 743	92,84	94 064	74 215	78,90
40 a 49.....	67 065	59 743	89,08	63 124	43 763	69,33
50 a 59.....	38 285	31 815	83,10	38 643	23 516	60,85
60 a 69.....	19 204	14 392	74,94	21 759	12 004	55,17
70 a 79.....	7 895	5 066	64,51	9 107	4 551	49,97
80 e mais.....	1 466	891	60,78	2 568	1 110	43,22
Ignorada.....	1 422	354	33,89	597	422	70,69
5 e mais (.....)	538 251	462 569	85,94	543 978	416 226	76,52
		b) PRETOS				
5 a 9.....	2 988	760	25,44	3 095	848	27,40
10 a 19.....	5 832	4 799	82,29	7 856	6 121	77,91
20 a 29.....	6 154	5 085	82,63	8 677	5 782	66,64
30 a 39.....	4 555	3 620	79,47	5 987	3 270	54,62
40 a 49.....	2 886	2 163	74,95	3 515	1 562	44,44
50 a 59.....	1 227	837	68,22	1 880	650	34,57
60 a 69.....	443	241	54,40	951	233	24,50
70 a 79.....	152	47	30,92	404	74	18,32
80 e mais.....	117	26	24,79	266	31	11,65
Ignorada.....	31	21	67,74	93	36	33,71
5 e mais (.....)	24 385	17 602	72,18	32 724	18 607	56,86

c) AMARELOS

5 a 9.....	813	331	40,71	781	301	38,54
10 a 19.....	1 674	1 536	91,88	1 556	1 411	90,68
20 a 29.....	1 020	1 031	94,81	1 232	1 036	84,09
30 a 39.....	1 126	1 031	91,56	767	572	74,58
40 a 49.....	740	644	85,98	609	388	63,71
50 a 59.....	484	398	82,23	297	175	38,92
60 a 69.....	142	89	62,68	91	32	35,16
70 a 79.....	30	19	63,33	4	8	32,00
80 e mais.....	6	2	33,33	4	—	0,00
Ignorada.....	13	12	92,31	11	10	90,91
5 e mais (.).....	6 657	5 600	84,12	3 373	3 933	73,20

d) OUTROS

5 a 9.....	2 367	697	29,45	2 266	653	28,82
10 a 19.....	4 538	3 880	85,50	5 517	4 371	79,23
20 a 29.....	4 967	4 348	87,54	6 064	4 392	72,43
30 a 39.....	3 319	2 834	85,39	3 781	2 386	63,10
40 a 49.....	1 899	1 537	80,94	2 240	1 284	57,32
50 a 59.....	864	664	76,85	1 237	601	48,59
60 a 69.....	296	210	70,95	537	215	40,04
70 a 79.....	89	56	62,92	206	55	26,70
80 e mais.....	30	9	30,00	102	21	20,59
Ignorada.....	34	23	67,65	69	32	46,38
5 e mais (.).....	18 403	14 258	77,48	22 019	14 010	63,03

e) POPULAÇÃO TOTAL

5 a 9.....	66 558	26 964	40,51	64 563	26 234	40,63
10 a 19.....	140 612	132 918	94,53	148 308	137 035	92,40
20 a 29.....	129 382	121 657	94,03	138 280	118 291	85,54
30 a 39.....	107 814	99 228	92,04	104 599	80 443	75,91
40 a 49.....	72 600	61 087	88,27	69 488	48 997	67,63
50 a 59.....	40 860	33 714	82,51	42 057	24 942	59,31
60 a 69.....	20 085	14 932	74,34	23 338	12 484	53,49
70 a 79.....	7 666	5 188	67,68	9 732	4 088	48,12
80 e mais.....	1 019	931	57,50	2 940	1 162	39,52
Ignorada.....	1 500	410	82,00	770	530	64,94
5 e mais (.).....	587 096	500 029	85,08	604 094	452 776	74,95

(.) Inclusive os de idade ignorada.

TABELA V-MUNICIPIO DE SÃO PAULO
DISTRIBUIÇÃO DOS QUE ESTÃO RECEBENDO INSTRUÇÃO, POR SEXO E IDADE, E-SUA
PROPORÇÃO SOBRE 100 PRESENTES EM CADA GRUPO DE SEXO E IDADE

IDADE ANOS COMPLETOS	CIFRAS ABSOLUTAS			PROPORÇÕES POR 100 PRESENTES EM CADA GRUPO		
	Homens	Mulheres	H. e M.	Homens	Mulheres	H. e M.
6.....	2 805	2 612	5 417	21,37	20,43	20,91
7.....	6 084	5 940	12 024	47,70	47,21	47,46
8.....	9 083	9 174	18 257	71,46	70,23	70,86
9.....	11 660	11 146	22 706	84,71	84,19	84,45
6 a 9.....	30 232	28 772	59 004	56,83	55,81	56,35
10.....	13 324	12 913	26 237	88,24	86,59	87,42
11.....	12 238	11 867	24 105	87,34	83,37	85,34
12.....	12 160	11 775	22 925	81,56	71,58	76,68
13.....	10 092	7 857	17 949	71,50	52,45	61,39
14.....	7 391	5 563	12 954	52,69	36,59	44,42
15.....	5 675	4 022	9 697	41,85	27,26	34,55
16.....	4 711	3 417	8 128	33,69	22,52	27,88
17.....	3 924	2 498	6 422	28,64	16,82	22,49
18.....	3 193	2 076	5 269	23,20	13,78	18,27
19.....	2 671	1 419	4 090	20,19	9,99	14,91
10 a 19.....	75 379	62 397	137 776	53,61	44,07	47,69
20.....	2 288	1 674	3 962	16,45	7,02	11,51
21.....	1 770	713	2 483	14,52	5,44	9,81
22.....	1 553	553	2 106	11,91	3,84	7,67
23.....	1 352	353	1 705	10,58	2,58	6,44
24.....	1 039	300	1 339	7,84	2,11	4,87
25.....	863	264	1 127	6,41	1,82	4,03
26.....	657	190	847	4,90	1,34	3,07
27.....	508	160	668	3,95	1,19	2,54
28.....	412	131	543	3,29	0,98	2,10
29.....	309	129	438	2,59	1,07	1,82
10 a 29.....	10 761	3 867	14 618	8,31	2,80	5,16
30.....	293	116	409	2,99	0,86	1,55
31.....	198	96	294	1,78	0,90	1,35
32.....	175	82	257	1,53	0,74	1,14
33.....	155	73	228	1,41	0,71	1,07
34.....	126	64	190	1,20	0,63	0,92
35.....	138	74	212	1,27	0,70	0,98
36.....	125	64	189	1,16	0,64	0,91
37.....	114	48	162	1,05	0,52	0,79
38.....	106	55	161	1,06	0,56	0,81
39.....	93	45	138	0,99	0,49	0,74
30 a 39.....	1 513	717	2 230	1,40	0,69	1,05
6 a 39.....	117 375	95 763	213 638	27,35	21,63	24,45

Compara-se, na tabela VI, a proporção dos que estão recebendo instrução, verificada em São Paulo em cada ano de idade, entre 6 e 24 anos, com a da Capital Federal. Faz-se, paralelamente, a comparação das cotas de alfabetização das duas Capitais.

É interessante notar que, embora a proporção dos que estão recebendo instrução seja sensivelmente menor na Capital de São Paulo do que na Capital Federal em todas as idades consideradas, exclusive ape-

nas as de 9, 10 e 11 anos, a cota de alfabetização é sensivelmente maior na Capital de São Paulo, a partir da idade de 8 anos. Esse contraste poderia sugerir a conclusão de que a instrução é mais difusa na Capital Federal e mais eficiente na Capital de São Paulo.

Combinando-se a apuração da alfabetização com a da instrução obtêm-se resultados interessantes, resumidos nas percentagem da tabela VII.

A cota de alfabetização entre os que estão recebendo instrução, no conjunto das idades de 6 a 39 anos, ascende a 94,55% para os homens e 93,80% para as mulheres, em São Paulo, em comparação, respectivamente, com 88,44% e 86,36% na Capital Federal.

A cota de alfabetização entre os que não estão, recebendo instrução, no conjunto dessas idades, ascende a 85,81% para os homens e a 78,28% para as mulheres, em São Paulo, em comparação, respectivamente com 81,49% e 74,63% na Capital Federal.

As diferenças entre as duas Capitais confirmam a impressão da maior eficiência, ou pelo menos do melhor rendimento, da organização da instrução primária na Capital de São Paulo.

Considerando-se a variação das cotas de alfabetização em relação à idade, pode-se estabelecer a seguinte *comparação entre as duas Capitais*.

TABELA VI
PERCENTAGEM DOS QUE SABEM LER E ESCREVER E PERCENTAGEM DOS QUE ESTÃO RECEBENDO INSTRUÇÃO NA CAPITAL DE SÃO PAULO E NA CAPITAL FEDERAL, NAS IDADES DE 6 A 24 ANOS. EM 1940

IDADE ANOS COMPLETOS	PERCENTAGEM DOS QUE SABEM LER E ESCREVER		PERCENTAGEM DOS QUE ESTÃO RECEBENDO INSTRUÇÃO		NÚMERO ÍNDICE DE S. P. (D. F. = 100)	
	S. P.	D. F.	S. P.	D. F.	Dos que sabem ler e escrever	Dos que estão recebendo instrução
6	12,77	19,90	20,91	37,73	64,17	55,42
7	38,22	41,88	47,46	61,66	91,26	76,97
8	64,12	60,51	70,86	75,51	105,97	93,84
9	82,03	72,91	84,45	81,30	112,51	103,87
10	89,60	80,04	87,42	82,60	111,94	105,84
11	93,53	84,29	85,34	82,42	110,96	103,54
12	94,32	86,11	76,68	78,38	109,53	97,83
13	94,67	87,90	61,39	69,95	107,70	87,76
14	94,53	88,27	44,32	57,78	107,09	76,70
15	94,37	87,29	34,25	44,51	108,11	76,95
16	93,99	88,00	27,88	35,73	106,81	78,03
17	93,72	88,02	22,49	29,68	106,48	77,34
18	92,74	87,32	18,27	23,60	106,21	77,42
19	92,96	87,28	14,91	20,01	106,51	74,51
20	91,81	86,60	11,51	16,41	106,76	76,14
21	91,34	86,62	9,81	14,35	105,45	68,36
22	90,17	85,66	7,67	13,46	105,27	56,98
23	89,97	85,56	6,44	10,63	105,15	60,58
24	89,62	85,97	4,87	9,13	104,25	53,34

GRUPOS DE IDADE ANOS COMPLETOS	COTA PERCENTUAL DE ALFABETIZAÇÃO							
	DOS QUE ESTÃO RECEBENDO INSTRUÇÃO				DOS QUE NÃO ESTÃO RECEBENDO INSTRUÇÃO			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	S. P.	D. F.	S. P.	D. F.	S. P.	D. F.	S. P.	D. F.
6 a 9	83,91	69,18	85,33	71,36	4,60	11,01	5,00	9,43
10 a 14	97,88	93,47	97,76	93,36	80,60	60,13	83,46	82,66
15 a 19	99,03	97,64	97,69	94,06	93,76	86,64	90,67	82,61
20 a 29	98,77	96,92	94,80	88,75	93,60	88,46	85,27	80,95
30 a 39	96,37	96,17	89,26	88,73	91,99	87,94	76,82	76,93

Entre os que estão recebendo instrução, à cota de alfabetização em São Paulo é sensivelmente maior do que na Capital Federal, em quase todos os grupos de idade; entre os que não a estão recebendo, a cota de alfabetização é menor em São Paulo no grupo de 6 a 9 anos, mas sensivelmente maior em quase todos os seguintes. Inicia-se a instrução um pouco mais tarde, em média, em São Paulo; mas o resultado médio é melhor.

TABELA VII-MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

PERCENTAGEM DOS QUE SABEM LER E ESCREVER ENTRE OS QUE ESTÃO RECEBENDO E ENTRE OS QUE NÃO ESTÃO RECEBENDO INSTRUÇÃO, SEGUNDO A IDADE, POR SEXO

IDADE ANOS COMPLETOS	SABEM LER E ESCREVER, SÔBRE 100			
	QUE ESTÃO RECEBENDO INSTRUÇÃO		QUE NÃO ESTÃO RECEBENDO INSTRUÇÃO	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
6.....	53,58	57,16	11,57	1,49
7.....	76,25	78,37	2,67	3,18
8.....	86,60	87,90	7,11	8,74
9.....	92,97	93,59	20,95	20,66
6 a 9.....	83,91	85,33	4,60	5,00
10.....	96,01	96,35	41,16	46,27
11.....	98,03	98,15	63,13	69,88
12.....	98,51	98,17	78,63	82,64
13.....	98,68	98,27	87,73	89,10
14.....	98,89	98,26	92,12	90,73
10 a 14.....	97,88	97,70	80,60	83,46
15.....	98,87	98,11	92,69	91,81
16.....	99,02	97,48	93,38	91,45
17.....	98,75	97,40	94,43	90,81
18.....	99,31	97,25	93,66	89,66
19.....	99,48	98,17	94,35	89,88
15 a 19.....	99,03	97,69	93,76	90,67
20 a 29.....	98,77	94,80	93,60	85,27
30 a 39.....	96,37	89,26	91,99	76,82
6 a 39.....	94,55	88,80	87,84	78,28

A POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR

Na população da Capital de São Paulo a freqüência e a gravidade dos erros nas declarações de idade são muito menores do que nas populações do interior.

É visível, entretanto, a influência desses erros sobre os resultados da classificação da população por anos de idade. Por exemplo, à idade "atrativa" de 10 anos correspondem 30.012 declarações, em comparação com apenas 26.886 na idade "repulsiva" de 9 anos.

Para regularizar a distribuição da população em idade escolar, segundo anos de idade, adotou-se o ajustamento por médias decenais, já muitas vezes aplicado em estudos anteriores, depois de se ter verificado que o ajustamento analítico, aplicado em outros casos, não levava a resultados satisfatórios nesta ocasião.

Os resultados do ajustamento constam da tabela VIII, onde estão comparados com os dados apurados.

TABELA VIII-MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR, SEGUNDO O SEXO, POR GRUPOS ANUAIS DE IDADE
(APURAÇÃO E AJUSTAMENTO)

IDADE ANOS COMPLETOS	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	N.º apurado	N.º ajustado	N.º apurado	N.º ajustado	N.º apurado	N.º ajustado
6.....	13 127	13 523	12 784	13 226	25 911	26 749
7.....	12 754	13 644	12 582	13 396	25 336	27 040
8.....	13 550	13 773	13 062	13 562	26 612	27 365
9.....	13 765	13 860	13 121	13 786	26 886	27 646
10.....	15 109	13 903	14 912	13 968	30 012	27 871
11.....	14 012	13 956	14 234	14 175	28 246	28 131
12.....	14 921	14 046	14 976	14 408	29 897	28 454
13.....	14 315	14 164	14 922	14 622	29 237	28 726
14.....	14 026	14 688	15 265	14 777	29 231	28 865
15.....	13 560	14 002	14 755	14 850	28 315	28 852
6 a 15.....	139 136	138 899	140 553	140 800	279 683	279 699

A população de 7 a 12 anos de idade, que na nossa estimativa de previsão, efetuada em 1941, fora calculada em 166.004, ascende a... 166.989, segundo os dados apurados e a 166.507 segundo os ajustados. Neste caso a estimativa aproxima-se muito da realidade.

No conjunto dos dois sexos, a proporção dos que estão recebendo instrução sobe rapidamente de 20,91% na idade de 6 anos até o máximo de 87,42% na de 10 anos; depois diminui, atingindo 34,25% na idade de 15 anos, 11,51% na de 20 anos. 4,03% na de 25 anos.

Em todas as idades a proporção dos que estão recebendo instrução é maior no sexo masculino do que no feminino. Nas idades de 6 a 10 anos a diferença entre as proporções' masculinas e as femininas é pequena, mas nas idades sucessivas se acentua; na de 15 anos, estão recebendo instrução 41,85% dos homens e apenas 27,26% das mulheres; na de 20 anos, respectivamente, 16,45% e 7,02%.

Pode-se medir o grande progresso realizado pela instrução na Capital de São Paulo, *comparando os resultados do censo de 1940 com os do censo de 1872.*

Nas fronteiras de 1872, o Município de São Paulo contava com 7.523 crianças de 6 a 15 anos (3.975 meninos e 3.548 meninas). Destas, apenas 1.875 (das quais, 1.220 meninos e 655 meninas) estavam recebendo instruções; sendo a respectiva proporção de 24,92% para o conjunto dos dois sexos, de 30,69% para o masculino e de 18,46% para o feminino. Deve-se notar que, das 7.523 crianças referidas acima, 787, escravas, ficavam totalmente excluídas do benefício da instrução.

Mesmo considerando-se os resultados do censo de 1872 nas fronteiras atuais do Município de São Paulo, os resultados ficam pouco diferentes. De 6.902 crianças de 6 a 15 anos (3.606 meninos e 3.296 meninas), apenas 1.805 (das quais 1.166 meninos e 639 meninas) estavam recebendo instrução. A proporção dos que estão recebendo instrução era de 26,15% para o conjunto dos dois sexos, de 32,33 % para os meninos e de 19,39% para as meninas.

Em 1940, sobre 279.683 crianças de 6 a 15 anos (139.130 meninos e 140.553 meninas), estão recebendo instrução 172.871 (91.112 meninos e 81.759 meninas), ou seja, 61,81% (dos meninos, 65,49%; das meninas, 58,17%).

A proporção de 61,81% é inferior à verificada na Capital federal, que é de 67,33%, e ambas estão ainda muito longe do nível, próximo de 100%, a que se deverá chegar com o progresso da instrução; entretanto a situação de 1940 mostra uma grande melhoria em comparação com o passado.

COMPROVAÇÃO E APLICAÇÃO DE CONHECIMENTOS

A. CÉSAR VEUÍA

Dos Cursos de Aperfeiçoamento do Ministério
da Agricultura

A DETERMINAÇÃO DOS VALORES

A hierarquia de "valores" é a primeira determinação, que condiciona a apreciação dos resultados na educação, como, aliás em qualquer outra atividade humana.

Os últimos acontecimentos no mundo permitiram dissipar quaisquer dúvidas sinceras sobre a possibilidade de filiação dos padrões culturais, tão diversos entre os povos a apenas duas correntes, espécies, ou formas características, há muito verificadas, alternadas ou difusamente entre os humanos, mas, até agora, não precisamente caracterizadas. À conflagração deste meado de século coube a oportunidade de bem destacar essas duas mentalidades sociais, em momento e circunstâncias extrênuas, que exigiram a máxima tensão de esforços e de capacidade não só de quase todos os povos europeus, como de vários da América e das demais partes do Globo. As fases de intenso dinamismo social têm, entre outras, essa virtude de fazer amadurecer rapidamente a mentalidade humana, de sorte que velhas controvérsias ou discutidas evidências se esclareçam.

Verificou-se, assim, que os povos mais propensos à ação e também por isso mais adstritos a ajuizar das coisas e dos fatos pelos resultados, os pragmáticos, ou empiristas em filosofia, e *democratas* em política, optavam decididamente pelas soluções óbvias, os métodos objetivos e diretos, e pela simplicidade no engenho, se isso à primeira vista dava a impressão de imaginação primária, ou pobreza de recursos intelectuais, na verdade punha os homens em contacto com a realidade natural, que lhes proporcionava rico material construtivo para seguro êxito. Enquanto isso, povos mais dispostos à contemplação, ou à reflexão e or-

denação das idéias, mais afetos ao raciocínio e aos sistemas e propensos à crítica e à influência da palavra, os *idealistas-voluntaristas* em filosofia, e *autócratas*, ou admiradores da democracia teórica em política, só se interessavam pelas soluções requintadas, pelo analismo profundo que tentasse encontrar o ideal, que buscasse a perfeição e, assim, pudesse recomendar o talento de seu autor e apontá-lo à admiração pública. Quando as duas condições práticas, a da possibilidade de êxito e a dos proventos a recolher pela população no futuro, com essa consagração individual, constituíam preocupações subalternas para intelectuais, chefes ou vultos proeminentes, enquanto que importavam em cogitação inatingível ou interdita para as massas populares. O propósito aí, aliás, era socialmente o de cisão e distanciamento das classes e funções sociais, nada tendo a ver os que pensam e mandam com os que fazem e obedecem. Foi sempre esse o teor da conduta praticamente observada entre latinos, germânicos e, até bem pouco, eslavos, ainda que nem sempre apregoado em teoria.

A par dessa dualidade de fins, que dividia funda e irremediavelmente os indivíduos e as funções de uma mesma sociedade, uma dualidade de meios deveria estabelecer-se para a verificação de habilitações e conhecimentos, que àquela correspondesse. Assim, para as funções chamadas nobres, seriam exigidas provas intelectuais de conhecimento, enquanto que para as funções manuais, somente a prática se recomendaria.

Para um democrata, (o anglo-saxão, particularmente), um homem não vale segundo a profissão, mas pela maneira como a exerce; para um autócrata, (latino, ou germânico típico), o indivíduo vale acima de tudo pela função, ou cargo que desempenha, sem maior consideração pelo que produza. Daí o desprezo ou indiferença dos primeiros pelas posições e a ânsia dos segundos por elas. Sendo assim, também, os primeiros preocupam-se em conhecer o assunto para poder honrá-las. ao mesmo tempo que se recomendam pela proficiência revelada, o que os torna quites para com quem os escolheu ou nomeou, e lhes atesta a probidade com a demonstração de que bem aceitaram o que podiam realizar.

Nenhuma dessas conjeturas, ao contrário, impressiona em geral os latinos e germânicos. Antes, consideram-se unguídos, como os antigos, pela designação, nomeação ou escolha, porquanto, uma vez que todo valor vem de cima, o só fato desse reconhecimento prévio de sua capacidade ou merecimento e a reiteração deste pela manutenção no cargo já os consagra como idôneos e os absolve de todas as faltas perante a

opinião pública. Daí, a facilidade que têm aqueles de se demitirem, sempre que discordam, e a impossibilidade em que se acham estes de fazê-lo, mesmo que fracassem.

O REALISMO NA EDUCAÇÃO

O objetivo do ensino, os resultados a colimar e aferir são simplesmente o cumprimento de requisitos formais, como a execução de um currículo, a realização de um curso, com as suas provas periódicas, seus exames, e, afinal, a expedição de um diploma, como presunção de habilitação; então o sistema de provas, exames e concursos existente nos povos formalistas se justifica como o mais adequado. Se, porém, tendo em vista a concepção relativista probabilista, dominante no conhecimento científico moderno, se prefere a certeza da experiência, ou da comprovação estritamente objetiva do adestramento, da aprendizagem, do conhecimento como da personalidade de cada indivíduo, então o método de provas, exames e competições ou concursos não serve, porque não há como modificá-los para fins que efetivamente não podem ter em vista, senão teoricamente.

A escola tem que reproduzir a realidade externa da vida social, como todos os educadores, psicologistas e sociólogos o têm observado. Confrontando a educação *escolar* com a educação *do mundo*, acentuaram essa maneira de ver P. Crouzet, no seu *Mestres e pais*, e Ortega y Gasset em *Missão da Universidade*. Concluem ambos que, no caso de discordância de orientação, a forma de educar do mundo é que vence e inutiliza a do lar, e a da escola.

Em vista disto alguns objetivistas apressados, ou realistas radicais, optaram por uma solução primária: deixe-se cada qual dos grupos de povos com o seu processo ou sistema. Continuem com os requisitos formais, *a priori*, os convencionalistas; e com as experiências de rendimento prático, *a posteriori*, os pragmáticos. Como todos os recursos simplistas, essa solução tem o defeito de ser parcial e restrita, descurando problemas essenciais, e que se agravam quando os povos entram em contacto. Assim é que povos "comunitários", (que, conforme a escola monográfica dos Le Play, Pinot, Demolins, etc, mais fazendo depender o destino dos indivíduos da direção do Estado, eram levados a multiplicar os exames e provas, aumentando-lhes sempre as dificuldades para eliminar um número cada vez maior de candidatas a funções públicas) são agora os que mais desejam imitar as demo-

cracias, em que indivíduos e famílias resolvem o seu próprio futuro, traçando os planos e passos que os devam conduzir para realizá-lo, verificada, como foi, nos últimos tempos, que essa descentralização no comprovar, distribuir ou atribuir e utilizai' as diversas capacidades individuais, é que multiplica o potencial e as iniciativas das energias humanas, dentro de um sistema social.

Há, pois, uma tendência geral para a mudança dos sistemas formais, que admitem provas e exames. E' o que indica a condição de correspondência, senão interdependência entre as diversas sociedades, que não mais permite o isolamento de nenhuma delas, dentro do complexo de influências dominantes no conjunto. Tal situação de antagonismo, entre a resistência de velhos costumes, práticas, e tradições, e as novas aspirações de melhoria, facilitação e aumento de rendimento do esforço, é que constitui a crise, bem patente nas reclamações constantes e na má vontade, ou desestímulo geral, a qual exige solução para que se não perca o resultado dos esforços empregados. E' o que justifica também a oportunidade da ampla discussão do assunto, por todas as suas faces.

AS INADEQUAÇÕES TÉCNICAS

Num ponto, parecem estar de acordo todos quantos têm estudado, com espírito de sanção, os exames e provas formais, nos países em que ainda constituem a base dos objetivos e da garantia do ensino: é que, tais como se praticam, de modo geral, não podem permanecer, por imprópriedade e ineficácia. Mas quando se passa aos meios de realização da reforma, aí surgem divergências irreconciliáveis. Contrapostos os peritos e proficientes, acham uns que se deva substituir tudo, fins e meios de educação, se de fato se pretende criar ou estabelecer alguma coisa de firme e duradouro. Outros opinam, talvez sem pressentir a força do passado, que se devam substituir apenas os meios, ou as técnicas, para conservar o sistema em geral, tal como se apresenta.

O PODER DAS TÉCNICAS

A. sabedoria social revelou-se, efetivamente, em nossa era, mais do que nunca, como justo equilíbrio na escolha entre as experiências do passado e as aspirações do futuro. Distinguir bem o que se deve abolir e o que se deve conservar é toda a arte do progresso. Mas é de convir que nunca são para desprezar os conhecimentos do presente.

As técnicas, por si só, modificam e transformam a cultura chamada espiritual ou mental e a hierarquia dos valores filosóficos, psíquicos e sociais? Parece que os acontecimentos deste último decênio, demonstraram justamente o contrário. Não só não têm esse poder transmutador, como podem persistir por muito tempo em completo antagonismo com o pensamento, cavando um abismo senão uma luta entre a cultura intelectual e a material. E parece fora de dúvida, depois de Ogburn e Chapin, que a interação constante entre uma e outra dessas culturas é que real e duradouramente constrói a prosperidade dos povos. Os vícios que se vão disseminando e arraigando nos processos de certas realizações e atividades sociais, como o da educação entre nós, são indicadores da sua decadência, ou anacronismo, tanto no que diz respeito às técnicas, quanto no que se refere aos valores mentais. Sendo a técnica uma relação entre a teoria e a prática, uma integração entre os fins da existência e os meios de realizá-los, uma conciliação entre a filosofia da vida adotada por uma coletividade e os recursos que emprega para executá-la, não basta copiar certo número de técnicas a que chegaram outros povos, por um lento e evolutivo processo de desenvolvimento, adaptação e adequação, e aplicá-las ou inseri-las dentro de outro sistema de existência social, de costumes e interesses políticos, religiosos, morais, jurídicos, econômicos, artísticos e culturais diferentes.

O maior desacerto revelado, ultimamente, na cultura em geral, e válido para cada um de seus ramos, como a educação, tem sido, por isso, o alheamento político, que deu aos homens de ciência, especialmente latinos e germânicos, o comportamento defensivo e comodista do avestruz, ocultando a cabeça enquanto ruge em torno a tempestade.

A técnica educativa depende tanto da política educacional, como da psicologia e da sociologia educacionais. Se estas artes e ciências básicas da educação não se harmonizam, não se integram, não se completam, e os processos e métodos não lhes correspondem na prática, não haverá, a rigor, *técnica*, mas simples práticas empíricas e arbitrárias, que não operam nem realizam com segurança.

A mera atitude, condição fundamental em toda a ciência moderna, que deve assumir o observador para atingir a realidade objetiva do fenômeno a estudar, parece sofrer restrição e fugir à condição básica de imparcialidade, quando opte pelo alvitre da mera substituição das técnicas, e admita a possibilidade de criação de uma nova realidade no caso, diferente daquela anteriormente observada. Assim é que,

tendo os exames e provas, que se conhecem, ciado resultados que não correspondem aos objetivos visados, não se aceita tal ocorrência como fato consumado, que invalide o processo. Acredita-se, antes, que modificando-se as técnicas, surja uma nova realidade, toda diferente da experiência até agora conhecida. E' certo que o realismo conformista, que não admite novas experiências ou tentativas, como capazes de modificar a realidade existente, não acelera o progresso, supondo mesmo este uma espécie de fatalismo, que escapa ao poder criador e inovador do homem. Mas também é preciso não esquecer que a ânsia inovadora, que descarta de todo os indícios de experiência anterior, e não encontra justificativa autorizada em comprovações ainda que parciais, já realizadas, tem constituído o processo de franco desbarato de energia e de tempo, sacrificando os povos emotivos e fantasistas, na sua busca de ideais abstratos.

O fato pois, é que os exames e provas realizados e conhecidos têm-se ressentido de tantas irregularidades, de tais inconvenientes e de quantas inadequações, com respeito aos objetivos visados, que se pode apenas concluir que eles não operam. Se isso se dá por inconveniência das técnicas, imperícia de examinadores, imprevidência administrativa, ou incongruência com todo o meio ou ambiente social — não podemos afirmar de modo definitivo. Podemos apenas presumir. Pois certo é que, onde não st usam tais processos formais, também aparecem resultados menos precisos, ou mesmo falhos, o que demonstra que não bastará a mudança dos instrumentos dos exames, em si mesmos considerados.

Se não consultarmos nossos valores e tendências, mas, simplesmente, nossos conhecimentos científicos, chegaremos, seguramente, a aumentar as nossas dúvidas, sobre a realização dessa hipótese otimista de transformação técnica.

INTERVARIAÇÃO E INTRAVARIAÇÃO NO CRESCIMENTO

A primeira razão da condenação dos exames e provas reside numa impossibilidade técnica, qual a de não servirem a seus fins por sua específica inadequação, ou impraticabilidade. Efetivamente, os exames e provas periódicos e arbitrários, quanto à época, à fase de desenvolvimento dos educandos, às suas condições de maturação funcional, são de todo contrário à natureza biológica, que não está no poder da cultura humana

modificar. Tendo em vista a interpretação de conjunto, a que se chegou modernamente, dos princípios da biologia, sabe-se que o crescimento humano, como toda evolução biológica, é heterócrono e não isócrono, quanto a gêneros, espécies, órgãos, funções, diferenciações ou desdobramentos especializados de funções. A própria experiência vulgar já observara desigualdades entre indivíduos e mesmo num só deles, quanto ao dia ou ao tempo na maturação e acabamento de todos e de cada um dos processos evolutivos e adaptativos, como a aprendizagem e a simples compreensão. Portanto, provas e exames interceptivos, abruptos ou inoportunos (quanto ao curso evolutivo do estudante, ao desdobramento seriado e nem sempre coerente de programas de ensino e à marcha conclusiva do conhecimento e da própria concepção da matéria ou disciplina) só resultam em obscurecimento, confusão, dúvida senão desconhecimento do que realmente se está passando quanto ao processo de aproveitamento, ou não, da educação ou ensino. Toda a psicologia do adolescente mostra que, na idade do crescimento e da formação mental, o indivíduo humano é um edifício em andaimes, em que ainda não se sabe o que vai ficar nem o que será abolido, no tumulto das noções e experiências. Estas só encontrarão conformação e fixidez quando o estudante chegar a concluir o conhecimento de todas as partes de um assunto, o que lhe permite configurá-lo no conjunto e penetrar-lhe o verdadeiro sentido por ajustamento final. Uma prova extemporânea não substitui a observação atenta e longa de um mestre, como se praticou outrora, quer na antiguidade, quer no humanismo da renascença, nas corporações estudantis ainda medievais, ou nas primeiras universidades. E também, acrescentemos, como se realiza, ainda hoje, onde tais tradições se mantenham, em comunidades de cultura e estudo, único veículo propício não só à transmissão quase integral de conhecimentos dos docentes aos discentes, como, e por isso mesmo, de conhecimento recíproco e perfeito entre todos os que fazem parte desses núcleos de saber. Não há provas de conhecimento que supram ou substituam a observação inteligente, racional, viva e, pois, evolutiva, que acompanha o desenvolvimento e crescimento mental a par da respectiva aprendizagem técnica, profissional, cultural ou científica, possa, afinal, por julgamento ainda que intuitivo, mas não arbitrário, apontar com segurança as habilitações de cada estudante, ajuizando quer sua maturidade para acesso de classe ou prosseguimento de estudos, e para os variados misteres da vida prática. O encaminhamento e a

recomendação, ainda em uso em vários países, dos mestres em relação a seus ex-alunos, demonstram a excelência do processo, como a possibilidade de julgar os próprios professores, cujo critério e probidade se revelam no resultado que apresentem seus recomendados.

Não se diga que, nas provas coletivas e simultâneas, as desigualdades criadas entre os examinados com imposição de dias prefixados, e choque emotivo inevitável, possam ser avaliadas e compreendidas, como o são as das provas de aptidão natural. Não só o consciente, a atividade voluntária nestas últimas não tem a intervenção que constitui a quase totalidade das provas de conhecimento no ensino, como os resultados não são encarados com o critério científico de dados experimentais, provisórios e insusceptíveis de aplicação prática, antes de aferidos e elaborados em relação a escalas e padrões preestabelecidos. Pelo contrário, os resultados de provas e exames, são logo notas definitivas que vão produzir efeitos oficiais. São sentenças por vezes arbitrárias quanto irrecorríveis e irremediáveis, que fazem perder ano, carreiras, estímulo e até o futuro sem justiça nem vantagem coletiva, muito menos individual. Apenas, como não se ilude facilmente a natureza humana e a própria experiência social, os prejudicados reagem e, quando podem, corrompem a instituição educativa, sobrepondo-se às suas decisões pelo empenho ou recomendação prestigiosa, ou pela pura e simples falsificação de diplomas e certificados. Está nisto a prova de seu valor exclusivamente formal.

AS TRANSFERÊNCIAS DE APRENDIZAGENS

Outro pressuposto empírico, em que se fundam as provas e exames competitivos ou envulatórios, que a ciência moderna também desmente, é a da possibilidade de transferência de uma aprendizagem para outra, ou da aplicação de aprendizagem similar, indireta. É a concepção monárquica das aptidões humanas, como lhe chamou Spearman, que pressupõe a inteligência (atividade intelectual, não a modalidade, ou qualidade mental que acompanha cada atividade de per si, e lhe é peculiar) como síntese e conclusão de todas as aptidões particulares. Isso restringe a provas intelectuais a avaliação de todas as demais funções, adestramentos ou aprendizagens... Considerando até a memória como função central e essencial no conhecimento, faz das provas puramente mnemônicas a prova cabal de habilitação para quase todos os misteres, especialmente oficiais Os estudo? e experiências

de numerosos autores têm demonstrado à saciedade a não transferência da aprendizagem, como até mesmo a inexistência de conhecimento ou ciências que "abram ou exercitem a inteligência", como pretendiam os antigos. E, ainda, com os psicotécnicos modernos, cada dia mais se confirmam essas observações com a verificada necessidade das aprendizagens diretas e especiais para cada mister, pondo na primeira plana as provas configuracionistas e representativas da realidade funcional ou profissional, como mais seguras para os prognósticos de aptidões que se pretendam avaliar.

Por ai já se pode concluir, sem mais nos alongarmos na análise, que as provas e exames coletivos que podem dar distinção a quem só sabe um ponto do programa, e dar zero a quem só ignora o ponto que caiu, não têm além disso relação concludente com as habilitações que se pretendam descobrir e revelar no candidato.

Longe de ser a recomendação idônea e responsável de mestres e administrações escolares, que atestam, certificam ou relatam as aptidões reais e comprovadas de alunos ou diplomados longa e cuidadosamente conhecidos, estudados e experimentados, muitos exames, provas e concursos, com suas notas e certificados são assim, simplesmente, um alvitre ou expediente, cômodo, que não responsabiliza ninguém, uma vez que formalmente representam, de acordo com os pontos conferidos, o que o aluno ou candidato *fez* no dia da prova, pouco importando as condições em que a realizou, o ponto que caiu, e o que poderia realizar efetivamente na prática da função ou profissão.

OS INCONVENIENTES DOS EXAMES FORMAIS

Se a atitude individual, perante o conhecimento ou função, é o **que** mais considera a psicologia atual, para o prognóstico em qualquer atividade, cultural ou econômica, a motivação que determina ou condiciona tal atitude deverá ser tomada como fundamental.

Justamente o que mais falta nos exames e provas, bem como na espécie de ensino a que estes se ajustam, é a *motivação*, natural ou habilmente provocada. Uns e outros são impostos mediante as mais variadas coações, ameaças e punições. Nada mais adequado para provocar uma resistência permanente e inevitável no subconsciente, que **além** de conservar-se livre através de todas as manifestações externas e aparentes da linguagem, da razão, mesmo da vontade expressa, é a

atividade que realmente realiza, porquanto opera sempre na determinação de nossos atos.

O princípio, porém, que inspira a organização dos exames e provas formais, é precisamente o oposto dessa auto-determinação individual.

A compreensão empírica e tradicional é que a vontade humana pode ser conduzida de fora para dentro, por outra vontade estranha à personalidade individual. E a convicção que configura todas as instituições sociais desses climas culturais e se apregoa em qualquer campanha educativa, é a de que as massas devem ser conduzidas pelas *elites*, e assim, que para resolver todos os problemas de transformação ou reajustamento social, será bastante "educar as *elites*".

Os níveis e padrões são assim estimados e estabelecidos visando os "bem dotados", e o argumento justificativo de qualquer programa letivo ou de provas e exames estatuídos é o de que, havendo alguém capaz de cumprí-los ou executá-los, plena e satisfatoriamente, todos os demais também poderão fazê-lo.

Sob o ponto de vista da ciência psicológica, é de lembrar que os "anormais", ou "excepcionais", tanto são os débeis e retardados mentais, como os supertalentosos. E se, sociologicamente, ainda não se fizeram estudos suficientes sobre os danos causados à humanidade com os desvios e atrasos da evolução social, devidos aos grandes agitadores, guias e dominadores, os gênios e supertalentos, apenas surgindo por ora os ensaios históricos como o dos Henry e Dana Tboimas, que põem em evidência os malefícios de grandes estadistas, a mera opinião popular já está bem certa de que as catástrofes e vicissitudes coletivas se devem mais a grandes desajustados, do que aos humildes e obscuros, que não têm o mesmo poder de suggestionar, empolgar e desorientar.

Como quer que seja, o que não nasce da própria massa não tem poder sobre ela nem condições de realização, porque é afinal a massa.. que executa o trabalho. Impossível será, pois a *elites* pensantes dirigirem, acertadamente, massas passivas operantes.

ONDE COMEÇA O ENFRAQUECIMENTO DOS COSTUMES

Ensino esquematizado, provas e exames formais, impostos à consciência e à vontade de educandos, e de candidatos, apenas estimulam

a resistência normal do inconsciente, que procura condições mais favoráveis de adaptação. E, daí, as fraudes, as *colas*, as mistificações de todo o gênero e o desvirtuamento completo da atividade educativa, e afinal profissional, que prescinde dos conhecimentos para se ater apenas ao cumprimento de formalidades e guardar as aparências de idoneidade no desempenho das funções e atividades sociais.

Da escola, do educandário, da academia, do curso e do concurso, o estudante guarda apenas a memória de uma etapa penosa cumprida, de que as amizades de alguns colegas e pouquíssimos mestres lhe restam para suavizá-la, e de uma enfática, pretensiosa e sensivelmente artificial impressão de superioridade, que a conquista do diploma, certificado ou classificação materialmente lhe assegura.

Como o regime, a que esteve longamente submetido, não foi o de manifestar livremente a sua ignorância e a sua curiosidade de saber, mas o da necessidade de fingir que sabia, de "dar boas contas de si", nas provas e exames, a adaptação que conseguiu, muitas vezes, foi a do oportunismo, de visar fins sem olhar aos meios. Nunca teve oportunidade de provar, realmente, os seus conhecimentos, pois as provas existentes nada provavam. Desconfia do seu saber, e apesar dos documentos escritos, sabe quanto dependeu do acaso ou da sorte o seu sucesso escolar. Não estima a escola, não a respeita, nem lhe é grato, porque subconscientemente sentiu o seu artificialismo e a sua pouca respeitabilidade, com a deficiência da comprovação dos conhecimentos.

Entra, pois, na vida prática com um complexo de superioridade (*inferioridade*, no íntimo) que o torna mau produtor, aventureiro na vida social, em que o objetivo é subir de qualquer modo. Se teve o primeiro lugar, num concurso, olha aos demais colegas como inferiores e ostenta atitude que afasta qualquer colaboração, indispensável a qualquer trabalho coletivo, único fecundo e duradouro.

O preciosismo livresco e fútil, o eruditismo superficial e imprudente, senão impudente, essa superioridade falsa que semeia o *academismo*, tem sido denunciado e ventilado amplamente na Inglaterra, mesmo em narrativas e novelas, que criticam veneráveis instituições como Oxford, Cambridge. Eton e Harrow. E lá existe o modelo do *gentleman*, com sua dignidade, sua veracidade e sua fidelidade à palavra, para inspirar os educandos e a educação livre, de iniciativa privada,

com sua flexibilidade evolutiva de programas e regimes educativos. E onde não havia senão rigidez e formalismo.?

O imediatismo e o oportunismo que distinguem a atmosfera social de certos povos, não podem ser, pois, estranhos a esse mesmo regime transplantado para a educação. E a parte que nisso tem, ainda que não determinada a medida, é certa, quanto aos exames, provas e concursos formais, que raramente provam ou orientam, quanto ao principal objetivo, que é conhecer, em condições exatas e de igualdade para todos, o preparo, o conhecimento, e pois as habilitações de cada um.

POSSE DO PROFESSOR RAUL LEITÃO DA CUNHA NA PASTA DA EDUCAÇÃO

Havendo o Exmo. Dr. José Linhares, Presidente da Suprema Corte de Justiça, assumido a Presidência da República, em virtude dos acontecimentos de 29 de outubro último, apresentou o Ministério, que vinha servindo com o Presidente Getulio Vargas, a sua renúncia coletiva.

Para a pasta da Educação e Saúde, em substituição ao Dr. Gustavo Capanema, que nela vinha servindo há onze anos, foi escolhido o Professor Raul Leitão da Cunha, Magnífico Reitor da Universidade do Brasil.

A posse do novo Ministro deu-se a 1.º de novembro, em expressiva cerimônia. Transmitiu o cargo o Sr. Joaquim Bittencourt de Sá, Diretor Geral do Departamento de Administração do Ministério, o qual pronunciou breves palavras, lendo também, na ocasião, a carta que o antigo titular da pasta havia dirigido ao Professor Leitão da Cunha. Falou, em seguida, em nome da Universidade do Brasil, o Professor Inácio Azevedo do Amaral, diretor da Escola Nacional de Engenharia. Respondeu o novo Ministro, pronunciando o discurso que adiante vai transcrito.

DISCURSO DO SR. BITTENCOURT DE SÁ

"Senhor Ministro,

Fiel às imposições da disciplina, aqui estou para passar às mãos honradas de V. Excia., não uma pasta ministerial, mas as chaves do Ministério da Educação e Saúde, nesta fase histórica do Brasil democrático, obediente à última determinação escrita do Ministro Gustavo Capanema, meu grande chefe e meu dileto amigo, em cinco anos seguidos de trabalhos constantes e afanosos.

Recomendou-me S. Excia. que cercasse de todas as atenções merecidas a pessoa de V. Excia., por não esquecer os relevantes serviços que V. Excia. tem prestado ao Brasil, principalmente nos ramos da educação e da saúde pública, em que se desdobra o Ministério.

Desafeito ao uso da palavra, luto neste instante para governar os assomos do meu coração emotivo e transmitir a V. Excia., sem falha, o recado do amigo querido que se aparta.

No final de uma carreira pública que começou aos quinze anos de idade, e que há trinta e seis nunca teve descanso, encontro para coroa-la este momento em que o coração fala sozinho. Falando pelo coração, venho desejar a V. Excia. o êxito mais formal de uma administração que há de ser profícua e brilhante, tantos os méritos e o patriotismo que sobram em V. Excia.

São esses, também, os votos dos funcionários do Ministério.

Encerrando minhas palavras, peço vênias para ler a carta, que por meu intermédio o Ministro Gustavo Capanema dirige a V. Excia:

"Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1945.

Prezado amigo Prof. Leitão da Cunha: :

Recebi, por intermédio do Chefe do Gabinete do Ministro da Educação e Saúde, a atenciosa comunicação do seu propósito de entrar no exercício das funções ministeriais na data de hoje.

Agradeço ao prezado amigo esse gesto de cordialidade, cuja delicadeza bem compreendo.

Todavia, com a declaração de renúncia coletiva dos ministros, apresentada ao Exmo. Sr. Presidente da República, ante-ontem, pelo ex-Ministro da Justiça, Prof. Agamemnon Magalhães, cessou automaticamente o exercício de minhas funções ministeriais. Esta a razão pela qual me sinto privado de lhe transmitir pessoalmente o exercício dessas altas funções.

Neste ensejo, com os agradecimentos que lhe mando pela atenciosa comunicação a que acima me referi, junto outros e afetuosos agradecimentos pela colaboração, sempre esclarecida, judiciosa e sincera, que o eminente amigo prestou à minha gestão ministerial, como Reitor da Universidade do Brasil. Guardo dessa colaboração uma lembrança cheia de estima e apreço.

Enfim, formulo os mais vivos votos pela felicidade de sua gestão.

Certo estou de que o ilustre amigo, tão conhecedor que é dos assuntos e dificuldades deste Ministério e tão devotado que tem sido, na sua carreira de professor e administrador, à solução desses problemas, prestará ao país serviços de mais alta relevância, que darão ao seu prestigiado nome ainda outros títulos para o reconhecimento nacional.

Aceite as expressões da minha cordial estima e constante admiração.
Gustavo Capanema.

DISCURSO DO MINISTRO RAUL LEITÃO DA CUNHA

"O meu tempo de serviço público efetivo ultrapassou quatro decênios. A ninguém deverá surpreender, portanto, a declaração de que eu já mandara fazer a sua contagem certificada, para solicitar a minha aposentação.

Apesar disso aceitei o convite para as árduas funções, cujo exercício agora inicio na presença confortadora e estimulante de tão seleta quanto fidalga assistência, porque, não só entendo que nos períodos de crise nacional — ressalvados os impedimentos de consciência — somente os pusilânimes e os comodistas recusam cooperar pessoalmente na obra de restauração integral dos deveres do Estado para com os direitos do povo, como também porque fui médico e professor durante toda a minha vida profissional e os postos administrativos que ocupei pertenciam ao setor próprio a uma dessas atividades, ou a outra.

Não poderia, por isso, egoisticamente eximir-me à obrigação de concorrer, na medida das minhas energias, para que a reconstitucionalização do Brasil se realize numa atmosfera de insopitável sentimento de brasilismo e de absoluto espírito público.

Conheço pormenorizadamente a extensão e o peso das dificuldades que encerram os problemas de ordem técnica, econômica e moral do Ensino e da Educação e as exigências de natureza técnica, econômica e social da Saúde e Assistência públicas.

Seria prova de insensatez, portanto, pretender, na minha rápida passagem por este Ministério, resolver definitivamente todos esses problemas e satisfazer convenientemente todas essas exigências. Espero, porém, confiante em Deus e no auxílio dos meus colaboradores, dos quais fazem parte integrante e necessária os estudantes de todos os ramos e graus, eliminar a desconfiança e o insossêgo que a legislação confusa e conseqüente indecisão de atitudes, agravadas pelo desrespeito

assíduo às leis ainda vigentes, criaram em desfavor do preparo técnico, da cultura intelectual e da formação moral dos nossos jovens.

Creio, porém, poder esboçar as normas para que as nossas leis sobre educação e saúde respeitem as realidades brasileiras e eliminar os obstáculos opostos à regularização, para 1946, de um ano letivo em que os mestres possam dedicar-se tranqüila e interessadamente ao seu nobre mister e os alunos lhes prestem a indispensável cooperação, conscientes de que as facilidades na sua vida privada, a eficiência da sua participação na vida coletiva, o seu papel no futuro do Brasil, em suma variarão diretamente com o grau do apuro técnico e da cultura geral ou especializada que adquirirem e com o aperfeiçoamento moral a que atingirem.

Se isso conseguir, terei correspondido à confiança que sua excelência o senhor Presidente da República depositou na Universidade do Brasil, convidando o seu Reitor para Ministro da Educação e Saúde".

INAUGURAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Com a presença do Sr. Presidente Getúlio Vargas, ministros de Estado e altas autoridades, realizou-se, a 3 de outubro, a inauguração oficial do novo edifício do Ministério da Educação, que constitui uma das mais completas realizações da arte moderna no Brasil. Com efeito, além de representar uma arrojada demonstração dos recursos da arquitetura de nosso tempo, o Palácio da Educação reúne um conjunto de obras de arte, em escultura e pintura, verdadeiramente notáveis, com telas e afrescos de Portinari e Guignard, e estátuas de Bruno Georgi, Adriana Janacopulos, Celso Antônio e Jacques Lipchitz.

Localizado na Esplanada do Castelo, possuindo um amplo jardim, pisos de cantaria, o seu "hall" de entrada dá acesso a todo o conjunto arquitetônico. Ao lado do "hall" aberto, estão dispostos outros dois "halls" fechados, ou vestíbulos do edifício. Um, revestido de mármore até o teto, destina-se ao grande público. Aí também se lança larga escadaria, também em mármore, onde, em sentido transversal, estão situados, de um lado, o auditório, e do outro o salão de exposições. O outro "hall", dispondo de dois elevadores, é destinado aos funcionários do Ministério, e a ele vêm ter as escadas de acesso a todos os pavimentos.

O segundo pavimento é reservado exclusivamente ao gabinete do Ministro, cujo salão principal de audiências se abre para um jardim colocado sobre a lage de cobertura do salão de exposição. Esse jardim foi cuidadosamente desenhado e executado, em todas as suas minúcias, pelo paisagista brasileiro Burle Marx. E' no salão de audiências, também nesse pavimento, que se encontram as pinturas murais de Portinari.

Em catorze outros pavimentos do grande edifício, alojam-se as diferentes repartições e serviços centrais do Ministério, como o Departamento de Administração, o Departamento Nacional de Educação, o Departamento Nacional de Saúde, o Serviço de Patrimônio Histórico e Cultural e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, além de ou-

tros. No décimo sexto pavimento, está instalado o restaurante dos funcionários do Ministério.

Por ocasião da inauguração do busto do Presidente Getúlio Vargas, localizado no grande saguão principal, foram proferidos pelo Ministro Gustavo Capanema e pelo Professor Roquete Pinto, Diretor do Instituto Nacional de Cinema Educativo, os discursos que se transcrevem :

DISCURSO DO MINISTRO GUSTAVO CAPANEMA

"A data de 3 de outubro é uma das mais gloriosas de nossa história. E' a data em que, no ano de 1930, o nosso povo pela primeira vez se levantou em todos os quadrantes do território nacional para a defesa dos seus direitos essenciais. Vós fostes o chefe dessa revolução. Essa revolução tinha no centro do seu projeto o ideal das reivindicações sociais e o ideal da valorização humana. Nos primeiros dias do triunfo, vós estabelecestes os instrumentos e as bases de conquista desses ideais, fundando o Ministério do Trabalho e o Ministério da Educação e Saúde. Por uma obra de educação clamou o nosso país por mais de um século. Clamou em vão. O último apelo falou pela voz de Miguel Couto, na sua apóstrofe angustiada pela criação de um Ministério que viesse cuidar dos problemas essenciais do homem — a saúde e a educação. Fostes vós que escutastes esse clamor. E porque o escutastes, fundando nos primeiros dias revolucionários o Ministério da Educação e Saúde, procedestes com sabedoria política. Eis por que escolhemos o dia 3 de outubro para esta inauguração. Devo ainda dizer que se a criação do Ministério da Educação e Saúde resultou da vossa sabedoria política, a construção deste palácio de vidro em que ele vai funcionar é um sinal de vossa livre e altíssima inteligência.

Não é freqüente entre os chefes de Estado o espírito de proteção às artes. Todavia, de quando em quando, a história nos oferece a grata presença de um Mecenaz. Na história do Brasil, sob este aspecto, merece afetuoso respeito a figura de D. Pedro II. Porém, o que é raríssimo é que um chefe de Estado, além de protetor das artes na sua usual produção e brilho, se transforme em animador da renovação e da rebeldia, num terreno em que o espírito acadêmico em toda a parte, em todos os tempos, possui o mais alto poder. Este gesto, o gesto de Péricles, o gesto de Lorenzo de Médicis, só se encontra raramente.

Com estas palavras é que creio poder prestar-vos, nesta inauguração, a maior homenagem. O Ministério da Educação e Saúde, segundo

vosso plano, lutará constantemente pela elevação da qualidade do homem brasileiro. Esta luta deverá ser sempre animada de clareza e de veemência, para ferir o mal de todas as decadências. Por isto mesmo é que no limiar deste edifício encontrais, na escultura de Jacques L'pchitz, a figura de Prometeu, o iniciador da civilização humana, o gemi-deus que arrebatou o fogo dos céus, na decisiva luta da dominação do abutre".

DISCURSO DO PROFESSOR ROQUETE PINTO

"Resolveu o Senhor Ministro da Educação que os funcionários da sua pasta tivessem representante no ritual desta cerimônia. E deu-me a honra da sua escolha porque me encontrou entre os mais velhos e os mais antigos. E' um delicado privilégio que me proporcionam a generosidade do nosso chefe imediato e os meus quarenta e tantos anos de efetivo serviço.

Queria o Padre Vieira que nos discursos houvesse algo de leve e 10 de pesado, como nas redes de pescar, que têm flutuantes de cortiça mas não dispensam a chumbada que as leva ao fundo. Os conceitos são o peso dos discursos; só por eles conseguem ir ao fundo das almas. Mas o Padre Vieira acrescenta que com tudo isso o mais importante é mesmo saber tecer a rede.

Mal de mim, que não sei tecer coisa nenhuma... Ponho assim toda a esperança na benevolência dos meus colegas.

Deu ainda uma vez o nosso ministro uma demonstração de espírito liberal desejando, hoje, aqui, a palavra de um simples naturalista que visitando algumas vezes o Louvre sempre se demorou junto aos Milliet e aos Corot e nunca perguntou se já havia por ali algum salão de *cubistas*.

Observou certa vez um grande espirito que os templos tão belos e grandiosos da arte greco-romana não foram em geral aproveitados quando triunfou o monoteísmo cristão. Alguns, como o Panteon de Roma que é hoje Santa Maria dei Martiri ou o templo de Vesta que é Santa Maria del Sole, passaram de fato ao novo culto. Mas não foi a regra.

E' que as cerimônias do paganismo tinham caráter essencialmente exterior. Muita pompa, muito brilho, mas pouco fundo moral. O cristianismo surgiu pregando, ensinando, clamando, explicando o que lhe era possível demonstrar.

O ensino e a predica precisavam de outra arquitetura. Não sei qual será o estilo próprio dos edifícios públicos, quando a arte de construir

tiver de satisfazer aos ideais de liberdade espiritual que o surto contínuo da ciência há de impor às sociedades do futuro, queiram ou não queiram os que pensam que o homem conservará para sempre a sua antiga ingenuidade. Nem mesmo posso imaginar se haverá nos tempos que se aproximam um estilo arquitetônico definido, como foi o gótico na vitória medieval do cristianismo. Mas o que sei — porque é a mesma evidência — é que este palácio de vidro, tão escandalosamente grandioso, sem sombras — sugere algo de profundo, claro, forte e decisivo. E' o quadro de distribuição da energia — para me servir de uma imagem dos electro-técnicos — de onde devem partir os impulsos fecundos do progresso espiritual do país.

Sou insuspeito para falar bem desta casa. Porque tive a honra de ver no gabinete do Ministro as plantas dos projetos apresentados e não escondi o pouco interesse que isso me inspirou.

Mas as coisas, no papel, são diferentes... O que nos parece de um jeito, porque a nossa imaginação colabora e supre sem querer o que não está escrito, na transcrição para o real sofre as inelutáveis modificações que a vida impõe. Afinal o que comanda não é o que está escrito no papel; é o que a vida exige.

Se nas democracias tudo tem de ser acessível ao povo soberano, tudo tem de ser claro — este Ministério da Educação é o mais expressivo dos nossos palácios oficiais. Palácio de Cristal da Guanabara. E' diferente de todos e de tudo. E' liso. Tem janelas sem conta, para que a gente sinta como cultura e saúde são as questões fundamentais desta nação. Problema de cultura quer dizer, antes de mais nada, elevação espiritual. Ar e luz. E elevação espiritual começa quando o indivíduo tem consciência do seu destino. E' absolutamente indispensável, para tirar proveito do esforço realizado com a sua educação, que cada menino do Brasil saiba para que veio ao mundo, tendo consciência do que vale um homem são e principalmente um homem digno.

E' inútil gastar tempo e dinheiro ensinando gente sem fé na sua própria energia, gente sem vontade e sem rumo, gente sem fé na sua pessoa, na sua família, no seu povo e na sua pátria. Educar e ensinar são coisas próximas e diferentes. O Brasil precisa saber — porque no mundo moderno só há uma espécie de povo forte: o povo que sabe. Cinco milhões de soldados bem armados, corajosos e fanáticos renderam-se há poucos dias diante de um gesto da ciência e da técnica.

Mas, antes disso, o Brasil precisa acostumar-se a pensar na sua própria existência, abandonando o comodismo da vida ao Deus dará.

Se o problema da instrução é mais difícil, porque é muito mais caro nos dias correntes exige meios técnicos que custam dinheiro que o povo não tem, já o problema da educação — o problema de criar bons hábitos individuais, domésticos e cívicos — o problema de acostumar-se - custará esforços, mas não custará tanto dinheiro. Mesmo porque — se o ensino depende mais dos órgãos que governam a educação, amparada, prestigiada pelo poder público — tem de ser obra fundamental de todos. São elas — as famílias do Brasil — que hão de preparar o terreno moral, para que o Estado possa promover o desenvolvimento do ensino e da cultura, sem malbaratar o que despense. Seja este palácio o sinal da mobilização geral em prol da educação do povo.

No recesso de cada grupo geram-se os costumes. Educar-se é adquirir costumes de significação social. Cabe a este Ministério amparar, fortificar, coordenar tudo quanto possa concorrer para firmar o movimento. E' o Ministério da Disciplina Espiritual; porque sem ela não há educação, nem ensino, nem saúde, nem força e nem riqueza.

Esses conceitos de um velho brasileiro que fez do estudo de sua terra e de sua gente o programa da existência e teve a boa fortuna de encontrar, aqui mesmo, prestígio que ele não merecia mas que mereciam as idéias que viveu servindo — levan-me, sem nenhuma lisonja a dizer-vos, Sr. Ministro Capanema — que a vossa energia moça e sempre voltada para o que a vida nacional pode ter de belo, vem dando à nossa terra as mais altas afirmações de inteligência e de cultura.

Não tenho autoridade nenhuma para dizer do que se tem feito no Brasil nos últimos dez anos sobre o ensino sistematizado, nas escolas e nas universidades; mas posso prestar o meu depoimento sobre o surto da cultura popular do ponto de vista científico, técnico e artístico. E creio poder afirmar que jamais a pesquisa científica foi tão prestigiada; jamais as publicações de interesse geral foram tão numerosas, tão grandes e tão belas. Ouso mesmo datar o grande movimento a partir da

Revista Nacional-de Educação, publicada pelo Ministério, que o ilustre

Teixeira de Freitas fazia chegar a todos os municípios da República.

Imagino, Sr. Ministro Gustavo Capanema, a vossa alegria vendo e inaugurado este Palácio que simboliza tanto. E também avalio a isfação do Sr. Presidente Getúlio Vargas nesta cerimônia inaugural

de uma das mais belas obras de seu governo no momento da mais ampla liberdade de pensamento e de expressão.

No passado o Brasil foi ponto de encontro e mistura dos três tipos biológicos fundamentais da espécie humana. Em' nenhum ponto da terra tantos brancos, amarelos e negros se reuniram. No futuro vai ser ponto de encontro de todos os povos. Mas ficará brasileiro no futuro como ficou no passado, pela força nacionalizadora incontrastável de um meio natural dominador e do meio social mais humano que o planeta possui.

Nem sempre é possível assimilar facilmente o imigrante; as características culturais que ele traz consigo, quando é dos bons, deixam muitas vezes longe o que ele encontra.

A massa maior atrai a menor. Não há decreto humano capaz de inverter esses termos. Mas se nem sempre é possível assimilar, é sempre possível nacionalizar, criando ambiente favorável à operação, mormente pelo culto das melhores tradições pátrias.

Para mim, tradição é lembrança acumulada na alma das gerações. Muitos pensam que o idioma é fundamental naquele processo. Mas a observação prova que há nações vigorosas e independentes falando a mesma língua, tais são, por exemplo, as da América do Sul; e há nações vigorosas e ativas que têm diversas línguas, tais como a Suíça e a União Soviética. A nacionalização começa pela simpatia e pela veneração. Cresce no amor da terra e da gente.

Ainda nesse particular tem este Ministério um posto sem igual.

Ao Sr. Presidente Getúlio Vargas e ao Sr. Ministro Capanema os funcionários do Ministério da Educação vêm aqui testemunhar o seu respeito e a sua estima. Estamos todos a postos.

Nenhum de nós tem mais hoje aquele otimismo quase infantil dos nossos pais, para quem o Brasil era como o país de Maira de certas tribus índias — a região sem males em que o homem só precisava de estender o braço para colher flores e frutos. Mas no seu lugar sentimos hoje, todos, velhos e moços, a fé consciente dos que sabem das luzes e das sombras da terra em que nasceram. Na posse das próprias energias, liberto de certas doenças de direta influência social, educado e instruído, o Brasil vai ser dentro do século o grande celeiro e o berço do mundo, onde as raças hão de vir gerar a força dos homens e a beleza das mulheres, renovando o sorriso das crianças".

VISITA AS DEPENDÊNCIAS DO MINISTÉRIO

Terminados os discursos, o Sr. Presidente da República e numerosos outros convidados percorreram várias das dependências do grand edifício do Ministério. Foram mais detidamente examinadas as instalações do Serviço de Comunicações; a Divisão do Ensino Secundário do Departamento Nacional de Educação; o Departamento Nacional de Saúde; o Serviço do Patrimônio Histórico e Cultura; o Departamento de Administração; a Biblioteca, o Gabinete do Ministro e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

No I.N.E.P., o Sr. Presidente Getúlio Vargas teve ocasião de examinar vários dos trabalhos de documentação e pesquisa desse órgão técnico central do Ministério, e bem assim, de inaugurar a I Exposição de Arquitetura Escolar Brasileira.

EXPOSIÇÃO DE ARQUITETURA ESCOLAR

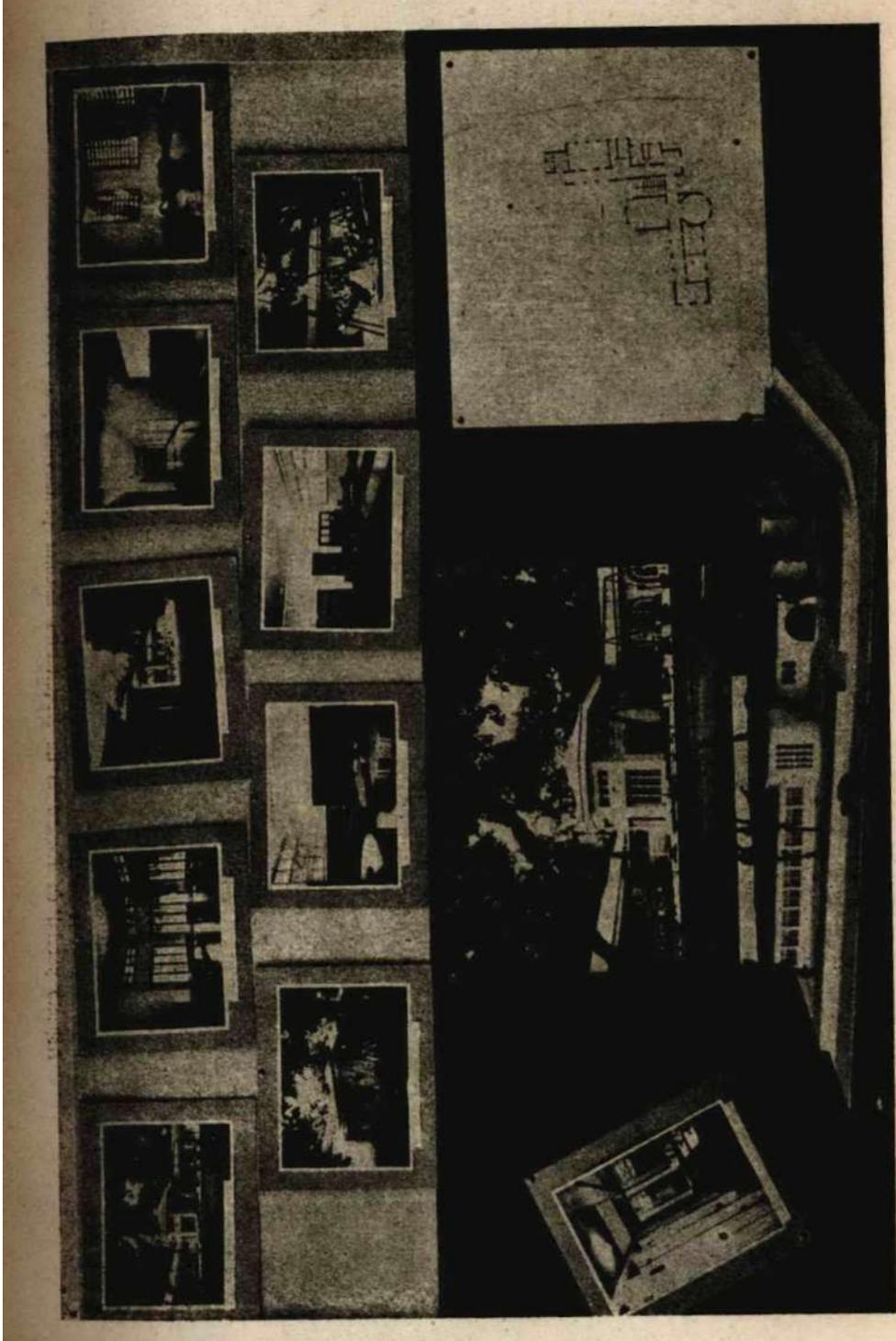
Por ocasião da inauguração do novo edifício do Ministério da Educação, fez o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, aí instalado, abrir ao público uma interessante Exposição de Arquitetura Escolar, a primeira no gênero realizada no país.

A referida mostra, que ocupou todo o amplo salão do "Museu Pedagógico" do I. N. E. P., apresentou cerca de quinhentas fotografias, uma centena de plantas e doze maquetes, de edifícios construídos depois de 1930, nos Estados do Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Paraná Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás.

O material, disposto em conjuntos referentes às quatro regiões do país ali representadas — Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste — permitia, desde logo, ao visitante segura observação sobre as tendências regionais de construção, utilização de materiais e recursos de orçamento. E' assim que, nas construções escolares da região de leste e sul, notava-se maior adaptação do prédio escolar às funções sociais da escola, pois que já numerosa percentagem de escolas está sendo construída com auditório, biblioteca e compartimentos para serviços de assistência ao escolar, como cantina, cooperativa, gabinete médico e dentário.

Em relação a todos os Estados, evidencia-se seguro progresso no tipo geral dos edifícios, com maior e melhor aproveitamento dos materiais modernos de construção. De par com alguns edifícios, geralmente construídos de 1930 a 1935, e que não utilizaram convenientemente os recursos do cimento armado, observa-se, em construções mais recentes, a sua perfeita adaptação às linhas arquitetônicas sóbrias, mas elegantes, que convém imprimir às casas escolares.

A cobertura com laje, com ou sem utilização de terraços superiores, parece ter cedido de vez ao telhado tradicional, quer por motivos estéticos quer pelos de maior durabilidade e segurança. Por outro lado, o emprego de janelas basculantes, em salas de aulas, quase constante



Aspecto parcial da Exposição de Arquitetura Escolar, promovida pelo I.N.E.P.



Aspecto parcial da Exposição de Arquitetura Escolar promovida pelo I.N.E.P.

em projetos executados até 1938, no norte ou no sul, foi sendo substituído pelo de janelas comuns.

O tipo tradicional, que era o de planta baixa em U, cedeu em grande parte às considerações de melhor "orientação" das construções, agora, com planta baixa em L, em H, ou em I. No entanto, algumas soluções, procuradas nesta última disposição, nem sempre parecem ter sido felizes, pelo alongamento excessivo do edifício, com desperdício da área de circulação e conseqüências daí decorrentes para a própria administração escolar.

Tendência ainda verificada nas construções dos últimos cinco anos, com relação à feição dos edifícios escolares, é a de uma prudente volta ao tipo de arquitetura tradicional brasileira, embora com utilização dos processos modernos de construção. Destacam-se, neste particular, dois últimos edifícios levantados no Estado da Paraíba, e cerca de uma dezena construídos em várias cidades do interior de São Paulo.

Pelo apuro técnico das construções e perfeito estudo de maior número de condições de higiene-pedagógica, destacava-se a documentação apresentada pelo Distrito Federal, que, nos últimos quinze anos construiu 70 edifícios, a maior parte dos quais para grande matrícula.

Pelo número de construções, e ainda pelo apuro técnico, salientava-se o mostruário do Estado do Rio de Janeiro, que, no mesmo período, levantou 156 escolas. O plano de construções, que vem sendo executado nesse Estado, a partir de 1938, e que já compreende 70 construções, de maior ou menor porte, é digno, na verdade, de especial atenção pelo cuidadoso estudo de cada projeto. Vários dos grupos escolares, construídos em Niterói, bem como os de Volta Redonda, e o que se acha em construção na cidade de Barra Mansa, representam soluções de especial significado para o progresso de nossa arquitetura escolar.

O maior número de construções, depois de 1938, cabe, no entanto, ao Estado do Rio Grande do Sul, com 116 escolas, constantes de um "plano urbano" e de um "plano rural". Naquele, figuram grandes edifícios, de excelente aspecto e também cuidadoso estudo funcional. Neste, apreciam-se vários tipos de pequenos grupos escolares rurais, com escolas isoladas com residência de professor, em alvenaria, ou madeira.

A documentação referente ao Estado de São Paulo, embora incompleta, destacava-se pelo número de edifícios de grande capacidade,

construídos quer na capital do Estado, quer em cidades do interior. Na maioria dessas escolas, e, sobretudo, nas de construção mais recente, nota-se grande adiantamento na concepção da escola como um todo funcional.

Excelente documentação enviaram ainda os Estados do Parati:" e de Santa Catarina. Nos últimos quinze anos, o primeiro construiu 96 escolas, e o segundo, 66, não computadas aí as escolas realizadas pelos municípios, também numerosas. Certas tendências de construção parecem dominar nos edifícios de ambas essas unidades: crescente preocupação pelos problemas de orientação e aproveitamento econômico da construção. Por esse aspecto, algumas das construções de grupos escolares, em pequenas cidades do interior paranaense e catarinense, podem ser apontadas como "projeto-tipo", para solução do problema de prédio escolar na maioria de nossos Estados.

O grande mostruário, reunido no I.N.E.P., e de que aqui se dão apenas rápidas impressões, veio comprovar, em primeiro lugar, a crescente atenção que a administração de todas as unidades federadas vem dando, nos últimos anos, à questão das construções escolares. Com efeito, segundo dados ainda incompletos, foram levantados, desde 1930, cerca de mil e duzentos edifícios, dos quais setecentos depois de 1938.

Por outro lado, esse material veio atestar considerável progresso, quer quanto ao ponto de vista da técnica de construção, quer também quanto ao do estudo funcional do prédio escolar. Na verdade, do simples *conjunto de salas de aula*, vai evoluindo a escola brasileira para o *centro educativo da comunidade*, que deve representar, tendo para isso dependências destinadas a reuniões populares, biblioteca, e serviços de assistência.

A exposição do I.N.E.P, foi visitada por centenas de professores, engenheiros e arquitetos, bem como por estudantes de belas-artes, arquitetura e engenharia. O material, devidamente classificado, servirá a estudos que esse órgão técnico 'do Ministério da Educação está empreendendo, com a participação de especialistas em arquitetura.

O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL EM 1945

O ensino secundário é ministrado, no país, em dois ciclos. O **primeiro**, com quatro anos de estudos, compreende um só curso : o curso **ginasial** ; o segundo, com três anos de estudos, compreende dois cursos paralelos: o curso clássico e o curso científico.

O estabelecimento que só ministre o curso de 1.º ciclo, ou ginasial, **tem** a denominação de "ginásio". O estabelecimento que, além do curso de ginásio, ministre os dois cursos de segundo ciclo, recebe o nome de "colégio".

Em agosto de 1945, segundo os dados fornecidos pela *Divisão de Ensino Secundário* do Departamento Nacional de Educação, à qual diretamente incumbe a administração desse ramo de ensino, existiam, em **todo** o país, 538 ginásios e 289 colégios, num total de 827 estabelecimentos, os quais assim se distribuíaam pelas unidades federadas :

UNIDADES FEDERADAS	Com o curso de ginásio	Com os cursos de ginásio e colégio	TOTAL
Território do Acre.....	2		2
Amazonas.....		3	3
Pará.....	3	5	8
Maranhão.....	5	2	7
Piau!.....	8	1	9
Ceará.....	20	7	27
Rio Grande do Norte ..	8	1	9
Paraíba.....	8	1	9
Pernambuco.....	20	17	37
Alagoas.....	5	5	10
Sergipe	6	1	7
Bahia.....	17	11	28
Espírito Santo.....	12	5	17
Rio de Janeiro.....	38	15	53
Distrito Federal.....	43	49	92
São Paulo.....	139	91	230
Paraná.....	12	16	28

UNIDADES FEDERADAS	Com o curso de ginásio	Com os cursos de ginásio e colégio	TOTAL
Santa Catarina	8	4	12
Rio Grande do Sul	61	14	75
Minas Gerais	100	37	137
Goiás.	14	1	15
Mato Grosso.	9	3	12
BRASIL.	538	289	827

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO

TERRITÓRIO DO ACRE

1. *Ginásio Acreano*, Rio Branco.
2. *Ginásio Feminino Coração de Maria*, Rio Branco.

AMAZONAS

1. *Colégio Estadual do Amazonas*, Rua 7 de Setembro, Manaus.
2. *Colégio Masculino Dom Bosco*, Avenida Epaminondas, 3, Manaus.
3. *Colégio Nossa Senhora Auxiliadora*, Manaus.

PARÁ

1. *Colégio Moderno*, Rua Quintino Bocaiúva, Belém.
2. *Colégio Sal. .V. S. do Carmo*, Praça do Carmo, 37, Belém.
3. *Colégio N. S. de Nazareth*, Avenida de Nazaré, 410, Belém.
4. *Colégio Estadual Paes de Carvalho*. Praça Saldanha Marinho, 41, Belém.
5. *Colégio Santo Antônio*, Praça Dom Macedo Costa. Belém.
6. *Ginásio Progresso Paraense*, Rua dos Mundurucús, Belém.
7. *Ginásio Gentil Bittencourt*, Avenida Independência, Belém.
8. *Ginásio Dom Amando*, Santarém.

MARANHÃO

1. *Colégio Estadual do Maranhão*, Parque Urbano Santos, São Luís.
2. *Colégio São Luis*, Rua Rio Branco, 41, São Luís.
3. *Ginásio Maranhense São Francisco de Paula*. Avenida Pedro II, São Luís.
4. *Ginásio Rosa de Castro*, São Luís.
5. *Ginásio Santa Teresa*, Rua Dr. Tarquínio Lopes, 71, São Luís.
6. *Ginásio Teixeira Mendes*, Parque Urbano Santos, 389, São Luís.
7. *Ginásio Caxicnse*, Caxias.

PIAUI

1. *Colégio Estadual do Piauí*, Praça Marechal Deodoro, Teresina. *Ginásio Dr. Demóstenes Avelino*, Rua Machado de Assis, 1 733, Teresina.
3. *Ginásio Sagrado Coração de Jesus*, Avenida Getúlio Vargas, Teresina.
4. *Ginásio Municipal São Francisco de Sales*, Teresina.
5. *Ginásio Leão XIII*, Rua Senador Teodoro Machado, 57, Teresina.
6. *Ginásio Santa Teresinha de Jesus*, Floriano.
7. *Ginásio N. S. das Graças*, Parnaíba.
8. *Ginásio Parnaibano*, Rua Presidente Getúlio Vargas, Parnaíba.
9. *Ginásio São Luís Gonzaga*, Rua Santos Dumont, Parnaíba.

CEARÁ

1. *Colégio Castelo Branco*, Avenida Dom Manuel, 339, Fortaleza.
2. *Colégio Estadual do Ceará*, Praça Fernandes Vieira, Fortaleza.
3. *Colégio Cearense Sagrado Coração*, Avenida Duque de Caxias, 101, Fortaleza.
4. *Colégio Imaculada Conceição*, Praça Figueira de Melo, Fortaleza.
5. *Colégio Juvenal Carvalho*, Avenida João Pessoa, 4 279, Fortaleza.
6. *Colégio São João*, Avenida Santos Dumont, 1 169, Fortaleza. *Colégio São José*, Avenida Visconde Rio Branco, 1 257, Fortaleza.
8. *Ginásio Americano*, Avenida Visconde de Canipe, 2 995, Fortaleza.
9. *Ginásio Farias Brito*, Fortaleza.
10. *Ginásio de Fortaleza*, Avenida Visconde de Canipe, 1 940, Fortaleza.
11. *Ginásio da Escola Normal Justiniano Serpa*, Fortaleza.
12. *Ginásio Lourenço Filho*, Rua Floriano Peixoto, 963, Fortaleza.
13. *Ginásio A. S. do Sagrado Coração*, Fortaleza.
14. *Ginásio Santa Cecília*, Avenida Visconde de Canipe, 2 854, Fortaleza.
15. *Ginásio Santa Isabel*, Avenida Bezerra de Meneses, 2 840, Fortaleza.
16. *Ginásio Santa Maria*, Fortaleza.
17. *Ginásio São Luís*, Avenida Imperador, 605, Fortaleza.
18. *Ginásio Sete de Setembro*, Rua Floriano Peixoto, 875, Fortaleza.
19. *Ginásio São José*, Aracati.

20. *Ginásio Domingos Sávio*, Baturité.
21. *Ginásio de Crato*, Rua Nelson Alencar, 238, Crato.
22. *Ginásio Santa Teresa de Jesus*, Crato.
23. *Ginásio Sagrado Coração de Jesus*, Guaramiranga.
24. *Ginásio Sal*, São João Bosco, Joazeiro.
25. *Ginásio Arquidiocesano Anchieta*, Limoeiro.
26. *Ginásio Sant'Ana*, Rua Senador Paula, 1445, Sobral.
27. *Ginásio Sobralcncs*, Sobral.

RIO GRANDE DO NORTE

4

1. *Colégio Estadual do Rio Grande do Norte*, Rua Junqueira Aires, Natal.
2. *Ginásio Imaculada Conceição*, Avenida Deodoro, 540, Natal.
3. *Ginásio N. S. das Neves*, Praça Pedro II, 1 055, Natal.
4. *Ginásio Santo Antônio*, Rua Coronel Bonifácio, 698, Natal.
5. *Ginásio Sete de Setembro*, Rua 13 de Maio, 529, Natal.
6. *Ginásio Diocesano Seridoense*, Caicó.
7. *Ginásio da Escola Normal de Mossoró*, Mossoró.
8. *Ginásio Diocesano Santa Maria*, Avenida Augusto Severo, 158, Mossoró.
9. *Ginásio Sagrado Coração de Maria*, Praça Vigário Antônio Joaquim, 96. Mossoró.

PARAÍBA

1. *Colégio Estadual da Paraíba*, Avenida Getúlio Vargas, João Pessoa.
2. *Ginásio Diocesano Pio X*, Praça São Francisco, 16, João Pessoa.
3. *Ginásio N. S. de Lourdes*, Avenida Eptácio Pessoa, 208, João Pessoa.
4. *Ginásio N. S. das Neves*, Praça Dom Urico, João Pessoa.
5. *Ginásio Salesiano Padre Rolim*, Cajazeiros.
6. *Ginásio Imaculada Conceição*, Campina Grande.
7. *Ginásio Alfredo Dantas*, Rua Marquês de Erval, 39, Campina Grande.
8. *Ginásio Diocesano Pio XI*, Rua Presidente João Pessoa, 313. Campina Grande.
9. *Ginásio de Patos*, Patos.

PERNAMBUCO

1. *Colégio Americano Batista*. Rua Visconde de Goiana, 1308, Recife.
Colégio Coração Eucarístico de Jesus, Avenida Oliveira Lima, 867, Recife.
3. *Colégio Leão XIII*, Avenida João de Barros, 1 563, Recife.
4. *Colégio Marista*, Rua Conde da Boa Vista, 385, Recife.
5. *Colégio Conceição*, Rua Dois Irmãos, 318, Recife.
(. *Colégio Nóbrega*, Avenida Oliveira Lima, 964, Recife.
7. *Colégio N. S. do Carmo*, Rua Visconde de Goiana, 370, Recife.
8. *Colégio Osvaldo Cruz*, Rua Dom Bosco, 1 013, Recife.
9. *Colégio Pedro Augusto*, Rua de São Borja, 279, Recife.
10. *Colégio Joaquim Nabuco*, Rua do Príncipe, 610, Recife.
11. *Colégio Estadual de Pernambuco*, Rua Aurora, 703, Recife.
12. *Colégio Carneiro Leão*, Rua Conde de Boa Vista, 457, Recife.
13. *Colégio Padre Félix*, Rua da Soledade, 315, Recife.
14. *Colégio São José*, Rua Conde da Boa Vista, 921, Recife
15. *Colégio Vera Crus*, Rua Dom Bosco, 1 653, Recife.
16. *Ginásio das Damas da Instrução Cristã*, Avenida Rui Barbosa, 1426, Recife.
17. *Ginásio da Madalena*, Recife.
18. *Ginásio Moderno*, Rua da Paz, 28, Recife.
19. *Ginásio da Escola Normal*. Recife.
20. *Ginásio Evangélico Agnes Erskine*, Recife.
21. *Ginásio da Escola Normal Pinto Júnior*, Rua do Riachuelo, 645, Recife.
22. *Ginásio do Instituto Porto Carrero*, Rua da Concórdia, 630, Recife.
23. *Ginásio São Luis*, Recife.
24. *Ginásio Regina Pacis*, Rua Bcnfica, 715, Recife.
25. *Ginásio Sagrada Família*, Recife.
26. *Ginásio Sal. Sagrado Coração*, Rua Visconde de Goiana, 551, Recife.
27. *Ginásio Caruaru*, Caruaru.
28. *Ginásio Sagrado Coração*, Caruaru.
29. *Colégio 15 de Novembro*, Praça Souto Filho, Garanhuns.
30. *Ginásio Mun. Dioc. Garanhuns*, Praça Carlos Lira, Garanhuns.
31. *Ginásio Santa Sofia*, Garanhuns.

32. *Ginásio Limoeiro*, Limoeiro.
33. *Ginásio Santa Cristina*, Rua Conselheiro João Alfredo, 419, Nazaré.
34. *Ginásio João José*, Rua Dom José Jerônimo, Nazaré.
35. *Colégio Santa Gertudes*, Olinda.
36. *Ginásio Cristo Rei*, Pesqueira.
37. *Ginásio Dom Bosco*, Petrolina.

ALAGOAS

1. *Colégio Estadual de Alagoas*, Rua do Comércio, 520, Maceió.
2. *Colégio Diocesano*, Rua Cincinato Pinto, 348, Maceió.
3. *Colégio Estadual Moreira c Silva*, Praça Tavares Bastos, Maceió.
4. *Colégio SS. Sacramento*, Rua Ângelo Neto, 163, Maceió.
5. *Colégio Guido de Fontgalland*, Rua Dr. José Bento Júnior, 56, Maceió.
6. *Ginásio Batista Alagoano*, Avenida Dr. Aristeu de Andrade, 376.
7. *Ginásio Imaculada Conceição*, Rua General Hermes, 17, Maceió.
8. *Ginásio São José*, Praça Tavares Bastos, 161, Maceió.
9. *Ginásio Imaculada Conceição*, Penedo.
10. *Ginásio Diocesano*, Penedo.

SERGIPE

1. *Colégio Estadual de Sergipe*, Avenida Barão do Rio Branco, Aracaju.
2. *Ginásio N. S. Auxiliadora*, Rua São Paulo, 176, Aracaju.
3. *Ginásio N. S. de Lourdes*, Rua João Pessoa, 212, Aracaju.
4. *Ginásio da Escola Normal Rui Barbosa*, Aracaju.
5. *Ginásio Tobias Barreto*, Aracaju.
6. *Ginásio São José*, Aracaju.
7. *Ginásio Imaculada Conceição*, Capela.

BAHIA

1. *Colégio Antônio Vieira*, Avenida Leovigildo Filgueiras, Salvador.
2. *Colégio Estadual da Bahia*, Praça Marechal Floriano, Salvador.
3. *Colégio Carneiro Ribeiro*, Rua Augusto Guimarães, 130, Salvador.
4. *Colégio Dois de Julho*, Avenida Leovigildo Filgueiras, 81, Salvador.

5. *Colégio Ipiranga*, Rua Sodré, 43, Salvador.
6. *Colégio .V. S. das Mercês*, Avenida 7 de Setembro, 184, Salvador.
7. *Colégio .N. S. da Vitória*, Avenida Araújo Pinho, 39, Salvador.
8. *Colégio Santíssimo Sacramento*. Rua Leovigildo Filgueira, 28, Salvador.
9. *Colégio São Salvador*, Rua Visconde de Itaparica, 8, Salvador.
10. *Colégio Sofia Costa Pinto*. Avenida 7 de Setembro, 381, Salvador.
11. *Ginásio Baiano de Ensino*, Praça D. Pedro II, 177, Salvador.
12. *Ginásio Dom Macedo Costa*. Avenida Luís Tarquínio, 6, Salvador.
13. *Ginásio do Instituto Normal*. Praça do Barbalho, Salvador.
14. *Ginásio M. S. Auxiliadora*, Avenida Joana Angélica, 149, Salvador.
15. *Ginásio N. S. de Lourdes*, Praça Almeida Couto, 1, Salvador.
16. *Ginásio .N. S. da Soledade*, Avenida Augusto Guimarães, 1.71, Salvador.
17. *Ginásio Salesiano*, Praça Almeida Couto, 21. Salvador.
18. *Ginásio Santa Bernardete*, Avenida Beira-Mar, 325, Salvador.
19. *Ginásio São José*, Avenida Luís Tarquínio. 18, Salvador.
20. *Ginásio Conquista*, Conquista.
21. *Colégio Santana polis*, Feira de Santana.
22. *Ginásio Municipal de Ilhéus*. Ilhéus.
23. *Ginásio N. S. da Piedade*, Ilhéus.
24. *Ginásio Taylor Egídio*, Jaguaquara,
25. *Ginásio de Jequié*, Jequié.
26. *Ginásio Clemente Caldas*, Nazaré.
27. *Ginásio Santamarcnsc*, Santo Amaro.
28. *Ginásio Sagrado Coração*. Senhor do Bonfim.

ESPÍRITO SANTO

1. *Colégio Americano*, Rua Loren Reno, 17, Vitória.
2. *Colégio Estadual do Espírito Santo*, Rua Francisco Araújo, Vitória.
3. *Ginásio A*. S. Auxiliadora*, Rua Coutinho Mascarenhas, Vitória.
4. *Ginásio Maria Ortiz*, Rua Francisco Araújo, Vitória.
5. *Ginásio Salesiano*, Rua Presidente Pedreira, 144, Vitória.
6. *Ginásio São Vicente de Paula*, Rua Munir. Freire, 2, Vitória.
7. *Ginásio Sacré Cocar de Maria*, Vitória.
8. *Ginásio Municipal*, Alegre.

9. *Colégio Estadual Muniz Freire*, Cachoeira de Itapemirim.
10. *Ginásio Cristo Rei*, Cachoeira de Itapemirim.
11. *Colégio João Bley*, Castelo.
12. *Ginásio Conde de Linhares*, Colatina.
13. *Ginásio Irmãos Carneiro*, Guaçuí
14. *Ginásio São Geraldo*, Guaçuí.
15. *Ginásio Mimosense*, João Pessoa.
16. *Colégio Municipal*, Muqui.
17. *Ginásio do Calçado*, São José do Calçado.

RIO DE JANEIRO

1. *Colégio Bittencourt Silva*, Rua José Bonifácio, 134, Niterói.
2. *Colégio Brasil*, Alameda São Boaventura, 369, Niterói.
3. *Colégio Estadual Nilo Peçanha*, Rua Padre Feijó, Niterói.
4. *Colégio N. S. das Mercês*, Alameda São Boaventura, 297, Niterói.
5. *Colégio Plínio Leite*, Rua Visconde do Rio Branco, 129, Niterói.
6. *Colégio Salesiano Santa Rosa*, Rua Santa Rosa, 207, Niterói.
7. *Ginásio Anchieta*, Rua José Bonifácio, 84, Niterói.
8. *Ginásio Batista*, Rua Visconde de Morais, 231, Niterói.
9. *Ginásio Figueiredo Costa*, Rua Dr. Paulo César, 278, Niterói.
10. *Ginásio Floriau Peixoto*, Rua General Castrioto, 557, Niterói.
11. *Ginásio José Clemente*, Rua Barão do Amazonas, 495, Niterói.
12. *Ginásio Nilo Peçanha*, Rua Benjamim Constant, 572, Niterói.
13. *Ginásio Pio XI*, Rua Otávio Carneiro, 86, Niterói.
14. *Ginásio São Bento*, Rua Moreira César, 26, Niterói.
15. *Ginásio Nilo Peçanha*, Barra do Pirai.
16. *Ginásio N. S. Medianeira*, Rua Teixeira de Andrade, Barra do Pirai.
17. *Ginásio Mtu. N. S. do Amparo*, Barra Mansa.
18. *Ginásio Verbo Divino*, Barra Mansa.
19. *Ginásio Rio Branco*, Bom Jesus de Itabapoana.
20. *Colégio Estadual de Campos*, Rua Barão do Rio Branco, Campos.
21. *Ginásio Batista Fluminense*, Avenida Alberto Torres, 123, Campos.
22. *Ginásio Bittencourt*. Campos.
23. *Ginásio N. S. Au.viliadoí-a*, Campos.
24. *Ginásio São Salvador*, Rua Tenente Coronel Cardoso, 873, Campos.

25. *Ginásio Mun. Euclides da Cunha*, Cantagalo.
26. *Ginásio Entre Rios*, Rua Barão Entre Rios, 469, Entre Rios.
27. *Ginásio Modelo*, Friburgo.
28. *Ginásio N. S. das Dores*, Praça 15 de Novembro, 129, Friburgo.
29. *Ginásio Santo Estanisláu*, Rua General Ozório, 181, Friburgo.
30. *Ginásio Bittencourt*, Itaperuna.
31. *Ginásio Macaense*, Macaé.
32. *Ginásio São José*, Mendes.
33. *Colégio Miracemense*, Miracema.
34. *Ginásio Leopoldo*, Nova Iguaçu.
35. *Ginásio Santo Antônio*, Nova Iguaçu.
36. *Colégio Municipal de Pádua*, Pádua.
37. *Ginásio Sul Fluminense*, Rua Condessa do Rio Novo, 135, Paraíba do Sul.
38. *Colégio Notre Dame de Sion*, Rua Benjamim Constant, 213, Petrópolis.
39. *Colégio Carlos Werneck*, Avenida 15 de Novembro, 91, Petrópolis.
40. *Colégio Pinto Ferreira*, Avenida Koeler, 260, Petrópolis.
41. *Colégio Santa Catarina*, Rua Montecaseros, 286, Petrópolis.
42. *Colégio Santa Isabel*, Rua 15 de Novembro, 689, Petrópolis.
43. *Colégio Mun. São Vicente de Paula*, Rua Coronel Veiga, 550, Petrópolis.
44. *Ginásio Fluminense*, Petrópolis.
45. *Ginásio Dom Bosco*, Rezende.
46. *Ginásio Santa Ângela*, Rezende.
47. *Ginásio Rio Bonito*, Rio Bonito.
48. *Ginásio Fidelense*, São Fidélis.
49. *Ginásio Municipal São Gonçalo*, São Gonçalo.
50. *Ginásio São Paulo*, Rua Gonçalo de Castro, 393, Teresópolis.
51. *Ginásio Teresa Cristina*, Avenida Delfim Moreira, 749, Teresópolis.
52. *Ginásio Saéré Coeur*, Valença.
53. *Ginásio Municipal São José*, Valença.

DISTRITO FEDERAL

1. *Colégio Batista*, Rua José Higino, 416.
2. *Colégio Bennett*, Rua Marquês de Abraxites, 55.
3. *Colégio Brasileiro de- São Cristóvão*, Rua Ernerenciano, 2.
4. *Colégio Cardeal Areoverde, Rua. Joaquim Palhares* 227.

5. *Colégio do Instituto de Educação*, Rua Mariz e Barros, 327.
- 6.. *Colégio Felisberto de Meneses*, Rua São Francisco Xavier, 208.
7. *Colégio Franco Brasileiro*, Rua das Laranjeiras, 13.
8. *Colégio Frederico Ribeiro*, Rua do Ouvidor, 189.
9. *Colégio da Imaculada Conceição*, Praia de Botafogo, 266.
10. *Colégio Otati*, Rua Marquês de Olinda, 61.
11. *Colégio Paiva e Souza*, Rua Mariz e Barros, 553.
12. *Colégio Piedade*, Rua Manuel Vitorino, 215.
13. *Colégio Pio Americano*, Rua Teixeira Júnior, 48.
14. *Colégio Rabelo*, Rua São Francisco Xavier, 242.
15. *Colégio Regina Coeli*, Rua Conde de Bonfim, 1 305.
16. *Colégio Republicano*, Estrada Monsenhor Félix, 87.
17. *Colégio Resende*, Rua Bambina, 134.
18. *Colégio Internato Sacré Coeur*, Rua Ferreira de Almeida, 42.
19. *Colégio Externato Sacré Coeur*, Rua Pinheiro Machado, 22.
20. *Colégio Sacré Coeur de Marie*, Rua Toneleiros, 56.
21. *Colégio Andrews*, Praia de Botafogo, 308.
22. *Colégio Anglo Americano*, Praia de Botafogo, 430.
23. *Colégio Arte e Instrução*, Rua Coronel Rangel, 174.
24. *Colégio Assunção*, Rua Almirante Alexandrino, 591.
25. *Colégio Independência*, Rua Barão do Bom Retiro, 226.
26. *Colégio Jacobina*, Rua São Clemente, 117.
27. *Colégio Juruena*, Praia de Botafogo, 166.
28. *Colégio Fem. do Instituto Lajayette*, Rua Conde Bonfim, 186.
29. *Colégio Mas. do Instituto Lafayette*, Rua Haddock Lobo, 253.
30. *Colégio Malet Soares*, Rua Xavier da Silveira, 82.
31. *Colégio Metropolitano*, Rua Dias da Cruz, 241.
32. *Colégio Notre D ame*, Rua Barão da Torre, 308.
33. *Colégio Notre D ame de Sion*, Rua Cosme Velho, 30.
34. *Colégio Santa Teresa*, Rua Leopoldina Rego, 538.
35. *Colégio Cia. Sta. Teresa de Jesus*, Rua São Francisco Xavier, 11.
36. *Colégio Santo Amaro*, Rua General Polidoro, 122.
37. *Colégio Santo Antônio Maria Zacaria*, Rua do Catete, 113.
38. *Colégio Santo Inácio*, Rua São Clemente, 226.
39. *Colégio Santos Anjos*, Rua 18 de Outubro, 1.
40. *Colégio São Bento*, Rua D. Geraldo, 42.
41. *Colégio Interno São José*, Rua Conde Bonfim, 1 067.
42. *Colégio Externo São José*, Rua Barão de Mesquita, 164.
43. *Colégio São Paulo*, Avenida Vieira Souto, 22.

44. *Colégio do Inst. Sup. de Preparatórios*, Rua do Riachuelo, **124**.
45. *Colégio Sousa Marques*, Rua Coronel Rangel, 335.
46. *Colégio Vera Cruz*, Rua Haddock Lobo, 245.
47. *Colégio 28 de Setembro*, Rua 24 de Maio, 543.
48. *Colégio Cardeal Leme*, Rua Miguel Ferreira, 170.
49. *Colégio Melo Sousa*, Rua Copacabana, 978.
50. *Ginásio Acadêmico*, Rua Humaitá, 50.
51. *Ginásio Batista Brasileiro*. Rua Conde de Bonfim, 743.
52. *Ginásio Belisário Santos*. Rua Augusto Vasconcelos, 408.
52. *Ginásio Ateneu Brasileiro*, Rua 24 de Maio, 797.
54. *Ginásio Brasileiro*. Avenida Atlântica, 1 277.
55. *Ginásio Cruzeiro*, Rua Carlos de Carvalho, 76.
56. *Ginásio Dois de Dezembro*, Rua Lucídio Lago, 437.
57. *Ginásio Haddock Lobo*, Rua Haddock Lobo, 303.
58. *Ginásio Guanabara de Educação*, Rua Prudente de Moraes, 27.
59. *Ginásio Hebreu Brasileiro*, Rua Ibituruna, 126.
60. *Ginásio Ibituruna*, Rua Ibituruna, 43.
61. *Ginásio N. S. Rainha dos Corações*, Avenida Geremário Dantas,
62. *Ginásio Paula Freitas*, Rua Haddock Lobo, **345**.
63. *Ginásio Pedro I*, Rua Uranos, 735.
63. *Ginásio Renascença*, Rua do Bispo, 147.
64. *Ginásio Renascença*, Rua do Bispo, 147.
65. *Ginásio Rio de Janeiro*, Rua Nascimento Silva, 556.
66. *Ginásio Rui Barbosa*, Rua Gago Coutinho, 25.
67. *Ginásio Santa Cecília*, Avenida Pedro II, 311.
68. *Ginásio Ext. Laranjeiras*.
69. *Ginásio Tijuca Uruguai*, Rua Conde Bonfim, 862.
70. *Ginásio Todos os Santos*, Rua Augusto Nunes, 193.
71. *Ginásio Vasco da Gama*, Rua Senador Dantas, 118.
72. *Ginásio Antônia Vieira*, Rua Humaitá, 52.
73. *Ginásio Levergé*, Rua Dias da Cruz, 335.
74. *Ginásio Luiza de Castro*, Rua Barão de Misquita, 380.
75. *Ginásio Lutéaa*, Rua Marques Leão, 9.
76. *Ginásio Manuel Machado*, Estrada Marechal Rangel, 881.
77. *Ginásio Maria Raithe*, Rua Haddock Lobo, 233.
78. *Ginásio Maurílio Cunha*, Rua Arquias Cordeiro, 522.
79. *Ginásio Menino Jesus*, Rua Ibituruna, 27.
80. *Ginásio Central do Brasil* Rua Aristides Caire, 184.
- 8*1. *Ginásio AT. S. da Misericórdia*, Rua Barão de Mesquita, 6801

82. *Ginásio Melo c Sousa, Dep. Feminino*, Rua Teixeira de Melo, 27 a 31.
83. *Ginásio Santa Dorotéia*, Rua do Bispo, 191.
84. *Ginásio Santa Marcelina*, Rua do Açude, 64.
85. *Ginásio São Cristóvão*, Rua São Januário, 89.
86. *Ginásio Imaculado Coração de Maria*, Rua Aristides Caire, 141.
87. *Ginásio Brasil América*, Rua Humaitá, 80 a 84.
88. *Ginásio São Luís*, Rua Silveira Martins, 153.
89. *Ginásio São. Marcelo*, Praia de Botafogo, 406.
90. *Ginásio Silvio Leite*, Rua Aquidabã, 281.
91. *Ginásio Stella Maris*, Avenida Niemeyer, 206.
92. *Ginásio da Com. de Maria*.

SÃO PAULO

1. *Colégio Anglo Latino*, Rua São Joaquim, 580, São Paulo.
2. *Colégio Arquidiocesano*, Rua Domingos de Morais, 2 565, São Paulo.
3. *Colégio Assunção*, Alameda Lorena, 665, São Paulo.
4. *Colégio Bandeirantes*, Rua Esteia, 268, São Paulo.
5. *Colégio Batista Brasileiro*, Rua Dr. Homem de Melo, 57, São Paulo.
6. *Colégio Ipiranga*, Rua Vergueiro, 1 568. São Paulo.
7. *Colégio Mackenzie*, Rua Maria Antônia, 79, São Paulo.
8. *Colégio Madre Cabrini*, Rua Domingos de Morais, 1 490. São Paulo.
9. *Colégio N. S. do Carmo*, Rua do Carmo, 323, São Paulo.
10. *Colégio Notre Dame de Sion*, Avenida Higienópolis, 49, São Paulo.
11. *Colégio Osvaldo Cruz*, Rua Santa Isabel, 41, São Paulo.
12. *Colégio Santa Inês*, Rua Três Rios, 362, São Paulo.
13. *Colégio Santa Marcelina*, Rua Cardoso de Almeida, 541, São Paulo.
14. *Colégio Santana*, Rua Voluntários da Pátria, 436, São Paulo,
15. *Colégio Santo Alberto dos Padres Carmelitas*, Rua Martiriano de Carvalho, 14, São Paulo.
16. *Colégio São Bento*, Largo de São Bento, São Paulo.
17. *Colégio São José*, Rua da Glória, 195, São Paulo.
18. *Colégio São Luis*, Avenida Carlos Campos, 2 324, São Paulo.
19. *Colégio Feminino Stafford*, Alameda Cleveland, 601, São Paulo.

20. *Colégio Visconde de São Leopoldo*, Alameda Jaú, 1 061, São Paulo.
21. *Colégio Carlos Gomes*, Avenida Paulista, 673, São Paulo.
22. *Colégio das Con. Sto. Agostinho*, Rua Caio Prado, 232, São Paulo.
23. *Colégio Coração de Jesus*, Alameda Gleite, 6, São Paulo.
24. *Colégio Estadual de São Paulo*, Rua Frederico Alvarenga, 121, São Paulo.
25. *Colégio Pan Americano*, Rua Visconde de Ouro Preto, 51, São Paulo.
26. *Colégio Pasteur*, Rua Mairinck, 256, São Paulo.
27. *Colégio Visconde de Porto Seguro*, Rua Olinda, 190, São Paulo.
28. *Colégio Paulistano* Rua Taguá, 150, São Paulo.
29. *Colégio Pedro de Toledo*, Rua dos Prazeres,, 362, São Paulo.
30. *Colégio Alfredo Puca*, Travessa Beneficência Portuguesa, 29, São Paulo.
31. *Ginásio Acadêmico*, Rua Oriente, 123, São Paulo.
32. *Ginásio das Américas*. Avenida Paulista, 10. São Paulo.
33. *Ginásio Anchicta*. Avenida, A'gua Branca, 232, São Paulo.
34. *Ginásio Anglo Paulistano*. Rua Jequié, 510, São Paulo.
35. *Ginásio Benjamim Constant*. Rua Eça de Queirós, 75, São Paulo.
36. *Ginásio Brasil*, Rua Vergueiro, 364, São Paulo.
37. *Ginásio Caetano de Campos*. Rua Augusta, 1 520, São Paulo.
38. *Ginásio Fernão Dias*, Avenida Celso Garcia, 3 851. São Paulo.
39. *Ginásio Independência*. Rua da Liberdade, 532 a 534, São Paulo.
40. *Ginásio Jorge Tibiriçá*. Rua Tamandaré. 301, São Paulo.
41. *Ginásio Machado de Assis*, Rua Antônia de Queirós, 203, São Paulo.
42. *Ginásio Maria Imaculada*, Rua do Paraíso, 872, São Paulo.
43. *Ginásio Martins Fontes*, Rua Bom Pastor, 1 560, São Paulo.
44. *Ginásio Minerva*, Rua Cubatão, 864, São Paulo.
45. *Ginásio Normal*. Alameda Barão do Rio Branco, 7, São Paulo.
46. *Ginásio Oriental*. Rua Maria de Figueiredo, 85 a 123, São Paulo.
47. *Ginásio Saldanha da Gama*., Avenida Angélica, 696, São Paulo.
48. *Ginásio Santo Agostinho*, Praça Santo Antônio, 79, São Paulo.
49. *Ginásio São Paulo*, Rua Gabriel dos Santos, 30, São Paulo.
50. *Ginásio Stafford, Masculino*, Alameda Cleveland, 601, São Paulo.
51. *Ginásio Vera Crus*, Rua Piratininga, 208 a 321, São Paulo.
52. *Ginásio Ofélia da Fonseca*, Rua Bahia, 892, São Paulo.



Estabelecimentos de ensino secundário ano de 1945 — O cartograma acima apresenta **distribuição** das escolas de ensino secundário no país, em agosto de 1945. Funcionavam, nessa época, 827 estabelecimentos, sendo 538 ginásios e 289 colégios.

53. *Ginásio Santa Catarina*, Rua Mooca, 3 758, São Paulo.
54. *Ginásio da Escola Normal Caetano de Campos*, Praça da República, 53, São Paulo.
55. *Ginásio Campos Sales*, Rua 12 de Outubro, 357, São Paulo.
56. *Ginásio Carlinda Ribeiro*, Rua Coronel Artur Godói, 109, São Paulo.
57. *Ginásio Coração de Maria*, Rua Jaguaribe, 699, São Paulo.
58. *Ginásio da Associação Cristã de Moços*, Rua Santo Antônio, 35 São Paulo.
59. *Ginásio Eduardo Prado*, Avenida Paulista, 1267, São Paulo.
60. *Ginásio Elvira Brandão*, Alameda Jaú, 1 474, São Paulo.
61. *Ginásio da Escola Normal Padre Anchieta*, Avenida Rangel Pestana, 419, São Paulo.
62. *Ginásio Pais Leme*, Avenida Paulista, 2 128, São Paulo.
63. *Ginásio Paulista*, Rua Elisa Whitacker, 17, São Paulo.
64. *Ginásio Perdizes*, Avenida Água Branca, 148, São Paulo.
65. *Ginásio Piratininga*, Avenida Angélica, 382, São Paulo:
66. *Ginásio Prudente de Moraes*, Rua Voluntários da Pátria, 410, São Paulo.
67. *Ginásio Riachuelo*, Alameda Nothmann, 683, São Paulo.
68. *Ginásio Sacré Coeur de Marie*, Rua Martiniano de Carvalho, 741, São Paulo.
69. *Ginásio Sagrada Família*, Avenida Nazaré, 470, São Paulo.
70. *Ginásio Sagrado Coração de Jesus*, Rua Coronel Melo Oliveira, 175, São Paulo.
71. *Ginásio Rui Barbosa*, Rua Padre João, 470, São Paulo.
72. *Ginásio Conselheiro Lafayette*, Rua Anastácio, 615, São Paulo.
73. *Ginásio Municipal São Paulo*, Agudos.
74. *Ginásio Estadual do Amparo*, Amparo.
75. *Ginásio N. S. do Amparo*, Amparo.
76. *Ginásio Municipal de Andradina*, Andradina.
77. *Colégio Estadual de Araçatuba*, Araçatuba.
78. *Colégio Estadual de Araraquara*, Araraquara.
79. *Colégio Progresso*, Araraquara.
80. *Ginásio São Bento*, Araraquara.
81. *Ginásio Estadual de Araras*, Araras.
82. *Ginásio Municipal de Assis*, Assis.
83. *Ginásio Estadual de Avaré*, Avaré.
84. *Ginásio Sede Sapientiae*, Avaré.

85. *Ginásio Municipal de Barirí*, Barirí.
86. *Ginásio Municipal de Barretos*, **Barretos**.
87. *Ginásio Santo André*, Barretos.
88. *Ginásio São José*, Bastos.
89. *Colégio São José*, Batatais.
90. *Ginásio N. S. Auxiliadora*, Batatais.
91. *Colégio Guedes de Azevedo*. Bauru.
92. *Ginásio Estadual de Bauru*. Bauru.
93. *Ginásio Noroeste*, Bauru.
94. *Ginásio São José*. Bauru.
95. *Colégio Municipal de Bebedouro*, Bebedouro.
96. *Ginásio Anjo da Guarda*, Bebedouro.
97. *Ginásio Noroeste*, Birigüí.
98. *Colégio Estadual de Botucatu*. Praça 9 de de Julho, Botucatu.
99. *Ginásio Dioc. N. S. de Lourdes*, Praça da Sé, 272, Botucatu.
100. *Ginásio Santa Marcelina*, Rua Dr. Costa Leite, 548, Botucatu.
101. *Ginásio Sagrado Coração de Jesus*, Bragança.
102. *Ginásio Diocesano São Luís*, Bragança.
103. *Ginásio Estado de Caçapava*, Caçapava.
104. *Colégio Sagrado Coração de Jesus*, Est. Ferro Noroeste, Cafelândia.
105. *Ginásio Municipal de Cajuru*. Cajuru.
106. *Colégio Estadual de Campinas*, Rua Culto à Ciência, 422, Campinas.
107. *Colégio Sai. N. S. Auxiliadora*, Rua Baronesa Geraldina Resende, 330, Campinas.
108. *Colégio Ateneu Paulista*. Rua Dr. Quirino, 1801, Campinas.
109. *Colégio Progresso Campineiro*, Avenida Nilo Peçanha, 394. Campinas.
110. *Colégio Sagrado Coração de Jesus*, Rua José Paulino, 1 359, Campinas.
111. *Colégio Santa Maria*, Rua Boaventura do Amaral, 334, Campinas.
- 112.** *Ginásio da Escola Normal Carlos Gomes*, Praça Heitor Penteado, Campinas.
113. *Ginásio Cesário Mota*, Rua Augusto César, 180, Campinas.
114. *Ginásio Municipal do Capivari*, Capivari.
115. *Colégio Estadual de Casa Branca*, Casa Branca.
116. *Colégio Estadual de Catanduva*, Catanduva.
117. *Ginásio de Catanduva*, Catanduva.

118. *Ginásio Municipal de Cravinhos*, Cravinhos.
119. *Colégio Mantiqueira*, Cruzeiro.
120. *Ginásio Espírito Santo do Pinhal*, Espírito Santo do Pinhal.
121. *Ginásio Estadual de Franca*, Franca.
122. *Colégio N. S. de Lourdes*, Rua Major Claudino, 368, Franca.
123. *Ginásio Champagnat*, Franca.
124. *Ginásio Municipal da Garça*, Garça.
125. *Colégio Estadual Conselheiro Rodrigues Alves*, Guaratinguetá.
126. *Ginásio Nogueira da Gama*, Guaratinguetá.
127. *Ginásio N. S. do Carmo*, Guaratinguetá.
128. *Ginásio Miguel Landin*, Ibitinga.
129. *Ginásio São Sebastião*, Igarapava.
130. *Colégio Estadual Peixoto Gomide*, Itapetininga.
131. *Ginásio Itapetininga*, Itapetininga.
132. *Ginásio Estadual de Itapeva*, Itapeva.
133. *Ginásio Estadual de Itapira*, Itapira.
134. *Ginásio Estadual de Itápolis*, Itápolis.
135. *Ginásio de Itararé*, Itararé.
136. *Colégio Estadual de Itú*, Itú.
137. *Colégio N. S. do Patrocínio*, Itú.
138. *Ginásio Municipal de Ituverava*, Ituverava.
139. *Colégio Estadual de Jaboticabal*, Jaboticabal.
140. *Colégio Santo André*, Jaboticabal.
141. *Ginásio Municipal de Jacareí*, Jacareí.
142. *Colégio Sagrado Coração de Jesus*, Jardinópolis.
143. *Colégio Municipal de Jaú*, Jaú.
144. *Colégio Horácio Berlinck*, Jaú.
145. *Ginásio São José*, Jaú.
146. *Ginásio Alvares de Azevedo*, Jundiá.
147. *Ginásio São Vicente de Paulo*, Laranjal.
148. *Ginásio São Manuel*, Lavrinhas.
149. *Colégio Estadual de Limeira*, Limeira.
150. *Ginásio São José*, Limeira.
151. *Colégio Americano de Lins*, Lins.
152. *Colégio Diocesano de Lins*, Lins.
153. *Colégio Municipal São Joaquim*, Lovena.
154. *Ginásio Patrocínio São José*, Lorena.
155. *Ginásio Estadual de Marília*, Marília.
156. *Ginásio Sagrado Coração de Jesus*, Marília.

157. *Ginásio Ademar de Barros*, Matão.
158. *Ginásio da Escola Normal Livre*, Mirasol.
159. *Colégio Estadual de Mococa*, Mococa.
160. *Ginásio Estadual de Mogi das Cruzes*, Mogi das Cruzes.
161. *Ginásio Imaculada Conceição*, Mogi Mirim..
162. *Ginásio Municipal de Monte Aprasível*, Monte Aprasível.
163. *Ginásio Florence*, Novo Horizonte.
164. *Ginásio Olímpia*, Olímpia.
165. *Ginásio Municipal de Orlândia*, Orlândia.
166. *Ginásio de Ourinhos*, Ourinhos.
167. *Ginásio de Paraguassu*, Paraguassu.
168. *Ginásio Anchieta*, Pederneiras.
169. *Colégio Estadual de Pcnápolis*, Penápolis.
170. *Colégio Mim. de Pindamonhangaba*, Pindamonhangaba.
171. *Colégio Estadual Sud Menucci*, Piracicaba.
- 172.** *Colégio Piracicabano*, Piracicaba.
173. *Ginásio N. S. da Assunção*, Piracicaba.
- 174.** *Ginásio Estadual de Piraju*, Piraju.
175. *Colégio Estadual de Piraiuí*, Piraiuí.
176. *Colégio Estadual de Pirassununga*, Pirassununga.
177. *Colégio Estadual Fernando Costa*, Presidente Prudente.
178. *Ginásio São Paulo*, Presidente Prudente.
179. *Ginásio Municipal de Rancharia*, Rancharia.
180. *Colégio Estadual de Ribeirão Preto*, Ribeirão Preto.
181. *Colégio Duque de Caxias*, Rua Americano Brasileiro, 51, Ribeirão Preto.
182. *Colégio Progresso*, Avenida 9 de Julho; Ribeirão Preto.
183. *Ginásio N. S. Aparecida*, Rua Bernadino de Campos, 47, Ribeirão Preto.
184. *Ginásio N. S. Auxiliadora*, Rua Duque de Caxias, 128, Ribeirão Preto.
185. *Ginásio de Ribeirão Preto*, Ribeirão Preto.
- 186.** *Ginásio Santa Úrsula*, Ribeirão Preto.
187. *Colégio Estadual de Rio Preto*, Rio Preto.
188. *Ginásio Riopretano*, Rio Preto.
189. *Ginásio Santo André*, Rio Preto.
190. *Colégio Estadual de Rio Claro*, Rio Claro.
- 191.** *Ginásio Puríssimo Coração de Maria*, Rio Claro.
192. *Ginásio Koelle*, Rio Claro.

193. *Ginásio da Escola Normal*, Santa Cruz do Rio Pardo.
194. *Ginásio Santa Rita*, Santa Rita.
195. *Colégio Adventista Brasileiro*, Santo Amaro.
196. *Ginásio Municipal Santo Anastácio*, Santo Anastácio.
197. *Ginásio de Santo André*, Santo André.
198. *Colégio Estadual de Santos*, Praça Voluntários Santistas, Santos.
199. *Colégio Coração de Maria*, Rua da Constituição, 392, Santos.
200. *Colégio Santista*, Rua da Constituição, 290, Santos.
201. *Colégio São José*, Avenida Ana Costa, 373, Santos.
202. *Colégio Stela Maris*, Avenida Conselheiro Nébias, 771, Santos.
203. *Ginásio José Bonifácio*, Rua Conselheiro Nébias, 209, Santos.
204. *Ginásio Luso Brasileiro*, Rua Conselheiro Nébias, 309, Santos.
205. *Ginásio da Associação Feminina Santista*, Rua da Constituição, 321, Santos.
206. *Ginásio do Liceu São Paulo*, Avenida Ana Costa, 146, Santos.
207. *Ginásio Tarquínio Siha*, Rua Rangel Pestana, 101, Santos.
208. *Ginásio do Instituto Educacional*, Santos.
209. *Colégio Estadual Álvaro Guião*, São Carlos.
210. *Colégio São Carlos*, São Carlos.
211. *Ginásio Municipal São Carlos*, São Carlos.
212. *Colégio Estadual São João da Boa Vista*, São João da Boa Vista.
213. *Colégio Estadual Euclides da Cunha*, São José do Rio Pardo.
214. *Ginásio da Escola Normal Livre de São José dos Campos*, São José dos Campos.
215. *Ginásio da Escola Normal Livre São Manuel*, São Manuel.
216. *Ginásio da Escola Normal Livre São Simão*, São Simão.
217. *Ginásio Martins Afonso*, Rua José Bonifácio, 14, São Vicente.
218. *Ginásio Municipal de Sertãozinho*, Sertãozinho.
219. *Colégio Estadual de Sorocaba*, Avenida Dr. Eugênio Salarno, 166, Sorocaba.
220. *Ginásio Ciências e Letras*, Rua da Penha, 402, Sorocaba.
221. *Ginásio Santa Escolástica*, Sorocaba.
222. *Ginásio Mun. de Taquaritinga*, Taquaritinga.
223. *Colégio Estadual de Tatuí*, Tatuí.
224. *Colégio Estadual Taubaté*, Taubaté.
225. *Colégio N. S. do Bom Conselho*, Praça Cel. Marcelino Monteiro, 2, Taubaté.
226. *Colégio Dioc. Santo Antônio*, Avenida Tindal, 46, Taubaté.

227. *Colégio Estadual Plínio Rodrigues de Morais*, Tietê.
228. *Ginásio Municipal de Tupã*, Tupã,
229. *Ginásio Municipal de Vai paraíso*, Valparaíso.
230. *Ginásio Valparaíba*, Valparaíba.

PARANA

1. *Colégio Estadual do Paraná, E.vternato*, Rua Ébano Pereira. Curitiba.
2. *Colégio Belmiro César*, Curitiba.
3. *Colégio Divina Providencia*, Rua do Rosário, 147, Curitiba.
4. *Colégio Iguazu*, Praça Rui Barbosa, 44, Curitiba.
5. *Colégio Marcelino Champagnat*, Alto das Mercês, Curitiba.
6. *Colégio N. S. de Lourdc*s, Avenida Capanema, Curitiba.
7. *Colégio Novo Ateneu*, Rua Aquidaban, 278, Curitiba.
8. *Colégio Paranaense, Intcrnato*, Rua Bispo D. José, Curitiba.
9. *Colégio Partenon*, Rua Comendador Araújo, 176, Curitiba.
10. *Colégio Progresso*, Rua Barão do Serro Azul, 500, Curitiba.
11. *Colégio Rio Branco*, Rua Bispo D. José, 2 426, Curitiba.
12. *Colégio Sagrado Coração de Jesus*, Avenida Iguazu, 1 550, Curitiba.
13. *Colégio Santa Maria*, Rua 15 de Novembro, 904, Curitiba.
14. *Ginásio Notre Dame de Sion*, Alameda Pedro II, 178, Curitiba,
15. *Ginásio Paranaense, Seção Feminina*, Rua Emiliano Pernet, 92, Curitiba.
16. *Ginásio de Cambará*, Cambará.
17. *Ginásio São José*, Castro.
18. *Ginásio Diocesano de Santa Cruz*, Castro.
19. *Ginásio de Irati*, Irati.
20. *Ginásio N. S. das Graças*, Irati.
21. *Colégio Estadual Rui Barbosa*, Jacarezinho.
22. *Ginásio Cristo Rei*, Jacarezinho.
23. *Ginásio Imaculada Conceição*, Jacarezinho.
24. *Ginásio General Carneiro*, Lapa.
25. *Ginásio Londrinense*, Londrina.
26. *Colégio Estadual José Bonifácio*, Paranaguá.
27. *Colégio Estadual Regente Feijó*, Ponta Grossa.
28. *Ginásio Sant'Ana*, Ponta Grossa.

SANTA CATARINA

1. *Colégio Catarinense*, Rua Esteves Júnior, 159, Florianópolis.
2. *Ginásio Coração de Jesus*, Rua Saldanha Marinho, 46, Florianópolis.
3. *Colégio Santo Antônio*, Rua 15 de Novembro, Blumenau.
4. *Ginásio Sagrada Família*, Rua 7 de Setembro, 4 Blumenau.
5. *Ginásio Frei Rogério*, Cruzeiro.
6. *Colégio Bom Jesus*, Rua Princesa Isabel, 122, Joinville.
7. *Colégio Diocesano*, Rua Lauro Müller, Lages.
8. *Ginásio Laguncse*, Laguna.
9. *Ginásio Barão de Antonina*, Mafra.
10. *Ginásio Santos Anjos*, Porto União.
11. *Ginásio São José*, Porto União.
12. *Ginásio Aurora*, Rio Caçador.

RIO GRANDE DO SUL

1. *Colégio Estadual Júlio de Castilho*, Porto Alegre.
2. *Colégio Americano*, Rua Independência, 374, Porto Alegre.
3. *Colégio Anchieta, Externato Masculino*, Rua Duque de Caxias, 1 247, Porto Alegre.
4. *Colégio N. S. do Bom Conselho, Internato Feminino*, Rua Ramiro Barcelos, Porto Alegre.
5. *Colégio N. S. das Dores*, Rua Andradas, 767, Porto Alegre.
6. *Colégio N. S. do Rosário, Internato Masculino*, Avenida Independência, 359, Porto Alegre.
7. *Colégio Porto Alegre*, Rua Corohel Bordini, Caixa Postal, 267, Porto Alegre.
8. *Colégio Sevigné, Externato Feminino*, Rua Duque de Caxias, 1 475, Porto Alegre.
9. *Ginásio Champagnat*, Avenida Bento Gonçalves, 4314, Porto Alegre.
10. *Ginásio Cruzeiro do Sul*, Avenida Arnaldo Bohrer, Porto Alegre.
11. *Ginásio do Instituto de Educação*, Rua Sarmento Leite Porto Alegre.
12. *Ginásio Farroupilha*, Avenida Alberto Lins, 514, Porto Alegre.
13. *Ginásio Batista Americano*, Rua Cristóvão Colombo, 1098, Porto Alegre.
14. *Ginásio Cíntórâia*, Avenida Maranhão, 276, Porto Alegre.

15. *Ginásio da Escola Normal Osvaldo Aranha*, Alegrete.
16. *Colégio N. S. Auxiliadora*, Bagé.
17. *Ginásio Espírito Santo*, Bagé.
18. *Ginásio Municipal N. S. Aparecida*, Bento Gonçalves.
19. *Ginásio Imaculada Conceição*, Cachoeira.
20. *Ginásio Municipal Roque Gonçalves*, Cachoeira.
21. *Ginásio João Neves da Fontoura*, Cachoeira.
22. *Ginásio São João Batista*, Camaquã.
23. *Ginásio São José*, Canoas.
24. *Ginásio La Salle*, Carazinho.
25. *Ginásio N. S. Aparecida*, Carazinho.
26. *Ginásio N. S. do Carmo*, Caxias.
27. *Ginásio Feminino São José*, Caxias.
28. *Ginásio Duque de Caxias*, Caxias.
29. *Ginásio Municipal Cristo Redentor*, Cruz Alta.
30. *Ginásio Municipal SS. Trindade*, Cruz Alta.
31. *Ginásio Municipal N. S. do Horto*, Dom Pedrito.
32. *Ginásio Municipal N. S. do Patrocínio*, Dom Pedrito.
33. *Ginásio Dom Feliciano*, Gravataí.
34. *Ginásio Municipal N. S. da Conceição*, Guaporé.
35. *Ginásio São Jacó*, Hamburgo Velho.
36. *Ginásio da Fundação Evangélica*, Hamburgo Velho.
37. *Ginásio Sagrado Coração de Jesus*, Ijuí.
38. *Ginásio Duque de Caxias*, Ijuí.
39. *Ginásio Sta. Tereza de Jesus*, Itaquí.
40. *Ginásio Jaguarão*, Jaguarão.
41. *Ginásio Municipal N. S. Medianeira*, José Bonifácio.
42. *Ginásio São José*, Lageado.
43. *Ginásio Santarense*, Livramento.
44. *Ginásio Sta. Teresa de Jesus*, Livramento.
45. *Ginásio São José*, Montenegro.
46. *Ginásio Santa Catarina*, Novo Hamburgo.
47. *Colégio José Bonifácio*, Avenida Brasil, 1 623, Passo Fundo.
48. *Ginásio N. S. da Conceição*, Passo Fundo.
49. *Ginásio Notre Dame*, Passo Fundo.
50. *Colégio Gonzaga*, Praça José Bonifácio, 166, Pelotas.
51. *Colégio Pelotense*, Rua Felix da Cunha, 520, Pelotas.
52. *Ginásio Santa Margarida*, Pelotas.
53. *Ginásio São José*, Rua Félix da Cunha, 400, Pelotas.

54. *Ginásio Assis Brasil*, Pelotas.
55. *Colégio Municipal Lemos Júnior*, Rio Grande.
56. *Ginásio São Francisco*, Rio Grande.
57. *Ginásio Municipal de Santa Cruz*, Santa Cruz.
58. *Ginásio Visconde de Mauá*, Santa Cruz.
59. *Ginásio Coração de Jesus*, Santa Cruz.
60. *Colégio Santa Maria*, Rua Conde de Porto Alegre, Santa Maria.
61. *Ginásio da Escola Normal Olavo Bilac*, Santa Maria.
62. *Ginásio Centenário*, Rua Gaspar Martins, Santa Maria.
63. *Ginásio Sant'Ana*, Rua dos Andradas, 1 658, Santa Maria.
64. *Ginásio Municipal Santo Ângelo*, Santo Ângelo.
65. *Ginásio Municipal São Borja*, São Borja.
66. *Ginásio das Filhas do Sagrado Coração de Jesus*, São Borja.
67. *Ginásio São Gabriel*, São Gabriel.
68. *Ginásio São José*, São Leopoldo.
69. *Ginásio Sinodal*, São Leopoldo.
70. *Ginásio São José*, Soledade.
71. *Ginásio Adventista*, Taquara.
72. *Ginásio N. S. do Horto*, Rua Monte Caseros, 534, Uruguaiiana.
73. *Ginásio SanfAna*, Uruguaiiana.
74. *Ginásio União*, Uruguaiiana.
75. *Ginásio São Francisco*, Vacaria.

MINAS GERAIS

1. *Colégio Estadual de Minas Gerais*, Avenida Augusto de Lima, 1 549, Belo Horizonte.
2. *Colégio Afonso Arinos*, Rua Carangola, 288, Belo Horizonte.
3. *Colégio Anchieta*, Rua Tamoios, 792, Belo Horizonte.
4. *Colégio Arnaldo*, Praça João Pessoa, Belo Horizonte.
5. *Colégio Imaculada Conceição*, Rua da Bahia, 1 534, Belo Horizonte.
6. *Colégio Izabela Hendrix*, Rua da Bahia, 2 020, Belo Horizonte.
7. *Colégio Marconi*, Avenida Contorno, 8 476, Belo Horizonte.
8. *Colégio Padre Machado*, Rua Espírito Santo, 605, Belo Horizonte.
9. *Colégio Sacré Coeur de Marte*, Rua do Chumbo,400, Belo Horizonte.
10. *Colégio Sagrado Coração de Jesus*, Rua Professor Moraes, 363, Belo Horizonte.
11. *Colégio Santa Maria*, **Rua Jacuí, 237**, Belo Horizonte.

12. *Colégio Santo Agostinho*, Avenida Amazonas, 1 803, Belo Horizonte.
13. *Ginásio Afonso Celso*, Rua da Bahia, 1210, Belo Horizonte.
14. *Ginásio Batista Mineiro*, Rua Pouso Alegre, 605, Belo Horizonte.
15. *Ginásio Getúlio Vargas*, Rua Espírito Santo, 1 209, Belo Horizonte.
16. *Ginásio Loyola*, Rua Sergipe, 607, Belo Horizonte.
17. *Ginásio Pio XII*, Rua do Contorno, 8 902, Belo Horizonte.
18. *Ginásio São José*, Rua Bueno Brandão, 151, Belo Horizonte.
19. *Ginásio Tristão de Ataíde*, Rua Hermil Alves, 85, Belo Horizonte.
20. *Colégio Além Paraíba*, Além Paraíba.
21. *Colégio Municipal de Aljenas*, Avenida Afonso Pena, 678, Alfenas.
22. *Ginásio Sagrado Coração de Jesus*, Alfenas.
23. *Colégio Regina Pácis*, Avenida Minas Gerais, 17, Araguari.
24. *Ginásio Sagrado Coração de Jesus*, Araguari.
25. *Ginásio Dom Bosco*, Araxá.
26. *Ginásio São Domingos*, Araxá.
27. *Ginásio Santo Inácio*, Baependi.
28. *Colégio Estadual de Barbacena*, Barbacena.
29. *Ginásio Imaculada Conceição*, Barbacena.
30. *Ginásio São José*, Boa Esperança.
31. *Ginásio Brasópolis*, Brasópolis.
32. *Ginásio Dom Bosco*, Cachoeira do Campo.
33. *Ginásio Diocesano São João*. Campanha.
34. *Ginásio Notre Dame de Sion*, Campanha.
35. *Ginásio Dom Cabral*, Campo Belo.
36. *Colégio Municipal Carangolense*, Carangola.
37. *Ginásio Regina Pácis*, Carangola.
38. *Ginásio de Caratinga*, Caratinga.
39. *Ginásio Municipal Cônego Leopoldo*, Carmo do Rio Claro.
40. *Ginásio Municipal Cataguazes*, Cataguazes.
41. *Ginásio da Escola Normal N. S.- do Carmo*, Cataguazes;
42. *Ginásio Caxambu*, Caxambu.
43. *Ginásio São Francisco*, Conceição.
44. *Ginásio Monsenhor Horta*, Conselheiro Lafaiete.
45. *Ginásio São José*, Conselheiro Lafáieté.
46. *Ginásio Padre Curvelo*, Curvelo.
47. *Colégio Diamantinenc*, Diamantina.
48. *Ginásio Municipal São Geraldo*, Rede Mineira Viação, Divinópolis.

49. *Ginásio Pio X*, Dorés de Indaiá.
50. *Ginásio Municipal São Luiz Gonzaga*, Eloy Mendes,
51. *Ginásio Antônio Vieira*. Formiga.
52. *Ginásio Guarancsia*, Guaranésia.
53. *Ginásio Municipal Benedito Valadares*, Guaratinga.
54. *Colégio São Luís de Gonzaga*. Guaxupé.
55. *Ginásio Imaculada Conceição*, Guaxupé.
56. *Ginásio Ibituruna*, Governador Valadares.
57. *Ginásio Mineiro.*, Granhães.
58. *Ginásio Monsenhor Messias*, Itabirito.
59. *Colégio de Itajubá*. Rua Xaviei Lisboa. 36. Itajubá.
60. *Colégio Sul Mineiro*, Itanhandú.
61. *Ginásio SanfAna*. Itaúna.
62. *Ginásio Benedito Valadares*, Ituitaba.
63. *Ginásio Santo Antônio*, Jacutinga.
64. *Ginásio São João*, Januária.
65. *Colégio Municipal de Juiz de Fora*, Rua Halfeld. 1 179, Juiz de Fora.
66. *Colégio Grainbéri*. Rua Batista de Oliveira. 1 145. Juiz de Fora.
67. *Colégio São José*, Avenida Rio Branco. 3 234. Juiz de Fora.
68. *Colégio Stela Matutina*, Avenida Rio Branco, Juiz de Fora.
69. *Ginásio Bicalho*. Rua Matheus. 315. Juiz de Fora.
70. *Ginásio Santa Catarina*, Avenida dos Andradas. 1 036. Juiz de Fora.
71. *Colégio Municipal de J.avras*. Lavras.
72. *Ginásio N. S, da Aparecida*, Lavras:
73. *Colégio Leopoldincse*, Leopoldina.
74. *Ginásio Imaculada Conceição*. Leopoldina.
75. *Ginásio Imaculada Conceição*. Machado
76. *Ginásio São.José-*, Machado.
77. *Ginásio Manhuassu*, Manhuassu.
78. *Ginásio Pio XI*. Manhumirim.
79. *Ginasta Municipal Montes Claros*, Montes Claros.
80. *Ginásio Norte Mineiro*, Monte Claros.
81. *Ginásio S. Paulo*, Muriaé.
82. *Ginásio Santa Marcelimi*, Muriaé.
83. *Ginásio São José*, Muzambinho.
84. *Ginásio J'rojcssor Pinheiro Campos*, Oliveira.
85. *Ginásio Guararapcs*, Ouro Fino.

86. *Colégio Arquidiocesano*, Ouro Preto.
87. *Colégio Alfredo Baeta*, Rua Felipe Santos, Ouro Fino.
88. *Ginásio São Francisco*, Pará de Minas.
89. *Ginásio Paraisópolis*, Paraizópolis.
90. *Ginásio Rio Branco*, Paranhos.
91. *Ginásio São Miguel*, Passa Quatro.
92. *Ginásio N. S. Aparecida*, Passa Quatro.
93. *Ginásio de Passos*, Passos.
94. *Ginásio Municipal Dom Lustosa*, Patrocínio.
95. *Ginásio Peçanha*, Peçanha.
96. *Ginásio Pedra Azul*, Pedra Azul.
97. *Ginásio São João Batista*, Pirapora.
98. *Ginásio Municipal Poços de Calda*, Poços de Caldas.
99. *Ginásio Jesus, Maria, José*, Rua do Rio Grande do Sul, 1 483, Poços de Caldas.
100. *Ginásio São Domingos*, Rua Acre, 52, Poços de Caldas.
101. *Ginásio Pombense*, Pomba.
102. *Ginásio N. S. Auxiliadora*, Ponte Nova.
103. *Ginásio Dom Helvécio*, Ponte Nova.
104. *Colégio São José*, Pouso Alegre.
105. *Ginásio Sagrada Família*, Pouso Alegre.
106. *Ginásio São Luis*, Prata.
107. *Colégio Evangélico de Alto Jequitibá*, Presidente Soares.
108. *Ginásio Mineiro Sul Americano*, Presidente Vargas.
109. *Ginásio São Sebastião*, Raul Soares.
110. *Ginásio Municipal de Rio Ncn>o*, Rio Novo.
111. *Ginásio do Instituto Moderno Educação e Ensino*, Santa Rita do Sapucaí.
112. *Ginásio Santos Dumont*, Santos Dumont.
113. *Colégio Santo Antônio*, Rua da Prata, 34, São João del Rei.
114. *Ginásio N. S. das Dores*, São João del Rei.
115. *Ginásio São João*, São João dei Rei.
116. *Ginásio São João Nepomuceno*, São João Nepomuceno.
117. *Ginásio São Lourenço*, São Lourenço.
118. *Ginásio Paraisense*, São Sebastião do Paraíso.
119. *Ginásio Paula Frassinetti*, São Sebastião do Paraíso.
120. *Ginásio Ministro Admundo Lins*, Serro.
121. *Ginásio Municipal Dom Silvério*, Sete Lagoas.
122. *Ginásio São José*, Teófilo Otôni.

123. *Colégio Três Corações, Três Corações.*
124. *Ginásio Municipal São Luis, Três Pontas.*
125. *Ginásio Raul Soares, Ubá.*
126. *Ginásio Sacré Cocur de Marie, Ubá.*
127. *Ginásio São José, Ubá.*
128. *Colégio N. S. das Dores, Rua Thomaz Ulhoa, 7, Uberaba.*
129. *Colégio Diocesano de Uberaba, Praça D. Eduardo, 5. Uberaba.*
130. *Ginásio do Triângulo Mineiro, Uberaba.*
131. *Colégio Estadual de Uberlândia, Uberlândia.*
132. *Ginásio Brasil Central, Uberlândia Uberlândia.*
133. *Ginásio N. S. das Lágrimas, Uberlândia.*
134. *Ginásio Osvaldo Cruz, Praça Osvaldo Cruz, 547, Uberlândia.*
135. *Ginásio Municipal de Varginha, Varginha.*
136. *Ginásio dos Santos Anjos, Varginha.*
137. *Colégio Municipal de Viçosa, Viçosa.*

GOIAS

1. *Colégio Estadual de Goiás, Goiânia.*
2. *Ginásio Santo Agostinho, Goiânia.*
3. *Ginásio Dom Bosco, Alameda dos Buritês, Goiânia.*
4. *Ginásio Arq. Municipal, Anápolis.*
5. *Ginásio Auxilium, Rua 14 de Julho, Anápolis.*
6. *Ginásio Couto Magalhães, Avenida Dom Bosco, Anápolis.*
7. *Ginásio N. S. Mãe de Deus, Catalão.*
8. *Ginásio Arq. do Planalto, Formosa.*
9. *Ginásio Oficial de Goiás, Goiás.*
10. *Ginásio Municipal Ipameri, Ipameri.*
11. *Ginásio N. S. Aparecida, Ipameri.*
12. *Ginásio Hermenegildo de Morais, Morrinhos.*
13. *Ginásio do Instituto Grambery, Pires do Rio.*
14. *Ginásio Arquidiocesano Anchicta, Silvânia.*
15. *Ginásio N. S. Auxiliadora, Silvânea.*

MATO GROSSO

1. *Colégio Estadual de Mato Grosso, Rua Ipuranga, Cuiabá.*
2. *Ginásio Salesiano São Gonçalo, Rua Dr. Aquino Correia. Cuiabá.*
3. *Ginásio São Gonçalo, Departamento Feminino, Cuiabá.*
4. *Ginásio Cândido Mariano, Aquidauana.*

5. *Colégio Municipal Dom Bosco*, Campo Grande.
6. *Ginásio N. S. Auxiliadora*. Rua Pedro Celestino. 1 436, Campo Grande.
7. *Ginásio Osvaldo Cruz*, Campo Grande.
8. *Ginásio Campograndense*. Campo Grande.
9. *Ginásio Imaculada Conceição*, Rua Frei Mariano, Corumbá.
10. *Ginásio Municipal Maria Leite*, Corumbá.
11. *Ginásio Salesiano Santa Tercca*. Corumbá.
12. *Ginásio Dois de Julho*. Três Lagoas.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO MÊS DE AGOSTO DE 1945

I — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

1 — E' publicado o Decreto-lei número 7.795, de 30-7-945, que altera o Decreto-lei n.º 7.637, de 12-6-945, que declara extintas as taxas de inspeção que recaem sobre os estabelecimentos particulares de ensino superior, secundário e comercial.

2 — E' publicado o Decreto número 19.298, de 31-7-945, que proíbe o funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas Rui Barbosa, com sede na capital do Estado de São Paulo.

2 — E' publicado Despacho de 30-7-945, do Ministro da Educação, que homologa a Resolução n.º 13, de 26-7-945, da Junta Especial, que dá nova redação ao item 11 da Resolução n.º 3.

7 — E' publicado o Decreto-lei número 7.828, de 4-8-945, que cria cargos de professor no Quadro Único do Funcionalismo Civil do Território do Acre.

8 — E' publicado o Decreto-lei número 7.836, de 6-8-945, que altera o Decreto-lei n.º 4.130, de 26-2-942, que regula o ensino militar no Exército.

8 — E' publicado o Decreto n.º 19.357, de 6-8-945, que altera o Decreto n.º 8.887, de 2-3-942, que aprova o regulamento para os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva.

9 — E' publicado o Decreto n.º 18.627, de 15-5-945, que concede reconhecimento, sob regime de inspeção permanente, ao curso ginásial do Ginásio Moderno, com sede em Recife, no Estado de Pernambuco.

10 — E' publicada a Portaria n.º 644, sem data, do Ministério da Agricultura, que aprova as instruções para o funcionamento do curso avulso de aperfeiçoamento de práticos rurais, baixadas pelo diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão.

11 — E' publicada a Portaria n.º 656, de 10-8-945, do Ministro da Agricultura, que aprova as instruções para o funcionamento do Curso Avulso de Matemática, baixadas pelo diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão.

13 — E' publicado o Decreto-lei número 7.850, de 10-8-945, que dispõe sobre o funcionamento dos cursos extraordinários, previstos na lei orgânica do ensino industrial.

16 — E' publicada a Portaria n.º 331, de 30-6-945, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso comercial básico da Escola Comercial D. Pedro II, com sede em Americana, no Estado de São Paulo.

17 — E' publicado Decreto-lei número 7.864, de 14-8-945, que altera o ar-

tigo 2.º do Decreto-lei n.º 3.199, de 14-4-941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país e cria a função gratificada de secretário do Conselho Nacional de Desportos.

17 — E' publicado Decreto número 19.425, de 14-8-945, que aprova o Regimento do Conselho Nacional de Desportos do Ministério da Educação e Saúde.

20 — E' publicado o Aviso n.º 2.211, de 17-8-945, do Ministro da Guerra, que autoriza a Diretoria do Ensino do Exército a organizar um curso de preparação, intensivo, na Escola Técnica do Exército, destinado aos oficiais da Aeronáutica e do Exército bolivianos.

21 — E' publicada a Portaria número 298, de 11-6-945, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso comercial básico da Escola Técnica de Comércio de Santana, com sede em Itaúna, no Estado de Minas Gerais.

21 — E' publicada a Portaria número 353, de 26-7-945, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso comercial básico da Escola Comercial Marcílio Dias, com sede no Distrito Federal.

21 — E' publicada a Portaria número 354, de 26-7-945, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar aos cursos comercial básico e técnico de contabilidade da Escola Técnica de Comércio de Cruzeiro, com sede em Cruzeiro, no Estado de S. Paulo.

24 — E' publicado o Decreto-lei número 7.888, de 21-8-945, que cria o Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo, diretamente subordinado à Diretoria do Ensino do Exército.

24 — E' publicado o Decreto-lei número 18.998, de 26-6-945, que concede

reconhecimento, sob regime de inspeção permanente, ao curso ginásial do Ginásio Sul Fluminense, com sede em Paraíba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro.

27 — E' publicado o Decreto número 19.299, de 31-7-945, que concede autorização para o funcionamento do curso de farmácia da Faculdade de Farmácia do Pará, com sede em Belém, no Estado do Pará.

27 — E' feita nova publicação da Portaria n.º 323, de 22-6-945, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar aos cursos comercial básico e técnico de contabilidade da Escola Técnica de Comércio Ipiranga, com sede na capital do Estado de São Paulo.

27 — E' publicada a Portaria n.º 365, de 10-8-945, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso comercial básico da Escola Comercial do "Instituto Brasileiro", com sede em Cordovil, no Distrito Federal.

28 — E' publicado o Decreto n.º 19.300, de 31-7-945, que muda a denominação do Ginásio Meier com sede no Distrito Federal, para Ginásio Central do Brasil

29 — E' publicado o Decreto n.º 19.481, de 23-8-945, que cria séries funcionais, dispõe, sem aumento de despesa, sobre as tabelas numéricas de extranumerários mensalistas da Divisão do Ensino Superior, do Ministério da Educação e Saúde.

29 — E' publicada a Ata de 24-8-945, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 3.ª sessão da 2.ª reunião ordinária do ano.

30 — E' publicado o Decreto número 19.513, de 25-8-945, que trata das disposições regulamentares destinadas a reger a concessão do auxílio federal para o ensino primário.

II. — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS.

1 — E' publicada a Ordem de Serviço n.º 30, de 31-7-945, do Departamento de Educação Primária da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, que determina providências para o curso sobre organização e funcionamento de bibliotecas escolares, instituído pelo Departamento de Difusão Cultural.

1 — E' publicado o Decreto-lei número 984, de 30-7-945, do Estado do Piauí, que aumenta o número de cargos da classe D, da carreira de professor primário.

1 — E' publicado o Decreto-lei número 985, de 30-7-945, do Estado de Piauí, que eleva à categoria de grupo escolar, com a mesma denominação, a Escola Agrupada "Ribeiro Gonçalves", de Floriano, e dá outras providências.

1 — E' publicado o Decreto-lei número 989, de 30-7-945, do Estado do Piauí, que cria a função gratificada de Secretário da Escola Normal Oficial e dá outras providências.

1 — E' publicado o Decreto número 3.208, de 26-7-945, do Estado de Santa Catarina, que cria escolas mistas em Craveiro, município de Iraputã, e em Contagem, distrito e município de Itápolis.

1 — E' publicado o Decreto n.º 3.210, de 30-7-945, do Estado de Santa Catarina, que suprime, no Quadro Único do Estado, cargo de professor complementar, padrão C.

2 — E' publicado o Decreto n.º 400, de 30-7-945, do Estado do Pará, que cria uma escola auxiliar mista no lugar Canto Redondo do Rio Pracumba-mirí, Município de S. Sebastião de Boa Vista.

2 — E' publicado o Decreto n.º 401, de 30-7-945, do Estado do Pará, que desdobra a escola auxiliar mista do lugar Santo. Antônio, Município de São Sebastião de Boa Vista, em duas escolas, sendo uma masculina e outra feminina.

2 — E' publicado o Decreto-lei número 992, de 1-8-945, do Estado do Piauí, que abre crédito especial de Cr\$ 1.020,00, destinado a pessoal docente da Escola Normal Oficial.

2 — E' publicado o Decreto-lei número 993, de 1-8-945, do Estado do Piauí, que concede subvenção anual de Cruzeiros 2.400,00 ao Educandário "Cristo Rei", de Regeneração.

2 — E' publicado o Decreto-lei número 994, de 1-8-945, do Estado do Piauí, que eleva de 240 para 245 o número das escolas nucleares do Estado.

2 — E' publicado o Decreto n.º 14.909, de 1-8-945, do Estado de São Paulo, que dá a denominação de "Dr. Cardoso de Almeida", à Escola Normal de Botucatu.

2 — E' publicado o Decreto n.º 14.910, de 1-8-945, do Estado de São Paulo, que dá a denominação de "Pedro Barros" ao grupo escolar de Tupiniquins, em Miracalu.

2 — E' publicado o Decreto de 1-8-45, do Estado de São Paulo, que extingue o grupo escolar de Canas, em Lorena.

3 — E' publicado o Decreto-lei número 855, de 2-8-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que abre crédito especial de oitenta mil cruzeiros para obras de adaptação do edifício da Escola Normal "João Neves da Fontoura", de Cachoeira do Sul.

3 — E' publicado o Decreto-lei número 1.412, de 3-8-945, do Estado do Rio de Janeiro, que cria vinte unidades de ensino primário no interior do Estado.

4 — E' publicado o Decreto-lei número 14:911, de 3-8-945, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre criação de uma Escola Normal em Lins.

5 — E' publicado o Decreto-lei número 1.183, de 4-8-945, do Estado de Pernambuco, que abre crédito suplementar de Cr\$ 107.367,10, destinado à Escola Industrial de Pernambuco.

5 — E' publicado o Decreto-lei n.º 701, de 2-8-945, do Estado de Sergipe, que cria no Colégio Estadual de Sergipe, as cadeiras de latim, inglês e trabalhos manuais, e dá outras providências.

6 — E' publicado o Decreto n.º 3.213, de 3-8-945, do Estado de Santa Catarina, que cria escolas mistas em Barracão e Três Barras, distrito e município de Orleans.

8 — E' publicado o Decreto-lei número 409, de 7-8-945, do Estado do Rio Grande do Norte, que abre crédito especial de Cr\$ 60.000,00 para atender a despesas do Departamento de Educação.

8 — E' publicada a Portaria n.º 229, de 27-7-945, do Departamento de Educação do Estado de Sergipe, que estabelece um "Torneio Educativo" entre alunos de 4.º ano primário.

8 — O governo do Estado do Rio de Janeiro concede duas bolsas de estudo, com a mensalidade de 450 cruzeiros, a professores municipais para cursarem a Escola de Enfermagem do Estado.

8 — E' publicado Decreto de 7-8-945, do Estado de São Paulo, que cria o grupo escolar de Presidente Venceslau.

8 — Por ato de 7-8-945, do Estado de São Paulo, foram anexadas duas escolas mistas ao grupo escolar "Eliazar Braga", em Pederneiras, quatro escolas mistas ao grupo escolar "Baltazar Fernandes", em Sorocaba.

8 — Por ato de 7-8-945, do Estado de São Paulo, foram criados o 6.º e o 7.º cursos de alfabetização do 5.º B. C. em Itapetininga.

8 — São publicados Decretos de 7-8-945, do Estado, de São Paulo, que localizam duas classes no grupo escolar de Tremembé, duas no grupo escolar anexo à Escola Normal de Franca, uma no grupo escolar de Regente Feijó; duas escolas mistas rurais, na Fazenda Santana, em Batatais, e na Fazenda Guatapará, em Ribeirão Preto; uma mista urbana em Rartinha, Sertãozinho.

9 — E' publicado o Decreto-lei número 1.000 de 7-8-845, do Estado do Piauí, que abre crédito especial de Cruzeiros 5.940,00 para despesas com o pessoal docente da Escola de Adaptação.

9 — E' publicado o Decreto-lei número 1.004, de 7.8-945, do Estado do Piauí, que abre crédito suplementar de Cr\$ 29.905.50 à verba do Departamento do Ensino.

9 — E' publicado o Ato n.º 1.737, de 8-9-945, do Estado de Pernambuco, que

dá a denominação de "Antônio Cardoso" à escola rural da sede do município de Vitória de Santo Antão.

9 — E' publicado o Decreto de 25-6-45, do Estado de Sergipe, que põe à disposição da Sociedade Sergipana de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, professor público primário.

9 — Pelo Decreto n.º 14.920, do Estado de São Paulo, é concedida aos alunos da Escola Politécnica de São Paulo frequência livre às aulas teóricas.

9 — E' publicado o Decreto n.º 1.656, de 7.8-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio de Cr\$ 4.800,00 à Cidade dos Meninos, de Santa Maria.

10 — E' publicado o Decreto-lei número 706, de 8-8-945, do Estado de Ser-

gipe, que cria o corpo de professores substitutos.

10 — E' publicado o Decreto n.º 14.925, de 9-8-945, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre a lotação de cargos na Escola Normal de Itapira.

10 — E' publicado o Decreto n.º 14.926, de 9-8-945, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre a lotação de cargos no Ginásio Estadual de Jaú.

11 — E' publicado o Decreto-lei número 4.804, de 9-8-945, do Estado do Pará, que concede à Fundação Getúlio Vargas, com sede no Rio de Janeiro, auxílio no valor de Cr\$ 300.000,00 e abre o crédito especial para atender ao seu pagamento e dá outras providências.

II - É' publicado o Decreto n.º 14.979" de 10-8-945, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre a lotação de cargos no Ginásio Estadual de Jacaré.

11 — E' publicado o Decreto n.º 1.658, de 10-8-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que eleva a grupo escolar uma escola rural.

11 — E' publicado o Decreto-lei número 856, de 2-8-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que altera a redação do Decreto-lei n.º 804, de 26-5-945, que cria cargos docentes nas Escolas de Formação do Magistério Primário.

11 — E' publicado o Decreto n.º 1.659, de 10-8-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que distribui os cargos de docentes criados pelo Decreto-lei n.º 804, de 26-5-945. o dá outras providências.

12 — E' publicado o Decreto-lei n.º 707, de 10-8-945, do Estado de Sergipe, que eleva o padrão de vencimentos dos professores do Colégio Estadual de Sergipe, da Escola Técnica de Comércio de Sergipe e do Ginásio do Instituto Pedagógico "Rui Barbosa" e dá outras providências.

.12— E' publicado o Decreto n.º 14.929, de 11-8-945, do Estado de São Paulo, que dá o nome de "Prof. Joaquim Campos" ao grupo escolar de Roseira, em Aparecida.

12 — E' publicado o Decreto n.º 14.931, de 11-8-945, do Estado de São Paulo, que dá o nome de "Prof I Luis José Dias" ao grupo escolar de Ribeirão Branco.

15 — E' publicado o Decreto n.º 404, de 10-8-945, do Estado do Pará, que extingue a escola auxiliar mista " Carlos Nascimento", da sede do município de Capanema.

15 — E' publicado Decreto de 14—8-45, do Estado de São Paulo, que anexa ao grupo escolar da Estação de Carapicuíba a escola mista de Tamboré.

15 — E' publicado Decreto de 14-8-945, do Estado de São Paulo, que localiza escola mista no Bairro de Cachoeirinha.

15 — São publicados Decretos de 14-8-945, do Estado de São Paulo, que criam os seguintes grupos escolares: Vila Talarico, Vila Formosa e Água Fria, na capital, e o da Estação de Campo Limpo.

16 — E' publicado o Decreto n.º 224, de 13-8-945, do Estado de Sergipe, que regulamenta o Ensino Primário Particular.

16 — E' publicado o Decreto-lei n.º 67, de 30-7-945, do Estado de Goiás, que dispõe sobre a ampliação e aperfeiçoamento do sistema escolar primário.

16 — E' publicado o Decreto do Estado de Goiás que cria 25 grupos escolares e classifica os estabelecimentos de ensino primário em três categorias.

16 — E' publicado o Decreto do Estado de Goiás que cria 200 cargos de professor primário e 30 escolas rurais.

17 — E publicado o Decreto-lei número 1.380, de 14-8-945, do Estado do Rio Grande do Norte, que suprime o cargo de vice-diretor do Colégio Estadual do Rio Grande do Norte.

18 — E' publicada a Circular n.º 18 de 13-8-945, do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro, sobre cursos noturnos para adolescentes e adultos analfabetos.

18 — E' publicado o Decreto n. 1.661, de 18-8-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio de Cruzeiros 4.500,00 à Associação Rio-Grandense de Música.

19 — O governo do Estado do Rio de Janeiro, cria escolas em Agulha dos Leais e Caeté, no município de Madalena.

20 — E' publicado o Decreto n.º 3.215, de 13-8-945, do Estado de Santa Catarina, que suprime, no Quadro Único do Estado, uma cargo de professor auxiliar, padrão A.

20 — E' publicada a Portaria n.º 43, de 6-8-945, do Território do Guaporé, que lança em todo o Território a "Campanha Nacional de Educação de Adultos" e determina as medidas necessárias à sua propagação.

20 — E' publicada a Portaria n.º 44, de 8-8-945, da Divisão de Educação do Território do Guaporé, que cria um curso de "Orientação Pedagógica".

21 — E' publicado o Decreto n.º 8.180, de 17-8-945, do Prefeito do Distrito Federal, que estabelece a lotação dos cargos de provimento em comissão e define a estrutura geral da organização dos serviços da Prefeitura.

21 — E' publicado o Decreto-lei número 1.014, de 17-8-945, do Estado do Piauí, que aprova instruções para o Curso Especial de Educação Física.

21 — E' publicado o Decreto-lei número 1.016, de 20-8-945, do Estado do Piauí, que concede subvenção anual de Cr\$ 2.400,00 à escola Miguel Couto, de Paulistana.

21 — E' publicado o Decreto-lei número 1.017, de 20-8-945, do Estado do Piauí, que eleva para Cr\$ 10.000,00 a subvenção anual a ser paga ao Patronato Agrícola de S. Raimundo Nonato, em 1946.

21 — E' publicado o Decreto n.º 1.662, de 21-8-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que cria grupo escolar de 1º estágio em Chavisqueiro, município de Sto. Antônio.

22 — E' publicado o Decreto-lei número 1.196, de 21-8-945, do Estado de Pernambuco, que abre créditos suplementares de Cr\$ 17.000,00 e 21.500,00, destinados à educação primária e a melhoramentos de educação.

22 — E' publicado o Ato n.º 1.800, de 21-8-945, do Estado de Pernambuco, que dá a denominação de "Mário Domingues" ao grupo escolar construído na Vila de Maricota, município de Paulista.

22 — E' publicado o Decreto n.º 14.953, de 21-8-945, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre concessão de auxílios e dá outras providências.

22 — E' publicado o Decreto-lei número 14.956, de 21-8-945, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre aquisição, por doação, de terreno situado em Uchôa, para ampliação do grupo escolar local.

22 — E' publicado o Decreto-lei número 14.957, de 21-8-945, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre aquisição, por doação, de terreno situado em Herculândia, para construção de grupo escolar.

22 — E' publicado o Decreto de 21-8-945, do Estado de São Paulo, que anexa

uma escola mista ao 2.º grupo escolar de Penápolis, e localiza uma classe no grupo escolar "Tomé Teixeira", em Itararé.

22 — E' publicado o Decreto n.º 3.216, de 20-8-945, do Estado de Santa Catarina, que cria escola mista na localidade de Três Barras, distrito de Major, no município de Tijucas.

22 — E' publicado o Decreto n.º 3.217, de 20-8-945, do Estado de Santa Catarina, que cria escola mista na localidade de firmo, distrito e município de Araranguá.

23 — E' publicado o Decreto-lei número 1.197, de 22-8-945, do Estado de Pernambuco, que abre crédito especial de Cr\$ 300.270,00 destinado à aquisição de material e à execução de serviços subordinados ao Departamento de Educação.

23 — E' publicado o Decreto n.º 3.218, de 22-8-945, do Estado de Santa Catarina, que cria escola mista na localidade de Barra do Aririú, distrito e município de Palhoça.

23 — E' publicado o Decreto n.º 1.663, de 22-8-945, do Estado de Rio Grande do Sul, que concede auxílio de Cr\$ 20.000,00 ao Colégio Sevigné.

23 — E' publicado o Decreto n.º 1.664, de 22-8-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio de Cr\$ 20.000,00 ao Colégio Júlio de Castilhos, para excursão de alunos.

23 — E' publicado o Decreto n.º 1.665, de 22-8-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio de Cr\$ 20.000,00 ao Instituto de Educação.

23 — E' publicado o Decreto número 1.666, de 22-8-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede pensão a professora particular.

24 — E' publicada a Portaria n.º 237, de 18-8-945, do Departamento de Educação do Estado de Sergipe, que baixa

instruções para a realização de exames e extração de médias de promoção e conclusão de curso no "Instituto Pedagógico Rui Barbosa".

24 — E' publicado Decreto n.º 2.361, de 23-8-945, do Estado do Rio de Janeiro que desapropria terrenos em Nova Friburgo, para ampliação do pátio do grupo escolar "Ribeiro de Almeida".

24 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro renova a subvenção concedida à escola diurna da "Fazenda de S. Sebastião", em Itaguaí.

24 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro concede subvenção à escola de Estaleiro, em Cabo Frio, e à de Lage, em Sta. Madalena.

24 — E' publicado o Decreto n.º 1.668, de 23-8-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que reclassifica escola isolada da Ilha Grande Leste, em Porto Alegre.

25 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro concede subvenção às escolas diurnas de "Santana" e "Trindade", respectivamente dos municípios de Sta. Madalena e Cabo Frio.

27 — E' publicado o Decreto-lei número 358, de 27-8-945, do Estado do Paraná, que cria um ginásio na cidade de Sto. Antônio da Platina e dá outras providências.

28 — E' publicado o Decreto-lei número 878, de 27-8-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que cria na Universidade de Porto Alegre os cursos de engenheiros arquitetos e de engenheiros de minas.

28 — E' publicado o Decreto-lei número 882, de 28-8-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que cria o curso de formação de instrutores de educação física da Brigada Militar.

29 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro cassa, a subvenção concedida às escolas particulares de "Palmeira", município de Trajano de Moraes, de "Lage" e "Bòa Fé", município de Sta. Macia Madalena.

29 — E' publicado Decreto de 28-8-945, do Estado de São Paulo, que localiza escola mista na Fazenda, do Salto, em São Carlos.

29 — E' publicado Decreto de 28-8-945, do Estado de São Paulo, que cria o grupo escolar de Lavrinhas.

29 — E' publicado o Decreto-lei número 1670, de 29-8-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que dá a denominação de "Professor Machado Coelho" ao grupo escolar da sede do município de Bom Jesus.

30 — E' publicada a Ordem de Serviço n.º 23, de 25-8-945, do diretor do Departamento de Educação Técnico-Profissional da Prefeitura do Distrito Federal, sobre o trabalho de orientação educacional nos estabelecimentos de ensino.

30 — E' publicado o Decreto-lei número 1.023, de 28-8-945, do Estado do Piauí, que concede auxílio de Cr\$. 5.000,00 para construção da sede do centro operário "São José", de Barras.

30 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro concede subvenção ao curso anexo ao grupo escolar "Visconde de Quissamã", município de Macaé, e às escolas particulares de Trajano de Moraes, "Gordura" e "Almeida", município de Sta. Maria Madalena.

30, — E' publicado o Decreto de 24_8-945, do Estado do Piauí, que designa professora para fazer curso de aperfeiçoamento no Instituto Nacional de

Estudos Pedagógicos, no Rio de Janeiro.

30 — E' publicado o Decreto-lei número 14.976, de 29-8-945, do Estado de São Paulo, que cria o Ginásio Estadual de Cajuru.

30 — E' publicado o Decreto-lei número 14.977, de 29-8-945, do Estado de São Paulo, que cria cargo de diretor, secretário, orientador educacional, preparador de ciências naturais, oito de professor catedrático e seis de professor de aula, no Quadro do Ensino.

30 — E' publicado o Decreto n.º 3.220, de 24-8-945, do Estado de Santa Catarina, que cria dois cursos noturnos na vila de Imbituba, município de Laguna.

31 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro concede subvenção às escolas particulares de "Saquarema", em Campos, de Barra Alegre, em S. Sebastião do Alto, e ao curso noturno anexo ao grupo escolar "Duque de Caxias", município de Trajano de Moraes.

31 — E' publicado o Decreto-lei número 14.981, de 30-8-945, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre criação da Escola Normal de Mirassol.

31 — E' publicado o Decreto-lei número 14.982, de 30-8-945, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre criação da Escola Normal de Piraju.

31 — E' publicado o Decreto-lei número 14.983, de 30-8-945, do Estado de São Paulo, que cria os seguintes cargos no Quadro de Ensino: de vice-diretor, de orientador educacional, quatro de professor catedrático e quatro de assistente.

31 — E' publicado o Decreto número 14.984, de 30-8-945, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre lotação de cargos na Escola Normal de Piraju.

31 — E' publicado o Decreto-lei número, 883, de 29-8-945, do Estado do Rio Grande do Sul. que cria cargos de estagiárias no Departamento de Educação Primária da Secretaria de Educação e Cultura.

III — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

I — A Prefeitura de Porto Alegre (Rio Grande do Sul) concede auxílio ao Sindicato dos Músicos Profissionais, à Associação Riograndense de Música, e à Congregação de Professores do Instituto' de Belas Artes do Rio Grande do Sul.

8 — E' publicado o Decreto-lei número 6, de 5-4-945, da Prefeitura Municipal de Buriti dos Lopes (Piauí), que cria as escolas. primárias: "Pires Gaioso" e "Coronel Gaioso e Almendra", e abre crédito especial de Cr\$ 2.160,00 para mantê-las no corrente exercício.

II — E' publicado o Decreto-lei n.º 5, de 20-6-945, da Prefeitura Municipal de S. Pedro do Piauí (Piauí), que abre crédito especial de Cr\$ 800,00 para despesas com o funcionamento da escola "Maria' Tereza", do povoado Bacurí.

15 — E' publicado o Decreto-lei número 59, de 11-8-945, da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis (Estado do Rio de Janeiro), que abre crédito especial de Cr\$ 1.200,00 para pagamento de professor de educação. física.

18 — A Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves (Rio Grande do Sul) cria uma aula com a denominação de "Presidente Roosevelt" na linha Zarith,

21 — A Prefeitura Municipal de Uruguaiana (Rio Grande do Sul) cria seis cwrgrbsv/de-professéres rurais de 3.^a entrância.

22 — A Prefeitura Municipal de Encantado (Rio Grande do Sul) abre crédito de Cr\$ 3,000,00 para atender a despesas com o orientador do ensino municipal,

23 — E' publicado o Decreto-lei n.º 9, de 4-6-945, da Prefeitura Municipal de Oeiras (Piauí), que abre crédito especial de Cr\$ 300.000,00. para construção do prédio destinado ao futuro ginásio local.

24 — A Prefeitura Municipal de Caxias do Sul (Rio Grande do Sul) altera o padrão de vencimentos do professorado municipal.

30 — E' publicado o Decreto-lei número 19 de 2-7-945, da Prefeitura Municipal de Piriapirí (Piauí), que eleva de Cr\$ 83,00 para Cr\$ 200,00 mensais os vencimentos das professoras do muni-

IV — NOTICIÁRIO

1 — Realiza-se, em Bogotá, a troca de ratificação do Convênio de Intercâmbio Cultural Brasileiro-Colombiano, firmado no Rio de Janeiro a 14 de outubro de 1941.

1 — E' inaugurado, em Paris, o Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros.

1 — E' inaugurada na capital da República de Salvador a- "Escola República do Brasil".

1 — Noticia-se que o Sr. Evaristo Marques Pereira, de Silvianópolis" (Minas? Gerais) doou ao Estado quatro fazendas pára difusão do ensino agrícola.

2 — O Serviço de Recreação Operária do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio faz entrega, na cidade do Rio de Janeiro, de bibliotecas compostas de 100 volumes a 10 sindicatos de trabalhadores, de vários Estados.

2 — E' inaugurada em João Pessoa (Paraíba) uma cantina escolar.

2 — Noticia-se que Dr. Miguel Couto Filho fez a doação de 400 alqueires de terra, em praias de Cabo Frio (Estado do Rio de Janeiro) para construção de hospital infantil, sob os auspícios da L.B.A.

2 — O Diretor da Divisão de Educação do Território de Ponta Porã segue em viagem de inspeção para Campanário, Santa Luzia, Porto Felicidade e Pedro II, a fim de estudar a possibilidade de instalação de novas escolas primárias.

3 — O Colégio Estadual de Pernambuco realiza sessão cívica em comemoração ao tricentenário da batalha do Monte das Tabocas.

4 — Tem início o curso normal da "Escola Prática de Agricultura Paulo de Lima Correia", de Guaratinguetá (São Paulo).

5 — Inaugura-se a Escola de Ensino Industrial da capital do Estado de São Paulo.

5 — Circula o primeiro número do Boletim da Divisão de Educação do Território de Ponta Porã.

6 — São inaugurados cursos de alfabetização para adultos a serem executados simultaneamente em todas as localidades do Estado do Espírito Santo, segundo o plano organizado pelo I.N.E.P.

7 — Noticia-se que foi submetido à classe teatral e por ela aprovado o plano elaborado pelo Serviço Nacional do Teatro, para o desenvolvimento do teatro brasileiro.

7 — Em Teresina (Piauí) alunos do Colégio Estadual do Piauí, inauguraram o grêmio cívico-literário "Da Costa e Silva".

8 — O Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário do Estado de São Paulo pleiteia do governo paulista a isenção de impostos estaduais e municipais que recaem sobre os estabelecimentos de ensino.

9 — Noticia-se que o Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal concedeu dez mil cruzeiros como auxílio às caixas escolares das escolas municipais do Distrito Federal.

9 — Noticia-se que, sob as auspícios da Escola de Agronomia e da Secretaria de Agricultura do Ceará, está se realizando em Fortaleza o Curso de Extensão Agrônomo.

11 — E' assinado em Lisboa (Portugal) o acordo sobre a grafia comum da língua portuguesa, pelas duas Comissões, brasileira e portuguesa.

11 — Realizam-se várias solenidades na Faculdade Nacional de Direito em comemoração ao 118.º aniversário da instituição dos cursos jurídicos no Brasil.

11 — E' comemorado na cidade do Rio de Janeiro o 129.º aniversário de fundação do ensino artístico no Brasil.

11 — Instala-se em Teresina (Piauí) a Sociedade de Amparo à Infância.

11 — E' fundado em Teresina (Piauí) o clube "11 de Agosto" no Colégio Estadual do Piauí.

11 — E' inaugurado o curso normal da Escola Prática de Agricultura "Carlos Botelho" da cidade de Itapetininga (São Paulo).

12 — Noticia-se que a Associação Brasileira de Escritores recebeu do senhor Valentim F. Bouças a oferta de vinte e cinco mil cruzeiros para ser entregue ao vencedor do concurso sobre estudos brasileiros. O prêmio receberá o nome de "Pandiá Calógeras".

12 — Seguem para Belo Horizonte (Minas Gerais) alunas da Escola Caetano de Campos, de São Paulo, que se especializam em ensino para cegos, a fim de observar a organização do Instituto São Rafael e outras instituições do mesmo gênero.

12 — Noticia-se a instalação das seguintes escolas do Território de Ponta Porã: Sucuri, União de Potreiroito e Santa Luzia, município de Dourados; Santa Cecília e Morro Grande, município de Miranda; Jardim, município de Bela Vista; Guia Lopes, município de Nioaque; Pacuri, Patrimônio da União, município de Ponta Porã.

12 — Foram distribuídos 1.165 pares de calçados colegiais aos alunos pobres de diversos grupos escolares e escolas isoladas do Território de Ponta Porã.

13 — E' inaugurado novo edifício da sede da Casa do Estudante do Brasil (Distrito Federal).

13 — Noticia-se o início da construção do prédio do grupo escolar de Passa Três (Estado do Rio de Janeiro).

14 — "Coméia", entidade que se destina a prestar assistência ao estudante do curso secundário em São Paulo, comemora o seu 2.º aniversário.

14 — Noticia-se que foram instituídos e serão instalados com a possível urgência 24 grupos escolares, com quatro classes cada um, em sedes de municípios do Estado de Goiás.

14 — Noticia-se que o Estado de Goiás criou novas classes em quase todos os estabelecimentos de ensino existentes no Estado.

15 — O Ministro Gustavo Capanema visita o Hospital Pedro Ernesto que será incorporado à Faculdade Nacional de Medicina para servir ao seu ensino clínico.

15 — Em viagem de intercâmbio cultural, chega à cidade do Rio de Janeiro o professor Júlio Larrea, catedrático da Universidade da capital do Equador.

15 — O Colégio Cardeal Leme, da cidade do Rio de Janeiro, comemora o 15.º aniversário de sua fundação.

15 — Noticia-se o encerramento do curso de peste, organizado em Pernambuco pelo Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Educação e Saúde.

15 — Iniciam-se as comemorações do 51.º aniversário da Escola de Engenharia de Juiz de Fora (Minas Gerais).

16 — Noticia-se que foi instalada em Salvador (Bahia) a sociedade "União Fiauense", de caráter cultural.

16 — Tem início a "Semana do Fazendeiro" na Escola Superior de Agricultura de Viçosa (Minas Gerais).

17 — Noticia-se que o governo do Paraguai aprovou em decreto-lei a nova organização do Ministério da Educação daquele país, para o preparo da qual contribuiu o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do M.E.S.

17 — O Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro, em cumprimento ao seu programa de difusão cultural, proporciona aos professores chilenos, e paraguaios, em estágio no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, uma visita aos municípios de Pádua, Friburgo e Itaocara.

17 — E' comemorado o cinquentenário do grupo escolar "Prudente de Moraes" da capital paulista.

18 — Noticia-se que o Grêmio da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo fundou uma escola de educação popular, com classes que funcionarão gratuitamente..

18 — Noticia-se que estão concluídos os planos e regulamento do Instituto Rio Branco, organizados pelo Ministério das Relações Exteriores, tendo colaborado nos trabalhos o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Saúde.

19 — Noticia-se que está funcionando todos os domingos na Escola Wenceslau Belo, Caminho Maria Angu (Distrito Federal) á Curso Prático de Fruticultura, organizado pela Sociedade Nacional de Agricultura.

19 — Noticia-sc que o Centro de Cultura Integral da Associação Cristã de Moços organizou novas turmas para o curso gratuito de alfabetização (Distrito Federal).

19 — E' instalada a Escola de Janguanum, no município de Mangaratiba (Estado do Rio de Janeiro).

19 — Noticia-se que foram organizadas bibliotecas em Nioaque, Miranda, Bela Vista, e Porto Murinho. no Território de Ponta Porã,

19 — A Divisão de Educação do Território de Ponta Porã remeteu a todas as escolas do Território, material escolar necessário para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino no corrente ano letivo.

19 — Estão em funcionamento as bibliotecas infantis dos grupos escolares de Maracaju e Mendes Gonçalves, no Território Federal de Ponta Porã.

20 — Toma posse no cargo de Secretário de Educação e Saúde do Estado da Bahia, o Dr. Antônio de Assis Coelho Borges.

20 — Iniciam-se cursos de alfabetização e ampliação de conhecimentos, para adultos e menores de 14 a 18 anos, no grupo escolar Felipe Camarão, em Caí (Rio Grande do. Sul)

21 — Foi fundado em Teresina (Piauí), pela Legião Brasileira de Assistência, o Abrigo de Nossa Senhora do Amparo.

21 — E' inaugurada uma classe especial pára débeis mentais, organizada pela Seção de Higiene Mental do Serviço de Saúde Escolar do. Estado de São Paulo.

22 — E' comemorado em São Luiz (Maranhão) o " Dia do Professor".

22 — E' criado o Centro de Estudos Pedagógicos em João Pessoa (Paraíba) que reúne of. elementos do magistério público do Estado.

.23 — O diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos fez entrega ao Ministro Gustavo Capanema de um estudo que servirá de base para fixação do critério de distribuição do Fundo Nacional de Ensino Primário entre os Estados, Territórios e Distrito Federal.

23 — Instala-se o Curso de Belas Artes do Museu Parreiras, em Niterói (Estado do Rio de Janeiro).

24 — O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos inaugura no seu " Museu Pedagógico" uma exposição sobre " Educação Superior nos Estados Unidos", apresentando obras editadas por várias universidades americanas.

24 — E' inaugurado em Ubá (Minas Gerais) o monumento em homenagem ao educador mineiro, engenheiro José Januário Carneiro (Dr. Fééas).

25 — Inicia-se, com a inauguração da Exposição Anti-Tuberculosa, a Semana Brasileira Anti-Tuberculosa.

25 — O S.E.N.A.I. inaugura em Vitória (Espírito Santo) um curso riipido de formação técnica para trabalhadores industriais e um curso de aperfeiçoamento para .operários de qualquer .profissão.

25 — E' aberto um curso noturno de alfabetização em Pontal (Estado do Rio de Janeiro).

26 — E' disputado, na cidade do Rio de Janeiro, o Campeonato Universitário de Atletismo.

26 — E' inaugurado grupo escolar em Alagoa Nova (Paraíba).

27 — Falece o professor José Antônio da Fonseca Rodrigues, lente da Escola Politécnica da Universidade de S. Paulo.

28 — Encontra-se em Belo Horizonte (Minas Gerais),¹ em viagem de estudos e de intercâmbio cultural, uma delegação de alunos da Escola de Belas Artes da cidade do Rio de Janeiro.

28 — Professoras da Escola Normal de Barbacena fazem excursão a Belo Horizonte (Minas Gerais).

29 — Notícia-se a criação de dez escolas primárias em municípios do Estado do Piauí.

30 — Foi estabelecido o "copo de leite" no grupo escolar Barão de Mauá, de Volta Redonda (Estado do Rio de Janeiro), por doação do Serviço de Subsistência da Companhia Siderúrgica Nacional.

31 — Segue para Vitória (Espírito Santo) uma delegação de alunos da última série do Curso de Desenho Técnico da Escola Técnica Nacional, para visita às fábricas, usinas e minas existentes naquele Estado.

31 — São instaladas escolas isoladas em Guassuzinho, Mabaubas e Jaguapiru, município de Dourados, e em Quebracho, município de Porto Murtinho (Território de Ponta Porã).

INFORMAÇÃO DO PAÍS

DISTRITO FEDERAL

Promovido pelos Diretórios Acadêmicos das Escolas de Engenharia do país, reuniu-se, no Rio de Janeiro, na primeira semana de outubro, o I Congresso Brasileiro de Ensino da Engenharia e Arquitetura. Os trabalhos tiveram, por fim, especialmente: a) democratização do ensino da engenharia e da arquitetura; b) planejamento para obtenção dos recursos financeiros para o custeio do ensino da engenharia e da arquitetura; c) estruturação do ensino da engenharia e da arquitetura, a partir da determinação dos tipos profissionais que mais interessam ao Brasil; d) formação do professor; e) formação do estudante.

As sessões plenárias foram realizadas no salão nobre da Escola Nacional de Engenharia, com grande afluência congressista.

GOIAS

O Estado do Goiás contava em 1939, no setor educativo, com 161 escolas isoladas, 20 grupos escolares, 6 escolas normais e um ginásio equiparado. Possui, no momento, 517 escolas primárias isoladas, 78 grupos escolares, 20 escolas normais e 16 ginásios reconhecidos, aguardando-se ainda, no corrente exercício, a criação de mais três estabelecimentos de ensino secundário.

MINAS GERAIS

Completo 25 anos de existência, em setembro último, a Escola Superior de Agricultura, com sede em Viçosa, estabelecimento que já tituló para as atividades rurais do país 1.097 profissionais, entre agrônomos, administradores rurais, médicos veterinários, técnicos diversos e mecânicos agrícolas.

PIAUI

Realizavam-se em Seregina festas comemorações pela passagem do centário da fundação dos cursos secundários no Piauí.

RIO DE JANEIRO

Foi fundada, com sede em Niterói, a União dos Professores Estaduais, que se propõe congregar o magistério fluminense com o fim de zelar pelos interesses da classe.

SÃO PAULO

Reuniu-se na última semana de outubro, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, o Congresso de Ensino Rural organizado pelas associações de ex-alunos das escolas normais de Casa Branca e Campinas.

O programa do Congresso foi o seguinte: A saúde da criança no meio rural; Formação do professor para a zona rural; Povoamento, assimilação de imigrantes e seus descendentes; O problema demográfico e a escola rural; O prédio escolar na zona rural, e Carreira do professor rural.

— Com a presença do embaixador norte-americano, professor Adolfo Berle Júnior, foi encerrado o Curso de Extensão Cultural, organizado pelo Departamento de Educação, do Estado, inaugurando-se, em seguida, a Exposição de Livros Educativos Norte-americanos.

— Por iniciativa de um grupo de professores e inspetores escolares, fundou-se a Associação Paulista de Educação, para os fins de estudo e debate de problemas pedagógicos.

TERRITÓRIO DO GUAPORÉ

O governo do Território transformou as escolas-reunidas de Guaporé Mirim em grupo escolar, dando, ao mesmo tempo, ao novo estabelecimento, a denominação de "Simão Bolívar", em homenagem às nações limítrofes da Amazônia, e pela independência das quais tanto batalhou o grande americano.

INFORMAÇÃO DO ESTRANGEIRO

BOLÍVIA

Existem na Bolívia seis centros universitários. A Universidade de Sucre, ou Chuquisaca, e cujo Instituto oficial e o da Universidade de São Francisco Xavier, foi fundada a 27 de março de 1624, pelo proposto provincial da Companhia de Jesús, Juan de Frias y Heran. Mantém faculdades de teologia,

direito, medicina, e odontologia, além de um colégio nacional, e uma escola normal.

Em 1831, foram fundadas as universidades de La Paz e a de Cochabamba. Posteriormente foram organizados novos centros universitários em Santa Cruz de la Sierra, Potori, Aruro e Tarija.

CHILE

Aproveitando a boa vontade do professorado chileno em participar ativamente e desinteressadamente da campanha de educação das massas analfabetas do país, criou-se o Corpo Cívico de Alfabetização Popular, subordinada à Diretoria de Educação Primária. O decreto, que rege a matéria, declara que a essa organização pertencerão " todos os cidadãos de espírito público que, havendo recebido os benefícios da educação, estejam dispostos a proporcionar os mesmos benefícios, a seus compatriotas analfabetos, para que, desse modo, se tornem membros convincentes da democracia".

FRANÇA

Para assegurar a unidade orgânica da educação nacional, a Comissão Ministerial de Estudos da Educação, em relatório ultimamente publicado, julga necessária a intensificação de formação pedagógica, quer nas escolas normais, quer nas seções de educação das universidades. Salienta, também, a conveniência de serem os estudos pedagógicos das escolas normais mais estreitamente relacionados com os das universidades. Preconiza, por fim, o estudo das realidades regionais do ensino, no que poderão cooperar os institutos agrícolas e as escolas técnicas.

ÍNDIA

A Comissão de Educação de Madras, subordinada à Comissão Geral de Reconstrução no pós-guerra, tem realizado esforços no sentido da difusão do ensino popular e da obrigatoriedade do ensino. De modo geral, recomen-

dou as seguintes medidas: extensão gradativa do ensino obrigatório a todas as crianças, sem consideração de castas; fiscalização dos preceitos de obrigatoriedade pelo Departamento de Educação; e estabelecimento de um corpo de fiscais, com poderes suficientes para tornar real a frequência isaulas.

INGLATERRA

Reuniu-se a 1 de novembro, em Londres, uma comissão de representantes das Nações Unidas, para o estudo definitivo das bases de uma Organização Internacional de Educação. O Brasil fez-se representar nessa importante comissão, havendo já declarado, também, que dará todo o apoio a essa futura organização.

— Na sessão da Organização das Nações Unidas, para o estabelecimento de uma entidade educacional e cultural, foi eleito presidente o ministro da Educação da Grã-Bretanha, Miss Ellen Wilkinson, e escolhido Leon Blum, ex-primeiro ministro da França, como presidente associado. Attlee, saudando os 47 delegados no salão de conferências do Instituto de Engenheiros Cívicos, declarou-lhes: "Das vossas deliberações depende o futuro desse entendimento comum que é a melhor garantia da paz".

Notou-se a ausência de representação soviética. Wilkinson anunciou, a semana passada, que os russos pediram um adiamento da formação da Organização Cultural e Educacional das Nações Unidas até depois do estabelecimento do Conselho Social e Econômico, mas não rejeitou o convite feito pelo governo britânico, em nome das Nações Unidas.

Foram eleitos 11 vice-presidentes, inclusive o antigo assistente do secretário de Estado norte-americano, Archibald MacLeish. Em oração que durou 15 minutos, Attlee, saudando os presentes, disse: "Na nova ordem mundial, para a qual nos encaminhavam, é essencial que tenhamos uma maquinaria apropriada para tratar dos assuntos relativos a cada um dos maiores setores de atividade humana. Isso se refere não somente ao campo especial da educação, em todos os seus ramos e em todos os seus estágios, mas engloba também e por completo o reino intelectual com os seus "vários estados e domínios formosos". "Em todos os países do mundo, devemos adaptar os seus sistemas educativos às novas condições e cada país pode aprender, por meio de consultas com outros, a enfrentar os seus problemas. Hoje, os povos do mundo são como ilhas que se lançam umas contra as outras sobre os mares do desentendimento. Quanto melhor se entenderem mutuamente, mais perceberão os seus pontos comuns e compreenderão por que e como com as suas divergências pegarão em armas uns contra os outros".

Wilkinson, eleito sem oposição para a presidência, por sugestão de Blum, por sua vez secundado por MacLeish, apelou para que a organização estabeleça "aquilo que jamais existiu — um amplo parlamento dos trabalhadores culturais de todo o mundo".

Os vice-presidentes — eleitos sob aclamações — foram o embaixador J. J. Moniz de Aragão, do Brasil, o antigo embaixador da China em Washington, dr. Hu Shih, D. Jaime Armillo-Aragon, da Colômbia, Raijku-

mari Amrit Kaur, da Índia, o professor Alf Sommerfeit, da Noruega, Jaime Torres Bode, do México, Czezlaw Wyczech, da Polônia, entre outros.

PERU

Em recente trabalho, o Dr. Baltazar Caranedo estima o número de crianças aronrais do país em três mil, sobre uma população infantil da seiscentos mil. Outras informações indicam que o Hospital Victor Herrera, de Lima, atendeu a 221 crianças anormais, nos últimos cinco anos. No total de diagnósticos, figura a debilidade mental em 30%, e a epilepsia com 28%.

RÚSSIA

Existem na U.R.S.S. cerca de sessenta grupos universitários, que conservam seu próprio idioma. Entre esses, encontram-se alguns, sem tradição de cultura escrita. O governo tem tomado a si a fixação de alfabetos próprios e a produção de textos escolares adequados, em cada caso. Por outro lado, as escolas tratam de ensinar o russo, como segunda língua, em todas as regiões do país.

URUGUAI

As escolas de Montevidéu têm tomado a si uma importante parte da intensa campanha desenvolvida pelas autoridades sanitárias contra a difteria. Os escolares têm auxiliado o censo de crianças vacinadas, e assistido a reuniões de educação sanitária todos os sábados.

BIBLIOGRAFIA

L'enseignement de l'hygiène dans les écoles primaires et secondaires. Publicação n.º 91, BUREAU INTERNATIONAL D'EDUCATION, 1945, Genebra, 166 pág.

O Bureau Internacional de Educação tem funcionado como um grande centro de documentação pedagógica, com relação a todos os países do mundo. Para isso, antes da guerra, além de reunir estudos editados em todos os continentes, de publicar um excelente boletim de informações e um anuário, vinha realizando inquéritos sistemáticos sobre os mais diversos aspectos de organização e administração escolar. Os resultados desses inquéritos têm sido divulgados em volumes que passaram a constituir manancial precioso para os estudos de educação comparada.

As dificuldades de comunicação, nos últimos anos, impuseram limites ao desenvolvimento desse programa que, no entanto, não foi interrompido. E' assim que agora aparecem várias publicações, entre as quais esta, que apresenta os resultados de amplo inquérito sobre o ensino da higiene, nas escolas primárias e secundárias, de 39 países, e entre os quais figura o Brasil.

O inquérito examina, em cada país, a posição do ensino da higiene, ou, mais amplamente, da educação da saúde, nos programas oficiais; seus objetivos; a constituição geral dos programas; os

métodos e processos empregados; a forma de preparação do pessoal docente; e ainda diversos outros aspectos de interesse administrativo.

Na maioria dos países, ou seja, em 34 sobre os 39 de que se colheram elementos de estudo, figura a higiene como disciplina de ensino obrigatório. Nas escolas primárias, de modo geral, não figura ela como ramo específico, mas, sim como parte, mais ou menos desenvolvida, dos programas de ciências naturais, das lições de coisas ou da educação moral. No ensino secundário, porém, a higiene constitui matéria autônoma, em 28 países.

Em 24 deles, o ensino da saúde é reforçado pela ação de instituições escolares, ou extra-escolares. Assim, na Argentina, Bélgica e Canadá, a ação da Cruz Vermelha se faz exercer em palestras e atividades periódicas de propaganda sanitária; na China, várias associações se empenham em atividades similares; nos Estados Unidos, a Associação Americana de Higiene Escolar e a Associação Americana de Higiene, colaboram com os estabelecimentos de ensino e, ainda com a Associação de Pais e Mestres.

Os objetivos do ensino, geralmente assinalados nos programas, são os de levar o aluno à aquisição de hábitos sadios; os de despertar a atenção para os problemas da higiene alimentar e da habitação; os de combater as tóxico-

manias e de fazer propagar as práticas do asseio e do exercício físico.

Em vários países, no entanto, além desses objetivos de proteção e conservação da saúde individual, o ensino da higiene visa a proteção e a conservação da saúde coletiva, da população local e da nação. E' o que se vê claramente dos programas da China, Egito, Estados Unidos, França, Guatemala, Haiti, México, Nicaragua, Romênia, Salvador e União Sulafriicana, e, ainda, de instruções e recomendações didáticas em uso em outros países.

Nenhuma diferenciaraõ vericou o inquérito do Bureau quanto ao ensino em escolas rurais e urbanas. O que observam os programas de vários países é que deverá adaptaçaõ aos problemas regionais, seja nas cidades, seja nos campos. Iguamente, na maioria dos países não há diferenciaçaõ do ensino quanto aos sexos, salvo quanto a noções de puericultura, especialmente destinadas a meninas das últimas classes de ensino primário, e a alunas do curso secundário.

No que respeita aos processos de ensino, nota-se que os problemas teóricos ainda ocupam lugar saliente. Contudo, em grande número de países, a reaçaõ para que a aprendizagem se revista de caráter prático, é também muito sensível. A questãõ, por outro lado, como fácil é compreender, está ligada à formaçaõ do magistério e às tendências gerais de todo o trabalho escolar. Onde existam, mais disseminadas, as idéias de ensino ativo, certo é também que a educaçaõ sanitária se faz de modo mais prático e, assim, mais eficiente. Recursos auxiliares, como os que proporcionem cartazes, projeções luminosas, cinema, concursos e associações infantis são, nesse caso, mais largamente experimentados.

Quanto ao professorado, deve-se notar que o ensino da higiene na escola primária, está entregue na maioria dos países aos professores comuns. Em alguns países, há professores especializados, em pequeno número, que com eles colaboram. De modo geral, porém, esse auxílio de orientaçaõ é dispensado pelos especialistas da inspeçaõ médico-escolar. Em 15 países, tem-se realizado, com caráter mais ou menos sistemático, cursos de aperfeiçoamento para os mestres primários.

Para as escolas secundárias, no entanto, a qualificaçaõ especializada dos professores tem sido sempre exigida. Na Bulgária, o ensino da higiene compete a médicos; na Guatemala, a médicos e estudantes de medicina; nos Estados Unidos e na Finlândia, a professores de história natural, ou a docentes devidamente qualificados, em cursos especiais.

A inspeçaõ do ensino da higiene, em 15 dos países de que se recolheu o material do inquérito, tem estado entregue a funcionários especializados. Na maior parte, porém, a inspeçaõ direta é a do ensino geral, e a de orientaçaõ didática tem cabido aos médicos escolares.

As informações referentes ao Brasil, preparadas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, ainda no ano de 1939, ocupam quatro páginas, e insistem sobre a diversidade da situaçaõ da educaçaõ sanitária, segundo os Estados e seus recursos. Faz também referênciã especial ao trabalho das "educadoras sanitárias", no Estado de São Paulo.

A leitura atenta do volume mostra que, de forma geral, a orientaçaõ existente em nossas escolas primárias acompanha o ritmo de progresso de outros países, havendo necessidade, porém, de maior intensificaçaõ do ensino,

mais completa preparação de mestres e organização de material adequado.

Pena é que o inquérito tenha sido realizado antes do I Congresso de Saúde Escolar, reunido em São Paulo, em 1942. A documentação colhida nessa reunião de estudos teria sido digna de apreciação pelo Bureau, quer pela orientação adotada em relação a muitos deles.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. publicação do Departamento de Educação do Estado de Pernambuco, vol. IX, janeiro a março de 1945, 61 pág.

Publica a seguinte matéria: — *Eteltno Lins de Albuquerque*, Discurso de posse; Discurso pronunciado no banquete oferecido a D. Miguel de Lima Valverde; *Miguel de Lima Valverde*, Discurso em agradecimento ao banquete oferecido ao autor no dia de seu Jubileu Sacerdotal; *Arnóbio Tenório Vandelri*. Discurso de entrega a seu sucessor da Secretaria do Interior de Pernambuco; *José Carlos Cavalcanti Borges*, Padronização dos Labirintos de Porteus; *Maria do Carmo Costa e outras*, Importância a leitura oral; *Zulmira de Paula Almeida*, Necessidade do estudo da economia doméstica; Orientação das bibliotecas escolares; Legislação estadual do ensino.

FORMAÇÃO, n.º 87, outubro de 1945, Rio de Janeiro, 96 págs.

Publica a seguinte matéria: — O ensino comercial em nível superior; Verbas para a educação; *Lourenço Filho*, Orientação educacional; *Sandra Cavalcanti*, Voltaire e o meu leiteiro; *Plínio Leite*, A estrutura ideal do ensino secundário brasileiro; *Germano Muller*,

O patrimônio das verdades cristãs à luz da inteligência humana; 9.º Congresso Brasileiro de Educação; *Tristão de Athayde*, A carta brasileira de educação democrática; *Brigadeiro Eduardo Gomes*, A educação nacional na opinião de um candidato à presidência da República; A educação nos Estados; Legislação federal do ensino.

EDUCAÇÃO, órgão da Associação Brasileira de Educação, ns.º 19 e 20, janeiro a dezembro de 1944, 102 págs.

Publica a seguinte matéria: — *Antônio Carneiro Leão*, Heitor Lira; *Elisa Dias Veloso*, Firmino Costa; *Mário Paulo de Brito*, Ferdinando Labouriau Filho; Afrânio Peixoto, Antônio Augusto de Azevedo Sodré; *França Campos*. Primitivo Moacir; *Armando Hildebrand*. Professor João Augusto de Toledo, um educador brasileiro; *Antônio Victor de Sousa Carvalho*, *Francisco Carlos da Silva Cabrita*; *José Augusto Bezerra de Medeiros*, Vicente Licínio Cardoso; *F. Venâncio Filho*, Azeredo Coutinho; *Lucília Tavares*, Fernando Nereo de Sampaio; *Celso Kelly*, Fernando Magalhães; *Branca Fialho*, Manuel Amoroso Costa, *Saul de Gusmão*, José Rangel; *Dulcie Kanitz Viana*, Dr. Abílio Cesar Borges — Barão de Macaúbas (1824-1891); *Celina Airlie Nina*, Maria Guilhermina Loureiro de Andrade; *Tobias Moscoso*, João Kopke; *Manoel Marques de Carvalho*, Antônio Caetano de Campos; *Jonathas Serrano*, José de Anchieta; *F. Venâncio Filho*, Lysimacho da Costa; *F. Venâncio Filho*; Prof. João Pedro de Aquino; *Christovam Leite de Castro*, Goiânia, a mais nova capital brasileira; *Delgado de Carvalho*, S. Paulo, a Cidade das Indústrias; *Lindalvo Bezerra dos Santos*, Campos do Sul; *Fábio Ma-*

cedo Soares Guimarães. O vale da Paraíba; *Orlando Valverde*, O porto de Santos; *Lúcio de Castro Soares*, O vale do rio Doce; *Lima Figueiredo*, As "Sete Quedas"; *Alberto Rangel*, A Jangada; *Manoel Bandeira*, Ouro Preto, "Cidade do Ouro"; *Francisco Venâncio Filho*, A cidade de Euclides — São José do Rio Pardo; *Alberto Rangel*, A Cordilheira Marítima; *Alberto Rangel*, Viajando pelo Rio Amazonas; *José Augusto*, Natal — "Front" Extremo da América; *Gilberto Freyre*, Recife, cidade dos canais; *Orlando M. Carvalho*, O rio S. Francisco; *Afrânio Peixoto*, "Árvores e flores de Petrópolis"; Notas e Informações.

ATRAVÉS DE REVISTAS E JORNAIS

VELHAS E NOVAS UNIVERSIDADES

Em tempos normais, antes da guerra, as Universidades da Grã Bretanha tinham uma população residente de 50.000 estudantes. Três quartas partes desse total era constituído por homens, o que equivale dizer que em cada 900 habitantes — no total de 45 milhões — havia um estudante universitário. Os 50.000 estudantes distribuíam-se, e ainda se distribuem, em quatro grupos principais de Universidades, cuja importância numérica, superior a 10.000 e inferior a 15.000, equilibra-se perfeitamente. Um desses grupos, o mais antigo mas não o maior, era formado por Oxford e Cambridge, cuja existência remonta ao ano 1.200. O segundo era composto pela Universidade de Londres, com um século apenas de história, mas tão importante que merece ser considerado um grupo a parte, pois que normalmente assistem a suas aulas, cerca de 13.000 estudantes. O terceiro grupo é constituído pelas oito Universidades criadas recentemente em outras tantas cidades inglesas, e finalmente, o quarto grupo constitui-se pela Escócia, Gales e Irlanda do Norte, incluindo as quatro antigas Universidades escocesas: Aberdeen, St. Andrews, Edimburgo e Glasgow. Em Oxford e Cambridge os estudantes vivem em residência e seguem o sistema "tutoria!" em sua instrução. De certo

modo, são instituições aristocráticas, porque atraem a nata intelectual do país. Não se nutrem, entretanto, exclusivamente da intelectualidade seleta das altas classes sociais. Ao contrário, quase a metade dos estudantes recebem auxílio econômico por meio de bolsas de estudos, sem as quais não poderiam residir na Escola. A Universidade de Londres consiste em determinado número de Escolas, algumas das quais têm as dimensões e o prestígio de verdadeiras universidades. Entre elas destacam-se o Colégio Universitário e o Colégio Real ambos abrigando várias especialidades. Nessa Universidade pode-se estudar qualquer carreira, tendo o estudante a vantagem de residir em uma grande capital onde existem bibliotecas, museus e outras facilidades. As oito Universidades que formam o terceiro grupo diferem da de Londres, das de Oxford e Cambridge, porque são "unitárias". Em geral a vida e os estudos são idênticos ao sistema londrino, mas apresentam algumas vantagens peculiares, porque estão estreitamente ligados à vida civil e aos problemas locais. Londres é demasiado populosa para estabelecer essa relação, *r.* além disso as cidades onde existem essas universidades oferecem facilidades e cursos que não se encontram em outras. AS Universidades escocesas diferem das outras, na grande importância atribuída à educação geral sobre a es-

pecialidade, o que aliás, não impede que tenham alcançado grande preeminência em determinados ramos do saber. A de Edimburgo, por exemplo, é justamente admirada pelos seus cursos de medicina. As de Gales e da Rainha, situada em Belfast estão incluídas nesse grupo. Embora de criação recente, essas Escolas têm enorme freqüência e o nível de seus estudos é o mais elevado que se possa admitir. — ERNEST BARKKER (*A Noite*, São Paulo) .

O CANTO ORFEÔNICO COMO FATOR DE EDUCAÇÃO

O canto orfeônico, tal como existe no Brasil, na qualidade de disciplina obrigatória entre as que constituem os programas de ensino pré-primário, primário, normal, ginásial, industrial e comercial é um novo sistema de educação social pela música, utilizando-a como poderoso fator associativo dos homens, no sentido de desenvolver-lhes o sentimento de colaboração, de fazê-los sentir a precedência dos interesses coletivos sobre as prerrogativas individuais, sem prejuízo, sem sacrifício da personalidade de cada um.

Essa extraordinária força de congregação que se atribui à arte dos sons é universalmente reconhecida e posta à prova desde os tempos imemoriais. Em seu precioso livro "La Musique — ses lois et son évolution", Jules Combarieu nos dá conta de numerosos exemplos observados entre camadas as mais diferentes da sociedade, de utilização da música como fator dinamogênico na comunhão dos homens.

Mas, indaguemos, como o pode fazer o curioso leitor: por que, de todas as manifestações da atividade musical, escolher particularmente o canto orfeônico, como fator de solidariedade? Por

que não a música sinfônica, as grandes páginas de Beethoven e outros mestres clássicos? Por que não a música para piano que, como aquela, inclui obras primas, dentre as mais belas das que foi dado ao homem conceber? Indaguemos, mesmo, por que não o tanto coral que é incontestavelmente mais significativo como arte musical do que o canto orfeônico?

Antes de responder estas indagações façamos, em troca, e com a devida venia do leitor, mais uma pergunta: por acaso, alguém que constituísse um caso excepcional já se iniciou na literatura lendo o "Fausto", a "Divina Comédia", o "Contraponto" ou "Jean Christophe"? Não será mais acertado começar pelos contos de Grimm, de Monteiro Lobato e outras obras mais acessíveis e indicadas para a infância? Será justo iniciar o estudo da Matemática pelo cálculo infinitesimal ou mais simplesmente pelas equações irracionais? Em geral não se começa pelas quatro operações, às quais, no fundo, se resume toda a ciência dos números? Enfim, não é mais inteligente começar a subir uma escada pelos primeiros degraus?

Estas considerações explicam porque se escolheu o canto orfeônico como fator de educação musical. As grandes obras sinfônicas e de câmara e da literatura pianística representam um estágio superior da arte dos sons, cuja assimilação, não sendo absolutamente privilégio de eleitos sociais (que às mais das vezes as admiram por conveniências também sociais...) exige, todavia, — quando não uma educação orientada no sentido do desenvolvimento do bom gosto, pelo menos um convívio constante com a música erudita. O canto coral está nas mesmas condições. Sendo a mais elevada expressão da música vocal em conjunto, pressupõe a

sua prática possibilidades técnicas especiais, estudo orientado particularmente nesse sentido.

Isto posto (e trata-se de verdades conhecidas por qualquer pessoa que se tenha dedicado sinceramente ao estudo do assunto) convenhamos em que não existem no Brasil estas condições necessárias à educação pela música através das obras transcendentais. Aliás, chegamos, também, à conclusão de que se tais condições existissem estaríamos num estágio de desenvolvimento artístico-musical tão satisfatório que o problema deixaria de existir.

O canto orfeônico, ao contrário, age sobre a coletividade, sem discrepâncias. Não cuidando somente do aspecto artístico da música, aproveita, (como consta da orientação dada aos professores) mesmo, os alunos pouco dotados de musicalidade e até os que são inteiramente alheios à música, por insuficiência de acuidade auditiva, dos quais trataremos noutro artigo.

Quem já assistiu ao trabalho anônimo de um conjunto orfeônico escolar e não somente às demonstrações públicas, perceberá facilmente como evolui a reação dos alunos da simples e fria indiferença ou da ostensiva atitude de desagrado ao sentimento de disciplina por compreensão de sua utilidade, ao gosto e à facilidade de colaborar para um fim comum. — ("Correio da Manhã", Rio).

O PALÁCIO DA EDUCAÇÃO

Inaugura-se amanhã, oficialmente, o Palácio da Educação. O imponente edifício da Esplanada do Castelo, de formas tão singulares, é, indubitavelmente, uma obra de arte que os arquitetos do mundo inteiro apontam como uma das mais notáveis realizações da

engenharia moderna. Opiniões das mais abalizadas da arquitetura apontam o Palácio da Educação como uma realização que honra a arquitetura brasileira, e, dentro das suas características modernistas, o majestoso edifício da sede do Ministério da Educação é a concretização de um velho sonho do ministro Gustavo Capanema, que tem sido, entre nós, um animador da arte moderna.

O edifício do Ministério da Educação possui inimigos. Muitos, em certa época, achavam que aquilo era comunismo. Houve quem olhasse de cima o edifício e visse nele a intenção de desenhar uma foice e um martelo. Hoje, talvez já estejam dizendo que parece mais um sigma ou uma cruz swastica, pois o que tal espécie de gente quer é atacar, sem olhar méritos. Pelo simples prazer de atacar. Até apelidos foram postos no prédio. Mas, amanhã, o Sr. Gustavo Capanema deverá ter um dos seus dias mais felizes, vendo oficialmente inaugurado o edifício que tanta dor de cabeça lhe deu, mas é, sem dúvida alguma, uma realização que nos honra e nos eleva. Talvez, e esta é a única restrição que fazemos ao Palácio da Educação, tenha havido um certo desperdício de espaço ou de terreno. pois as repartições do Ministério não cabem, realmente, no prédio, mas é possível que exista alguma justificativa de ordem superior para esta falha. O acabamento, as obras de arte do Palácio da Educação e as suas instalações realmente perfeitas tinham que sacrificar até um certo ponto o espaço.

A galeria e o auditório do Palácio da Educação já têm servido de palco a manifestações culturais bem interessantes. Agora mesmo estão ocupados pela missão artística francesa, e, diariamente, apresentam ao público oportunidades culturais das mais apiauid-

das. Precisava urgentemente o organismo da cultura nacional de instalações condignas que fossem, ao mesmo tempo, demonstrações do nosso desenvolvimento artístico. Lá estão obras de arte magníficas — arte moderna, pois assim é todo o edifício — para serem apreciadas pelos brasileiros e pelos estrangeiros ilustres que nos visitarem.

A imprensa já descreveu, com detalhes, o que é o edifício que obedeceu a longos e cuidadosos estudos de arquitetos brasileiros. É uma realização que o Sr. Gustavo Capanema pode apontar com satisfação, pois honra o nosso desenvolvimento artístico e é devida exclusivamente à sua pessoa. A inauguração faz-se numa data justa: na data da Revolução de 1930. Com a revolução foi criado o Ministério da Educação e vinham muitas esperanças hoje de certo modo desfeitas. Por certo que o Ministério da Educação não fez tudo quanto dele se esperava depois da sua criação, mas culpemos menos os titulares que tivemos na sua direção do que a falta de interesse geral pelo problema básico do Brasil, pelo muito que deixamos de realizar. Ninguém fará educação no Brasil sem contar com o apoio de todos: dos de cima e dos de baixo. Só teremos mesmo educação quando mobilizarmos a nação para a educação!

O Sr. Capanema construiu o Palácio da Educação. Esta é uma realização que ninguém lhe tirará. E merece aplausos. — FERNANDO TUDE DE SOUSA ("O Jornal", Rio).

BIBLIOTECAS E MUSEUS NO INTERIOR

São grandes os anseios de cultura das elites mais esclarecidas do interior do Estado. Tem sido enorme o es-

forço despendido por inúmeros pioneiros nesta ou naquela cidade, no sentido de fundar e manter associações de cultura artística ou literária, de promover concertos e conferências, de ativar, enfim, o cultivo da arte e do saber, seja de dignificar os ócios da ociosidade. Exemplos disso são o movimento que se realiza em Limeira ao sentido de se dar corpo e energia à "Casa de Cultura", o grande concurso pianístico que está sendo realizado em Jaboticabal e incontáveis outras iniciativas de outras cidades.

Fundar associações, museus e bibliotecas não é muito difícil. A nossa gente tem sempre suas energias prontas para pô-las a serviço de quanto se lhe assemelha belo e bom. Mas, em geral, à maioria falta a constância e a tenacidade quase" bovina dos nórdicos. Muitos logo se cansam. Alguns maliniziam. Só alguns heróis privilegiados conseguem manter a moral do grupo, a fim de que persiga, sem esmorecimento, os objetivos, que no primeiro momento pareceram tão belos e atraentes. A esses muito se deve o que se tem feito por aí.

Exemplo de realização que se acaba mesmo antes de se iniciar é o Musett e Biblioteca de São João da Boa Vista. Quando da administração do Sr. José Procópio, lavrou S.S., uma decreto criando o Museu e a Biblioteca da cidade. Foram também nomeados membros da Comissão competente e todos empossados nos seus cargos. Até agora, porém, nada mais se ouviu dizer da interessante iniciativa. Já lá vai um ano e estão todos esperando a instalação de tão útil instituição de cultura. São João da Boa Vista, cidade à qual não faltam homens de inteligência e saber, está absorta diante dessa inexplicável atonia. Todos esperam do atual¹ Prefeito seus bons ofícios no sentido de-

se ver funcionar em breve o Museu e Biblioteca da cidade, porque não vai bem que essas coisas só existam no papel. ("Folha da Manhã", São Paulo).

O SÉCULO DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE

As duas últimas grandes guerras salientaram a excepcional importância da educação e da saúde na dinamização tanto dos recursos indispensáveis para vencer a guerra quanto para vencer a paz.

O ritmo da marcha da reconstrução das nações depende direta e indiretamente do grau de cultura e das condições de saúde das suas populações. As atuais gerações são herdeiras dos graves compromissos da manutenção da paz e da reconstrução do mundo. E, para que possam desempenhar com eficiência as delicadas tarefas que lhes estão reservadas, é fundamental que cada nação cuide com intenso e particular interesse da educação e da saúde de seus filhos, sobretudo das crianças, mesmo porque não pode haver educação sem saúde nem saúde sem educação.

No Brasil, cuja população apresenta condições de saúde e de educação ainda bastante deficientes, o problema avulta de importância e sua solução somente poderia ser bem conduzida se fosse orientada no sentido da formação da criança, pois a educação integral da população é tarefa difícil, se não impossível entre nós.

Os educadores, regra geral, sustentam que no Brasil existe um único grande problema: o da educação; os sanitaristas, por sua vez, defendem, também, um ponto de vista unilateral: há um só problema a vencer, afirmam eles — o da saúde.

A realidade é que ambos os problemas apresentam a mesma importância e estão interrelacionados: ensinar higiene a um povo analfabeto é tão improficuo como alfabetizar um povo doente.

Tanto é improditivo o analfabeto sadio quanto o alfabetizado doente. Não basta alfabetizar. É preciso, é indispensável a educação integral no sentido da valorização cívica, social, física e econômica do homem. Educar o espírito e o corpo. Ensinaí' para vencer, para viver, e não para vegetar na ignorância e na doença.

Infelizmente, entre nós, o ensino de higiene no currículo escolar é deficientíssimo. Essa deficiência se inicia no próprio preparo do professorado, pois o ensino de higiene nas escolas de formação de professores é de tal maneira deficiente que os futuros mestres não ficam preparados para transmitir a seus alunos rudimentares princípios de medicina preventiva, individual ou coletiva. No entanto, a escola deveria ser o melhor instrumento de ensino de higiene, de educação, da saúde. Educar e higienizar são os únicos meios capazes de melhorar física e espiritualmente a nossa gente.

O ensino de higiene nas escolas de todos os graus deveria ser o da "higiene em ação". Higiene individual, doméstica e coletiva: ensinar arte culinária, ensinar a comer, a tomar banho, a dormir, a calçar os pés, a cuidar dos cabelos, das unhas e dos dentes; ensinar a se defender das doenças transmissíveis como a malária, as verminoses, e outras endemias facilmente evitáveis pela educação higiênica; ensinar a se alimentar para evitar a fome crônica — quando a nossa gente poderia dispor de vegetais nativos, riquíssimos em substâncias nutritivas se

tivesse o suficiente estímulo dado pela educação sanitária.

O nosso desprezo pelo ensino de higiene é tal que até as escolas agrícolas não dispõem de cadeiras de higiene. No entanto, o agrônomo no seu diuturno convívio profissional com as populações rurais deveria ser também seu monitor de higiene e de saúde.

E' incrível que em pleno século da medicina preventiva o problema da mortalidade infantil avulte entre os nossos problemas médico-sociais. De 1931 a 1935, a média geral da mortalidade infantil até um ano de idade nas principais cidades norte-americanas e européias foi de 66 por mil, enquanto no Rio de Janeiro atingiu a 173 por mil, no mesmo período — quase três vezes mais! Tanto mais grave ainda, porque o coeficiente médio de fetos nascidos mortos no Rio de Janeiro, no período de 1903 a 1938 foi de 76 por mil. A nossa mortalidade infantil é tão elevada que Oscar Cark afirma: "A natalidade, entre nós, é farta, mas o abandono em que faz a criança e a ignorância das mães ceifam tantas vidas em flor que quase não vale a pena ter filhos, no Brasil". A baixa densidade demográfica, a grande extensão territorial, a dispersão das populações, a deficiência dos meios de transporte e de comunicação criam a instabilidade econômica e dificultam sobretudo a campanha nacional de assistência social. Todavia, por mais árdua que ela seja, urge traçar, com firmeza, e sem solução de continuidade, um programa de âmbito nacional capaz de salvar e de amparar dezenas de milhares de crianças que morrem anualmente num país já tão desfalcado de habitantes. Não basta reduzir a mortalidade, é indispensável, outrossim, promover a educação integral da criança sobrevivente para que ela possa ser cidadão física

e socialmente capaz e produtivo. Essa magna aspiração nacional só poderia ser satisfeita de início pela educação integral, pela escola ativa, onde fosse ministrada a educação cívica e sanitária a par da assistência médica e dentária. O escolar seria então o monitor de higiene e de saúde no seio da família. Para isso, cada unidade escolar, de todos os graus, seria provida de recursos pedagógicos e médicos — seria uma "Escola-Hospital" ou, melhor ainda, uma "Escola-Preventório", onde se cuidaria tanto da saúde do corpo como da saúde do espírito.

Não temos os problemas das doenças que provocam graves defeitos físicos entre as crianças em idade escolar nos Estados Unidos, na Inglaterra, e em outros países caropeus. Às doenças que afetam as nossas crianças são, em sua maioria, facilmente evitáveis e curáveis. No entanto, no Rio de Janeiro, para só citarmos a capital federal, as crianças em idade escolar são dizimadas pela sub-nutrição, pela tuberculose, pela sífilis, pelas verminoses, e por outros males que poderiam ser evitados sem maiores dificuldades.

Estamos festejando a "Semana da Criança" — que novas e eficientes iniciativas de âmbito nacional sejam realmente levadas a efeito, porque, parodiando Augusto de Saint Hilaire: ou o Brasil vence a mortalidade infantil ou a mortalidade infantil vence o Brasil. — A. GAVIÃO GONZAGA ("Correio da Manliã", Rio).

O I CONGRESSO DE ENSINO RURAL

Iniciativa feliz e digna de entusiásticos aplausos é essa de que se vem ocupando a imprensa e que se deve às associações de ex-alunos das escolas normais de Campinas e Casa Branca.

Numerosas teses serão debatidas nesse conclave, tendo a equipe campineira se encarregado de organizar os trabalhos estatísticos e representativos que se fizerem necessários à exata compreensão dos problemas a serem focalizados pelos professores paulistas durante aquele torneio, cujo elevado alcance dispensa qualquer louvor.

A educação rural será o grande objetivo do congresso, e esse simples fato bastaria para realçar a sua magnitude, quando outros motivos, igualmente merecedores de exame, não estivessem militando em prol de uma reunião como a que se projeta, sob o alto patrocínio do Departamento de Educação.

O espírito conservador do homem do campo, a tenacidade com que se apega à terra, o desejo obstinado de viver junto à gleba — longe das diversas tormentas de idéias e pensamentos que, afastando o homem das fontes nativas, dele fazem um peregrino insaciável e um irrequieto universalista — está sofrendo o influxo do cosmopolitismo das cidades, donde a urgência de intervir e obviar a situação.

O que se deseja é fazer fracassar o individualismo e impedir que a fascinação da riqueza fácil venha deturpar o traço característico da nossa gente do campo. Para um trabalho desses, necessário se faz agir com prudência e perspicácia e demonstrar que há uma cultura que pode ser levada à hinterlândia, fundada igualmente na economia, no conforto, na inteligência, e tão capaz de fazer feliz o homem no campo como a que o felicita nas cidades, se é que a luta brutal pela vida, a riqueza material e a vida pragmática constituem traços de felicidade...

Vão os professores demonstrar, em sua conferência de Campinas, que a civilização a que devemos aspirar é aquela que justamente pode concorrer

para a grandeza do Brasil. Esta não é somente a civilização citadina, plasmada aos sons das sirenas, dos "klaxons", das vozes vindas do fundo das oficinas; mas, também, a que nasce e se desenvolve ao contato direto com a terra, dos que possuem a alma sertaneja, "por uma expressão literária carregada de eflúvios do meio, rude e despenteada, saborosa, espontânea, bárbara e colorida".

No seu constante labor pela grandeza sempre crescente de São Paulo e do Brasil, querem os professores bandeirantes abrir um espaço, para que nele possamos inscrever mais este esforço patriótico inteligente pela fixação do homem ao seu "habitat", condição essencial ao restabelecimento da cadeia dos nossos destinos econômicos.

Oxalá sejam felizes os nossos mestres, traçando a São Paulo os melhores rumos a seguir na sua política educacional. — (*"A Noite"*, São Paulo).

O RADIO E A EDUCAÇÃO

Maravilhosa conquista da ciência, o rádio, ou melhor, a radiofonia, é hoje um dos confortos indispensáveis à humanidade, conseguindo alcançar o primeiro posto como veículo rápido de comunicação entre os povos, pois eliminou a barreira da distância e suplantou os obstáculos de terra e mar, graças ao prodigioso uso das ondas hertzianas.

Não há lar, por mais humilde que seja, em qualquer país do mundo, que não disponha do seu aparelho receptor, em torno do qual a família se reúne, religiosamente, todos os dias, para ouvir as notícias de maior interesse ou entreter-se com um pouco de música ou teatro.

A facilidade criada pela moderna prática comercial das vendas a prestações

contribuiu, inegavelmente, para a popularidade da rádio-difusão, tornando acessíveis a todas as bolsas a posse de um receptor.

E' natural, por isso, que se considere a importância da radiofonia na educação do povo e se torne preocupação constante dos estudiosos dos problemas sociais a fixação de diretrizes que mantenham o rádio a coberto de explorações demagógicas e de perversões de sentido, capazes de influir prejudicialmente no espírito popular.

Ao mesmo tempo, as autoridades compreendem o dever de valorizar mais a eficiência dos programas radiofônicos, cooperando para que eles sejam criteriosamente organizados e venham a constituir, de fato, elementos de difusão cultural, facilitando a afanosa missão dos mestres e o conhecimento de obras que somente se podem ter à mão no recinto das bibliotecas dos grandes centros.

Essa orientação é a que todos desejam ver adotada em nosso país.

Já se fala em criar um imposto sobre os aparelhos de rádio, destinando-se a auxiliar as estações emissoras. Espera-se para breve a decretação do código das atividades radiofônicas. Tudo isso revela que se mantém o propósito de expedir novas medidas no sentido de melhorar as condições do nosso "broadcasting".

Da oportunidade de uma intervenção oficial ainda mais firme, com fins moralizadores, na maior parte das estações nacionais, é o povo o melhor juiz. Infelizmente, salvo honrosas exceções, ainda há quem se dedique apenas a irradiar inconveniências e tolices, abusando da impunidade até hoje conferida aos programadores de rádio e deturpando as finalidades educativas desse' maravilhoso ramo da ciência.

E' mister, pois, reconduzir os transviados ao bom caminho. E esse, certamente, é o objetivo das medidas governamentais, que se acham em preparo. — ("*Correio Paulistano*", São Paulo).

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE VIÇOSA

A Escola Superior de Agricultura do Estado de Minas Gerais, com sede em Viçosa, completou, em setembro último, o 25.º aniversário de sua fundação. Criada em virtude da Lei n.º 761, de 6 de setembro de 1920, e inaugurada em 1926, desde logo cuidou da formação de técnicos para a lavoura e realizou pesquisas no sentido de melhorar as condições da agricultura e da pecuária. Em 1928 dava ao Brasil a sua primeira turma de administradores rurais, seguindo-se a esta as turmas de técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos e médicos veterinários. Desde a sua criação tem a Escola de Viçosa desenvolvido em nosso meio agro-pecuário importantes atividades, com o objetivo de melhorar o padrão de cultura e a vida dos nossos habitantes rurais.

Para orientá-la, sob o ponto de vista pedagógico, o governo mineiro de então mandou buscar nos Estados Unidos um técnico de reconhecida competência, o qual lhe deu uma organização, em tudo semelhante à das mais modernas escolas norte-americanas. Esse técnico foi o saudoso Dr. Peter Henry Rolfs, especialista em Citricultura e uma das maiores autoridades em matéria de ensino na Flórida.

Segundo divulga o Ministério da Agricultura, durante esses 25 anos de existência, a Escola de Viçosa já forneceu à nossa lavoura 1.097 profis-

sionais titulados, tendo passado por seus cursos 1.753 alunos das mais várias procedências. Desses 17.097 profissionais, contam-se 172 agrônomos, 458 técnicos agrícolas, 275 administradores rurais, 12 técnicos em sericultura, 87 sericultores, 20 técnicos em algodão, 35 mecânicos agrícolas e 38 médicos veterinários. Essas cifras já demonstraram que a Escola de Viçosa, através da influência de seus técnicos, muito tem concorrido para modificar o panorama da vida rural brasileira. Além disso, a fim de tornar cada vez mais eficientes os seus cursos, aquela Escola vem realizando um plano de melhoramento do seu corpo docente, mandando todo ano alguns de seus professores para se especializar nos Estados Unidos. Já 15 de seus lentes passaram pelas mais famosas escolas norte-americanas.

Graças à sua organização, a Escola de Viçosa tem os seus cursos reconhecidos por 33 estabelecimentos congêneres, dos Estados Unidos e da Europa.

Além do ensino normal, distribuído pelos seus vários cursos, a Escola ainda cuida do ensino extensivo, através da sua já célebre "Semana do Fazendeiro", durante a qual reúne agricultores de todos os recantos de Minas e de outros Estados para os cursos rápidos e práticos de uma semana. Há 17 anos que vem realizando essa reunião, para cujos trabalhos já se inscreveram 15.538 agricultores, tendo comparecido aos seus cursos cerca de 11.271. Isso prova que a ação da Escola de Viçosa não se tem limitado ao âmbito restrito de seus cursos regulares, mas tem ido além, isto é, até as nossas fazendas, através desse serviço de extensão agrícola, que tão bons resultados tem dado na América do Norte. No intuito de interessar a mulher, principalmente a educadora nos problemas rurais, reali-

zou, também, a Escola, durante anos sucessivos, cursos de três meses, aos quais compareceram 943 senhoras. — ("*Jornal do Comércio*", Rio).

A UNIVERSIDADE DE KENTUCKY

Kentucky não é um Estado grandenem em área nem em população. Tem cerca de 90.000 km² e 3.200.000 habitantes, e apenas uma cidade com 350.000 almas. Possui várias escolas superiores, em outras cidades, mas a Universidade estadual está localizada em Lexington, cidade de 65.000 habitantes, e foi fundada em 1866 em consequência da lei federal Morris, de 1862, que concedeu terras públicas aos Estados para a formação de cursos superiores, de agricultura e artes mecânicas. Em 1885 foi criado o serviço de experimentação agrícola, a ser conduzido pela Estação Experimental que funciona junto à escola. Também o serviço de Fomento Agrícola, aqui denominado Serviço de Extensão, está incorporado à Universidade. Funcionam os três ramos sob a responsabilidade do presidente da Universidade, auxiliado por vários decanos e diretores.

O ensino compreende as escolas de Direito, Engenharia, Artes e Ciências, Educação, Comércio, Agricultura, Economia Doméstica (para moças) e o curso de aperfeiçoamento, chamado curso de graduados, onde os finalistas de todos os cursos se preparam para obter os diplomas de "mestre em ciências", em um ano, ou o de "doutor em filosofia", após três anos de aperfeiçoamento. Em geral, os cursos são de quatro anos, findos os quais o aluno pode seguir os cursos para graduado, facultado a quase todos Os cursos mantidos pela Universidade.

O órgão supremo é o Conselho Diretor, composto de 15 membros, não remunerados, que se reúne todos os trimestres. O Conselho nomeia dentre seus membros uma Comissão Executiva de cinco membros, que se reúne mensalmente.

O Conselho Diretor é constituído na seguinte forma: 12 membros nomeados pelo governador, sendo que nove são pessoas independentes, que se dedicam a negócios particulares, e três são indicados pelo secretário da Agricultura. Os outros três são eleitos pelos antigos alunos, residentes no Estado e que votam por correspondência. Estes 12 membros são renovados cada dois anos em sua terça parte, sendo o mandato de seis anos. Os professores não fazem parte do Conselho, o que tem sua razão de ser, pois são parte interessada. Fazem ainda parte do Conselho, "ex-officio", o que não acontece em algumas outras universidades, o governador, o secretário da Agricultura e o diretor da Instrução Pública.

Entre outras funções, cabe ao Conselho nomear os professores depois de serem indicados pelo presidente da Universidade, fixar-lhes a remuneração, que não é igual para todos, e discutir e fixar o orçamento apresentado anualmente pelo presidente. Este é de nomeação do governador. Não há direitos nem cargos vitalícios no professorado. E' o valor e a eficiência que os conservará no cargo. Os bons mestres são aqui considerados e disputados, pois dão renome à Universidade. Quando conquistam reputação por seus trabalhos e livros, são muitas vezes convidados para outras Universidades mediante mais alta remuneração. E' uma competição entre as universidades.

Como na indústria e no comércio, todos procuram ter e conservar os homens mais capazes.

A universidade ocupa cerca de 280 hectares à beira da cidade, compreendendo mais de 50 edifícios. O conjunto de edificações para o ensino, laboratórios, biblioteca e dormitórios, estende-se por 36 hectares inteiramente ajardinados em parque e formando o que eles chamam "campus" (campo) e que constitui sempre motivo de orgulho. Nas quatro Universidades que visitei, sempre se referem ao "campus" com carinho, quer professores, quer alunos. Um edifício próprio, de três andares, abriga a biblioteca com 500.000 volumes e inúmeras revistas; parte dos livros é unicamente para consulta e maior parte é emprestada livremente a todos.

Os 245 hectares restantes são utilizados pela Estação Experimental, sendo 40 hectares para agricultura e 205 para criação. Na seção de agricultura, cerca de 15 profissionais conduzem experiências com as culturas apropriadas ao Estado, e que vão desde o fumo, que é o maior cultivo em Kentucky, ao milho híbrido, pastos, hortaliças e árvores. Há um canteiro onde se cultiva fumo há 39 anos. Pelo que vi, a resistência às doenças, novas variedades, rotação e a adubação são os setores que recebem maior atenção.

A granja de criação possui cerca de 100 cabeças excelentes das raças angus, herford, holandesa, jersey, shorthorn e suíça. Há 200 ovinos hampshire, south-down e cheviot, pois Kentucky goza de fama com seus cordeiros de três meses que são enviados para outros Estados. Em porcos tem umas 80 cabeças de duroc-jersey e hampshires, a maior parte em ensaios de alimentação. Há, também, um a viário com vá-

rias raças. A seção de laticínios é bem desenvolvida.

Da receita total, o serviço de experimentação recebeu cerca de 530.000 dólares; o serviço de fomento e assistência aos agricultores, para os 140 municípios do Estado, gastou 818.000 dólares. O restante coube ao ensino, laboratórios e administração. O ensino de agricultura dispendeu 86.000 dólares.

Tem-se a impressão que estes números, que representam cerca de 60.000 contos, embora destinados a 3.500 alunos, só são possíveis nos Estados Unidos, país de grandes recursos financeiros. Mas, se considerarmos que no Brasil pode-se fazer quase o mesmo com a terça parte do dinheiro, pois a vida aqui é muito mais cara, veremos que gastar 20.000 contos com 3.500 alunos universitários, representa uma média por aluno mais baixa do que atualmente se' gasta em muitas das nossas escolas. E se considerarmos também que o Estado de São Paulo acaba de construir uma escola média de agricultura, para 500 operários rurais, em Ribeirão Preto, na qual foram empregados 30.000 contos, segundo ouvi pessoalmente do diretor do ensino agrícola daquele Estado, vê-se que os dólares gastos na Universidade de Kentucky não estão, realmente, tão fora de comparação com os recursos financeiros de que podem dispor os três milhões e meio de habitantes do Rio Grande do Sul. — PAULO A. GONÇALVES (*"Correio do Povo"*, Rio Grande do Sul).

O PORTUGUÊS NO MUNDO

Para todos os que amamos o idioma vernáculo, que nos herdaram os nossos avós lusitanos, a notícia que

vem de Washington é deveras auspiciosa e animadora: a língua de Camões ensina-se, hoje, em 102 colégios e universidades dos Estados Unidos. Há dez anos, escasso era o número de estabelecimentos educativos "yankees" onde um cidadão de boa vontade podia habilitar-se a ler "Os Lusíadas" no original. A divulgação do Português nas Américas é, pois, fruto da guerra — um dos poucos não envenenados pelo frio ferro do rancoroso Marte... O "túmulo do pensamento", como lhe chamou Bilac, começa a entreabrir-se às claridades riosas da cultura moderna. Durante séculos a "última flor do Lácio" ficou adstrita a Portugal e suas colônias, dentre as quais o Brasil era a que oferecia terra mais uberosa à florescência e esplendor dela. Os escritores portugueses e brasileiros confinavam-se nas suas mesmas pátrias e só algum, por escandalosa exceção da sorte, transpunha, com o nome e a fama, os lindes da terra natal. Diz-se, por exemplo, que o grande Erasmo, de Roterdão, aprendera o português para ler, no original, as obras de Diodoro do Couto... O que se viu, ainda no século passado, foi enclausurarem-se obras literárias e científicas do Brasil e de Portugal nas mesmas terras em que se produziam, sem esperança, no geral, de correr mundo. Raras obras lograram evadir-se à prisão do idioma vernáculo: uma "Inocência", de Taunay, trasladou-se a várias línguas, inda às mais exóticas e pouco conhecidas. Agora, verteu-se em inglês o monumento que são "Os sertões". Melhor será quando os nossos amigos "yankees" gozarem, em primeira mão, o encanto dos nossos escritores mais representativos. Um Euclides dá Cunha, um Machado de Assis, um Raul Pompéia (para só citar os mortos)

farão, do Brasil, a mais frutuosa e barata das propagandas. O ponto é que nós mesmos cuidemos de acautelar a língua que, nem por vir de Portugal, é menos portuguesa e formosa do que é... "Depois então que se inventou — disse Rui Barbosa — apadrinhado com o nome insigne de José do Alencar e outros menores, o "dialecto brasileiro", todas as mazelas e corrup-telas do idioma que nossos pais nos herdaram cabem na indulgência plena-ria dessa forma da relaxação e do des-prêso da gramática e do gosto. Aque-la "formosa maneira de escrever" que deleitava os nossos maiores, passou a ser, para a orelha destes seus tristes descendentes, o tipo da inelegância e da obscuridade. Ao sentir de tal gente, quanto mais ofender a linguagem os modelos clássicos, tanto mais melodias reúne, quanto mais distar do bom portu-guês, mais luminosidade encerra. As bossas da palavra rechearam-se-lhe de francês, ligeiramente lardeado ou tru-fado às pressas de inglês e alemão". Que diria o Mestre da "Réplica" se lesse a moxinifada que por aí vai, em cuja indigesta composição entram não só os inúteis condimentos estrangeiros, senão, ainda, os mais torpes solecismos e barbarismos que a toleima jamais ajuntou? Regosijemo-nos de que a lín-gua portuguesa vá tendo foros de cida-dania em países ilustres como os Esta-dos Unidos, cuja verdadeira força está no grau altíssimo da instrução do seu povo — mas, do mesmo passo, não esqueçamos os deveres que temos para com essa língua maviosíssima, que her-damos, rica dos nossos avoengos e de- vemos transmitir, porventura indene e aseada, às gerações porvindoiras. —

BERILO NEVES (*"A Manhã"*, Rio).

ESCOLA E DISCIPLINA

Estamos ainda, infelizmente, longe de encarar como de fato deve ser encarado o problema da disciplina nas escolas primárias e secundárias.

Na maioria das escolas primárias, continuamos a desconhecer as peculiaridades da natureza infantil e insistimos em desrespeitar a personalidade que se vai construindo na criança. Em nada, geralmente, nos interessam as diferenças individuais. Adotamos uma receita para assuntos de disciplina e tudo quanto fugir dali é ignorado e desprezado.

Via de regra, a ausência de conhecimentos legítimos a propósito de psicologia infantil, a admissão de um conceito evidentemente errado do que sejam disciplina e indisciplina respondem pelo verdadeiro massacre da alma infantil, levado, inconscientemente, a termo por numerosos responsáveis diretos pela educação na escola primária. Muitas vezes, é um comodismo criminoso, uma indiferença deplorável, um cruel pouco caso pela criança e pelas suas qualidades e situações, que dá em consequência, em matéria de educação, a atitude, várias vezes, exatamente contra-indicada.

Atrás da fisionomia provisória dos adolescentes repontam brio, entusiasmo, fidelidade e dignidade que a escola não pode sequer desprezar e ainda menos extinguir. Cabe-lhe acolher e respeitar, encarecendo e aproveitando os filões de palpitante energia moral, es-tuante na alma do adolecente. Compe-te-lhe ajudar a firmar no caráter que se forja esses elementos que tanto valem.

Há em nossos estabelecimentos de ensino primário e secundário o hábito

comodista de mandar alunos ao gabinete do diretor, com muito maior frequência do que seria realmente necessário. As vezes, por motivo de pouca ou nenhuma importância. O professor, ao encaminhar o faltoso, e o funcionário, quando o acompanha, contam antecipadamente com uma séria punição ao acusado. Acontece, todavia, que nem sempre a falta reclama necessariamente punição. E resulta daí que, muitas vezes, um diretor, para não ser injusto, pode encontrar-se na desagradável contingência de desapontar o mestre ou o funcionário, o que vai também acarretando apressados ressentimentos que minam as relações mútuas.

Há professores esquecidos de que, colocado fora de sua classe, o aluno já está moralmente punido, e que, levado à presença do diretor, o estará sendo duas vezes por uma só falta nem sempre bastante significativa.

Nem todos se compenetram de que os problemas de disciplina despertados em classe devem e podem ser enfrentados e resolvidos em plena sala de aula ou, em qualquer caso, entre mestre e aluno, ficando para um caso excepcional o recurso à direção da casa. E assim se consegue também valorizar mais a intervenção do diretor.

É fácil encontrar no desinteresse do estudante um fator de indisciplina. Mas, esse desinteresse tanto pode ser atribuído a uma disposição especial do educando, como pode ser explicado pelo seu adiantamento extraordinário com relação ao nível da classe, pela monotonia das aulas enfadonhas, tão a gosto de renitentes professores, pela má apresentação de determinados assuntos do programa, pela falta de cultura geral ou especial, de qualidade didáticas es-

senciais ao professor. O "slogan" criança ocupada, criança comportada, aluno interessado, aluno disciplinado, tem, evidentemente, sua razão de ser.

Nas escolas primárias, existem professoras que não se servem da diretoria com tanta frequência e facilidade, para sustentar a disciplina que não podem manter ou para acender nas crianças a aplicação que não conseguem provocar pelos meios recomendáveis. Isolam os preguiçosos, indiferentes, turbulentos ou antipatizados, mas dentro da própria classe. Criam as deprimentes seções à parte, os chamados "cemitérios". Conhecemos uma incansável professora de grupo escolar, bem intencionada, talvez, mas que, por falta de orientação segura, chegou a instituir em sua classe de terceiro ano, e com toda formalidade, uma "seção dos burros"...

Em grande número das escolas primárias e secundárias, estamos inegavelmente em caminho errado. Precisamos de uma reforma. Reforma sem decretos, sem rótulos, sem mudança de móveis e pessoal. Uma reforma de espírito, de mentalidade, de atitude.

O problema da disciplina é fundamental em educação. Tudo o que se fizer, sem considerá-lo, será falho na base. É preciso rever o conceito de disciplina que tantos mestres ainda acalentam, sem adivinhar as oportunidades desperdiçadas no seu trabalho educativo e os males que podem causar na sua nobre missão, cheios, quase sempre, de bons propósitos, mas longe que estão da realidade autêntica que é a natureza infantil. — SOLON BORGES DOS REIS (*Correio Paulistano*, São Paulo);

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

DECRETO-LEI N.º 7.958 — DE 17
DE SETEMBRO DE 1945 (publicado no
"D. O." de 24-9-945)

Institui o Conservatório Nacional de Teatro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, na Universidade do Brasil, com sede no Distrito Federal, o Conservatório Nacional do Teatro.

Art. 2.º Compete ao Conservatório Nacional de Teatro:

1. Promover estudos sobre o problema do teatro e realizar experiências destinadas à renovação da arte dramática e da arte coreográfica no país.

2. Formar, mediante ensino sistematizado, artistas de comédia e de dança, e bem assim o pessoal técnico apto a ensaiar e dirigir as representações dramáticas e coreográficas de todo o gênero.

Art. 3.º O Conservatório Nacional de Teatro ministrará os seguintes cursos seriados:

1. Curso de arte dramática.
2. Curso de arte coreográfica.

Art. 4.º O Conservatório Nacional de Teatro promoverá ainda a realização de trabalhos escolares destinados à preparação de técnicos de direção dramática e de direção coreográfica.

Art. 5.º A organização, administrativa e didática, do Conservatório Nacional de Teatro constará do respectivo regimento e regulamento.

Art. 6.º Este Decreto-lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 7.976 — DE 20
DE SETEMBRO DE 1945 (publicado no
"D.O." de 24-9-945)

Concede isenção de tributos incidentes sobre estabelecimentos de ensino

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º A Prefeitura do Distrito Federal concederá isenção de tributos aos estabelecimentos de ensino, nos termos dos parágrafos que se seguem:

§ 1.º Ficam isentos de impostos e taxas adicionais os imóveis, compreendendo edifícios, dependências e respectivos terrenos, ocupados, a qualquer título, por estabelecimentos de ensino, de todo grau ou ramo, reconhecidos oficialmente.

§ 2.º Quando se tratar de imóvel arrendado, o favor previsto no parágrafo anterior reverterá em benefício do estabelecimento de ensino, deduzindo-se do preço da locação o valor dos tributos pagos pelo locador ou proprietário, e a que se refere a isenção.

§ 3.º Ficam isentos do imposto de licença, para localização, e respectivos adicionais, os estabelecimentos de ensino, de qualquer grau ou ramo, reconhecidos oficialmente.

Art. 2.º Os estabelecimentos beneficiados reservarão anualmente lugares gratuitos e de contribuição reduzida perfazendo valor correspondente a cinco por cento do montante do favor concedido, em benefício de estudantes necessitados, a juízo da autoridade competente da Prefeitura do Distrito Federal, em entendimento com a comissão de que trata o parágrafo único do art. 2.º do Decreto-lei n.º 7.637, de 12 de junho de 1945, segundo a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei n.º 7.795, de 30 de julho de 1945. A fração traduzir-se-á em benefício para um aluno.

Art. 3.º Ficam os governos estaduais e municipais autorizados a expedir os atos legislativos que se tornarem necessários à concessão dos favores de que trata o presente Decreto-lei.

Parágrafo único. Os atos legislativos expedidos de conformidade com o disposto neste artigo independem dos trâmites estabelecidos no Decreto-lei n.º 1.202, de 18 de abril de 1939.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon Magalhães.
Gustavo Capancma.

DECRETO-LEI N.º 7.988 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1945 (publicado no "D. O." de 26-9-1945)

Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

CAPITULO I

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1.º O ensino, em grau superior, de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais far-se-á em dois cursos seriados, a saber:

1. Curso de ciências econômicas.
2. Curso de ciências contábeis e atuariais.

CAPITULO II

DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Art. 2.º O curso de ciências econômicas será de quatro anos, e terá a seguinte seriação de disciplinas:

Primeira série

1. Complementos de matemática.
2. Economia política.
3. Valor e formação de preços (I).
4. Contabilidade geral.
5. Instituições de direito público.

Segunda série

1. Estrutura das organizações econômicas.
2. Valor e formação de preços (II).
3. Moeda e crédito.
4. Geografia econômica.
5. Estrutura e análise de balanços.
6. Instituições de direito privado.

Terceira série

1. Repartição da renda social.
2. Comércio internacional e câmbios.
3. Estatística metodológica.
4. História econômica.
5. Ciência das finanças.
6. Ciência da administração.

Quarta série

1. Evolução da conjuntura econômica.
2. Política financeira.
3. História das doutrinas econômicas.
4. Estudo comparado dos sistemas econômicos.
5. Estatística econômica.
6. Princípios de sociologia aplicada à economia.

CAPÍTULO III

DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS

Art. 3.º O curso de ciências contábeis e atuariais será de quatro anos, e terá a seguinte seriação de disciplinas:

Primeira série

1. Análise matemática.
2. Estatística geral e aplicada.
3. Contabilidade geral.
4. Ciência da administração.
5. Economia política.

Segunda série

1. Matemática financeira.
2. Ciência das finanças.
3. Estatística matemática e demográfica.
4. Organização e contabilidade industrial e agrícola.
5. Instituições de direito público.

Terceira série

1. Matemática atuarial.
2. Organização e contabilidade bancária.
3. Finanças das empresas.
4. Técnica comercial.
5. Instituições de direito civil e comercial.

Quarta série

1. Organização e contabilidade de seguros.
2. Contabilidade pública.
3. Revisões e perícia contábil.
4. Instituições de direito social.
5. Legislação tributária e fiscal.
6. Prática de processo civil e comercial.

CAPÍTULO IV

PA VIDA ESCOLAR NOS CURSOS DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS

Art. 4.º Do candidato à matrícula inicial tanto no curso de ciências econômicas como no curso de ciências contábeis e atuariais exigirá-se a apresentação do certificado de licença clássica ou de licença científica ou do diploma de conclusão de qualquer dos cursos comerciais técnicos, e que preste concurso vestibular.

Art. 5.º Aos alunos que concluírem o curso de ciências econômicas confe-

riar-se-á o grau de bacharel em ciências econômicas; aos que concluírem o curso de ciências contábeis e atuariais, o grau de bacharel em ciências contábeis e atuariais.

Parágrafo único. O título de doutor será conferido ao candidato que, dois anos pelo menos depois de graduado, defender tese original de excepcional valor.

Art. 6.º Os demais termos da vida escolar, nos cursos de que trata o presente Decreto-lei, reger-se-ão segundo os preceitos gerais da legislação do ensino superior.

CAPITULO V

DA FACULDADE NACIONAL DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Art. 7.º A Faculdade Nacional de Política e Economia, criada, na Universidade do Brasil, pela Lei n.º 452, de 5 de julho de 1937, passa a denominar-se Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, e funcionará como um centro nacional de ensino, em grau superior, de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais, e bem assim de estudos e pesquisas nesses ramos dos conhecimentos científicos e técnicos.

Art. 8.º A organização administrativa e didática da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas será de finida pelo seu regimento e seu regulamento.

CAPITULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9.º Ficam extintos, a partir do ano escolar de 1946, o curso superior de administração e finanças e o curso de atuário, de que trata o De-

creto n.º 20.158, de 30 de junho de 1931.

§ 1.º Os alunos, ora matriculados num dos cursos de que trata este artigo, poderão concluí-lo segundo o plano de estudos ora revogado, ou adaptar-se ao correspondente curso, definido pelo presente decreto-lei, na série adequada aos conhecimentos adquiridos.

§ 2.º Aos bacharéis em ciências econômicas, diplomados de acordo com a legislação ora revogada, são assegurados os mesmos direitos que corresponderem aos bacharéis em ciências econômicas diplomados nos termos do presente decreto-lei.

§ 3.º Aos contadores e atuários, diplomados de acordo com a legislação anterior, são atribuídos os mesmos direitos que se assegurarem aos bacharéis em ciências contábeis e atuariais diplomados nos termos do presente decreto-lei.

Art. 10. Os estabelecimentos de ensino, reconhecidos pelo Governo Federal, que ora ministrem o curso superior de administração e finanças e o curso de atuário, definidos pelo Decreto n.º 20.158, de 30 de junho de 1931, deverão adaptar-se, a partir do ano escolar de 1946, aos planos de estudos fixados no presente decreto-lei.

Art. 11. Para execução do presente decreto-lei, baixará o Ministro da Educação e Saúde as instruções necessárias.

Art. 12. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO N.º 8,019 - DE 29
DE SETEMBRO DE 1945 (publicado no
"D. O." de 2-10-945)

*Dispõe sobre a vida escolar do estudante
expedicionário e dá outras proin-
dências*

O Presidente da República, usando da' atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art 1.º O estudante expedicionário poder realizar os trabalhos e provas escolares, bem como os exames do curso interrompido, em qualquer estabelecimento de ensino congênere, federal, reconhecido ou autorizado.

§ 1.º Os trabalhos, provas e exames, realizados de acordo com este artigo serão feitos, independentemente do pagamento de qualquer taxa, mediante requerimento ao diretor, instruído, com a prova do serviço militar realizado.

§ 2.º Se o expedicionário permanecer incorporado às forças armadas, a direção do estabelecimento de ensino designara, para a realização desses atos escolares, os dias em que, para esse fim, for concedida a licença necessária pela autoridade militar competente.

os casos em que não tenham sido' satisfeitas as exigências mínimas do frequência e trabalhos escolares poderá o expedicionário submeter-se a exame completo da disciplina quando o requerer.

§ 4.º Quando os exames de que trata este artigo forem feitos fora do período regulamentar, o estudante poderá repeti-los em segunda época, decorrido o prazo mínimo de dois meses.

" Art. 2.º Após a desincorporação, poderá o expedicionário, independentemente das épocas e interstício regulamentares, realizar exames completos

das. disciplinas em que, por causa dos deveres militares, não tenha sido promovido.

§ 1.º Nas disciplinas em que haja trabalhos práticos, o conselho técnico-administrativo estabelecerá o prazo mínimo do estágio preparatório, anterior a esses exames.

§ 2.º Para a realização desse estágio serão facilitados, ao candidato, todos os meios de estudo e todos os ensinamentos que o preparem para as provas.

Art. 3.º Ficarão dispensados do exame final completo os alunos que tenham obtido na prova parcial final nota equivalente ou superior à média regulamentar para a promoção.

Art. 4.º Os exames de que tratam os artigos anteriores poderão realizar-se sem estrita obediência à seriação regulamentar, quando o conhecimento da disciplina, a juízo do conselho técnico-administrativo, não depender de aprovação em matéria lecionada numa das séries antecedentes.

Parágrafo único. Aprovado de acordo com este artigo; ficará o estudante isento de outra vez cursar a disciplina. quando promovido à série respectiva.

Art. 5.º Os estabelecimentos de ensino facilitarão ao expedicionário. o estudo das disciplinas em atraso, mediante cursos de emergência, teóricos e práticos, inclusive das disciplinas do concurso de habilitação, a cujas provas poderá submeter-se depois de matriculado.

§ 1.º Esses cursos serão ministrados pelo professor ou por seus assistentes para esse fim indicados.

§ 2.º O professor providenciará para que sejam fornecidas ao expedicionário, as preparações de, aulas, oportuna.

mente distribuídas aos seus colegas e os sumários das lições dadas.

Art. 6.º O expedicionário que necessitar de um prazo mais ou menos longo para o seu reajustamento integral, físico ou psíquico, terá garantidos os benefícios estabelecidos nos artigos anteriores, quando se restabelecer.

Art. 7.º O estudante que, embora incorporado às forças armadas, tenha permanecido aquartelado no país, terá direito às facilidades escolares estabelecidas neste Decreto-lei.

Art. 8.º A administração escolar facilitará, na medida do possível, a colocação dos expedicionários como internos, monitores ou auxiliares técnicos.

Art. 9.º O Ministério da Educação é Saúde providenciará a criação de bolsas de estudo ou a concessão da gratuidade do ensino, até à conclusão do curso, em favor do expedicionário, que o necessitar.

Art. 10. No plano geral de assistência que se estabelecer para os expedicionários e respectivas famílias, incluir-se-á o estudante que houver servido na guerra.

Art. 11. Os estabelecimentos de ensino de localidade em que funcione centro de preparação de oficiais da reserva ou núcleo de preparação de oficiais da reserva organizarão, na medida do possível, horário que permita ao estudante, matriculado num ou noutro, frequentar as aulas e trabalhos escolares.

Parágrafo único. As lições e trabalhos suplementares, eventualmente necessários, serão dados pelo professor ou assistente para esse fim designado,

Art. 12. O aluno, matriculado em centro de preparação de oficiais da reserva ou núcleo de preparação de oficiais da reserva, terá relevadas as faltas às aulas e trabalhos escolares, finando as der em virtude de atividades militares. Passado o impedimento poderá prestar, em segunda chamada, as provas e exames a que não tenha podido comparecer.

Art. 13. Nos casos omissos, resolverá o conselho técnico-administrativo.

Art. 14. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 8.029 — DE 2 de OUTUBRO DE 1945 (publicado no "D. O". de 4-10-1945)

Isenta do imposto do selo os estabelecimentos de ensino, sob inspeção oficial.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180. da Constituição, decretar

Artigo único. Ficam isentos do imposto do selo os estabelecimentos de ensino, de qualquer ramo ou grau, quando sob inspeção oficial.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema-
A. de Sousa Costa.*

PORTARIA MINISTERIAL N.º 458
— DE 6 DE SETEMBRO DE 1945 (publicada no "D. O.", de 9-10-945)

Expede instruções para organização dos cursos de continuação de ensino industrial.

O Ministro de Estado da Educação e Saúde, tendo em vista o disposto no art. 2.º do Decreto-lei n.º 7.850, de 10 de agosto de 1945, resolve baixar as seguintes instruções para funcionamento dos cursos de continuação, nos estabelecimentos federais de ensino industrial :

Art. 1.º A organização e o funcionamento dos cursos de continuação, nas escolas técnicas e escolas industriais federais, obedecerão ao disposto na presente portaria e nas instruções especiais que forem expedidas pelo Departamento Nacional de Educação.

Art. 2.º Nos cursos referidos no artigo anterior, será ministrado ensino das seguintes disciplinas:

- a) matemática de oficina;
- b) desenho;
- c) tecnologia;
- d) prática de ofício.

Art. 3.º Os cursos far-se-ão em um ano escolar, compreendendo dois períodos letivos de cinco meses. Os períodos letivos terão início, em cada estabelecimento de ensino, na época mais própria, à normalidade de seus trabalhos.

Art. 4.º Os cursos funcionarão em um regime de doze horas semanais, oito das quais destinadas à prática de ofício.

Art. 5.º O candidato à matrícula deverá satisfazer as seguintes condições :

- a) ter idade mínima de dezessete anos;
- b) não sofrer de moléstia contagiosa e ser vacinado contra a varíola;
- c) obter aprovação em prova de seleção.

Parágrafo único. Os conhecimentos mínimos a serem demonstrados na prova de seleção são os seguintes:

- a) saber ler e escrever;
- b) saber somar, diminuir e multiplicar números inteiros.

Art. 6.º Terão preferência, para a matrícula, os empregados da indústria portadores de carteira profissional.

Art. 7.º Ao aluno que concluir um curso será conferido o respectivo certificado de aprovação.

Art. 8.º O Departamento Nacional de Educação determinará, anualmente, os cursos que devam funcionar em cada estabelecimento federal de ensino Industrial, tendo em vista os créditos disponíveis, as possibilidades de instalação das escolas e as necessidades do mercado do trabalho.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1945.
— *Gustavo Capanema.*

PORTARIA N.º 377, DE 1-10-945.
DO DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Baixa instruções parti regular a adaptação dos alunos matriculadas, no corrente ano, em qualquer das series do curso de contabilidade.

O Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, usando da atribuição que lhe confere o art. 1.º do Decreto-lei n.º 7.938, de 6 de setembro de 1945, resolve baixar as seguintes

tes instruções, para regular a adaptação dos alunos matriculados, no corrente ano escolar, em qualquer das séries do curso de contabilidade, definido pelo Decreto-lei n.º 6.141, de 23 de dezembro de 1943. e pelo Decreto n.º 14.373, da mesma data, à série correspondente do curso de contador, de que trata o Decreto n.º 20.158, de 30 de junho de 1931. retificado pelo Decreto-lei n.º 1.535. de 23 de agosto de 1939.

1.^a — Não sendo obrigatória a adaptação, somente os alunos que a solicitarem, em requerimento ao diretor da escola, protocolado até 31 de dezembro deste ano, terão assegurado esse direito.

2.^a — A escola técnica de comércio em que funcionar curso de contabilidade reconhecido poderá manter também o curso de contador, para os alunos a adaptar na forma desta portaria. Os estabelecimentos que não puderem atender às petições de seus alunos ficam obrigados a expedir-lhes, no mês de janeiro de 1946, guia de transferência para outra escola reconhecida pelo Governo Federal.

3.^a — Os alunos ora matriculados na primeira série do curso de contabilidade só poderão ser adaptados depois de providenciar à série imediata (2.^a), e ficarão sujeitos ao prosseguimento dos estudos na série correspondente do curso de contador, com as seguintes alterações: a) acréscimo, no programa da 3.^a cadeira, do estudo de noções de direito constitucional e civil; b) substituição, no programa da 6.^a cadeira, da parte relativa ao estudo de economia política pelo de legislação fiscal; c) acréscimo de uma cadeira: — 7.^a — Estenografia.

4.^a — Os alunos que obtiverem aprovação final na 2.^a série do curso de contabilidade serão matriculados na última série do curso de contador, que será adaptada com o acréscimo de duas cadeiras: 7.^a — legislação fiscal — e 8.^a — estenografia, e terá o programa da 4.^a cadeira aumentado do estudo indispensável dos complementos de direito civil e comercial.

5.^a — Observar-se-á o regime escolar estabelecido pela vigente lei orgânica do ensino comercial. — *Abgar Renault.*

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

DECRETO-LEI N.º 15.040 — DE 19
DE SETEMBRO DE 1945, GOVERNO DO ES-
TADO DE SÃO PAULO

*Dispõe sobre reorganização do ensino
profissional e transferência de cargos.*

O Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n. V, do Decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, decreta :

TÍTULO I

*ENQUADRAMENTO A LEGISLA-
ÇÃO FEDERAL*

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1.º Nos termos do que dispõe o art. 1.º do Decreto-lei federal número 4.119, de 21 de fevereiro de 1942, as escolas profissionais do Estado, su-

bordinadas à Superintendência do Ensino Profissional, da Secretaria da Educação e Saúde Pública, quanto à sua organização e regime ficam adaptadas aos preceitos da Lei orgânica do ensino industrial, consubstanciados no Decreto-lei federal n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942.

Art. 2.º O ensino industrial será ministrado em dois ciclos, abrangendo, cada qual, as seguintes ordens de ensino:

- a) Primeiro ciclo:
- 1 — Ensino industrial básico.
 - 2 — Ensino de mestria.
 - 3 — Ensino artesanal.
 - 4 — Aprendizagem.
- b) Segundo ciclo:
- 1 — Ensino técnico.
 - 2 — Ensino pedagógico.

CAPÍTULO II

Da denominação dos estabelecimentos de ensino industrial

Art. 3.º Em consequência de sua adaptação à legislação federal, os estabelecimentos de ensino profissional do Estado terão sua denominação alterada da seguinte maneira:

- a) o Instituto Profissional Feminino da Capital, passará a denominar-se Escola Industrial Carlos de Campos;
- b) a Escola Profissional Secundária Masculina Coronel João Belarmino, de Amparo, passará a denominar-se Escola Industrial João Belarmino;
- c) a Escola Profissional Secundária Mista Bento Quirino, de Campinas, passará a denominar-se Escola Industrial Bento Quirino;
- d) a Escola Profissional Secundária Mista Dr. Júlio Cardoso, de Franca,

passará a denominar-se Escola Industrial Júlio Cardoso;

e) a Escola Profissional Secundária Alista Dr. Joaquim Ferreira do Amaral, de Jaú, passará a denominar-se Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral;

f) a Escola Profissional Secundária Mista Cel. Francisco Garcia, de Mococa, passará a denominar-se Escola Industrial Francisco Garcia;

g) o Instituto D. Escolástica Rosa, de Santos, passará a denominar-se Escola Industrial Escolástica Rosa;

h) a Escola Profissional Secundária Mista Cel. Fernando Prestes, de Sorocaba, passará a denominar-se Escola Industrial Fernando Prestes;

i) a Escola Profissional Primária Mista de Tatuí, passará a denominar-se Escola Industrial Sales Gomes;

j) a Escola Profissional Secundária Mista, de Lins, passará a denominar-se Escola Industrial Fernando Costa;

l) as Escolas Profissionais Secundárias Mistas de Botucatu, Ribeirão Preto e São Carlos, bem como a Escola Profissional Secundária Masculina de Rio Claro, passarão de denominar-se Escolas Industriais, seguidas do nome da respectiva cidade, precedido da preposição "de".

CAPÍTULO III

Dos Cursos

Art. 4.º Nos termos da legislação federal que rege o assunto, a Escola Técnica Getúlio Vargas e os estabelecimentos de ensino industrial, citados no artigo 2.º, deste decreto-lei, mantêm os seguintes cursos ordinários:

- o) Escola Técnica Getúlio Vargas.

I — No ensino industrial básico, cursos de:

- 1 — Fundição.
- 2 — Serralheira.
- 3 — Caldeiraria.
- 4 — Mecânica de máquinas.
- 5 — Mecânica de automóveis.
- 6 — Mestria de Máquinas e Instalações Elétricas.
- 7 — Aparelhos elétricos e telecomunicações.
- 8 — Pintura.
- 9 — Marcenaria.

II — No ensino de mestria, cursos de:

- 1 — Mestria de Fundição.
- 2 — Mestria de Serralheira.
- 3 — Mestria de Caldeiraria.
- 4 — Mestria de Mecânica de Máquinas.
- 5 — Mestria de Mecânica de Automóveis.
- 6 — Mestria de Máquinas e Instalações Elétricas.
- 7 — Mestria de Aparelhos Elétricos e Telecomunicações.
- 8 — Mestria de Pintura.
- 9 — Mestria de Marcenaria.

III — No ensino técnico, cursos de:

- 1 — Construção de Máquinas e Motores.
- 2 — Eletrotécnica.
- 3 — Desenho Técnico.

IV — No ensino pedagógico, cursos de:

- 1 — Didática do Ensino Industrial.
- 2 — Administração do Ensino Industrial.

b) Escola Industrial Carlos de Campos:

(*Vara frequência exclusivamente feminina*)

I — No ensino industrial básico, cursos de:

- 1 — Pintura.
- 2 — Cerâmica.
- 3 — Corte e Costura.
- 4 — Chapéus, Flores e Ornatos.

II — No ensino de mestria, cursos de:

- 1 — Mestria de Pintura.
- 2 — Mestria de Cerâmica.
- 3 — Mestria de Corte e Costura.
- 4 — Mestria de Chapéus, Flores e Ornatos.

c) Escola Industrial João Belarmino:

No ensino industrial básico, cursos de:

- 1 — Mecânica de Máquinas.
- 2 — Fundição.
- 3 — Marcenaria.

d) Escola Industrial de Botucatu, Escola Industrial de Bento Quirino, Escola Industrial Júlio Cardoso, Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral, Escola Industrial Fernando Costa, Escola Industrial Francisco Garcia e Escola Industrial Fernando Pres-tes:

No ensino industrial básico, cursos de:

- 1 — Mecânica de Máquinas.
- 2 — Fundição.
- 3 — Marcenaria.
- 4 — Corte e Costura (para frequência exclusivamente feminina).

c) Escolas Industriais de Ribeirão Preto e de São Carlos:

No ensino industrial básico, cursos de:

- 1 — Mecânica de Máquinas.
- 2 — Fundição.
- 3 — Máquinas e Instalações Elétricas.
- 4 — Marcenaria.
- 5 — Corte e Costura (para frequência exclusivamente feminina).

f) Escola Industrial de Rio Claro:

No ensino industrial básico, cursos de:

- 1 — Mecânica de Máquinas.
- 2 — Fundição.
- 3 — Marcenaria.
- 4 — Pintura.

g) Escola Industrial Escolástica Rosa:

- 1 — Mecânica de Máquinas.
- 2 — Fundição.
- 3 — Máquinas e Instalações Elétricas.
- 4 — Marcenaria.
- 5 — Carpintaria.
- 6 — Tipografia e Encadernação.
- 7 — Corte e Costura (para frequência exclusivamente feminina).

h) Escola Industrial Sales Gomes:

No ensino industrial básico, cursos de:

- 1 — Mecânica de Máquinas.
- 2 — Corte e Costura (para frequência exclusivamente feminina).

Art. 5.º O Governo criará, quando julgar oportuno, e onde for conveniente, escolas artesanais, nos moldes pres-

critos pela Lei Orgânica do ensino industrial.

Art. 6.º As escolas técnicas e industriais do Estado poderão ainda manter cursos extraordinários de continuação de aperfeiçoamento e de especialização, bem como cursos avulsos ou de divulgação, nos termos do que dispõe o Decreto-lei federal n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942, organizados de acordo com as necessidades locais, por proposta da Superintendência do Ensino Profissional e a juízo do Governo.

Art. 7.º Ficam desde já transformadas em cursos extraordinários de continuação, de que trata o artigo anterior, as antigas escolas noturnas de aprendizado e aperfeiçoamento, que atualmente funcionam anexas aos seguintes estabelecimentos de ensino industrial:

Escola Técnica "Getúlio Vargas", Escola Industrial "Carlos de Campos", Escola Industrial "João Belarmino", Escola Industrial de Botucatu, Escola Industrial "Bento Quirino", Escola Industrial "Júlio Cardoso", Escola Industrial "Francisco Garcia", Escola Industrial de Ribeirão Preto, Escola Industrial de Rio Claro, Escola Industrial "Escolástica Rosa", Escola Industrial de São Carlos, Escola Industrial "Fernando Prestes", Escola Industrial "Sales Gomes" e Escola Industrial "Joaquim Ferreira do Amaral".

Art. 8.º O curso de Formação de Mestres de Educação Doméstica e Auxiliares de Alimentação, de que trata o Decreto n.º 10.033, de 3 de março de 1939, continuará funcionando, a título precário, na Escola Industrial "Carlos de Campos", até quando o Governo julgar conveniente.

CAPÍTULO IV

Das Disciplinas e das Práticas Educativas

Art. 9.º Os cursos de ensino industrial básico, de ensino de mestria e do ensino técnico, serão constituídos por duas ordens de disciplinas:

- a) disciplinas de cultura geral, e
- b) disciplinas de cultura técnica.

Art. 10. Os cursos de ensino pedagógico constituir-se-ão de disciplinas de cultura pedagógica.

Art. 11. Os alunos regulares dos cursos mencionados nos arts. 9.º e 10, serão obrigados às práticas educativas seguintes:

o) educação física, obrigatória, até a idade de vinte e um anos, e que será ministrada de acordo com as condições de idade, sexo e trabalho de cada aluno;

b) educação musical, obrigatória até a idade de dezoito anos, e que será dada por meio de aulas e exercícios de canto orfeônico.

1.º — Aos alunos do sexo masculino se dará ainda a educação pré-militar, até atingirem a idade própria da instrução militar.

2.º — As mulheres se dará, também, a educação doméstica que consistirá essencialmente no ensino dos misteres próprios da administração do lar.

Art. 12. O internato da Escola Industrial "Escolástica Rosa" é mantido nas atuais condições de funcionamento, de acordo com o contrato existente entre o Governo e a Santa Casa de Misericórdia de Santos.

Parágrafo único. Fica também mantida, junto ao estabelecimento referido neste artigo, a colônia de férias para os alunos das escolas industriais e es-

tabelecimentos congêneres pertencentes ao Estado.

Art. 13. Ficam mantidos, até quando o Governo julgar conveniente, junto à Escola Industrial Carlos de Campos e às demais escolas industriais em que funcionam cursos para frequência exclusivamente feminina os dispensários de puericultura atualmente existentes, para prestar assistência higiênica à primeira infância e servir de campo de observação e experimentação das alunas na cadeira de educação doméstica.

Art. 14. As escolas técnicas e industriais, poderão manter, anexa, uma seção comercial industrial, com o fim de se porem em contato com o meio social, proporcionando, ao mesmo tempo, quanto possível, situação real para seus alunos.

Parágrafo único. A seção comercial industrial será organizada segundo as necessidades peculiares locais, mediante plano aprovado pela Superintendência do Ensino Profissional.

Art. 15. O Governo baixará, oportunamente, o regimento das escolas técnicas, industriais e artesanais.

Parágrafo único. Enquanto não for baixado o regimento a que se refere este artigo, continuam a vigorar para as escolas técnicas industriais do Estado as disposições do Código de Educação e demais leis anteriormente aplicáveis ao ensino industrial e que não tenham sido expressamente revogadas pelo presente decreto-lei.

Art. 16. O Governo providenciará a execução das obras de ampliação e adaptação de instalações para pôr as escolas industriais de que trata o presente decreto-lei, em condições adequadas de funcionamento, conforme as exigências da Lei orgânica do ensino industrial.

Art. 17. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando expressamente revogadas as disposições dos artigos 346 a 361, 369 a 403, 411 a 422, 424, 432 a 469, 471 a 487, 489 a 510, 531 a 565, do decreto-lei n.º 5.884, de 21 de abril de 1933; dos artigos 1.º a 21, 31 a 33, 35, 37 a 39, 48 e 49, 52 e 53, 56, 58 e 60, do Decreto-lei n.º 6.942, de 5 de fevereiro de 1935; dos artigos 1.º e 2.º, 5.º a 16, 18 a 22, 33, 36, 38, da Lei n.º 2.915, de 19 de janeiro de 1937, dos artigos 1.º e 2.º, 6.º, 8.º a 16, 19 e 20, 23 a 26, 33 a 36, 43, 44 e 46, do Decreto-lei n.º 11.812 de 15 de janeiro de 1941, dos artigos 3.º a 34, 40, 72 a 74 e parágrafos 1.º e 2.º, e artigo 36 do Decreto-lei n.º 13.125, de 15 de dezembro de 1942.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 19 de setembro de 1945.

FERNANDO COSTA.

Jorge Americano, respondendo pelo expediente da Secretaria da Educação.

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria da Interventoria, aos 19 de setembro de 1945.

Victor Caruso, Diretor Geral.

DECRETO-LEI N.º 935, DE 12 DE OUTUBRO DE 1945. DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Reune os professores primários do Estado em uma categoria única e fixa novo critério para o aumento de seus vencimentos

Art. 1.º — Os atuais professores de 1.ª, 2.ª e 3.ª entrância passam a constituir uma categoria única sob a deno-

minação de "professores primários" com os mesmos direitos e deveres.

Art. 2.º — Ao professor primário de carreira, serão concedidos aumentos periódicos de vencimentos que resultarão de acesso a padrão superior e obedecerão ao sistema quinquenal.

§ 1.º — Para formação do quinquênio, que será contado da data da assunção do cargo ou da última promoção, concorrerá, apenas, o serviço efetivo do professor.

§ 2.º — O vencimento inicial corresponderá ao padrão VI da tabela atual fixada para os funcionários públicos civis do Estado, e, com o último acesso, que se processará aos vinte e cinco anos de exercício efetivo, atingirá o padrão XI.

Art. 3.º — Na apuração do tempo de serviço, para efeito do aumento quinquenal, observar-se-ão as normas estabelecidas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, além do prescrito nos parágrafos seguintes.

§ 1.º — Creditar-se-á ao Diretor que exercer sua atividade em horário dobrado ou tresdobrado, o tempo de serviço eletivo em dobro.

§ 2.º — Entrará, ainda, no cálculo do tempo o período em que o professor houver freqüentado, para aperfeiçoamento ou especialização cursos normais ou extraordinários das Escolas de Formação do Magistério ou outros determinados pela Secretaria de Educação e Cultura.

§ 3.º — Ao professor contratado que, no uso dos direitos assegurados em lei, ingressar no magistério de carreira, contar-se-lhe-á, para o mesmo efeito, o tempo de exercício no quadro isolado.

Art. 4.º — O professor que incorrer em penas disciplinares expressas em lei,

impostas mediante inquérito pelo Secretário de Educação e Cultura, assegurando o direito de recurso, perderá, para efeito de promoção, o tempo de serviço correspondente a:

- a) — um mês, quando punido com a pena de repreensão;
- b) — dois meses, quando punido com a de remoção;
- c) — três meses, quando punido com a de suspensão;
- d) — quatro meses, quando punido com a destituição de função.

Art. 5.º — Os professores das escolas primárias e pré-primárias do Instituto de Educação terão vencimentos iguais aos dos demais professores primários, com direito aos aumentos quinquenais nas condições previstas para estes e a gratificação de 20% sobre o respectivo vencimento pelo exercício da função no estágio especial.

Art. 6.º — Será aplicado aos professores em exercício nos cursos propedêutico e técnico-pedagógico das escolas de formação do magistério primário o sistema de aumentos quinquê-

nais, dentro das normas deste decreto, fixando-se nos padrões XI e XII, respectivamente, o vencimento inicial e estabelecendo o último acesso aos quinze anos de exercício efetivo.

Captulo II — Das disposições transitórias — Art. 7.º — O ajustamento dos quadros atuais de vencimentos ao sistema de aumentos quinquenais se processará, no exercício de 1946, sem observância do disposto no art. 4.º deste decreto.

§ 1.º — Computar-se-á todo o tempo de serviço do professor, a contar da posse, para sua integração imediata no padrão de vencimento a que tiver direito, a fim de que perceba as vantagens correspondentes, a partir de janeiro de 1946.

§ 2.º — O tempo excedente de um ou mais quinquênios completos no ajustamento de que trata o presente artigo, será computado para formação de novo período quinquenal.

Art. 8.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Alegre, 13 de outubro de 1945.

1946

IMPRESA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL